

Universidade Federal de Mato Grosso

Instituto de Saúde Coletiva

**A Sexualidade em Contextos Afetivos de Mulheres
Jovens Pantaneiras**

Mariel Maróstica Fernandes

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva da Universidade
Federal de Mato Grosso para obtenção do título de
Mestre em Saúde Coletiva.**

Área de Concentração: Saúde e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dr^a. Sueli Pereira Castro

Cuiabá - MT

2009

A Sexualidade em Contextos Afetivos de Mulheres Jovens Pantaneiras

Mariel Maróstica Fernandes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de Concentração: Saúde e Sociedade.

**Orientadora: Profa. Dr^a. Sueli Pereira
Castro**

Cuiabá - MT

2009

Dedico este trabalho

*Ao meu filho amado Guilherme,
por ter feito minha vida mais feliz;*

*Aos meus pais, que primeiro
me ensinaram a aprender;*

*Ao meu amor Carlos, pela
ajuda e compreensão;*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou meu caminho possibilitando-me concluir este trabalho;

À Universidade Federal de Mato Grosso pela disponibilização do mestrado em Saúde Coletiva;

Ao Instituto de Saúde Coletiva pela preocupação em oferecer uma formação de boa qualidade;

Ao CNPQ, no Programa Ecológico de Longa Duração (PELD), pelo financiamento na execução do trabalho de campo;

A minha orientadora Sueli Pereira Castro, pela oportunidade, pela paciência, amizade e pelo prazer de compartilhar de seus conhecimentos;

À Dr.^a Ellen F. Woortmann por ter aceitado o convite como membro externo para composição da Banca de Mestrado;

À Banca de Qualificação do mestrado pelas sugestões e contribuições, sem as quais, seria impossível a conclusão do trabalho, Dr.^a Carmem Lucia da Silva, Dr.^a Marta Gislene Pignatti e Dr.^a Reni Barsaglini;

À comunidade de Joselândia, pela confiança depositada e colaboração na execução do trabalho;

As mulheres Joselandenses que abriram suas casas e corações, sem as quais o trabalho não seria possível.

Fernandes MM: **A Sexualidade em Contextos Afetivos de Mulheres Jovens Pantaneiras** [Dissertação de Mestrado]. Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso; 2009.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a aprendizagem e a vivência da sexualidade em mulheres jovens pertencentes às comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense, no Distrito de Joselândia. A partir de uma visão construtivista da sexualidade, entende-se que os sujeitos são socializados para experimentar a sexualidade por meio da cultura, que geram categorias, esquemas e rótulos para estruturar as experiências sexuais e afetivas. Essas construções além de influenciarem a subjetividade e os comportamentos dos sujeitos dão significados à experiência sexual. Para refletir sobre as disposições sociais que estruturam nas mulheres jovens joselandenses as maneiras de se vivenciar a sexualidade, a noção de *habitus* constitui-se o eixo norteador da pesquisa. O trabalho de cunho etnográfico foi desenvolvido de outubro/2007 a novembro/2008 e definiu-se como recorte para investigação de mulheres de 14 a 20 anos que já vivenciaram experiências sexuais, resultando ou não na gravidez. Para a realização do trabalho etnográfico, como recursos metodológicos foram utilizados: Caderno de Campo, Observações Diretas, Fontes Iconográficas e realizadas 32 entrevistas semi estruturadas, sendo 20 com as jovens, 5 com as mães das jovens, 05 com agentes de saúde, que correspondem aos profissionais de saúde da Região. Também realizei entrevistas com a Secretária Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço e, por conseguinte do Distrito de Joselândia e uma com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço. Caracterizar a vivência da sexualidade e gravidez na juventude como um problema de saúde denota desconsiderar os significados simbólicos sobre suas experiências, no universo camponês com especificidades culturais. A sexualidade das jovens pantaneiras, no grupo investigado, impõe refletir toda dimensão da vida camponesa, de sujeitos concretos e, portanto, com peculiaridades inerentes a esta realidade. Descaracterizam-se os significados para os jovens de suas experiências. E assim, negligenciam-se trajetórias de vida que contém sonhos, esperanças, dores, desilusões e que permitam às meninas jovens se apropriarem das diversidades, para transformar o seu cotidiano. Na realidade este estudo aponta que a vivência da sexualidade na juventude passa a se constituir um problema de saúde pela inexistência na localidade de políticas públicas que garantam assistência à saúde sexual. Atualmente a política local de saúde é clientelista onde o acesso aos recursos públicos de saúde se dá como favores e não como direito. Com resultados desastrosos para as jovens mulheres que ficam susceptíveis a DST, a gravidez indesejada, sem atendimento pré-natal e assistência no parto.

Descritores: sexualidade, juventude, campesinato, pantanal Mato-grossense

Fernandes MM: **The Sexuality in the Affective Contexts of Young Pantaneiras Women.** [Master's Degree Dissertation]. Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso; 2009

ABSTRACT

This study aims at understanding the learning and the life experience of the sexuality of the young women from agricultural community at the Pantanal Mato-grossense, in the city of Joselândia. Based on a constructivist vision of the sexuality, it is assumed that the subjects are socialized in order to face the sexuality by means of their culture which generates categories, structures and labels to organize the sexual and affective experiences. These constructions further than influencing the subjects' subjectivity and behaviors offer meanings for their sexual experience. In order to reflect on the social arrangements that structuralize the joselandenses' young women ways of deeply living their sexuality the notion of *Habitus* constitutes the main core of this research. This study follows an ethnographic approach developed from the month of october in the year of 2007 to november in the year of 2008. The study segment was defined by investigating the women of 14 the 20 years that had already deeply faced sexual experiences, ending or not ending in the pregnancy. The methodology of this dissertation counted on observations copybook, direct observations, and iconographic sources. It was done 32 semi structuralized interviews with 20 young women, 5 with their mothers, 5 with health agents, who are in charge of the health professionals in the region. Interviews with the Municipal Secretary of Health of the City of Barão de Melgaço and in the District of Joselândia were done. One interview with the Coordinator of the Health Agricultural and Family Program of Barão de Melgaço was also carried out. Characterizing the experience of the sexuality and pregnancy in youth as a health problem denotes to disrespect the symbolic meanings on their experiences, in a rural environment in the midst of cultural specificities. The sexuality of the young pantaneiras women in the investigated group, imposes to reflect all the rural life of real citizens dimension and consequently with inherent peculiarities to this reality. It was destitute the analyses about the symbolic, the meanings of the young women experiences. It was neglected their life trajectories containing dreams, hopes, pains, disillusion that the young girls might appropriate of the diversities, to change their daily quotidian. The experience of the sexuality in the youth constitutes a health problem due to the inexistence of the public policies that guarantee assistance for the sexual health in the mentioned city. Nowadays the local health policies offer a politics relationship based on favors where the access to the public health resources are done like favors not as right with disastrous results for the young women who are susceptible to STD, the unwanted pregnancy, without prenatal attendance and assistance in the childbirth.

Keywords: sexuality, youth, rural peasant, pantanal Mato-grossense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Agente de Saúde	32
Figura 2	Povoado Pantaneiro de Joselândia e seu Entorno	91
Figura 3	Na Seca e na Cheia	97
Figura 4	Durante a Cheia	98
Figura 5	Durante a Seca	98
Figura 6	São Pedro	106
Figura 7	Mulheres e Cotidiano	109
Figura 8	Dia de Festa	113
Figura 9	Mulheres em Festa	113
Figura 10	Cada um Ajuda como Pode	116
Figura 11	A Fartura na Festa	116
Figura 12	A Festa do Chapéu	119
Figura 13	Dança <i>Country</i>	119
Figura 14	Família Pantaneira	121
Figura 15	Territorial da Família	122
Figura 16	Casa Pantaneira-1	124
Figura 17	Casa Pantaneira-2	124
Figura 18	Mulher e Trabalho	127
Figura 19	Altar Católico	142
Figura 20	Igreja de São Pedro	143
Figura 21	Missa no Dia de São Pedro	144
Figura 22	Escola Maria Silvino de Moraes	146
Figura 23	O Trabalho Desenvolvido na Escola	150
Figura 24	Infância no Pantanal -1	176
Figura 25	Infância no Pantanal-2	177
Figura 25	O Posto de Saúde	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imune Deficiência Adquirida
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA	Educação para Jovens e Adultos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Vírus da Imune Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS	Ministério da Saúde
NOAS	Norma Operacional de Assistência à Saúde
NOB	Norma Operacional Básica
NOBs	Normas Operacionais Básicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAB	Piso de Atenção Básica
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mul
PSF	Programa de Saúde da Família
PELD	Programa Ecológico de Longa Duração
RPPN	Reserva Particular de Proteção Natural
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde

ÍNDICE

RESUMO	05
ABSTRAT	06
LISTA DE FIGURAS	07
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	08
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O TRABALHO DE CAMPO: DO ENCONTRO A IMERSÃO	24
I. 1 O Encontro	25
I. 2 A Imersão: o trabalho de campo	30
I. 3 Subjetivismos Metodológicos	33
I. 4 Os Recursos Metodológicos	36
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEXUALIDADE E CAMPESINATO	43
II. 1 Sexualidade	45
II. 1.1 Cultura e Sexualidade	45
II. 1.2 Construindo a Sexualidade	51
II. 1.3 Mulher e Sexualidade	60
II. 1.4 Juventude e Sexualidade	66
II. 2 O Campesinato	72
II. 2.1 Sobre o Campesinato: conceito, família e reprodução social	74
CAPÍTULO III – OS CONTEXTOS AFETIVOS: NA SECA OU NA CHEIA?	88
III. 1 No Ritmo das Águas: na seca ou na cheia?	90
III. 1.1 História: ocupação do espaço	100

III. 2 O Ritmo da Vida: cotidiano e festas	106
III. 2.1 O Ritmo do Dia a Dia	108
III. 2.2 Ritmo das Festas	112
III. 3 O <i>Habitus</i> Tradicional Camponês	119
III. 3.1 A Família	120
III. 3.2 Terra e Trabalho	126
III. 3.2.1 A Roça	126
III. 3.2.2 O Gado	135
III. 3.2.3 A Pesca	140
III. 4 Religião	141
III. 5 A Escola	145
III. 5.1 O Trabalho desenvolvido na Escola	149
CAPÍTULO IV – MULHERES JOVENS PANTANEIRAS: VIVENCIANDO A SEXUALIDADE	156
IV. 1 Personagens dessa História	160
IV. 1.2 Filhas da Terra	167
IV. 1.3 Menina, Moça e Mulher	174
IV. 1.3.1 Moças e Mulheres de Família	184
IV. 1.4 Eu me Perdi	188
IV. 1.5 Foi Fugido	198
IV. 1. 6 Um Amor Firme	203
CAPÍTULO V – SAÚDE E SEXUALIDADE	217
V.1 Os Caminhos do Corpo: sexualidade, saúde e juventude	221
V.1.1 Remédio para Evitar	221
V.1.2 Doenças de Rua	224

V.1.3 A Gravidez	225
V. 2 O Acesso às Políticas Públicas de Saúde no Distrito de Joselândia	228
V.2.1 Atenção à Saúde da Mulher em Joselândia	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255
ANEXOS	266
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	267
Anexo II - Roteiro para Entrevista com as Jovens	268
Anexo III - Roteiro para Entrevista com as mães das Jovens	269
Anexo IV- Roteiro para Entrevista com os Agentes de Saúde	270
Anexo V - Roteiro para Entrevista com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço	271
Anexo VI - Roteiro para Entrevista com a Secretária Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço	272

Ninguém vive bem a sexualidade numa sociedade tão restritiva, tão hipócrita e falseadora de valores. Uma sociedade que viveu a experiência trágica da interdição do corpo, com repercussões políticas e ideológicas indiscutíveis; numa sociedade que nasceu negando o corpo. Viver plenamente a sexualidade sem que esses fantasmas, mesmo os mais leves, os mais meigos, interfiram na intimidade do casal que ama, que faz amor, é muito difícil. É preciso viver relativamente bem à sexualidade. Não podemos assumir com êxito pelo menos relativo, a paternidade, a maternidade, o professorado, a política, sem que estejamos mais ou menos em paz com a sexualidade

(PAULO FREIRE).

INTRODUÇÃO

De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos sempre começando...
a certeza de que é preciso continuar...
a certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro
(FERNANDO SABINO).

O presente estudo tem como objetivo compreender a aprendizagem e vivência da sexualidade em mulheres jovens pertencentes às comunidades rurais do Pantanal Mato-Grossense, no Distrito de Joselândia. Um trabalho investigativo de cunho etnográfico, o qual exigiu de mim enquanto pesquisadora, percorrer um caminho sinuoso, desde a escolha pela temática, na busca pelos aportes teóricos que o subsidiaram, a pesquisa de campo, os resultados encontrados e a conclusão.

Durante esse caminhar me deparei com uma série de interjeições que avivaram polêmicas internas e serviram para reavaliar posicionamentos aparentemente consolidados. Dificuldades, temores, ansiedade, satisfações e muitas incertezas se fizeram presentes, aliás, de uma única coisa tive certeza, a de que realidades sociais se constituem a partir de vivências e visões de mundo diferenciadas, heterogêneas. Portanto, não pretendo de forma alguma encarar o assunto sobre a égide das generalizações, pois é fácil olhar o mundo e as pessoas que nele transitam atribuindo - lhes características e valores baseados em nossa experiência ou em nossa história de vida. Difícil é compreender o significado da existência humana, suas atitudes, comportamentos e vivências, a partir de seus referenciais, alicerçados em aprendizagens sócio - culturais próprias.

Para tanto, os objetivos específicos do estudo foram traçados como norteadores do processo investigativo, correspondendo a:

- Descrever o processo de aprendizagem sociocultural da sexualidade, ao qual estão sujeitas as jovens mulheres;
- Analisar as marcas do gênero que modelam suas trajetórias no campo das representações e práticas sexuais;
- Compreender como a vivência da sexualidade nesse universo rural vem se constituindo um problema de saúde pública;

Nesse lócus investigativo, o pantanal Mato-grossense, com especificidades culturais próprias, como, com quem, onde e a partir de quando jovens mulheres vivenciam a sexualidade para que seja desfrutada da melhor maneira possível, buscando unir prazer e precaução quanto às eventuais consequências indesejadas do sexo. Questionamentos que se estruturam na dimensão subjetiva humana e se expressam em costumes, hábitos de vida, atitudes, maneiras de pensar e agir.

A descoberta da sexualidade em experiências afetivas que adquirem significados próprios, em espaços que foram denominados por BOURDIEU (1996) de “posições sociais”, que estruturam a subjetividade humana.

Estruturas sociais da subjetividade humana denominadas por BOURDIEU (1989) de *habitus*, que se constitui a partir de experiências fundadas em costumes e processos, isto é, em estruturas estruturadas e estruturantes do tecido social.

As posições sociais, em que a sexualidade se constituirá antes de tudo numa construção, envolvendo relações de gênero, poder, hierarquias, expectativas, trajetórias e reproduções sociais, e de onde os sujeitos significam a aprendizagem ou disciplinarização da sexualidade, esforçando-se para tornar possível a obtenção do prazer sexual.

Jovens mulheres pertencentes à comunidade rural do Pantanal Mato-grossense, com peculiaridades culturais e sociais que são via de regra, desconsideradas por agentes ou instituições que pensam em políticas públicas e intervenções, pois o fazem não problematizando a realidade heterogênea presente nos grupos sociais.

Compreender a sexualidade das jovens pantaneiras envolve pensar em toda a dimensão da vida rural de sujeitos concretos e, portanto, com peculiaridades inerentes a esta realidade. A partir de uma visão construtivista da sexualidade, entende-se que os sujeitos são socializados para experimentar a sexualidade por meio da cultura, que gera categorias, esquemas e rótulos para estruturar as experiências sexuais e afetivas. Essas construções, além de influenciarem a subjetividade e os comportamentos dos sujeitos, dão significados à experiência sexual.

Para refletir sobre as subjetividades que estruturam nas mulheres jovens joselandenses os significados das experiências sexuais, a noção de *habitus* constitui-se o eixo norteador da pesquisa.

Mulheres jovens que vivem no universo rural, no qual o ordenamento social representando uma das dimensões mais significativas refere-se ao valor família, em oposição ao mundo moderno-individualista. A família rural constitui-se, na maioria dos casos em uma unidade de produção onde os laços de parentesco definem uma dada estrutura social, estabelecendo uma particular relação de solidariedade, mas ao

mesmo tempo de subordinação dos jovens, como de todo o grupo, aos objetivos familiares comuns, se destacando a autoridade paterna como referência na unidade familiar rural.

Isso implica nas escolhas dos jovens que vivem no universo rural e que tendem a enfrentar, além da opção por uma profissão e um lugar para viver, seus compromissos fundamentais com a família, especialmente através de sua contribuição ao trabalho comum e as expectativas de participação no patrimônio coletivamente construído.

Nesse sentido, entendemos que o estudo da aprendizagem da sexualidade em jovens mulheres pertencentes ao universo rural do Pantanal Mato-grossense, poderá contribuir para compreensão das relações de gênero que modelam suas trajetórias no campo das representações e práticas sexuais constituídas em seu meio cultural.

A partir da revisão da literatura sobre juventude e sexualidade, estudos no campo da saúde coletiva vêm dando ênfase às temáticas enquanto um problema de saúde, decorrente das mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas (BARBOSA, AQUINO, HEILBORN, *et al*, 2002).

Mudanças importantes, pois no Brasil o grupo entre 15 e 24 anos representa aproximadamente 20% da população, apresentando tendência ao crescimento de sua participação relativa na população total (IBGE, 2000).

Para MONTEIRO (2006) as intensas modificações de alguns indicadores de morbi-mortalidade da população brasileira, nas últimas décadas, vêm contribuindo para um aumento da população jovem representando no ano de 2000, 30,1% da população brasileira, na faixa etária de 10-21 anos.

O aumento dessa população jovem no Brasil vem acompanhado do início cada vez mais precoce da vida sexual, pois a pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde de 1996 apontou que a idade mediana para a primeira relação sexual era de 19,5 para as mulheres e de 16,7 para os homens (MONTEIRO, 2006).

Dados mais recentes levantados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em 1999, mostram que os jovens vêm iniciando a vida sexual muito mais cedo, pois 47% dos meninos e 34% das meninas menores de 15 anos no país já tinham tido experiência sexual.

A década de 1990 surpreendeu os estudiosos da área com o rejuvenescimento da fecundidade no país. Em 1980 cabia às mulheres de 25 a 29 anos o maior número médio de filhos dentre os grupos etários na faixa reprodutiva. O primeiro deslocamento para o grupo mais jovem, de 20 a 24 anos, ocorre em 1991, mantendo-se até 2000 (BEMFAM, 1999).

Além disso, enquanto a fecundidade declinou em todos os grupos etários nos últimos dez anos, as jovens de 15 a 19 anos representam pela primeira vez uma exceção com crescimento de 25% entre 1991 a 2000 na fecundidade (CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

Estudos mais específicos sobre a temática vieram corroborar os dados apontados e demonstram que vem aumentando a importância relativa a esse grupo etário no cálculo da taxa de fecundidade total. De 9% em 1980, passando a 14% em 1991 e em 2000 a fecundidade das jovens de 15 a 19 anos já responde por 20% do número total de filhos concebidos pelas mulheres ao longo de todo o período reprodutivo, ou seja, de 15 a 49 anos (CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

Para HEILBORN (2004) o início precoce da vida sexual em jovens vem acompanhado de duas consequências principais: a primeira está relacionada com o início da vida reprodutiva e a segunda com a contaminação de DST e o HIV/AIDS.

Quanto à primeira consequência, gravidez entre jovens, a autora afirma ser necessário perceber que na própria ideia de juventude está a concepção de que as jovens deveriam estudar e preparar-se para inserção no mercado de trabalho.

O número de casos de AIDS diagnosticado entre as jovens de 13 a 19 anos cresceu 75% entre 1991 e 2000, e a taxa de incidência de AIDS no país passou de 0,75 por 100 mil mulheres de 13 a 19 anos, em 1991, para 1,86 em 2000 (CEBRAP, 1999).

Nesse sentido, a sexualidade na juventude vem se constituindo um problema de saúde, conforme dados acima apontados e, desta forma, as políticas públicas têm sido elaboradas com o objetivo de mitigá-los, edificadas basicamente na prevenção (COELHO, 2006).

As políticas no sentido de intervenção nessa realidade, em se tratando da transmissão do HIV/AIDS, têm como diretriz a difusão do uso de preservativos

masculinos e femininos e, quanto à prevenção da gravidez, políticas de planejamento familiar (uso de contraceptivos orais e injetáveis, uso de preservativos masculinos e femininos, uso de DIU, histerectomia e vasectomia) (COELHO, COELHO E CALVO, 2006).

CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA (2004) enfatizam que várias interpretações têm sido evocadas para explicar por que muitos jovens continuam a praticar sexo sem proteção: - pouca ou nenhuma presença de programas de educação sexual nas escolas; - aconselhamento sexual baseado em tabus ou preconceitos religiosos, distanciados da realidade dos jovens; - resistência dos pais por considerarem como promoção da sexualidade o diálogo sobre esse assunto entre professores e alunos; - falta de informações sobre regulação da fecundidade; - falta de esclarecimento sobre as formas de transmissão das DST/AIDS; - pouco ou nenhum acesso aos métodos anticoncepcionais, inclusive a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), que, se providenciada em até 72 horas após a relação sexual, pode evitar uma gravidez não desejada; falta de diálogo sobre sexualidade no seio da família; - conflito de gerações, no qual os mais velhos não falam a linguagem dos jovens; necessidade de autoafirmação via maternidade e/ou paternidade; - falta de estímulos externos que ampliem horizontes e mobilizem o potencial individual dos jovens para a formulação de projetos de vida.

Estes estudos trazem importantes contribuições para uma reflexão sobre a temática sexualidade e juventude, porém o universo pesquisado tem como referência áreas urbanas e suas periferias, realidades diferenciadas do universo rural, ou seja, visões de mundo, estilos de vida e em modos de construção da realidade específicos.

Colocar juventude no plural expressa à posição de que é necessário qualifica-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos (VELHO, 2006, p. 192).

Neste estudo proposto os jovens no mundo rural vivem experiências próprias e guardam certas particularidades. Portanto, o jovem rural só pode ser entendido como integrado a essa unidade familiar, contextualizada a partir dos preceitos teóricos assumidos neste presente estudo por uma economia *morale*.

Em seu artigo seminal - Com parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral, WOORTMANN K. (1990), na mesma perspectiva de Thompson, nos aponta que no universo camponês, os valores mostram-se diversos do nosso, pois os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está acontecendo com os demais. A ideia do indivíduo com uma "vida pessoal" é inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares não são incomuns, por outro, a ideia de co-responsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade.

De acordo com WOORTMANN, E. (1995 p. 313-314).

As formações camponesas que estudei se aproximam de um sistema de valores que configura o que Dumont (1970) chamou de "holismo", isto é, uma ordem social e ideológica onde, na relação entre as partes e o todo, este último tem preeminência, e onde o indivíduo é englobado pelo todo. Nesse tipo de sociedade camponesa, o indivíduo só pode existir, enquanto ser moral autônomo, fora não do mundo, como renunciante indiano, ou cristão medieval, mas fora do *mundus* do patrimônio ancestral, como renunciante à terra e à "cidadania" da comunidade. Não se trata de um holismo fundado na oposição entre o puro e o impuro (embora essa oposição hierárquica também caracterize a construção dos gêneros), nem na religião. Trata-se, melhor dito, de um holismo fundado na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor hierarquia.

A sexualidade das jovens pantaneiras, no grupo a ser investigado, impõe refletir toda esta dimensão da vida camponesa, de sujeitos concretos e, portanto, com peculiaridades inerentes a esta realidade.

Em geral as políticas públicas de saúde para os jovens partem do princípio de que todos apresentam características homogêneas, desta forma não se tem desenvolvido estratégias de intervenção para realidades sócio culturais diferenciadas, que considerem as particularidades que põem em risco a qualidade de vida dos jovens.

Para que as políticas públicas de saúde referentes à sexualidade dos jovens se efetivem como práticas de saúde, elas devem contemplar a pluralidade de suas vivências, como a cultura, gênero e classe social para os jovens, que partem do princípio de que todos apresentam características homogêneas, e, assim, não desenvolvem estratégias de intervenção para realidades sócio-culturais diferenciadas,

necessitando-se considerar particularidade que põe em risco a qualidade de vida desses jovens e o segundo seria o de contemplar a pluralidade de vivência desses jovens, como cultura, gênero e classe social, para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde. Portanto, as práticas de saúde não poderiam ser homogêneas, pois seriam apropriadas por jovens com características heterogêneas.

As práticas de saúde devem ser consideradas como formas desenvolvidas e utilizadas pelos grupos sociais para adquirir, preservar e restabelecer a saúde. São entendidas como exteriores aos sujeitos e explicadas como decorrentes de determinado tipo de organização social, tornando-se necessário, portanto, levar em conta o contexto em que se inserem esses grupos para entendermos suas ações (GARNELO, s.d.).

Nesse sentido, impõe-se a tarefa de proceder a um exame dos campos de conhecimento tangenciais ao da saúde que fornecem subsídios à formulação de ideias que componham definições para os temas, assim a antropologia social vem oferecendo contribuições significativas ao centrar na sociedade o princípio de explicação para os sujeitos. Na abordagem sócio-antropológica, constitui-se dimensões da realidade coletiva, redes de relações que envolvem aspectos relacionados com a construção social da sexualidade, ou seja, a reprodução biológica e social, encontros sexuais e sociabilidade (HEILBORN, DUARTE, PEIXOTO e *et al*, 2005).

Compreender essa realidade possibilitará a proposição de novos caminhos para propostas de formulação de programas que ampliem o nível e a cobertura de conhecimentos na área da sexualidade e saúde reprodutiva, e que atendam e englobem as necessidades demandadas pelas jovens no que diz respeito à vivência da sexualidade, no universo rural, possibilitando refletir políticas públicas e de saúde que integrem efetivamente esse universo.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para a sexualidade pensada no campo simbólico dos espaços de posições onde se constroem o cotidiano e o imaginário dessas jovens mulheres, imersas no universo pantaneiro, em um importante caminho na abordagem de várias áreas do saber. A temática proposta, englobando conceitos e contextos tão complexos remeteu a questionamentos inquietantes que me acompanharam em todo o trajeto da pesquisa, pois abordar o assunto implicaria

estabelecer vínculos de confiança com as jovens mulheres participantes do trabalho, amenizando ansiedades e receios em expor particularidades.

Conseguiria realizar o trabalho nas comunidades rurais do Pantanal Mato Grossense, abordando a temática? Estabeleceria vínculos suficientes com as participantes, que me permitiriam penetrar nos terrenos pantanosos da sexualidade?

Falar em sexualidade engloba pensarmos em gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. Implica compreender processos subjetivos complexos em que sujeitos dão significados às experiências sociais. É vivenciada, experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Com a finalidade de um melhor entendimento didático, o trabalho foi dividido em cinco (5) Capítulos, que abaixo se seguem apresentados de maneira sucinta.

O Capítulo I, que nomeei **O trabalho de campo: do encontro à imersão**, procuro descrever o caminhar metodológico na realização do trabalho, o qual se iniciou com “O Encontro”, da pesquisadora com a temática sexualidade. O trabalho com mulheres jovens pertencentes às comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense oportunizou-me adentrar no Universo Rural, diferenciando do urbano, onde, até então não havia exercido trabalhos e estudos, foi uma desconstrução conceitual que me acompanhou durante a realização de todo o trabalho teórico e prático, necessário, mas doloroso, como toda mudança na vida, pois de certa maneira nos acomodamos dentro de determinados nichos conceituais e paradigmas vigentes e quando entramos em contato com realidades diferenciadas, passamos a repensá-los. Reconsiderando várias coisas que até então eram tidas como prontas, acabadas, começamos a questioná-las. Confesso que no decorrer do trabalho fui acometida várias vezes de incertezas e angústias, mas que, ao final, possibilitaram-me uma reconstrução pessoal e conceitual.

Em seguida será abordada a peculiaridade do trabalho etnográfico, nesse estudo norteado, pelo conceito de *habitus* de Bourdieu. Para a apreensão do *habitus* nas mulheres pantaneiras, numa perspectiva de gênero, referenciando seus contextos

afetivos e amorosos, o trabalho etnográfico se constitui o método de investigação por excelência, pois permitira a penetração na realidade estudada compreendendo os processos de conhecimento e cultura que lhe são singulares. Finalizo esse capítulo especificando as técnicas utilizadas, no decorrer do estudo.

No Capítulo II, denominado **Considerações teóricas sobre sexualidade e campesinato**, serão abordados os aportes teóricos que balizaram meus passos na caminhada da pesquisa sobre a sexualidade e o campesinato.

Nesse capítulo primeiramente procuro desenvolver os construtos teóricos sobre sexualidade na interface com gênero e juventude, partindo do pressuposto de que a vivência da sexualidade é consequência de processos históricos pautados em ideologias vigentes, é uma construção social. Nesse sentido, compreender a partir do *habitus* nessas jovens mulheres, a interiorização da sexualidade, como forma de pensar, sentir e agir.

Tendo em vista o lócus do processo investigativo torna-se importante a compreensão do campesinato, em sua diversidade social, que será desenvolvida na segunda parte desse capítulo, destacando-se elementos culturais que se apresentam fortemente tecendo e re-tecendo o modo de vida camponês. A diversidade social do campesinato se descortinou no decorrer do trabalho de campo e ganhou contornos, pois buscando compreender a vivência da sexualidade em jovens mulheres pertencentes ao universo rural do Pantanal Mato-grossense, encontramos características peculiares, que compõem a reprodução social do modo de vida camponês.

Sobre a reprodução social do campesinato, WOORTMANN K. (1990) nos convida a refletir sobre a existência de uma ética moral camponesa, orientada por um *habitus* tradicional camponês e compreendê-lo requer uma imersão no universo das relações nele constituídas, o modo de vida e concepção do mundo, com diversidades culturais constitutivas. Dentre as diversidades presentes no universo camponês, a vivência da sexualidade compõe e integra suas relações sociais, garantindo a reprodução biológica e social do campesinato. Serão abordadas algumas interpretações clássicas e, posteriormente, algumas contribuições desenvolvidas por autores sobre o universo rural na realidade brasileira.

Segue-se o Capítulo III denominado **Os contextos afetivos: organização e reprodução social** no qual é caracterizado o universo rural em que o trabalho foi desenvolvido, ou seja, o Distrito de Joselândia no Pantanal Mato-grossense, buscando compreender os contextos culturais em que as jovens mulheres vivenciam a sexualidade. Adentrar no universo da pesquisa me possibilitou compreender as regras, categorias e rótulos desenvolvidos pela cultura local e reproduzidos nas relações e discursos sociais, sobre a vivência da sexualidade em jovens mulheres.

A localidade coexiste mediante estações de cheia e seca, entremeadas pela vazante e enchente dos rios que a cercam. Sendo, vazante que leva à seca e a enchente que leva à cheia, modificando encantadamente a paisagem e influenciando na organização social e no comportamento das pessoas que lá habitam. Nesse lócus físico, estrutura-se um espaço social, no qual as vidas das participantes se entrelaçam aos movimentos das águas.

O Capítulo IV, **Mulheres Jovens Pantaneiras: vivenciando a sexualidade**, procurei entender, desenvolver e expressar como é a vida dessas mulheres na infância, enfatizando a juventude com o despertar da sexualidade, a vida adulta até o casamento. A vivência da sexualidade compreendida a partir do *habitus*, ou seja, nas relações sociais e experiências, que se refletem em sensações corporais e que propiciam emoções, ideias, adquirindo sentidos subjetivos e distintos para sujeitos, inseridos em contextos culturais diferenciados.

Mulheres jovens que ao vivenciar a sexualidade, ficam susceptíveis ao adoecimento, pois não contam com políticas públicas de saúde locais que garantam a promoção, prevenção e proteção à saúde. Nesse sentido, encerro o trabalho com o Capítulo V, denominado, **Saúde e Sexualidade**, no qual as temáticas serão abordadas.

CAPÍTULO I - O TRABALHO DE CAMPO: DO ENCONTRO À IMERSÃO

...Isso depende muito de aonde você quer ir, disse o Gato.

O lugar não me importa muito, disse Alice.

Então, não importa que caminho você vá tomar, disse Gato.

Desde que eu chegue a algum lugar,
acrescentou Alice (em forma de explicação).

Oh, você vai certamente chegar a algum lugar,
disse o Gato, se caminhar bastante

(LEWIS CARROLL).

I.1 O Encontro

Ao me inscrever para o programa de mestrado no Instituto de Saúde Coletiva, o fiz em diversidade sócio-cultural, optando por trabalhar a saúde e sexualidade em mulheres jovens, assumindo primeiramente minha empatia com o gênero feminino, também, em detrimento da identificação com o trabalho profissional até então realizado.

Juventude e sexualidade, eixo temático deste trabalho, na realidade faz parte de uma vivência profissional e, desta forma, entendo como importante expor minha trajetória de atuação na área, no sentido de expressar como se deu o interesse pela temática.

Graduada em Psicologia, atuo no Sistema Único de Saúde desde 1997, como psicóloga, inicialmente no Centro de Testagem e Aconselhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV e AIDS e, posteriormente, no Programa Sentinela de combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil e no Projeto Siminina, que visava disponibilizar atendimento a crianças e jovens do sexo feminino em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Da experiência profissional quando me deparava com situações referentes à vivência da sexualidade por jovens e que se desdobravam em implicações muitas vezes não desejadas pelas mesmas, foi o despertar para a temática proposta neste estudo.

Suas vivências incorporavam alegria, tristeza, culpas e incerteza, enfim configuravam sentimentos mistos na maioria das vezes permeados por significados ambíguos.

Sem dúvida, acrescento que a ambiguidade constitui o nosso ser, somos oposições, com porções de valores que recebemos e porções de valores que se modificam no percurso da vida, se chocando com os anteriormente introjetados. A beleza ou a dor desse choque nos permite significar e ressignificar nossa existência.

Nos momentos em que nos deparamos com uma realidade, que vai ao encontro dos nossos conceitos introjetados, essa passa a ser significada, o que constitui a subjetividade humana, não sendo, portanto estática (DAMATTA, 1997).

Assim, constantemente a nossa subjetividade ressignifica os fatos e vai construindo um lugar que nos permitirá, enquanto sujeito pesquisador, perceber o fato social.

(...) Ninguém desvela o mundo dos outros e ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento dos outros, é preciso que esses se tornem sujeitos no ato de desvelar (FREIRE, 2005 p. 194).

A subjetividade do pesquisador, no movimento de significar e ressignificar os fatos, dará o tom à realidade que se busca compreender e será descrita a partir de um olhar, ou como nos traz BOURDIEU (2007) a partir de um ponto de vista:

Entre os usos sociais da ciência, há um de fato, que quase sempre é esquecido e que certamente, não é menos importante: aquele que consiste em colocar a ciência, e, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta. Uma análise puramente descritiva pode conduzir a tomada de posições prescritivas? Uma das virtudes da teoria do campo é que ela permite romper com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário - cada um vê o campo com certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do campo, que ele próprio não vê, e romper com as teorias semi-eruditas que só contêm, um estado explícito um dos pontos sobre o campo (BOURDIEU, 2007 p. 47).

Assim, uma temática pode ser compreendida a partir de diferentes prismas, dependendo do lugar onde o sujeito pesquisador se posiciona para olhá-la. O posicionamento nos possibilita enquanto pesquisador o entendimento da realidade a partir de uma perspectiva carregada de símbolos, códigos e signos que se conjugam mutuamente na captação do mundo que vemos.

Por mais ética e rigor metodológico com que um pesquisador se comprometa a realizar um trabalho científico, se dispor a compreender uma realidade implica também na conformidade que essa será percebida parcialmente.

À medida que fui invadida pela reflexão sobre o meu lugar como pesquisadora que apontaria sobre o ponto de vista que o trabalho seria estruturado, fui acometida por um silêncio existencial que teve suas vantagens.

Assim como o silêncio vocal que muitas vezes se encarrega de falar mais que as palavras, do silêncio existencial emergiu a necessidade de construir o

pensamento que não tem o sabor de assertivas, são antes de mais nada, considerações que ao significar a realidade é por ela significada.

Encarar a temática sob a égide das generalizações foge aos meus objetivos, haja vista que no caminhar do trabalho deparei-me com diversas interrogações que colocaram em dúvida questões que, aparentemente, estavam consolidadas.

As ideias de Bourdieu vão ao encontro das frequentes indagações sobre a questão da representatividade em pesquisa qualitativa. Elas se expressam no esquema teórico criado por ele, denominado *habitus* (MINAYO, 1997).

As práticas sociais são reproduções sociais sustentadas por um *habitus*, objetivamente ajustadas pelos sujeitos e podem ser verificadas a partir de experiências sociais e realidades sociais.

Nessa dimensão objetiva e construída da realidade social, Bourdieu distingue dois momentos na investigação humana, um primeiro objetivista, onde estruturas são construídas afastando as representações subjetivas dos agentes e o segundo subjetivista, sendo o fundamento das representações subjetivas, as quais devem ser consideradas e analisadas quando se pretende entender as estruturas sociais.

O *habitus* individual combina de maneira específica uma diversidade maior de experiências sociais, constituído a partir do que o autor denominou princípios geradores, onde os indivíduos são levados a dar múltiplas respostas a diversas situações encontradas a partir de um conjunto limitado de esquemas de ação e pensamento. Para BOURDIEU (1983) a existência do *habitus* é ao mesmo tempo, condição de existência de um determinado *campo* e produto de seu funcionamento.

A estrutura do *campo* é um estado de relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta, ou se preferirmos, na distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo tem por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983 p. 90).

O *campo* para BOURDIEU (1996) constitui a face da exteriorização da interioridade dos processos, é a maneira como ele concebe as instituições. É uma

esfera da vida social que se autonomizou através das histórias, em torno de relações sociais, de conteúdos e de recursos próprios. Tais conceitos orientam a interpretação, uma vez que conjugados, ajudam-nos a teorizar acerca dos sentidos da vida social.

O *habitus* constitui uma experiência social fundada nos costumes, nos processos e nas instituições, em estruturas estruturadas e estruturantes do tecido social (BOURDIEU, 1989).

BOURDIEU (1994) enfatiza que todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas, daí a possibilidade de exercer na análise da prática social, o efeito da universalização e da particularização, na medida em que eles se homogenizam, distinguindo-se dos outros.

A famosa frase de BEAUVOIR (1980), “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*”, resume os fluxos e refluxos culturais que norteiam os sujeitos sociais para significar sua posição de tornar-se mulher em uma determinada cultura.

Portanto, faz-se imperioso perseguir a trajetória para se tornar homem ou mulher, norteada por engenharias sociais de identidade, as quais são ancoradas em um sistema de idéias que são respostas equalizadas por um conjunto de princípios que dão sustentação aos paradigmas vigentes, que não ocorrem por acaso. Havendo uma lógica que perpassa todos os segmentos do sistema fortalecendo sua estrutura, são sustentadas e ao mesmo tempo se sustentam por um *habitus*.

Referenciando-se na teoria de Bourdieu, entendo que a trajetória do tornar-se mulher conduz-se e é conduzida por um *habitus*, confundindo presente, passado e futuro em que um sujeito torna-se mulher em uma determinada cultura.

Vale ressaltar que a mulher apesar das mudanças aclamadas pelo movimento feminista, como nos enfatiza BOURDIEU (2007), se estrutura em um espaço social em que as desigualdades entre os sexos masculino e feminino, permanecem se constituindo a partir das relações de dominação-subordinação.

Para o autor, a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que conferem aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*; moldados por tais condições funcionam como matrizes das percepções, dos

pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.

Sempre me interessei pelos estudos sobre a mulher, ou melhor, sobre a condição desta no mundo, e com certeza minha própria condição feminina tenha induzido a esta inclinação. Com certa maturidade passei a questionar conceitos tentando entender como no cotidiano se bifurcam condições de privilégios e ou inferioridades relacionadas à condição de ser homem e mulher no mundo.

Reconheço que essa minha inquietude buscando compreender-me enquanto ser mulher e estar no mundo, reflete-se em toda narrativa do trabalho.

Ao escutar a trajetória de cada mulher demarcando seu espaço físico e simbólico no mundo, misturava-me a elas tentando compreender o meu próprio caminho.

Cada mulher narrava suas histórias, as quais se refletiam em seus olhares, que ora se marejavam de tristezas, ora se apagavam de desesperança e ora resplandeciam alegrias, funcionavam como espelhos para o meu próprio olhar que buscava significar minha existência.

Mulher, juventude e sexualidade, conceitos revestidos de obstáculos, porque se incorporam ao cotidiano e imaginário das pessoas e ao meu, são identidades e alongamentos de mim mesma, da minha história, da minha posição de ser e estar no mundo.

No percurso em busca do eixo narrativo ao me debruçar nos estudos sobre a temática ou a escutar as histórias de cada participante do estudo, misturo-me a elas em busca da alteridade é à procura de mim mesma.

O percebo como um **Encontro**, cujas linhas conceituais e pesquisadora se interagem e, portanto, em momento algum tentei duvidar de minha condição partícipe em todo o caminhar do trabalho teórico e prático, que se tornou possível a partir do método etnográfico.

Conscientiza a palavra com sua significação que se constitui em sua intenção significativa, coincidente com intenções de outros que significam o mesmo mundo. Este, no

fundo, é o lugar do encontro de cada um, consigo mesmo e os demais (FREIRE, 2005, p. 11).

Fui invadida pelas histórias das participantes que revelavam contextos de afetos, paixões, pulsões, romances e amores, conjugados com as experiências da sexualidade.

Esse Encontro embrenhado numa verdadeira revolução de ideias encharcou-me de perplexidade, desde a escolha pela temática até a entrega do trabalho, ou seja, em todo caminhar da pesquisa.

O lócus do processo investigativo, o Universo Rural Pantaneiro, foi um desafio proposto à minha orientadora de mestrado e o fiz porque gostaria de vislumbrar novas realidades, diferenciadas da minha. O etnocentrismo empobrece a maneira de contemplarmos diferenças.

O trabalho desenvolvido está inserido no Programa de Estudo Pantanal Norte denominado: Estudos Integrados sobre os Processos Ecológicos e Sociais, com vistas à Conservação, em um convênio da Universidade Federal de Mato Grosso com o CNPq, no Programa Ecológico de Longa Duração (PELD).

I. 2 A Imersão: o trabalho de campo

A potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica bastante a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo. Ela induz os eruditos a descer da torre de marfim e se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores catedráticos (BORDA, 2001 p. 60).

A minha introdução no campo de pesquisa ou a minha primeira visita ao Distrito de Joselândia, se deu a partir de uma pesquisadora que realizava seus estudos referentes à saúde da mulher na região para compor sua dissertação de mestrado e com quem as pessoas da comunidade mantinham um excelente relacionamento.

Esse primeiro contato com a comunidade, em outubro de 2007, objetivava não o início do processo investigativo, mas, sim, de propiciar essa inserção da

pesquisadora no lócus do processo investigativo. Nesse período conheci várias famílias, inclusive mulheres que me abriram as portas de suas casas posteriormente para que eu pudesse realizar o trabalho com suas filhas, sobrinhas e ou noras. No ano de 2008, retornei por três vezes ao distrito de Joselândia, nos meses de junho, agosto e novembro.

Deveria iniciar o trabalho, conhecer as jovens, ver quem se adequaria às características anteriormente selecionadas¹ para participar do estudo e averiguar quais interessaria em participar do mesmo. Utilizei como informante para iniciar as pesquisas uma jovem a quem denominarei, Clara² de 15 anos que é filha de moradores da região.

No desenvolvimento do trabalho percebi que, inicialmente, quando explicitava o trabalho a ser desenvolvido para verificar o interesse das jovens em participar, estas dirigiam o olhar para outras mulheres da família: avós, mães ou sogras; ou seja, mulheres de mais idade. Suas opiniões pareciam de extrema importância e delas esperavam uma confirmação gestual ou até verbal se poderiam ou deveriam fazer parte das entrevistas.

Realizei uma primeira visita nas casas das pessoas, explicitava o estudo, informando que tinha como objetivo principal entender o que significa para as jovens ter relacionamentos afetivos, ficar ou estar grávida. Esclarecia nesse primeiro momento que conversaríamos sobre namoros, experiências sexuais, casamento, relacionamentos familiares de amizades e também sobre a infância, juventude e vida adulta. Informei que participariam, se quisessem, das entrevistas e seus nomes verdadeiros não seriam revelados, por isso utilizamos nomes fictícios para os entrevistados. Verbalizei também sobre a gravação das entrevistas e se caso resolvessem não mais participar do trabalho não haveria problema algum, mas se caso concordassem teriam que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³.

¹ Jovens do sexo Feminino, que possuem ou possuíram um companheiro com quem mantêm uma relação de convivência estável; que vivenciaram ou vivenciam a experiência da gravidez.

² Utilizei **pseudônimos** para não identificação dos participantes, devido aos mesmos fornecerem informações íntimas e particulares.

³ O modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido se encontra no Anexo I.

Após a explicitação, caso concordassem marcava um retorno em suas casas para entrevista.

Todas as jovens aceitaram participar das entrevistas, vale salientar que a absoluta maioria solicitou o anonimato, já garantido pelo próprio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este foi seguido à risca, garantindo harmonia no desenvolvimento dos diálogos. Quando solicitado pelas participantes o gravador foi desligado.

As mães das jovens procuradas também concordaram em participar das entrevistas, assim como os agentes de saúde, a Secretária Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço e, por conseguinte do Distrito de Joselândia e com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço.

Paralelamente às entrevistas, realizei trabalhos na Escola local e no Posto de Saúde que atende as Comunidades em questão.



Figura 1: Agentes de Saúde

Na Escola foram realizadas palestras com os jovens sobre uso e abuso de álcool e outras drogas, objetivando estabelecer um contato mais íntimo com os mesmos e também com os demais membros da comunidade uma vez que essa

Instituição atende a todas as pessoas da localidade que pretendem alavancar uma vida acadêmica. Disponibiliza para as pessoas os Ensinos: Básico, Fundamental, Médio e Superior, sendo que o último é televisionado. Com relação aos ensinos básicos, fundamental e médio, é público estadual, já o superior é privado, assim cada interessado tem que ter disponibilidade financeira mensalmente.

Essas atividades possibilitaram uma aproximação com a comunidade que, por várias vezes, em momentos posteriores, me abordaram com questionamentos pessoais, referindo-se à saúde, comportamentos, afetividades, relacionamentos emocionais.

As jovens participantes do trabalho confidenciaram-me segredos, solicitaram sugestões e opiniões, para as quais me mantinha neutra, uma vez que não se tratava de relacionamentos psicoterápicos. A profissão e experiência como psicóloga possibilitou que as mesmas depositassem confiança no nosso relacionamento, para que compartilhassem comigo experiências, sofrimentos e alegrias.

Senti-me acolhida e aceita pelas pessoas da comunidade, fui convidada a participar de festas locais, para compartilhar almoços familiares sendo visitada no alojamento em várias ocasiões. Nesses momentos era interrogado quanto a minha vida pessoal e, possivelmente, o acolhimento ocorreu por vivenciar um relacionamento afetivo heterossexual, estável e ter um filho, fato que se adequava aos padrões sociais desejáveis.

Desta forma, não houve nenhum entrave que tenha desvirtuado o objetivo da pesquisa.

I. 3 Subjetivismos Metodológicos

Gosto de ser gente porque inacabado sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele (...). Gosto de ser gente porque como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo (FREIRE, 2005 p. 53).

Cada sujeito constrói sua história no mundo a partir das relações com o outro, partícipe e responsável por ela. Portanto, não apenas observo minha existência, mas sim participo dela. Não me adapto ao mundo, mas nele me insiro. E não me acomodo aos acontecimentos, mas interajo com eles. Num movimento constante luto para não ser apenas objeto, mas sujeito de minha história.

Nesse sentido, enquanto pesquisadora não é possível o desenvolvimento do trabalho à guisa de imparcialidades, falando de mulheres acabo me envolvendo com suas histórias e contextos. Compartilho com elas do sentimento de ser mulher.

Na busca de compreender a aprendizagem e vivência da sexualidade, procurei me colocar no lugar das mesmas, mulheres outras diferenciadas de mim.

Essa posição requer um esforço contínuo de percepção, pois a princípio essa realidade diferenciada resume-se em um emaranhado de incertezas.

Como nos descreve GEERTZ (1989) o pesquisador etnógrafo se depara com estruturas sociais complexas, sobrepostas umas as outras que são simultaneamente irregulares, as quais devem ser primeiramente apreendidas e depois apresentadas.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato a não ser quando (como deve fazer e naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas as outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro aprender e depois apresentar (...). Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (GEERTZ, 1989 p. 7).

Facilmente somos ludibriados por manifestações transparentes que ocultam comportamentos mais interiores, resguardados e possivelmente mais fidedignos. O exercício da percepção me permite adentrar nessa realidade que é diversa da minha, me intriga e me deixa perplexa pela diferenças. A estranheza me remete à ideia de que não pertenço a esse universo, não o componho, mas ao mesmo tempo preciso compreendê-lo, caso contrário o meu trabalho se resumiria a uma descrição.

Entra-se numa outra cultura, mas ao mesmo tempo guarda-se uma distância dela. Não é possível ao antropólogo tornar-se verdadeiramente um zande, um Nuer, sempre seremos nós mesmos e nada mais - membros de nossa sociedade, visitantes numa terra estranha (PRICHARD, 2005 p. 246).

Chegamos à problemática do significado da ação social sob o olhar dos sujeitos analisados, em que eu, enquanto pesquisadora, empresto o olhar do outro para compreender a sua realidade. Ou seja, entendo que não estou lá, não faço parte daquela realidade, mas não posso estar aqui, utilizar o meu referencial para compreender aquela realidade diferenciada da minha.

A estratégia que disponho é a de me colocar no lugar do outro, posição que me facilitará o olhar distanciado de observador não estranho, mas que se estranha, se enche de perplexidade (SILVEIRA, 2004).

Utilizo da perplexidade para desnudar uma realidade a priori revestida de uma roupagem misteriosa e duvidosa. Enquanto sujeito pesquisador mergulho no campo da pesquisa concomitante a uma imersão em mim mesmo, quando entro em contato com meus conteúdos subjetivos, os quais me impulsionam para uma posição em que consigo perceber a realidade a partir de um prisma. Ou, segundo BOURDIEU (2007), a partir de um ponto de vista.

Essa realidade será compreendida a partir do meu ponto de vista, conseqüentemente sofrerá variações de interpretação, com diversidades que, a meu ver, não distorcem o fato social, mas o agiganta com possibilidades de entendimento.

Na busca de se entender a pluralidade de atitudes humanas, a antropologia tem um papel em especial, entre as demais ciências sociais, porque se volta para a análise das diferenças (PEIRANO, 1998).

Não me recuso a enfartar-me de perplexidade, pois não acredito no trabalho científico longe de turbulências e conflitos interiores.

Realidades, atitudes e comportamentos diferenciados que para o pesquisador se assemelhavam a um emaranhado com muitas incertezas, as quais reclamaram um exercício constante de atenção e percepção.

Para desatar as incertezas, ou pelo menos parte delas, que desvelará o universo a ser compreendido, agrego algumas estratégias, os recursos metodológicos,

que são amplos e permitem captar os fatos em diversas manifestações, nos possibilitando ir além dos estereótipos existentes (PEIRANO, 1998).

I.4 Os Recursos Metodológicos

Embora haja muitas formas e técnicas de realizar o trabalho de campo, dois são os instrumentos principais desse tipo de pesquisa: a observação e a entrevista. Enquanto a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto ou captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria prima a fala de alguns interlocutores. Na pesquisa qualitativa, a interação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial (MINAYO, 2007 p. 63).

Para realização do trabalho etnográfico, como recursos metodológicos foram utilizados: Caderno de Campo, Observações Diretas, Fontes Iconográficas e realizadas 32 entrevistas semi estruturadas, sendo: 20 com as jovens, 5 com as mães das jovens, 5 com agentes de saúde, que correspondem aos profissionais de saúde das Comunidades Rurais do Pantanal Mato-grossense. Também foram realizadas entrevistas com a Secretária Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço e, por conseguinte do Distrito de Joselândia e uma com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço.

Para GOLDENBERG (2004) as pesquisas de Malinowski em seu livro “Os Argonautas do Pacífico”, provocaram uma verdadeira ruptura metodológica priorizando a observação direta e a experiência pessoal do pesquisador no campo. Suas bases metodológicas e legitimidade continuam atuais e a partir de sua experiência descreve os passos da inserção na realidade empírica, correspondendo à necessidade de o pesquisador ter uma bagagem científica, importância da observação participante, utilização de técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina evidências.

Segundo SCHWARTZ e SCHWARTZ (1955) a observação participante corresponde a um processo que mantém a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Estará face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe os dados.

Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por esse contexto.

MINAYO (2006) relata que existem controvérsias com relação à prática da observação ao o que e como observar, existe a necessidade de o pesquisador relativizar o seu espaço social, aprendendo a se por no lugar do outro.

A autora define-a como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Assim, o observador fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

Vivenciei momentos de silêncio, os quais não podem ser desprezados e merecem a mesma atenção que as falas porque deles podem emanar uma série de conteúdos implícitos. Podem traduzir formulações de valores, costumes e hábitos, através de expressões nem sempre passíveis de serem exteriorizadas.

O discurso manifesto é decodificação relativamente fácil, entretanto, conceber a importância do não dito ou o não palpável requer extrair do pensamento as emoções que podem se esconder entre as barreiras da racionalidade. Ultrapassá-las requer uma sensibilidade por parte do pesquisador, elemento, a meu ver, essencial para aqueles que se dispõem a narrar um fato social, a partir do olhar etnográfico.

Situações que diferenciam as atitudes das palavras, ou parafraseando PEIRANO (2001), entre o “Dito e o Feito”. A autora esclarece que não é possível separar o dito e o feito, porque o dito também é feito.

Não é possível separar o dito e o feito, porque o dito também é feito. Considerando-se a dimensão básica, é preciso então ressaltar que a etnografia é bem mais um mero descrever de atos presenciados ou (re) contatá-los. A boa etnografia leva em conta o aspecto comunicativo essencial que se dá entre o pesquisador e o nativo, o contexto da situação, que revela os múltiplos sentidos dos encontros sociais (PEIRANO, 2001 p. 11).

O método etnográfico, como observado por GEERTZ (1989), é uma descrição densa e define o ethos como os aspectos morais, valorativos e estéticos de

uma determinada cultura, já o segundo é visto por ele como os aspectos cognitivos e essenciais, assim:

O *ethos* de um povo é o tom o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e sua estética e sua disponibilidade. É a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem (GEERTZ, 1989 p. 143 e 144).

Nesta perspectiva a interpretação da realidade social utilizando-se da etnografia, impõe o olhar, ouvir e escrever, como destaca OLIVEIRA (1996). Para este autor esses três momentos são estratégicos no *métier* do pesquisador, os quais devem ser tematizados pelo exercício da reflexão epistemológica.

O olhar e ouvir etnográficos cumprem sua função básica na pesquisa empírica e é o escrever que se apresenta como momento mais fecundo da interpretação.

Se o olhar, ouvir e escrever podem em um primeiro momento nos parecer tão familiares, enquanto inseridos nas ciências sociais, como enfatiza OLIVEIRA (1996) assumem um sentido de natureza epistêmica que logra a construção do saber.

Os recursos metodológicos auxiliam o sujeito pesquisador a focar o fato social a partir de diferentes versões. Muitas vezes, por exemplo, o que nos passa despercebido nas entrevistas, se demonstra com clareza em conversas aparentemente informais.

Digo aparentemente, porque o pesquisador social deve estar atento aos fenômenos que se desdobram em sua frente e de posse do Diário de Campo, deve anotar informações e confabulações com relação ao universo a ser compreendido.

Para MEAD (1971), o diário de campo, corresponde a um caderno de notas, em que o investigador vai anotando diariamente o que observa, deve conter impressões pessoais (podem se modificar com o tempo), transcrições de conversas informais, observações de comportamentos, manifestações corporais, entre outros.

A autora enfatiza que é esse acervo de impressões e notas sobre as observações entre falas, comportamentos e atitudes que podem contribuir para as informações que se quer investigar.

Outro aporte utilizado no trabalho foi às entrevistas, que se constituíram em semi-estruturadas, para as quais utilizei um roteiro não estático.

Sob o ponto de vista de TRVIÑOS (2006) para pesquisa qualitativa a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados, valorizando a presença do investigador e oferecendo todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias enriquecendo a investigação.

Esclarece que em geral a entrevista semi-estruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em certas teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Assim, as perguntas que constituem a entrevista são resultados da informação que o investigador colheu sobre o fenômeno social, num diálogo que se estabelece com o outro (TRVIÑOS, 2006).

Se o diálogo é o encontro dos homens para ser mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam, já não pode haver diálogo. O seu encontro é vazio e estéril. É burocrático e fastidioso (FREIRE, 2005 p. 95).

Partindo desse pressuposto estabeleci com as participantes das entrevistas um diálogo anterior, buscando abrandar a tensão dos primeiros momentos e, no decorrer das mesmas, procurei estabelecer um clima de espontaneidade, cordialidade, respeitabilidade e confiança.

Uma entrevista é uma forma privilegiada de interação social, estando sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade, portanto algumas considerações práticas devem ser levadas em conta na situação de interação empírica

de entrada do entrevistador no campo, como aponta MINAYO, (2007): A apresentação correspondendo ao princípio básico desse ponto é que uma pessoa de confiança do entrevistado faça a mediação entre ele e o pesquisador; a menção de interesse da pesquisa na qual o investigador deve discorrer resumidamente sobre o trabalho para seu entrevistado e também dizer que seu depoimento pode contribuir direta ou indiretamente para a pesquisa como um todo, para a comunidade e para o próprio entrevistado (é importante mencionar também a instituição à qual o pesquisador está vinculado); apresentação de credencial institucional; explicação dos motivos da pesquisa (em linguagem de senso comum, em respeito aos que não necessariamente dominam os códigos das ciências sociais); justificativa da escolha dos entrevistados, buscando mostrar-lhes em que ponto e porque foi selecionado para a entrevista e a garantia de anonimato e de sigilo sobre os dados; Assegurar aos informantes que os nomes não precisam ser ditos, mas, ao mesmo tempo, que sua contribuição faz sentido para o conjunto do trabalho.

Nas entrevistas com as jovens, o Roteiro se estruturou em 3 partes correspondendo à Identificação Pessoal, História de Vida e História Afetiva.

O segmento da pesquisa referindo-se à História de Vida, procurava compreender: a) história de sua família, do sujeito inserido em sua família e sua relação com ela; b) como se constitui seu desenvolvimento pessoal desde sua infância, juventude, vida adulta e história de vida atual; c) a história de vida de seu companheiro e do mesmo com sua família. Encerrando esse segmento que questionava a relação entre as famílias da entrevistada com a família do companheiro. Sobre a História Afetiva, procurei compreender as relações afetivas, amorosas, relações sexuais, gestação, nascimento dos filhos e seu relacionamento amoroso atual.

Nas entrevistas com as mães das jovens utilizei o mesmo roteiro das jovens e, posteriormente, acrescentava um item que se referia à História de Vida das Jovens na visão de suas mães. Gostaria de esclarecer que realizei as entrevistas com as mães para entender as histórias, comportamentos e a vida das jovens.

No que se refere às histórias de vida, QUEIROZ (1991), observa que:

(...) a história de vida por sua vez, se define como relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e

transmitir a experiência que adquiriu. (...) ela é, portanto, técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social. A história de vida pode tentar desvendar o ponto em que as características destas coletividades se juntem às sensações sinestésicas, buscando a interação entre ambas, e esclarecendo quais os instrumentos sociais utilizados para a tradução (QUEIROZ, 1991 p. 06-21-23).

As entrevistas tiveram uma duração de 45 minutos a 3 horas, algumas eram realizadas num mesmo dia e outras requisitaram retornos posteriores. No final das mesmas perguntava se havia alguma coisa que elas gostariam de acrescentar e colocava-me à disposição, caso se recordassem ou quisessem acrescentar algum fato.

Como recomendado por MINAYO (2007) a interação entre sujeitos e pesquisador se deu de forma harmoniosa, possibilitando que o trabalho fluísse a contento.

Gostaria de finalizar a introdução ressaltando que o caminho foi longo para realização do presente trabalho, percorri trilhas iluminadas, duvidosas e surpreendentes, porém ao contrário de Alice, sabendo onde queria chegar. Não a qualquer lugar onde encontraria respostas superficiais para os meus questionamentos, mas, sim, a um lugar, a partir do qual se tornou possível desvelar categorias implícitas sobre a vivência da sexualidade em mulheres jovens nos contextos afetivos do Pantanal Mato-grossense.

Acho oportuno citar que quando realizava o trabalho de campo encontrava - me na casa de uma das senhoras participantes do trabalho e ela me propôs encurtar meu caminho de volta por um atalho no mato. Verbalizei-lhe que receava me perder e ela me respondeu:

Olha quando você perder o caminho olhe para frente e vai ver um lugar no meio do mato que está mais deitado que o resto, e ficou assim das pessoas passarem por ele. Mas se não conseguir mesmo assim continuar volte por onde você começou que retornará na minha casa e avistará o novo caminho até se achar (VALENTINA).

Fui acompanhada por esse conselho em toda a caminhada teórica e prática, quando me sentia indecisa ou até insegura retornava ao princípio e de lá visualizava as possibilidades de continuidade do trabalho.

A pesquisa de campo etnográfica corresponde a um caminho por aonde os passos do pesquisador vão desvelando, lenta e gradualmente, camadas psicológicas, as quais vão revelando pudorosamente a vivência da sexualidade em jovens mulheres joselandenses. Já o escrever etnográfico tem uma característica de caminho introspectivo, porque ressaltará os aspectos subjetivos do narrador onde ele confronta os dados encontrados no campo, a literatura pertinente às temáticas e a si mesmo.

Enfim, é um caminho labiríntico onde o pesquisador se encontrará com os outros e consigo na busca de respostas significativas aos fatos sociais a que se propõe o estudo.

CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEXUALIDADE E CAMPE SINATO

A compreensão da sexualidade como socialmente construída tem redirecionado grande parte da pesquisa sociológica e antropológica não apenas para os sistemas sociais e culturais que modelam a nossa experiência sexual, mas também para as formas como interpretamos e compreendemos esta experiência. A partir dessa perspectiva a experiência subjetiva da vida sexual é compreendida como um produto de símbolos e significados intersubjetivos associados à sexualidade em diferentes espaços sociais e cultura

(RICHARD PARKER).

Compreender a vivência da sexualidade perpassa pelo entendimento das relações eróticas, pois esta é apenas uma entre muitas situações que os sexos se encontram e entram em relação com si e com outro. Pensar em sexualidade engloba reflexões sobre gênero, situações em que os sujeitos em diferentes condições sociais e sexuais se encontram e se envolvem afetivamente.

Sujeitos imersos em culturas diferenciadas que estruturam as regras e normas de como a sexualidade pode ou deve ser vivenciada e as sanções sofridas por sujeitos que não a vivenciam conforme os ditames dessa cultura.

Portanto os conceitos estruturados em torno da sexualidade são frutos de mecanismos sociais expressos por um conjunto de ideias e falas com especificidades culturais. Muito do que sentimos e fazemos no campo do erótico e do sexual é resultado do que falamos e pensamos a esse respeito, constituindo - se como experiência subjetiva apoiada em sensações corporais.

Nesse sentido a primeira parte do capítulo tem como objetivo apresentar inicialmente os constructos teóricos sobre a temática denominada **Sexualidade** e abordá - la em suas interfaces com a cultura, gênero e juventude.

Partindo do pressuposto de que a sexualidade se desdobrará em significados distintos, a depender de como as experiências serão introjetadas, significadas e interpretadas por cada um, com intermediações culturais, constituindo-se em experiências subjetivas, na segunda parte desse capítulo, denominado “**O Campesinato,**” buscou-se conceitos sobre a temática para a compreensão das especificidades culturais onde se reproduzem as relações sociais, afetivas e sexuais, das participantes no universo rural.

Os preceitos teóricos sobre sexualidade e campesinato, subsidiaram a compreensão da vivência da sexualidade em mulheres jovens pantaneiras, na perspectiva de que a vivência da sexualidade será resultado da internalização de disposições sociais objetivas.

Essa interiorização da exterioridade ocorrerá de maneira subjetiva, ou seja, de maneira individual, mas que está instituído socialmente, originando, portanto, as diferentes formas de dar significado às experiências e comportamentos sociais e sexuais.

II.1 Sexualidade

A sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com nossa subjetividade (quem e o que somos) e com a sociedade (com a saúde, prosperidade, o crescimento e o bem estar da população como um todo) (WEEKS, 2000, p.52).

Refletir sobre a sexualidade que exprime significados em torno de atos corporais relacionados à reprodução e ao prazer sexual, nos remete a um arcabouço conceitual, no que se refere à reprodução humana, a sexualidade relaciona-se à união sexual de dois sujeitos, um macho (fecundante) e uma fêmea (a geradora), objetivando reproduzir descendentes. Já o prazer sexual constitui-se em experiências afetivas que refletem sensações corporais com diferentes tipos de satisfação para os sujeitos (MEAD, 1971).

Com a intermediação da cultura se estabelecem as regras da sexualidade, incluindo o uso dos corpos, o reconhecimento das sensações e a incorporação pelos sujeitos da permissão ou proibição de vivenciar algumas formas de prazeres sexuais. Enfim, regras a respeito de com quem é permitido ou proibido ter relações sexuais, onde, como, em que momento da vida, que práticas são aceitas ou rejeitadas, as quais estão presentes em diferentes culturas.

Esta vivência da sexualidade pode influenciar nas questões referentes à saúde da mulher, e no caso aqui estudado, implicadas com a falta de políticas públicas na região e principalmente, com ausência de ações à saúde voltadas para a juventude.

Portanto, a compreensão das atitudes em relação ao corpo e a sexualidade dos sujeitos só se torna possível explorando-se as condições historicamente variáveis, que originam a importância atribuída sexualidade num momento particular, e aprendendo as várias relações de poder que modelam o que é considerado como comportamento normal ou aceitável, em determinada cultura.

II.1.1 Cultura e Sexualidade

A cultura, distintivo das sociedades humanas, é como um mapa que orienta os comportamentos dos sujeitos em sua vida social. Puramente convencional esse mapa não se

confunde com o território: é uma representação abstrata dele, submetida a uma lógica que permite decifrá-lo. Viver em sociedade e viver sob a dominação dessa lógica e as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem de que disso tenha consciência (RODRIGUES, 2006, p.19).

Partindo do pressuposto de que a sociedade humana é um sistema de significações e a cultura é a maneira como essas se expressam, a sexualidade não pode ser abordada sem estar referenciada com a cultura, pois a experiência sexual e os diferentes tipos de satisfação que esses podem propiciar, tendem a produzir emoções e ideias, que acabam por adquirir sentidos diversos, ocorrendo um processo de significação que relaciona atos corporais a sensações e estas a ideias aprendidas sobre o sexo. Assim, quando se fala de sexualidade não se restringe ao ato sexual, mas ao repertório de ideias sobre o assunto circulante na cultura em que sujeitos se inserem.

Os sujeitos carregam biologicamente as mesmas características, mas a sua conduta difere fortemente de um espaço para outro, de um tempo para outro, isto é, cultura que representa o sistema de ideias que cada sociedade elabora a partir de seu contexto histórico e geográfico (LARAIA, 1988).

Como observa Laraia, no final do século XVIII, Tylor sintetizou os termos *Kultur*, originário do idioma alemão, que era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade e *Civization*, palavra francesa que se referia principalmente às realizações materiais de um povo no vocabulário inglês *culture*. Este conceito tomado em seu amplo sentido etnográfico inclui conhecimentos crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à idéia de aquisição inata, transmitido por mecanismos biológicos. Ou seja, as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais.

LARAIA (1988), ao abordar teoricamente a temática, afirma que Keesing classifica as tentativas modernas de obter uma precisão intelectual sobre cultura em dois grupos. O primeiro refere-se às teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo, que apesar de fortes divergências teóricas entre autores, apresentam

algumas principais características, dentre elas: culturas são sistemas (de padrão de comportamentos socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos; mudança cultural é primariamente um processo de adaptação equivalente à seleção natural (o homem é um animal e como todos os animais deve manter uma relação adaptativa com o meio circundante para sobreviver); a tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social diretamente ligados à produção constituem o domínio mais adaptativo da cultura; os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter consequências adaptativas no controle da população da subsistência.

Em segundo lugar, Keesing refere-se às teorias idealistas de cultura, que se subdivide em três diferentes abordagens. A primeira delas é a dos autores que consideram a cultura como sistema cognitivo. A segunda refere-se à abordagem que considera a cultura como sistemas estruturais, ou seja, a perspectiva desenvolvida por Lévi-Strauss, que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais, mito, arte, parentesco e linguagem, os princípios da mente que geram essas elaborações culturais. A última entre as teorias idealistas é a que considera a cultura como sistema simbólico. Esta posição é desenvolvida nos Estados Unidos principalmente por Geertz e Schneider.

Mediante a diversidade teórica sobre definição de cultura, LARAIA (1988) observa que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação dentro de uma determinada cultura. Porém indivíduos participam diferentemente de sua cultura, pois nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. O importante é que deva existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta do conhecimento da cultura a fim de permitir sua articulação com os demais membros da sociedade

Como enfatizado pelo autor, a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema cultural a que pertence. Cada cultura ordenou a seu modo o mundo que circunscreve e esta ordenação dá um sentido cultural à aparente confusão das coisas naturais, que consiste em um sistema de classificação. Todas as

sociedades humanas dispõem de um sistema de classificações para o mundo natural, os quais divergem entre si, porque a natureza não tem meios de determinar ao homem um só tipo taxionômico.

Entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo, portanto corroboro as ideias de GEERTZ (1989) para o qual a cultura deve ser considerada um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar os comportamentos. A criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente, esta amplitude de possibilidade, entretanto, será limitada pelo contexto real e específico onde de fato ela crescer. Os símbolos e significados são partilhados pelos atores (os membros do sistema cultural) entre eles, mas não dentro deles, são públicos e não privados. Estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

A cultura são essas intrincadas teias e sua interpretação pelos que a vivem e ao mesmo tempo produzem estruturas de significados socialmente estabelecidas. A interpretação seria, portanto a compreensão dessas estruturas, dentro de suas bases social e material. A dialética entre essas interpretações e re-interpretações dos diferentes autores sociais que interagem dentro das condições objetivas em determinado espaço e tempo (GEERTZ, 1989, p. 56).

Através dos pilares culturais a humanidade busca acomodar o estar com o ser e o *habitat* é o espaço modelado pelo homem social, no qual é exercido o processo de adaptação que se vincula no traslado do transcurso do tempo. O binômio espaço e tempo cria o diálogo da convergência que, segundo MALINOWSKI (1982), brota pela e na cultura, ponto de ir e vir dos volteios humanos. Assim, interpretar os fatos sociais representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las.

LÉVI-STRAUSS (2008) propôs uma abordagem das sociedades humanas tendo como característica fundamental o postulado de que o comportamento humano e as relações sociais constituem uma linguagem.

O ponto basilar de sua teorização consiste que atividade humana é a de um estruturador inconsciente que funciona como um ordenador do relacionamento entre o

homem e o mundo, porque necessita controlar a natureza ou os eventos visando a fins práticos, mas que precisa determinar e sistematizar. Privilegiada resultante da atividade do espírito humano, a cultura consiste, em seu entender, na substituição do aleatório pelo organizado, assegurando, assim, a existência do grupo humano.

Por organização o autor entende presença e atribuição de sentido, ou seja, o reconhecimento de que em sutis diferenças e nuances, de olhar, de posturas, de maneiras a cumprimentar, de atividades econômicas, de procedimentos rituais exprime-se em juízo acerca dos relacionamentos entre pessoas.

A organização fundamenta-se para LÉVI-STRAUSS (2008), num conjunto de normas estipuladas, que institui e convenciona, valores e significações, possibilitando a comunicação dos indivíduos e grupo sobre um terreno comum, correspondendo às relações sociais.

A sociedade é um conjunto de relações que ultrapassa as consciências individuais e lhe são imanentes. Possui todas as características de uma autoridade que tem ascendência sobre os indivíduos e que eles devem respeitar. As pessoas introjetam essa autoridade através do processo de socialização, como enfocado por autores como Durkheim, Giddens, Nobert Elias e Bourdieu.

A socialização a partir dessa abordagem teórica é então o processo por meio do qual uma criança torna-se membro de uma sociedade. Uma pessoa pode ser considerada socializada quando abre mão de sua autonomia fisiológica em favor do controle social e quando se comporta, a maior parte do tempo, como as outras pessoas, seguindo rotinas culturalmente estabelecidas.

O processo de socialização ocorre a partir da educação, que consiste em introjetar nos indivíduos determinados valores e regras que orientarão os seus comportamentos em suas relações com o mundo e com a sociedade, o conteúdo e a forma desse processo variam culturalmente.

A cultura instaura o que chamamos natureza do homem e tem a ver com as condições orgânicas e sociais que dialeticamente relacionadas lhe estão na base. Não há comportamento humano fora da cultura ou resultante de qualquer abstração que se faça desta. Ela se constitui em um sistema de representações, uma atividade que

consiste em estabelecer as rupturas, os contrastes e as distinções indispensáveis à constituição do sentido do mundo, das coisas e das relações sociais.

Portanto, a lógica de identificação da cultura é a de opor-se à natureza, porém desde que constituída socialmente a ideia de natureza é variável culturalmente, nesse sentido comportamentos que sempre associamos à natureza humana são comportamentos aprendidos, de uma variedade particular (RODRIGUES, 2006).

A cultura adquire, ou funda o seu próprio sentido aos olhos de seus membros a partir do momento que se opõe à natureza, ou melhor, a um conceito de natureza culturalmente fabricado. Ela estabelece sua identidade, institui internamente em cada sujeito valores e regras, inibindo certos impulsos, os quais adquirirão um sentido próprio. São sistemas de representações e suas lógicas são introjetadas pela educação dos sujeitos, de modo a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo dessa maneira uma homogeneidade para o sistema social. Essas categorias do pensamento coletivo são, pois, verdadeiras instituições fixadas em nossas almas pelo processo de socialização, inclusive no que se refere à aprendizagem e vivência da sexualidade.

Nenhuma sociedade deixa de restringir de alguma forma o comportamento sexual de seus membros. O que é sexualmente adequado, permitido e até estimulante em determinadas culturas, não são em outras, a exemplo disso como nos elucidam RODRIGUES (2006), sociedades inteiras ignoram o orgasmo feminino, considerando-o como um agregado de experiências agradáveis, sendo comuns em presídios ou em situações de guerra as práticas homossexuais.

Toda cultura se preocupa com as manifestações da sexualidade, mas o ato sexual não traz em si um significado universal, pois a relação entre atos sexuais e significados sexuais também não é fixa, as culturas geram categorias, esquemas e rótulos diferentes para estruturar as experiências sexuais e afetivas. Essas construções não só influenciam a subjetividade e o comportamento dos sujeitos, mas também dão significado à experiência sexual (VANCE, 1995).

A aprendizagem da sexualidade, é consequência de processos históricos pautados em ideologias vigentes, é uma construção social, uma invenção histórica, a qual, naturalmente tem base nas possibilidades do corpo. Não é o resultado de uma

simples evolução ou como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural, tem sido modelado no interior de relações que envolvem poderes (FOUCAULT, 1993).

II. 1.2 Construindo a Sexualidade

Reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas desejos são também construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos, concepção de mundo e costumes existentes (FIGUEIREDO, 1998, P.09).

Michel Foucault pode ser considerado um dos mais influentes pensadores da abordagem teórica do construcionismo social da sexualidade, e se opõe ao essencialismo sexual, o qual basicamente tenta explicar as propriedades de um todo complexo tendo por referência a suposta verdade ou essência interior, seus estudos sobre a história da sexualidade, tem sido central para as discussões modernas sobre a temática. Seus trabalhos sobre sexualidade dão continuidade a uma tradição de crítica ao essencialismo sexual, que alimenta a abordagem histórica sobre a construção da sexualidade moderna, que sofreram influências de correntes teóricas, que, segundo WEEKS (2000), influenciaram a concepção acerca da sexualidade moderna.

A primeira corrente teórica refere-se aos trabalhos sobre sexualidade desenvolvidos pela antropologia social, sociologia e por pesquisadores sociais, a partir das quais, emergiu uma crescente consciência do largo aspecto dos padrões sexuais existentes em diferentes culturas.

No que se refere aos estudos sobre sexualidade, Margaret Mead antropóloga americana, a partir de 20 anos de trabalho com sociedades diversas questiona o que é ser homem e mulher e como devem pensar sua masculinidade e feminilidade no século XX, trazendo contribuições então inovadoras para a temática. Sua contribuição principal está relacionada à intermediação da cultura na vivência da sexualidade em grupos sociais diferenciados. Centraliza primeiramente seus estudos na diferenciação sexual a partir de identificações sociais com papéis atribuídos a pessoas do sexo feminino e masculino. Enfatiza que a partir das diferenças entre seus corpos os seres

humanos edificam seu conhecimento sobre sexo, a relação entre os sexos e aprendem através da vida a serem macho ou fêmea. Portanto, cada sociedade possui padrões de diferenças entre homens e mulheres, as quais são socialmente definidas.

Assim, para Mead desde o nascimento os bebês de ambos os sexos aprendem seus papéis masculinos e femininos em diferentes sociedades, através de construtos sociais, pois não existem diferenças sociais inatas. No desenvolvimento humano sexual denominado pela autora como os caminhos do corpo, a conduta masculina do ser homem se centra no falo e a feminina se envolve em seu corpo como um todo, ou seja, a mulher se significa como tal porque pode ser mãe, ter um bebê, ela detém o segredo da vida.

A autora relata que na idade de quatro ou cinco anos a criança inicia suas preocupações com o sexo que, na verdade, remete a uma preocupação dos adultos. Quanto mais uma menina é reconhecida como possuidora da feminilidade, mais ela deve ser protegida, pois se torna sedutora e pode ser uma “tentação”. Para o menino, o contato sexual surge com múltiplos medos, principalmente o da passividade homossexual, assim como aceita passivamente o seio materno.

A antropologia tem contribuído para demonstrar a mediação da cultura na construção da sexualidade, portanto as relações entre as pessoas e as coisas variam entre as sociedades, assim como a concepção de gênero, masculinidade e feminilidade, que emerge do processo de significação na diferenciação entre os sexos, estando presente, enquanto ordenador social, em toda cultura humana (MEAD, 1971).

MALINOWSKI (1982), contribuindo com as teorias antropológicas sobre sexualidade afirma em seu trabalho “A Vida Sexual dos Selvagens”, que a sexualidade não é apenas uma fonte de prazer, podendo ser encarada até como sagrado, devendo ser entendida como parte integrante das estruturas de uma dada sociedade.

A sexualidade é mais que uma relação carnal entre dois indivíduos, é uma força sociológica e cultural (MALINOWSKI, 1982 p.21).

Nessas perspectivas os estudos da sexualidade envolvem a apreensão das circunstâncias nas quais os sujeitos produzem significados eróticos e sexuais em

situações concretas, ou seja, está subordinada à reprodução das relações sociais em uma determinada cultura.

As abordagens antropológicas sobre a sexualidade como ressaltado por VANCE (1995), permaneceram estáveis de 1920 a 1990, e enfatizam o papel da cultura e do aprendizado na formação do comportamento e das atitudes sexuais. A cultura, nesses estudos, é vista como uma fonte de encorajamento e desencorajamento da expressão, dos atos, atitudes e relacionamentos sexuais.

Nos EUA, com relação aos estudos sobre sexualidade, Kinsey realizou pesquisas investigando o que as pessoas tinham feito sexualmente durante sua vida. Esses dados obtidos deram origem aos Relatórios Kinsey, O comportamento sexual do homem, em 1948 e O comportamento sexual da mulher, em 1953.

Também os estudos desenvolvidos por MASTERS E JOHNSON (S.d) nas décadas de 60 e 70 do Século XX. Estes autores relatam, a partir de dados sócio-históricos investigados, que o desempenho orgástico das mulheres foi predominantemente não observado ou desconsiderado na bibliografia até então estudada e portanto, convencionou-se afirmar que a falta de orgasmo nas mulheres era uma simples função de repressão positiva de uma função psicossocial natural.

Esses trabalhos foram importantes, pois buscaram compreender a sexualidade dos sujeitos investigados, a partir dos dados referentes ao que era feito pelos mesmos em termos sexuais. Esses resultados foram estratificados em dados quantitativos e disponibilizados para alguns países. Estes estudos possibilitaram que a sexualidade fosse introduzida no mundo do percebido, da vida, como algo que a permeava.

Apesar da importância dos estudos anteriormente relacionados, os dados comportamentais prestam-se a uma quantificação fácil, encaixando-se nos vieses metodológicos das ciências positivistas, porém não permitem compreender o significado subjetivo da sexualidade, ou seja, como sujeitos imersos em determinadas culturas dão significado às experiências sexuais e afetivas.

Outra corrente segundo WEEKS (2000), que contribuiu para a abordagem da sexualidade enquanto construída socialmente, refere-se ao legado de Freud, com

sua teoria de inconsciente e é provável que tenha sido a mais importante no desenvolvimento das ideologias sexuais do século XX.

No final do século XIX, houve na Europa um movimento cultural, dos modelos ético-científicos que questionaram diretamente crenças anteriores sustentadas sobre o papel da sexualidade na vida humana e Freud com sua teoria psicanalítica foi o principal responsável pelo discurso sobre a sexualidade como impulsor natural a ser domesticado pela cultura e pelo indivíduo (GAGNON, 2006).

A perspectiva da teoria psicanalítica propõe que o desenvolvimento da sexualidade influenciaria a constituição da personalidade humana, imprimindo definitivamente sua marca no modo contemporâneo de pensar a sexualidade.

As manifestações da sexualidade, segundo FREUD (1989), iniciam-se com o nascimento do ser humano na fase lactente, onde a zona erógena é o lábio, denominada pelo mesmo de fase oral que se alia ao ato da alimentação (sugar o seio materno e receber o leite como fonte de alimentação) durando cerca de um ano.

O estágio oral é seguido pelo investimento e contra-investimentos relacionados com as funções excretoras, esse estágio é denominado anal onde a expulsão das fezes remove a fonte de desconforto e produz uma sensação de prazer, com o controle esfinteriano a criança aprende a controlar o prazer pelo alívio das tensões. No estágio fálico surgem sensações de agressividade associadas ao funcionamento dos órgãos genitais, os prazeres da masturbação preparam o indivíduo para o complexo de Édipo.

O complexo de Édipo em síntese é um investimento sexual feito pelo menino na mãe e pela menina no pai. O menino deseja possuir a mãe e se afastar do pai e a menina possuir o pai e se afastar da mãe, correspondendo à faixa etária de 03 a 05 anos. O destino do complexo de Édipo difere para mulheres e homens, ambos os sexos, amam a mãe e ressentem-se com o pai, porque ele é visto com rival nas afeições da mãe, porém tal sentimento persiste no menino.

O menino imagina que seu pai, então rival, vai castigá-lo no imaginário sobre seus órgãos genitais, denominado angústia de castração, tal situação ajuda o menino a identificar-se com o pai.

Para a menina os desfechos do complexo de Édipo são mais complexos. Primeiro a menina atribui à mãe o fato de ser castrada, transfere seu amor ao pai porque ele possui o falo, contudo seu amor por ele, assim como por outros homens, vai estar mesclado com uma inveja do pênis.

Após esses períodos denominados pré-genitais nos quais os investimentos são narcisistas, na fase genital que se instaura na juventude a sexualidade é exteriorizada para outros, surgindo a atração sexual.

No que se refere à sexualidade humana, torna-se necessário citar a teoria psicanalítica, cujos construtos possibilitaram entendê-la como inerente ao desenvolvimento humano presente em todas as fases do sujeito, além de provavelmente ter sido a mais importante no desenvolvimento das ideologias sexuais do Século XX.

A teoria de desenvolvimento sexual proposta por Mead parte do pressuposto teórico psicanalítico formulado por Freud, quanto à sexualidade como estruturante da personalidade humana, afirmando que com o desfecho do Complexo de Édipo, cada um deve aceitar o pai do próprio sexo como modelo para sua própria conduta no futuro. Ao mesmo tempo aceita um adiamento de sua satisfação sexual plena, pois os pais se pertencem mutuamente.

Para o menino o pai é rival no amor materno, assim na fase adulta revivencia essa situação edipiana, onde homens são rivais entre si.

Segundo Freud a maneira pela qual o indivíduo estrutura sua condição sexual dependerá de sua situação edipiana e Mead acrescenta que dependerá em grande parte, entretanto introduz a influência definitiva das particularidades culturais como determinantes para a estruturação da sexualidade nos seres humanos.

Na teoria psicanalítica o fundamento da sexualidade é biologicamente determinado, aparecendo como uma pulsão sexual ou impulso, embora capaz de ser modelada, a pulsão é concebida como poderosa, procurando-se expressar em sua forma genital na puberdade e assumindo uma forma diferente para homens e mulheres.

As correntes teóricas acima dispostas contribuíram para a concepção da sexualidade enquanto construída socialmente, estudos cujos princípios teóricos objetivavam questionar ideias predominantes sobre o que constitui a masculinidade e

feminilidade e finalmente a emergência de uma nova política acerca da sexualidade tem questionado muitas das então certezas a respeito das tradições sexuais, oferecendo novas compreensões sobre as intrínsecas formas de poder e dominação que modelam nossas vidas sexuais (WEEKS, 2000).

Essas correntes teóricas, a partir da década de 1980, foram interpeladas dinamicamente com o surgimento da AIDS e impulsionados pela preocupação com a epidemia, fazendo com que profissionais começassem a incluir por rotina baterias de perguntas sobre a frequência e a natureza do comportamento sexual das pessoas. A AIDS incentivou o ressurgimento de abordagens biomédicas da sexualidade, por sua repetida associação com doenças, nesse sentido abordagens que a compreendem enquanto construída socialmente, são virtualmente desconhecidas (WEEKS, 2000).

Criou-se a partir de 1980 discursos do “sexo seguro” em que as relações sexuais deveriam ser praticadas com uso do preservativo masculino e feminino, sem se considerar as especificidades das relações ou o envolvimento emocional dos participantes do ato sexual, ou seja, desconsiderando-se as experiências vividas por sujeitos sociais que significam socialmente a sexualidade.

Uma abordagem da sexualidade, segundo a teoria construtivista, examina os significados subjetivos, a esfera do comportamento e da ideologia, além de analisar os corpos, suas funções e sensações com potências e limites, incorporados e mediados pela cultura.

O construcionismo social questiona o porquê da cultura atribui tanta importância para a sexualidade, como isso veio acontecer, tendo Foucault como um dos mais influentes pensadores dessa abordagem teórica que se opõe ao essencialismo sexual.

Para FOUCAULT (1993), a teoria psicanalítica na Europa e as baseadas em dados fisiológicos e comportamentais difundidos principalmente nos EUA, apesar de deslocarem a sexualidade da frieza vitoriana e introduzi-la no centro do desenvolvimento, basearam suas visões em modelos de controle/repressão e de impulsos e foi sendo a mais importante no desenvolvimento das ideologias sexuais do século XX. O que estava em jogo, na época, era o peso ou valor comprobatório de duas formas alternativas de aprender e codificar o mundo, duas construções separadas,

com normas de procedimentos e estilos de apresentação diferentes: o literário e o numérico.

Assim, o discurso sobre sexo realizado a partir da Idade Moderna, não corresponde a um movimento de liberação de costumes em oposição à rigidez moral da Idade Média e, sim, a uma especial tecnologia de controle sobre os corpos e se destina a regular melhor o trabalho produtivo e reprodutivo no mundo burguês. O poder aparece como força de repressão, é um fenômeno mobilizador e não apenas que estabelece limites, por isso pode ser um instrumento para a produção do prazer, não se colocando apenas em oposição a ele.

A sexualidade não deve ser compreendida somente como um impulso que as forças sociais têm que conter, sendo um ponto de transferência especialmente denso para as relações de poder. Portanto, produz-se concomitantemente através dos discursos sobre a sexualidade às maneiras de vivência-lá como prazer.

Como exemplifica o autor, a sexualidade no século XIX e início do XX, desenvolveu-se como um grande segredo, entretanto tanta atenção lhe foi dada que podemos suspeitar que os objetivos fossem a organização e o desenvolvimento dos sujeitos, física e mentalmente.

O sexo para o autor tornou-se o ponto principal de um confessionário moderno substituindo o confessionário católico, pois antes do advento das ciências a questão do sexo era privilégio sobretudo das religiões em especial da Igreja Católica. O caráter fundamental com o qual a Igreja Católica, desde a Idade Média, se reporta à questão do corpo no ato sexual através do ritual da confissão, que visava produzir nos sujeitos um estímulo à auto-observação, onde tudo deveria ser dito. Com isso almejava-se atingir os corpos até alcançar as emanções menos físicas que se constroem ao redor desses corpos, ou seja, os afetos, os sentimentos e os pensamentos. Persegue-se o sexo até revelar sua produção no âmbito mais abstrato: a alma do sexo, o desejo (FOUCAULT, 1993).

A confissão em seu sentido moderno envolveria todos os procedimentos através dos quais, o sujeito é estimulado a produzir um discurso sobre a verdade e a respeito de sua sexualidade, determinando efeito sobre o próprio sujeito.

Para FOUCAULT (1993), o homem ocidental a partir do século XVIII, permaneceu com a tarefa que consistia em dizer tudo sobre o sexo, muitas vezes abdicando do seu exercício, para se adequar aos ditames de mandamentos religiosos ou das intrincadas abstrações, técnico-científicas que, em período histórico recente, lançaram o trinômio corpo, sexo e alma sob um novo e complexo emaranhado estratégico de discursos, saberes e poderes. Trata-se do que ele chama de bio - poder.

A partir do século XIX a prática corpórea - sexual para FOUCAULT (1993) foi relacionada a uma série de tópicos de cunho estatísticos - demográficos, remetendo o ato físico da cópula a todo um universo de relações causais, tais como:

- A taxa de natalidade e a idade do casamento;
- O nascimento de filhos legítimos e ilegítimos;
- A precocidade e frequência das relações sexuais;
- A maneira como os sujeitos tornarem-se estéreis ou fecundos;
- O efeito dos celibatos ou das interdições e a incidência de práticas contraceptivas;

O intuito de tais digressões visava tornar o sexo uma conduta econômica e política, condicionadas por valores e variáveis mensuráveis, cujos dados tabulados proporcionariam maior controle sobre os hábitos corpóreos individuais, articulando-os dentro de uma macro rede social, o que possibilitaria uma renovação das estratégias que atam o corpo de cada um a uma nova articulação de poder-saber, embasados em princípios emergentes de uma Economia Política em consolidação cientificamente corroborada. Desta forma, surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.

Pela primeira vez, como elucidou o autor, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número de virtudes dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas à maneira como cada um usa seu sexo. Daí ser importante que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que eles fazem e também que cada um seja capaz de controlar suas práticas.

O sexo passa a ser medicalizado, por meio de um discurso psiquiátrico, no qual o sexo com finalidade não reprodutiva era sintoma de doenças. Nesse contexto,

foram se configurando para Foucault quatro grandes conjuntos estratégicos de intervenção de poder sobre a corporeidade, correspondendo a: sexualidade das mulheres, sexualidade das crianças, controle do comportamento procriativo e demarcação das perversões sexuais. Nos últimos 200 anos a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres sexuais do casal inventando patologias orgânicas nas práticas sexuais.

Nesse sentido, sugere que o ocorrido é uma preocupação social generalizada com o controle da população com tipos particulares de pessoas, que são evocadas dentro do complexo poder-saber. Essas especificações das pessoas através das características, a criação de posições de sujeitos é histórica.

Na medida em que a sociedade se tornou cada vez mais preocupada com a vida de seus membros pela uniformidade moral, prosperidade econômica, segurança, higiene e saúde; intencionava o disciplinamento do corpo e com as vidas sexuais dos indivíduos. Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e gerenciamento bem como a um florescimento de ansiedades médicas morais, higiênicas, legais e a intervenções voltadas ao bem estar de todos planejados para compreender o eu através da regulação do comportamento sexual (FOUCAULT, 1993).

Segundo o autor a sexualidade foi transformada em uma “coisa” médica e medicalizada e minuciosamente categorizada, através de técnicas discursivas vasculhando-se o comportamento sexual em busca de evidências corpóreas indicativas de disfunções ou sintomas. Portanto para Foucault a história da sexualidade é uma história de nossos discursos através dos quais a sexualidade é construída como um corpo de conhecimentos que modelam as formas como pensamos e conhecemos o corpo.

Assim, a sexualidade pode ser compreendida a partir do *habitus* que para BOURDIEU (1989), corresponde à maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossa cabeça e em nossos corpos, num sistema de disposições sociais duráveis e transponíveis.

Sistema de disposições, pois somos inclinados pelas estruturas sociais a perceber, sentir, fazer e pensar de “certas maneiras”, as quais estão incorporadas em cada um, decorrentes de suas condições de existências e sua trajetória social. Duráveis,

pois se estas disposições podem se modificar nos curso de nossas vidas com nossas experiências são fortemente enraizadas em nós, tendendo a resistir a mudanças. Transponíveis, pois disposições adquiridas ao longo de certas experiências têm efeitos sobre outras esferas de experiências. Nesse sentido, a sexualidade será vivenciada de certas maneiras, a depender da aprendizagem social, pois ela é construída socialmente.

A aprendizagem da sexualidade que se estruturará de maneiras diferentes, para homens e mulheres. Portanto, como se fundamenta para as mulheres a vivência da sexualidade? Tal reflexão se torna importante haja vista que o presente trabalho pretende compreender a aprendizagem e vivência da sexualidade em jovens mulheres, pois partimos do pressuposto de que a sexualidade se constrói socialmente.

Motivada por este questionamento, entendo como de suma importância abordar no presente trabalho a temática gênero e o intitulo Mulher e Sexualidade, buscando discutir, as relações de gênero e sexualidade.

II.1.3 Mulher e Sexualidade

Se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo eterno feminino e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: que é uma mulher (BEAUVOIR, 1980, P.9).

A sociedade divide suas populações em duas categorias sociais chamadas masculinas e femininas que se baseiam em pressupostos, derivados da cultura. O sujeito introjeta subjetivamente o processo de naturalização de suas atribuições sociais enquanto seres sexuados, percebendo-se no mundo como homem ou mulher, ou seja, como cada um deve se sentir e comportar.

Complexo processo exposto de maneira encantadora por BEAUVOIR (1980) em seu livro O Segundo Sexo, no qual descreve o desenvolvimento individual e social de aquisição pelas mulheres das características consideradas femininas. E como, ao longo da história, tudo aquilo que é relacionado ao homem é tomado como neutro, universal e também positivo, ao passo que às mulheres couberam sempre características extraordinárias.

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial, correspondendo ao homem. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência, sente-se com uma necessidade indefinida de transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humana, uma liberdade autônoma, descobre-se, escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do outro. Pretende-se torná-la objeto voltá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como essencial e as exigências de uma situação que se constitui como inessencial. Como se pode realizar um ser humano dentro da condição feminina (BEAUVOIR, 1980 p. 23).

A mulher se tornou ao longo de sua história em uma posição de inferioridade perante o homem, porém nessa condição a mulher se desenvolve sem muitos horizontes, se torna dependente de estruturas sociais por demais sólidas que ratificam esse arranjo, em que essa posição de objeto a persegue por longos séculos.

Desde o nascimento nós mulheres, aprendemos, a nos portar como meninas, ou seja, a ser menos em oposição ao ser mais que é o masculino. Essa subordinação incorre diretamente na divisão sexual de papéis, que por sua vez opera um traço familiar sob a hierarquia do que é ser homem ou mulher (BEAUVOIR, 1980).

Para explicitar como se constituem as relações de dominação-subordinação entre os sexos BOURDIEU (2007) utiliza para essa análise a sua teoria de violência simbólica. A dominação está impregnada, não apenas nos sistemas de pensamento onde masculino e feminino fazem parte de uma escala de valores que constitui uma referência simbólica, mas, sobretudo se expressa através de esquemas perceptivos que constituem *o habitus*.

Portanto, a relação entre os sexos não pode ser tomada como algo dado naturalmente, devendo ser reinserida na história, de modo que se possa enxergar como as diversas instituições agem no sentido de manter um estado de coisas, a relação de dominação aparece como algo dado e não questionável.

Na tentativa de desmistificação desse tipo de relação, se faz primordial

atentar para os processos que tentam mostrar os produtos da cultura como se fossem produtos da natureza, assim, segundo BOURDIEU (1989), é necessário notar que o mundo é socialmente sexuado, ou seja, dividido entre objetos e comportamentos considerados masculinos ou femininos.

A frase de BEAUVOIR (1980) “*Ninguém nasce mulher: torna-se*” resume os fluxos e refluxos culturais que norteiam os agrupamentos humanos na trajetória de se constituir enquanto mulher ou homem no mundo, ancorados em sistema de idéias, que não são fenômenos isolados. Correspondem a respostas sustentadas por um conjunto de princípios que sustentam paradigmas vigentes e desta forma nada na sociedade ocorre por acaso, inclusive a situação da mulher percebida em uma situação inferior em relação ao homem.

Ninguém nasce inferior, o processo de socialização demarca os mandamentos das condutas para as crianças do sexo masculino e feminino, ainda no ventre materno, os destinos são traçados e socialmente lhe é determinado o que é permitido fazer ou não.

As diferenças sexuais biológicas fazem com que as crianças caminhem em lados opostos, em um pólo as características masculinas são impostas e do outro a feminina, derivando dessas características seus papéis sociais. Assim, a diferença sexual vai sendo internalizada juntamente com o processo e hierarquização em que o masculino se impõe ao feminino, a mulher vai se constituindo como o outro.

Essa construção da mulher como outro e como ser que representa a maioria das características negativas do mundo faz com que a dominação masculina se expresse não só no fato de serem reservadas a elas funções inferiores no mundo social, mas também no fato de que tudo aquilo ligado ao masculino seja tido como universal, ou universalmente aceito (BEAUVOIR, 1980).

Os sexos se bifurcam, a ênfase dual imperou exigindo o surgimento da ideologia superioridade e inferioridade, para que uma exista, é importante que a outra também exista. Ninguém é inferior sem que a ideia de superior se contraponha.

Faz-se necessário eleger os estereótipos que fundamentam a superioridade, de modo a distinguir outros princípios que não nasceram inferiores. Fica naturalizado para os sujeitos o que é cultural, a inferioridade feminina e a supremacia masculina.

Desta forma o que há de se fazer, surge a fatalidade, apenas isso um conformismo sumariamente introduzido e repassado entre gerações.

Diferenças fisiológicas que resultam em desigualdades e se revelam em inferioridades. Em outras palavras, não há características femininas que não se remetam a alguma característica masculina e que não consistam, pois, em seu contrário.

Sim as mulheres em seu conjunto são hoje inferiores aos homens, isto é sua situação que oferecer-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se este estado de coisas deve perpetuar (BEAUVOIR, 1980 p. 18).

Para BOURDIEU (2007), a tomada da dominação masculina como um universal indiscutível é, portanto, mais uma forma de o arbitrário cultural se revestir de arbitrário imposto pela natureza das coisas, de modo a se tornar inquestionável.

Nesse contexto de desigualdades, mulheres vão significando a vivência da sexualidade, entretanto, como nos observa o autor, não são bem estabelecidas do ponto de vista teórico, como as relações de gênero interferem nos modos de pensar, viver e significar a sexualidade.

Como anteriormente abordado, para FOUCAULT (1993) é a partir do século XVIII que foi se configurando conjuntos estratégicos de intervenção do poder sobre a corporeidade da mulher medicalizável, cuja fecundidade deve ser regulada e assegurada. E no liame entre corpo e alma, a injunção de uma responsabilidade biológica-moral da mulher para com a família como um todo, em especial no que diz respeito à vida e educação das crianças. A medicina contemporânea fixa para si própria, como data de nascimento, o final do século XVIII como uma nova estrutura que consiste principalmente em uma nova maneira de olhar e falar sobre os corpos e seu funcionamento, bem como a doença e a saúde. A construção de esse outro olhar se contextualiza na inauguração de uma racionalidade científica e específica que concebe as ideias sobre o corpo, a saúde e a doença como objeto da medicina.

O século XIX assiste a consolidação de um novo tipo de existência da prática médica, o da medicina como saber científico, que surge no contexto

historicamente determinado da sociedade capitalista, no interior da qual constitui-se o projeto de medicalização dos corpos (FOUCAULT, 1993).

Como ressaltado pelo autor, o corpo medicalizado deriva de uma sociedade medicalizada, controlada socialmente pela sexualidade e reprodução, duas questões que nesse processo serão frequentemente confundidas, transformando o corpo da mulher em objeto de saber médico. Isso exige que a introdução da prática médica na esfera dos nascimentos seja estabelecida e legitimada, assim a questão demográfica vai se transformando em problema de natureza ginecológica e obstétrica.

O modelo médico em relação ao corpo feminino que se estabelece então concordante com as normas sociais vigentes, implica que as mulheres só poderiam atingir uma vida saudável se estivessem sexualmente ligadas em matrimônio com finalidade reprodutiva. Relações sexuais extraconjugais eram associadas a distúrbios, assim como a masturbação e a prostituição que, sobretudo, significavam doenças (FOUCAULT, 1993).

Na segunda metade do Século XX, cunha-se o conceito gênero, para o qual é atribuído esse questionamento feminista sobre o tema, dando origem a novas questões e a introdução de novos conceitos, modelos e problemas. Enfatiza-se no significado do gênero sua prescrição de papel social e relação de poder (HEILBORN E SORJ, 1999).

Outro aspecto que deve ser esboçado pela modernidade, tendo como referência os anos de 1960 e 1970, é a separação da sexualidade e reprodução, às mulheres couberam os destinos privados e, conseqüentemente, da maternidade, com o advento da pílula contraceptiva, que prevalece nos dias atuais, imbricadas nas políticas públicas de saúde relacionadas com a saúde da mulher e planejamento familiar (HEILBORN, DUARTE, PEIXOTO e *et al*, 2005).

O gênero constitui o modo como cada um se relaciona consigo e com o outro, e incide no processo de produção simbólica definindo a maneira como cada um percebe o mundo, aprende os códigos de interpretação da cultura e estabelece pautas de relação com o outro (HEILBORN, DUARTE, PEIXOTO e *et al*, 2005).

Com o movimento, por volta dos anos 1960 até meados dos anos 1980, impulsionado pela descoberta da pílula anticoncepcional as condições para a mulher

vivenciar a sexualidade para a mulher estão introduzidas nas discussões referentes aos “direitos sexuais e reprodutivos”.

A ideia dos direitos sexuais implica a aceitação dos diferentes tipos de expressão sexual e autonomia individual de decisão sobre o uso do corpo. Assim, as diversas formas de expressão sexual que as pessoas podem assumir ao longo da vida refletem um aspecto positivo das sociedades. Já o conceito de direito reprodutivo, nasce no cenário das discussões feministas, orientado pela reivindicação ao acesso de meios contraceptivos para as mulheres, marcando pesquisas e trabalhos de intervenção voltados a desconstruir a idéia de maternidade como dever.

Nesse sentido os direitos sexuais para as mulheres estão relacionados aos direitos reprodutivos, enfatizando assim, estas podem desfrutar do sexo, se assim o desejarem, independente de suas escolhas eróticas ou reprodutivas (PETHESKY, 1999).

Mas segundo RUBIN (2003) a sexualidade e gênero são fenômenos distintos, que requerem estruturas explicativas próprias, já que as teorias da sexualidade não são suficientes para explicar gênero e vice versa.

Para a autora, mais do que sistemas superpostos ou relacionados por derivação, sexualidade e gênero seriam sistemas entrelaçados, com variações dos pontos de entrelaçamento entre as diversas culturas e tempos históricos. Para essa autora, gênero e sexualidade constituem a base de duas arenas distintas de práticas sociais. Ou seja, a construção das identidades de gênero, das normas e da assimetria das relações entre homens e mulheres determina as manifestações do desejo, as práticas eróticas das pessoas e as experiências de prazer. Investiga a forma de um aparato social sistemático que toma as fêmeas como matérias primas e molda mulheres domesticadas como produtos. Ela propõe o termo sistema sexo/gênero para descrever o conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. Assim, a sexualidade e o gênero são fenômenos analiticamente distintos que requerem estruturas explicativas próprias, mesmo que fossem inter-relacionadas em condições históricas específicas.

Esta perspectiva sugeriu uma nova estrutura: a sexualidade e o gênero são sistemas distintos entrelaçados em muitos pontos. Embora os membros de culturas vivenciem esse entrelaçamento como natural, sem costuras e orgânicos, os pontos de conexão variam historicamente e nas diversas culturas.

A partir do acima exposto, entende-se que para os pesquisadores da sexualidade, a tarefa não consiste apenas em estudar as mudanças na expressão do comportamento e atitudes sexuais, mas, sim, examinar a relação dessas mudanças com alterações de bases mais profundas nos modos como gênero e sexualidade se organizam e inter - relacionam no âmbito de relações sociais mais amplas.

Vivenciar a sexualidade num esforço correlato em tornar possível o prazer sem as consequências indesejáveis dos atos sexuais nos remete aos questionamentos referentes à aprendizagem da sexualidade e em consequência da juventude, haja vista que nesse período de desenvolvimento humano, uma das principais características refere-se a sua integração no universo das relações amorosas, afetivas e/ou sexuais.

A juventude é também ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero no campo de identidade. Essas diferenças podem potencializar criatividade, singularidade como podem tender a reproduzir divisões sexualizadas com conotações de assimetria e desigualdade (CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

A partir das considerações referidas e tendo em vista que o presente estudo foi realizado com mulheres jovens, no próximo item do trabalho será abordado, juventude e sexualidade.

II. 1.4 Juventude e Sexualidade

Supõe - se que a juventude seja um barômetro de mudanças sociais, pois é sempre percebida como uma geração responsável pela transmissão de valores ou pela ruptura de determinados padrões (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006, P.42).

Abordar teoricamente juventude representa um desafio a medida que essa é uma categoria socialmente construída, nesse sentido pode ser considerada como um período de desenvolvimento biológico com evidentes modificações físicas, psíquicas e emocionais no indivíduo e delimita o fim da infância e a entrada na vida adulta.

Apresenta características próprias, mas não singulares, com aspectos que incorporam atrás de cada trajetória pessoal estratégias de inserção ou reprodução social, heranças culturais e familiares, não podendo ser delimitada cronologicamente. É uma condição social recentemente abordada e estudada (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al.*, 2006).

Historicamente como nos elucida ARIÈS (1981), na perspectiva da história das mentalidades, até o século XVII não se diferenciava infância e vida adulta, pois as crianças eram consideradas adultos em miniatura, não havia um período infantil no imaginário social, não existindo, portanto um período de transição para a vida adulta. A socialização introduzia a criança no mundo adulto, dissolvendo paulatinamente as classes de idade, que deixaram de ser critério social significativo.

Porém, com as mudanças socioeconômicas do século XVIII, a escola assumiu um papel instrumentador e socializante e através desta a criança separou-se do adulto, o que permitiu que a noção de idade e de infância assumisse uma dimensão social mais significativa. Nesse período, o conceito de infância passou igualmente a se caracterizar pela sua longa duração e, ao seu final, a criança entrava diretamente no mundo adulto (ÁRIES, 1981).

O autor acrescenta que até o século XVIII, a escola organizava-se de maneira bastante diferente da atual: significava mais abrigo de estudantes pobres do que instituições de ensino, contudo as exigências do século XVIII inspiraram um movimento disciplinador, cuja extensão transformou a escola da época em um colégio encarregado do ensino, da vigilância e enquadramento da juventude.

O primeiro passo desse movimento foi separar as crianças menores das mais velhas, permitindo a identificação de uma fase cronologicamente posterior à infância e de preparação para a vida adulta, fase de transição denominada juventude.

Posteriormente, à sombra de duas instituições, a escola e o exército, veio a germinar a noção de juventude, criando uma forma de transição entre o homem e o menino, pois as mulheres estiveram, durante muito tempo, excluídas das mesmas (ARIÈS, 1981).

De acordo com a OMS e o Ministério da Saúde o período da juventude no desenvolvimento humano abrange a faixa etária de 10 a 24 anos, guardando algumas características como (AZEVEDO, 2008):

- O indivíduo passa do ponto do aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual;
- Os processos psicológicos do indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta;
- A transição do estado de dependência econômica total passa a outro de relativa independência;

A Constituição Brasileira de 1988 (2006) e o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) de 1990 (2005) estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento de políticas para a adolescência e a juventude no Brasil, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e de absoluta prioridade de atenção (AZEVEDO, 2008).

Para GALLAND (1991) que estudou jovens rurais na França, a juventude pode ser considerada como uma entrada na vida adulta, sendo vista como uma passagem que se efetua principalmente sobre dois eixos: o escolar-profissional e familiar-matrimonial. Passados esses marcos teriam por mérito a entrada na vida adulta. Privilegia as singularidades do processo de construção identitária nesse momento de vida, conjugadas as transformações sociais que aí ocorrem. Conceber a juventude como um processo e operacionalizar tal acepção implica pensar em interdependência e equilíbrio das tensões, no âmbito das relações inter-geracionais. Daí a opção de abordar a juventude à luz de processos de construção de si característicos dessa fase de vida, situados no contexto da socialização familiar.

Para o autor, as noções de interdependência e interação são tomadas não no sentido da vontade dos indivíduos e, sim, determinados pela estrutura da rede de relações, nas quais estes se encontram inseridos. A individuação juvenil é assim concebida no âmbito de um processo de inter-relações estabelecidas em diversas instâncias de socialização. A família é privilegiada como palco de processos auto regulados que engendram os sujeitos sociais.

A construção social da identidade juvenil é abordada a partir da polaridade autonomia e heteronomia presentes na socialização. A aquisição da autonomia pessoal se desenrola num contexto complexo de relações estabelecidas na família, entre os pares e com os parceiros sexuais afetivos.

A juventude corresponderia a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta, cujo acesso se daria progressivamente até: o domínio cívico (correspondendo à maioridade civil); residencial (residência independente); econômica (recursos próprios) e familiar (independência em relação aos pais, formação de um casal).

O autor aponta a necessidade de superação de marcos etários para circunscrever a etapa da vida na juventude, e ressalta processos subjacentes ou como demarcadores dessa fase.

De acordo com essa perspectiva, o calendário de entrada na vida adulta e por outro lado o fim da juventude se estabelece pela ultrapassagem dos quatro marcos, os quais teriam por mérito, assim como o calendário de entrada na vida adulta, dar ao tratamento da questão da idade e por consequência da juventude, um suporte objetivo ligado às práticas sociais identificáveis. Nesta via, a idade adulta se concebe como autonomia econômica, residencial e afetiva.

No Brasil, de modo pioneiro, FREYRE (1981) chamava atenção para a dimensão da construção das fronteiras etárias, as quais estariam ligadas diretamente ao processo de transformação da família patriarcal e de suas relações internas e externas em suas dimensões políticas, econômicas e simbólicas.

A socialização e as relações com familiares e o universo de parentesco em geral são cruciais no processo de construção identitária da juventude (FREYRE, 1981).

A juventude é uma categoria vista como ambígua, já que o sujeito não é mais criança, mas também não é adulto. Portanto, muitas dificuldades associadas aos jovens têm sua origem exatamente no fato de seu papel não estar definido com clareza: ora ele não é mais criança, não pode participar de brincadeiras infantis e também não é adulto, por exemplo, na maioria das vezes, ir a festas sozinho. Não é fixada cronologicamente e em cada cultura não se espera dos sujeitos, durante as diferentes

fases de sua vida, as mesmas coisas ou responsabilidades. Nesse sentido, os fatos fisiológicos da juventude são interpretados culturalmente. O organismo evolui e as sociedades classificam (RODRIGUES, 2006).

Para VELHO (2006), o estudo sobre juventude implicaria necessariamente o estudo de relações entre categorias sociológicas que tem nas faixas e delimitações etárias uma referência básica. Assim é pelo processo de interação social que podemos procurar entender definições de situações como classificações e atribuições de papéis, formações de expectativas de comportamentos e modos de apresentação de indivíduos e grupos no cotidiano.

É nessa permanente e complexa negociação da realidade que se envolvem variáveis dos mais diversos tipos (econômicas, políticas e de organização sociais e simbólicas), que vai se estabelecendo fronteiras e classificações etário-geracionais, as quais apresentam modalidades próprias em função de variáveis históricas e culturais.

Portanto, VELHO (2006) destaca a importância da noção de projeto de vida na juventude, a partir da problemática mais ampla de indivíduos e sociedade, onde estão em jogo, questões antropológicas e filosóficas associadas ao tema da liberdade individual e de suas limitações e reativações. Projeto é esclarecido pelo autor como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas. Em sociedades ou em contextos sociais nos quais operam mecanismos e valores familiares hierárquicos, a família e o parentesco, são estruturantes na elaboração de projetos de vida. Nesse sentido, as relações entre parentes e gerações são marcadas por regras através das quais os indivíduos são englobados em unidades maiores, estabelecendo precedências e limites, construindo e disciplinando afetos e sentimentos.

GOLDENBERG (2006), dentre as diversas possibilidades de interpretações teóricas a respeito de juventude, há uma que a vê como processo de transição ou passagem, percurso ou trajetória biográfica, na qual se lançam luzes sobre a construção social e subjetiva dos sujeitos.

A adoção da perspectiva de juventude como processo implica em não tratá-la de maneira uniforme, ignorando o papel preponderante que as condições de existência detêm no modo como os sujeitos vivem essa etapa da vida.

Ser jovem não corresponde apenas a um recorte objetivo e numérico, mas também implica uma série de atributos subjetivos sendo, sobretudo uma forma de identidade um “estilo de vida” (GOLDENBERG, 2006).

Os pressupostos teóricos desenvolvidos por Velho e Goldenberg serviram de aportes para compreensão da juventude Joselandanse, inserida num processo de transição, demarcada por suas trajetórias de vida. Essas, inseridas em projetos de vida buscando atingir finalidades específicas, nos contextos sociais e culturais do universo joselandenses, com mecanismos e valores específicos.

A juventude para BOURDIEU (1983) se forma segundo as diferentes espécies de capital, cultural, econômico e relacional. Este capital colocado em jogo vem regular senão determinar, sua condição de jovem, pois juventude é uma palavra que dissimula disposições e posições sociais extremamente diferentes em virtude das quais uma juventude, ou a juventude, é pouco tomada em consideração.

Para BOURDIEU (1983) ser jovem ou desfrutar da condição de jovem decorre da função de disposições e posições sociais, que constitui o fio condutor do *habitus*. A fronteira entre juventude e maturidade variável em um jogo de manipulações, são dadas, construídas socialmente.

Circunscrevendo o olhar ao nosso tempo e a nossa cultura, tais definições refletem conflitos conceituais, no sentido de que diferentes realidades sociais reproduzem diversas possibilidades de vivenciar o tempo da infância, juventude e da vida adulta, nesse sentido necessita-se perceber e compreender a juventude como complexa e heterogênea. A partir do exposto conclui-se que há várias maneiras de ser jovem, sem esquecer que as classificações não são dadas em si, mas sim em fenômenos culturais.

Ser jovem diferencia-se em contextos rurais e urbanos, pois apresenta “estilos de vida” diferenciados, com “projetos de vida” específicos, em detrimento de realidades de mundo distintas.

A sexualidade das jovens pantaneiras, no grupo a ser investigado, impõe refletir toda a dimensão da vida camponesa, de sujeitos concretos e, portanto, com peculiaridades inerentes a esta e ao universo camponês.

Compreender a juventude camponesa, a qual o presente estudo se refere, implica valorizar o lugar social da juventude no campo, com especificidades, com biografias que lhe conferem singularidades, com modos de pensar e agir diferenciados. Com esse objetivo, buscando a compreensão das especificidades culturais que estruturam as experiências sexuais e afetivas das jovens mulheres procedeu-se a busca literária sobre essa realidade diferenciada, o universo rural campesino, abordado a seguir.

II. 2 O Campesinato

Serão tratados nesta parte do trabalho construtos teóricos que embasaram a compreensão do campesinato em sua diversidade social e cultural. Para tanto, serão desenvolvidos brevemente aspectos teóricos de sua historicidade, com aportes de autores que inicialmente refletiram sobre a temática em contextos internacionais (europeus, alemães e russos) e também autores com contribuições importantes sobre a realidade do campesinato no Brasil.

Mediante a infinidade de enfoques utilizados por autores que discorrem sobre o campesinato, optei por adotar como referência teórica neste estudo, os trabalhos sobre campesinato de cunho antropológico, isto é, aqueles que propiciam reflexões do modo de vida e populações camponesas em seus aspectos subjetivos, que apontará elementos para se pensar em um *habitus* tradicional camponês para sua reprodução social no qual três elementos apresentam-se indissociáveis e estruturantes: terra, trabalho e família.

A reprodução social do campesinato WOORTMANN K. (1990) nos convida a refletir sobre a existência de uma ética moral camponesa, orientada por um *habitus* tradicional camponês⁴ e compreendê-lo requer considerar sua diversidade, atentos aos seus aspectos políticos, econômicos e culturais, isto é, seus valores,

⁴ O conceito reprodução social é aqui empregado de acordo com as orientações de Bourdieu que a define enquanto ação dos indivíduos na vida social determinada pelos valores, normas e princípios sociais que se ajusta a realidade objetiva da sociedade.

tradições, visões de mundo, identidades vivenciadas e reproduzidas ao longo das trajetórias dos sujeitos imersos nessa realidade social.

Nessa perspectiva, WOORTMANN K. (1990) em seu artigo “Com parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral”, compreende a sociedade camponesa a partir de sua campesinidade⁵, conceito adotado como norteador nesse estudo.

Prefiro falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção dessa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sobre o risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. Deste fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são iguais à realidade, se por esta última se entende a concretude histórica que é essencialmente, movimento (WOORTMANN K. 1990, P.13).

Portanto, as jovens mulheres camponesas só podem ser compreendidas como integrantes desse universo, a partir de suas trajetórias pessoais, com possibilidades que esbarram nas especificidades culturais dessa realidade social. E a sexualidade das jovens pantaneiras, no grupo a ser investigado, impõe refletir toda esta dimensão da vida camponesa, o ethos⁶ camponês, de sujeitos concretos e, portanto, com peculiaridades inerentes a esta realidade.

Para a reflexão sobre os camponeses na atualidade e até para opção pelo eixo norteador teórico deste estudo, “o conceito de campesinidade”, se fez imprescindível uma busca teórica sobre a temática, contextualizada a partir de uma revisão de literatura sobre a questão camponesa explorada brevemente a seguir.

⁵ Esta expressão diz respeito a uma qualidade, refere-se à relação dos homens com a natureza que é pensada como reciprocidade, portanto consiste num modo de vida, uma ética camponesa, que compreende tanto a prática camponesa como os valores sociais envolvidos.

⁶ O conceito de ethos é utilizado segundo a concepção de GEERTZ (1989) significando o tom o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e sua estética e sua disponibilidade. É a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de eu, conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade.

II.2.1 Sobre o Camponato: conceito, família e reprodução social

No trabalho *Camponeses* MOURA (1986) descreve várias maneiras de se definir o camponês, optei pela seguinte:

“Camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da terra. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas à determinadas tarefas.(...) cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controlam diretamente com sua família” (MOURA 1986, p. 9,12).

O motivo de tal escolha se deve ao fato de que essa definição aproxima-se dos camponeses que vivem no Distrito de Joselândia, os quais são, via de regra, portadores de profundos conhecimentos sobre a natureza e sua dinâmica e os utilizam como suportes para as estratégias que adotam para uso e manejo dos recursos naturais, cujas principais características serão desenvolvidas no capítulo subsequente.

Optamos didaticamente nessa parte do trabalho por dar continuidade à reflexão teórica sobre o camponato, cuja produção acadêmica diverge quanto à sua compreensão, em suas perspectivas. Fundamentados numa leitura economicista e evolucionista, estão aqueles que vêem os camponeses como em vias de extinção, não havendo lugar para eles na sociedade capitalista.

De outro lado, se considera a existência do camponato na sociedade atual com resultados de processos de desenvolvimento capitalista, apresentando-se desigual, mas combinado, o que acabaria produzindo relações não capitalistas do capital, autores que apontam para a permanência e resistência do camponato ao longo da história.

No que se refere à dissolução do camponato, MARX (1985), considerou que a produção camponesa estava fadada ao desaparecimento, pois ele não a via inserida no processo do capitalismo, seria tragado por ele.

Corroborando a teoria marxista e a aplicando no estudo da realidade agrária alemã KAUTSKY (1980), argumenta que a inferioridade da agricultura familiar a deixava incapaz de concorrer com grandes empresas agrícolas e que ela seria inevitavelmente tragada pelo capital, pois não era capaz de acompanhar a evolução

tecnológica, tanto econômica como organizacional. Para o autor o pequeno proprietário enfrenta suas dificuldades vendendo não o excesso de seus produtos, mas o seu excesso de tempo, representando no mercado o mesmo papel do proletário, que nada possui, além de sua força de trabalho.

LÊNIN (1981) reforça a teoria de Kautsky, ao escrever sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, deduzindo igualmente que o camponês seria aniquilado, pois a diferenciação entre produtores, segundo o qual um grupo, destacando-se econômica e socialmente, levaria ou promoveria a extinção dos demais. O autor considera que as grandes contradições do desenvolvimento do capitalismo se expressariam entre os fazendeiros ricos e o proletariado.

A postura teórica Lênin e Kautsky segue a mesma linha de pensamento de Marx, no que concerne à manutenção da produção familiar, ambos são concordantes com o fato de o grande capital se apropriar das atividades agrícolas, levando o pequeno produtor camponês ao desaparecimento.

A destruição da pequena produção que era anunciada por Marx, Lênin e Kautsky não se confirmaram, eles previam que o grande capital se apropriaria de toda a atividade agrícola numa relação possuidor/não possuidor. Não anteviram que na interação entre o capitalismo e a agricultura, o campesinato manteria e fortaleceria as estruturas existentes, ou seja, seu avanço nas relações capitalistas na agricultura.

Nesse sentido CHAYANOV (1981), em outra direção de pensamento, vislumbrou caminhos para a permanência do campesinato, desvelando sua lógica interna de produção.

O autor parte do pressuposto de que a economia camponesa se caracteriza no âmbito das unidades de produção familiar diferente da economia capitalista e no qual através do cálculo econômico camponês acompanhado de relações sociais específicas, passa a ocorrer uma combinação particular entre apropriação real e a relação de propriedade.

Neste sentido, a intensificação na unidade de trabalho familiar poderá ocorrer mesmo sem esta alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas dessa unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser desfavoravelmente proporcional à extensão de terra cultivada.

Baseado em levantamentos estatísticos na Rússia desde 1870, Chayanov formula uma teoria sobre a economia camponesa partindo da distinção entre um modo de produção doméstico em contrapartida as organizações econômicas das sociedades escravistas, feudais e capitalistas. Assim, o modelo chayanoviano centra-se no grupo doméstico, cujo objetivo é garantir a satisfação de determinadas necessidades compreendidas como básicas (habitação, alimentação, vestimentas etc.), e não para a obtenção de lucro, razão pela qual o campesinato não deve ser considerado como uma forma de capitalismo incipiente. Nestes termos, a unidade camponesa compreendida por ele é concomitantemente unidade de produção e unidade de consumo.

Para Chayanov a família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores, ou seja, fundado na realidade. Considera o retorno do trabalho como sendo indivisível, e não fragmentado em salários, sendo retorno da atividade econômica indiferenciável, baseada no equilíbrio consumidor - produtores; entre a satisfação das necessidades familiares e a penosidade do trabalho.

CHAYANOV (1981) acrescenta que para se entender a lei da economia camponesa, deve acompanhar o desenvolvimento familiar "teoricamente normal", que corresponde a: À medida que os filhos menores ingressam na idade produtiva, o peso dos consumidores sobre os trabalhadores da família diminui o razão consumidor-produtor cai ao longo do tempo, até a entrada das noras (o que supõe residência patrilocal) e seus filhos, quando a razão cresce novamente, assim como quando o casal original se torna velho demais para o trabalho.

Assim, trabalho familiar foi chamado por Chayanov de grau de auto - exploração do trabalho, a qual o intensifica em seus membros para além do referido ponto de equilíbrio em que um possível aumento do produto é suplantado pela penosidade do trabalho extra. O ponto de equilíbrio é afetado pelo tamanho da família e pela proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores.

Portanto, Chayanov nos faz entender que a realidade capitalista é diversa da camponesa a partir do momento em que na primeira a base de cálculo é a lucratividade, ao passo que nas sociedades camponesas a base está centrada no tamanho e composição da família.

Dentre as interpretações clássicas sobre campesinato, outros autores se destacam Wolf e Mendras, os quais se empenharam em construir teorias sobre campesinato, centrada na família como reprodutora de seus valores sociais.

WOLF (1976) constata em seus estudos que o camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, pois ele sustenta uma família e não uma empresa. E assim o camponês procura organizar seu cotidiano por meio de gastos, sendo sua propriedade tanto uma unidade econômica como um lar. Ao tratar da dinâmica da categoria família o autor infere que ela é a mais restrita e íntima unidade em que vive o camponês.

No trato do papel sócio-afetivo desempenhado pelo homem camponês, Wolf afirma que a sexualidade camponesa é, para ele, funcionalmente delineada. Um imaginário instituído que tem como função a perpetuação da espécie, em que a satisfação sexual está paralelamente interligada à boa (re) produção da prole.

Ainda, ao analisar o papel sexual da mulher camponesa, Wolf argumenta que ele está subordinado a um sistema de autoridade centralizado no macho e as mulheres devem aprender a ajustar seus desejos aos desejos prioritários de seus maridos.

Para MENDRAS (1978), fundamentou seu trabalho em várias regiões da *campagne* francesa, defini-institui o camponês afirmando por que é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas.

A família para o autor é vista a partir da noção de grupo doméstico, isto é, aqueles que vivem do mesmo pote e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho, subscrevendo, por exemplo, a relevância do parentesco para os estudos sobre o campo.

Para Mendras, a divisão sexual do trabalho está no interior do grupo doméstico e as únicas diferenciações de papéis que as sociedades camponesas conhecem são as devidas ao sexo, à idade, à posição dentro da parentela ou do grupo doméstico, ou, finalmente, as devidas ao exercício de um ofício ou de uma função particular.

As relações sociais são para ele codificadas em um número restrito de situações e de intercâmbios, que por sua vez são “claramente definidos e conhecidos”, onde cada camponês cumpre seu papel correspondendo às expectativas do próximo.

Desse arranjo da regulação social resulta uma previsibilidade muito grande dos comportamentos, ligados a essa transparência da sociedade para com seus membros.

Segundo Mendras, a economia camponesa funciona essencialmente para responder às necessidades da família e, de forma mais abrangente, as da coletividade local. O trabalho coletivo propondo a família como seio da economia doméstica relativizando a dicotomia de consumidores e produtores foi desenvolvido por Tepicht, com enfoque diferenciado do até então exposto, ao analisar o campesinato polonês (FERREIRA, 2006).

Tepicht sugere que o caráter familiar do grupo doméstico conteria não apenas unidades de consumo e unidades de produção, mas forças plenas (homens em idade produtiva) e forças marginais (mulheres, velhos e crianças). Estas últimas corresponderiam para Chayanov àqueles membros do grupo doméstico que consomem mais do que produzem, mas para Tepicht é justamente nelas que repousaria a especificidade camponesa.

São as forças marginais centrais à reprodução social camponesa, pois na reflexão elaborada pelo autor, pai e os filhos mais produtivos poderiam encontrar ocupação em outras atividades, inclusive fora da propriedade familiar; por isso, sua ocupação em atividades agrícolas depende de seu uso alternativo, isto é, trabalharão na unidade familiar com aqueles cultivos capazes de gerar um rendimento pelo menos igual ao que seria possível obter fora da unidade. No limite, só as forças marginais permaneceriam operativas no interior da propriedade e poderiam contribuir para reduzir a penosidade do trabalho, ao invés de aumentá-la.

Tepicht propõe que a família se encontra no seio da economia camponesa, ocorrendo uma simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica, expressa no coletivismo rigoroso da família.

As ideias desenvolvidas pelos autores apresentam a importância da família no desenvolvimento e subsistência econômica e social do campesinato, enfim sua reprodução social.

O campesinato brasileiro, em sua categoria analítica, tem sua introdução no Brasil na década de 1960 pela via política, quando se propõe uma alternativa aos postulados marxistas que entendiam o campesinato como residual.

Vários estudiosos contribuíram para mostrar que havia mais de uma camada social rural, desde o Brasil Colônia, além do fazendeiro e da mão de obra escrava, uma camada intermediária que sempre existiu no Brasil, da qual, exploraremos, de maneira sucinta, suas idéias principais.

PRADO (1996) lançou pela primeira vez em 1942 seu livro, *Formação do Brasil Contemporâneo*, no qual menciona as lavouras especializadas que se dedicavam unicamente à produção de gêneros alimentícios e eram consideradas um tipo de exploração rural diferente e separada da grande lavoura, sendo às vezes conhecidas como: roça, chácara o sítio, onde não existia a presença de escravos ou assalariados. O proprietário ou ocupante e sua família, eram ao mesmo tempo proprietário e trabalhador. O autor distingue as categorias de proprietário e ocupante, esclarecendo que este último ocorre na forma de agregado.

LECQ MÜLLER (1951) realizou trabalhos a respeito dos Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo, preocupando-se em entender quem era o sitiante, ou seja, quem ele era, como se distribuía, como ocupava a terra, qual o seu gênero de vida e quais as paisagens por ele criada. Seus estudos, além de definir e estudar os lavradores em São Paulo, referem-se à importância desses como responsáveis pelos seus cultivos com a família e em algumas das vezes com assalariados.

No Brasil a partir de investigações que decorreram de 1947 a 1954, CANDIDO (1977) publicou seu trabalho *Os parceiros do Rio Bonito* pela primeira vez em 1964. Menciona três tipos de moradores da zona rural: o cultivador nômade, para o qual a ocupação é precária; o agregado, ao qual a ocupação é consentida e o posseiro, que a ocupação ocorre de fato. Estes se enquadram no que ele chamou de morador transitório (que não tem o título legal da terra e pode, a cada momento, perder a terra onde mora).

Além deles existem os moradores permanentes, os sítiantes, podendo ser proprietários ou arrendatários e o fazendeiro que é somente proprietário.

Percebe-se que Candido buscou adentrar na rural realidade brasileira e descrever o modo de vida, cultura e características de moradores do interior de São Paulo, denominados caipiras, trabalho então inovador.

Demonstrou a organização de vizinhança percebida principalmente através das formas de solidariedade, mediante o trabalho coletivo, de ajuda mútua realizado por intermédio do mutirão ou da traição. Verificou a tradição oral comunicada pelos velhos caipiras que estavam passando por um momento de transição.

(...) As modalidades antigas que se caracterizavam pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção, a obediência a certas normas religiosas, estavam cedendo lugar as atuais que se manifestavam no individualismo e secularizações crescentes (CANDIDO 1977, p. 9).

QUEIROZ (1976) em *O Campesinato Brasileiro* inicia sua argumentação diferenciando sociedades camponesas de campesinato. Para ela, este último seria um conjunto de camponeses ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade socioeconômica e política, apesar de constituir massa majoritária da população. Salienta que o campesinato no Brasil foi formado a partir de uma camada intermediária da população rural brasileira, situada entre os fazendeiros e os escravos no período colonial. Situada entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra, no período pós-colonial. Por conseguinte, os camponeses formam uma camada social rural que sempre existiu, desde a colonização do Brasil. Essa população do campo que não era nem senhor, nem escravo, que não era fazendeiro, mas que também não era trabalhador sem terra teve sua existência ignorada. Nesse sentido sempre houve no Brasil um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de gado e tendo ao seu encargo seu cargo a produção de abastecimento para as empresas e povoados.

A autora que estudou o campesinato brasileiro procurou mostrar a sua evolução, sua estruturação antropológica e posição social diante e em comparação com a cultura dos centros urbanos e do litoral brasileiro, além de expor um denso quadro de dados históricos e descritivos sobre o que realmente constitui a realidade da vida e da cultura dos grupos camponeses no Brasil. Verifica que a subordinação aos plantadores e criadores de gado era característica, pois estes eram seus protetores, padrinhos de seus filhos, banqueiros, advogados, chefes políticos, isto é, seus elementos e fatores de ligação e integração com a sociedade global.

Menciona ainda os posseiros, que se localizam em terras devolutas ou já apropriadas (sem autorização do proprietário); os parceiros (que pagam aluguel da terra com porcentagem da colheita ou o equivalente em dinheiro); os moradores ou agregados (habitava as propriedades monocultoras, porém cultivando nelas gênero, com a permissão dos proprietários e dando a estes, em pagamento, dias de serviços).

Ao definir as relações contratuais, em especial, o casamento, afirma que elas são criadoras de aliança que possuem idêntico valor, o que também acarretaria em obrigações recíprocas. No que se refere aos inter-casamentos entre proprietários e não proprietários, a autora afirma que devido às disposições recíprocas, a proximidade é pautada pelo compadrio.

A mulher camponesa, para a autora, tem status de subordinação ao homem, principalmente ao pai e em seguida ao cônjuge. Na sociedade camponesa, embora havendo divisão das tarefas segundo os sexos, a mulher acompanha o marido ao campo em tarefas masculinas e femininas que são ora coincidentes, ora complementares.

RIBEIRO (1998) enfatiza que até a década de 1970 no Brasil predominava a ênfase na descrição da vida econômica, política e religiosa de comunidades rurais constituídas de sitiantes e pequenos produtores, incluindo uma análise dinâmica, na qual abordava-se a relação entre as comunidades, a região e a sociedade global, se destacando os trabalhos de Candido, Queiroz, Lecq Müller e Prado, como anteriormente exposto.

Para o autor o enfoque que se dá a partir da década de 1970, são as análises sobre as alterações no espaço agrário brasileiro em decorrência do crescente processo de modernização da agricultura, com expropriação das famílias, da terra e sua proletarianização, nessa perspectiva se enquadram os trabalhos de: Martins, Carvalho, Oliveira e Shanin.

MARTINS (1979), analisando as alterações no espaço agrário brasileiro apresenta um campesinato progressivamente insubmisso. Para o autor o campesinato brasileiro é produto das contradições da expansão capitalista, nesse sentido ao discutir as origens sociais do campesinato enfatiza a questão das lutas sociais no campo e seu

lugar no processo político. Esclarece que existem diferentes formas de campesinato na sociedade brasileira.

Definam-no como aquele que não está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e com aquele que não está sendo ocasionalmente, e nas margens nessa sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é num certo sentido, um excluído (...). Às vezes será encarado como perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico no sentido de conte - lo (MARTINS, 1995, p. 25).

MARTINS (1979), no que se refere à família camponesa afirma que sua reprodução social é regulada por valores de tradição familiar, segundo os quais as estratégias não se limitam a reproduzir, mas também dão conta de novas necessidades e novos desafios que são gerados pelas transformações econômicas e sociais.

Em se tratando de família no universo rural OLIVEIRA (1991) afirma que o trabalho familiar representa as relações sociais não capitalistas, sem as quais, o desenvolvimento do campesinato não seria possível, nas sociedades capitalistas⁷. Assim, o autor salienta a importância da força de trabalho familiar no campesinato Brasileiro, pois o seu papel é muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo.

Percebe-se a categoria analítica família como percussora central na estratégia de manutenção do universo camponês, ou seja, na construção de sua reprodução social. Família, terra e trabalho, elementos para se pensar em um *habitus* tradicional camponês no qual os três elementos apresentam-se indissociáveis e estruturantes.

Nesse sentido, as jovens mulheres que vivenciam a sexualidade no universo rural do Pantanal Mato-grossense, não podem ser compreendidas dissociadas de suas relações familiares, que englobam os elementos culturais e da sociabilidade expressa no universo camponês, seus modos de vida e concepção de mundo. Para tanto, os estudos de cunho antropológico se evidenciaram como importantes e adequados para

⁷ O autor para compreender a lógica de funcionamento da produção e reprodução do campesinato sob o modo capitalista de produção, procura discutir as diferentes correntes que abordam a agricultura capitalista, partindo da premissa de que o desenvolvimento do modo de produção do capitalismo é desigual e contraditório (OLIVEIRA, 1991).

se alcançar os objetivos propostos neste estudo, enfatizando a perspectiva teórica desenvolvida nos trabalhos de Moura, Woortmann E. e Woortmann K.

MOURA (1986) distingue as formas econômico-sociais denominadas camponesas no Brasil hoje, como resultantes de distintos movimentos históricos que se reproduzem na estrutura agrária.

A autora analisa a relevância de herança no campesinato mineiro em São João da Cristina, e ressalta que o patrimônio territorial seria mais do que colocá-lo nas mãos de descendentes diretos de um indivíduo. Nas regras de herança da terra a divisão do trabalho na unidade familiar é um fator de distinção entre atribuições dos dois sexos. Cabe à mulher atuar nos afazeres da casa, na unidade de consumo e ao homem agir no âmbito da produção. Ou seja, o trabalho com a terra é tarefa do sexo masculino, já a mulher lida com o que foi produzido nessa terra. Portanto, à mulher é negado desde a negociação da venda de um bem produzido na terra e principalmente a negociação dessa terra.

Constatou que mesmo os moradores da região investigada tendo conhecimento do Código Civil, que prevalece para toda a sociedade brasileira na hora da divisão da herança, esse Código é cumprido somente em parte, pois os costumes locais simplificam ou ignoram as leis, utilizando as regras locais.

Ao pensar no trabalho feminino e masculino no povoado de São João da Cristina, a autora demonstra que se trata de uma separação radical, isto é, ambos são denominados trabalhos, mas há um trabalho de casa e um trabalho da roça. O trabalho de casa caberia as mulheres, mãe e filha, a partir da faixa etária de 07 a 09 anos.

Se tratando da emancipação dos mancebos, a autora discorre que ela é conquistada pela concessão de um lote de terra já que necessita manter um provento próprio em função da nova etapa que os neo-adultos conseguiram. Assim em uma endogamia de lugar, o povoado de São João da Cristina percebe a unidade familiar nucleada em sua prole.

Dando continuidade às análises de família no universo rural WOORTMANN E. (1995), procurou alcançar a questão da reprodução camponesa através das relações de parentesco, discutindo a teoria campesina e a do parentesco.

Procura discutir a dimensão do parentesco como organizador social e central da reprodução social do campesinato.

Sobre a teoria do campesinato afirma que os teóricos ao se empenharem sobre esse estudo consideram a dimensão do parentesco, que por ela é vista como elemento central para a reprodução camponesa, para tanto, desenvolve algumas considerações com base na teoria da dependência, cujo foco central seria o grupo social, ou seja, o grupo de descendência, levando em conta os diretos e deveres das pessoas enquanto elementos de tais grupos.

WOORTMANN E. (1995) vê o parentesco como aliança e como prática, na primeira visão conduz à questão da reciprocidade, por onde analisa os grupos camponeses, e na segunda o casamento como prática que assegura a sucessão.

Enquanto na região de São João da Cristina, estudada por MOURA (1986) a mulher era excluída do direito da terra, assim como alguns dos irmãos do sexo masculino, nas colônias de Novo Hamburgo e São Leopoldo, pesquisados por WOORTMANN E. (1995), as mulheres passaram a ter direito à herança começando a se desagregar o princípio da unigenitura e da indivisão do patrimônio. Não só as mulheres, mas os outros irmãos passam a ter esse direito. Mas nem todos recebiam ou gozavam dos mesmos direitos, visto que através da expulsão dos filhos para as Colônias novas possibilitavam-se alianças entre casa-mãe e uma casa-filha, ao mesmo tempo em que se afastavam possíveis herdeiros.

Assim ressalta que o próprio sistema adotado por esses imigrantes alemães gerou suas contradições e inviabilizou a reprodução social camponesa, pois de acordo com suas tradições a terra deve ser vendida, se necessário a parentes, por isso viabiliza sua reprodução como camponês, vendê-las a estranhos não colonos é um crime, é uma traição às tradições.

Além de colonos do sul a WOORTMANN E. (1995), estuda os sitiantes do Nordeste e focaliza outra modalidade camponesa, que foi expropriada pela grande propriedade pecuarista. Distingue em sua pesquisa três significados básicos para sítio: em seu sentido mais restrito, correspondendo ao espaço conjunto ou conjunto casa-quintal, que é fundamentalmente o espaço da mãe família, no segundo significado, leva-se em conta o ciclo evolutivo da família extensão; já o terceiro refere-se a um

bairro rural, ou seja, um conjunto de sítios, reforçando que não é simplesmente um bairro rural, mas sim um território de parentesco.

No que se refere ao casamento e à herança no sítio WOORTMANN E. (1995) esclarece que existem dois princípios básicos que são fundamentais, para que se tenha direito à terra, seja o chão de roçado ou o chão de morada, é preciso obedecer a esses princípios, que corresponde a: consangüinidade, territorialidade, residência e endogamia. No contexto geral, são enumeradas três práticas que se consagram em suas áreas de estudo para assegurar o patrimônio: casamento, migração e herança.

Portanto, a unidade básica de reprodução social camponesa é o grupo doméstico inserido numa parentela e vizinhança, sobre o qual pesam laços de solidariedade e ajuda mútua. A propriedade camponesa é o lugar do trabalho e é, igualmente, resultado do processo de trabalho; uma construção simbólica, relativa à hierarquia familiar e à construção de gênero. Ela é um conjunto de espaços construídos e articulados entre si, que permite e possibilita a sua reprodução social (WOORTMANN K. E WOORTMANN E., 1997).

Há uma representação desses espaços culturalmente construídos, onde se dá o processo de trabalho, ligando-os, por excelência, a uma esfera de domínio masculino ou a uma esfera de domínio feminino. Sendo as relações internas do grupo doméstico orientadas por princípios de hierarquia e de gênero, que definem o processo de trabalho na unidade de produção e consumo e a ação de cada um de seus membros. Essa perspectiva de interpretação possibilita entender a combinação das diversas estratégias adotadas pelo grupo doméstico camponês, baseadas, principalmente, na ocupação, na concepção e nos usos específicos da terra. O que nos leva a considerar a organização social do campesinato fundada em uma economia moral, na qual, terra, família e trabalho não podem ser pensados separadamente.

Conceito desenvolvido por WOORTMANN K. (1990), assumido como norteador no presente estudo que analisa a família camponesa em sua dimensão cultural e procura compreender essa realidade a partir da percepção do universo simbólico. Nessa análise a família é vista como um valor, não cabendo ao camponês a preocupação com os bens materiais produzidos por ela, mas, sim, engajado na

produção da família como valor, como uma modalidade produtiva detentora de uma lógica particular.

O autor se utiliza do instrumental de Dumont e afirma que o camponês é mais um *homo moralis*, havendo uma prevalência na ética camponesa de uma economia moral, afastando-se assim de uma perspectiva economicista, portanto o campesinato é analisado como um modo de vida em um sentido mais cultural, denominado por ele de campesinidade.

A campesinidade para o autor é uma qualidade que se apresentaria comum em diferentes lugares e tempos. Estabelecendo um contraponto entre dois pólos, um mínimo e um máximo de campesinidade, os valores de uma ética camponesa se manifestariam em situação de crise, ou seja, numa possível liberação do homem da terra e sua factível proletarização. As relações mercantis e utilitaristas não negariam as concepções morais camponesas, pelo contrário, determinadas situações agonizariam o apego à tradição e aos elementos, do *habitus* camponês.

Nesse sentido WOORTMANN K. (1990) nos convida a refletir sobre a existência de uma ética moral camponesa, orientada por um *habitus* tradicional que se contrapõe a uma ordem econômica.

Compreender esse *habitus* camponês requer uma imersão no universo das relações nele constituídas, as quais vinculam - se à reprodução social desse grupo. O conceito reprodução social é aqui empregado de acordo com as orientações de BOURDIEU (1983), que a define enquanto ação dos indivíduos na vida social determinada pelos valores, normas e princípios sociais que se ajustam à realidade objetiva da sociedade.

Nesse sentido, entende-se que pensar o camponês na perspectiva da diferenciação social é refletir sua diversidade, atenta aos seus aspectos políticos, econômicos e culturais, isto é, articulando seu modo de vida e subsistência a partir de uma manipulação simbólica feita pelos próprios camponeses no seu cotidiano. Da mesma forma, tal manipulação viria a se situar tanto no campo das relações econômicas e de poder, quanto no campo mais amplo da experiência cultural, isto é, dos seus valores, tradições, visões de mundo, identidade vivenciadas e reproduzidas e suas trajetórias.

Essas questões certamente não puderam ser exploradas completamente, mas não foram perdidas de vista para se compreender a vivência da sexualidade em jovens mulheres no contexto rural do Pantanal Mato-grossense. São elementos presentes no universo desses sujeitos, que me possibilitou enquanto pesquisadora compreender os processos sociais que aí se fazem, desfazem-se e refazem-se na construção de suas próprias existências.

CAPÍTULO III - OS CONTEXTOS AFETIVOS: ORGANIZAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Daquelas imagens que foram compondo e
preenchendo o meu mosaico Pantanal,
inicialmente vazio, atraia-me mais, além da
profusão das cores, bichos, matas e águas, que
meus olhos a absorviam, um algo que ele
encarnava, para além dele mesmo
(MÁRIO CEZAR SILVA LEITE).

Compreender a vivência da sexualidade a partir do *habitus* em jovens mulheres significou um mergulho etnográfico no lócus investigativo. Foi a partir da imersão no trabalho de campo, como apontamos anteriormente, que o modo de vida das mulheres pantaneiras pôde ser compreendido, cujos valores são engendrados nas suas estruturas sociais. Nesta perspectiva, este capítulo apresenta a história, a economia, a religiosidade, o sistema escolar, a contextualização das tradições e dos valores locais, pois como observa e recomenda MALINOWSKI (1982):

A fase mais dramática e mais intensa das relações entre homens e mulheres, aquela em que eles se amam, unem-se no casamento e procriam filhos, tem de ocupar necessariamente o primeiro plano em qualquer consideração do problema sexual. Para pessoa comum e normal, seja qual for o tipo de sociedade em que a encontremos, a atração pelo outro sexo e os episódios passionais e sentimentais que dela decorrem constituem-se nos acontecimentos mais significativos de sua existência, aqueles mais profundamente associados com sua felicidade íntima e como sabor e sentido da vida. Assim sendo, o sociólogo que estuda um tipo particular de sociedade há de dar a maior importância àqueles de seus costumes, idéias e instituições que têm por centro a vida erótica do indivíduo. Pois, se ele deseja estar em sintonia com seu tema e quer situá-lo numa perspectiva natural e correta, precisará para tanto, orientar-se na direção dos valores e dos interesses da vida pessoal (MALINOWSKI, 1982, p. 29).

O estudo da sexualidade como apontam HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, (2006), põe em evidência as ideias mais relevantes da teoria sociológica, pois espelham as múltiplas e diferentes socializações que a pessoa experimenta durante a vida: família, tipos de escola, acessos aos meios de comunicação, redes de amizade e vizinhança e garantem a reprodução social dos grupos sociais.

Sobre a organização e reprodução social do campesinato pantaneiro, busquei compreendê-lo orientada por um *habitus* tradicional camponês, em sua campesinidade, seus modos de vida com diferenciações culturais e sociais, no qual a combinação dos elementos água e terra se fazem presentes. Onde as jovens mulheres se reproduzem socialmente e sexualmente, embaladas pelo ritmo das águas, que invadem suas vidas, ora transbordando seus corações de alegria e ora secando - os de tristeza, nesse sentido, a organização social que possibilita a reprodução social.

III. 1 No Ritmo das Águas: na seca ou na cheia?

Neste fluxo e refluxo das águas o Pantanal respira- se se organiza, compõe-se e recompõe-se em ritmos e sistemas de vida que se entrecruzam. É o ritmo das águas (LEITE, 2003, p.39).

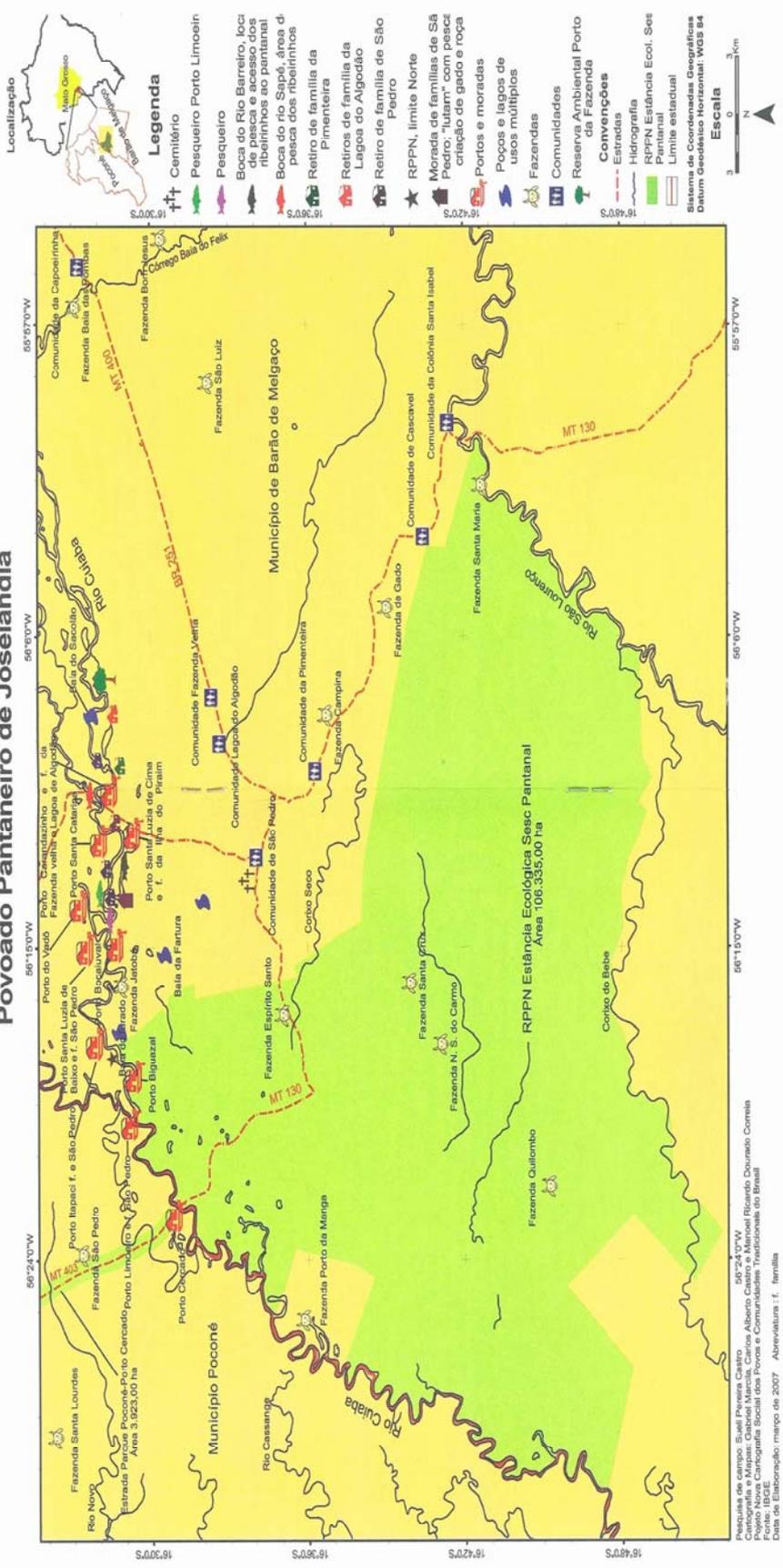
Entre dois importantes rios do Pantanal Norte Mato-grossense, o Cuiabá e o São Lourenço, situa-se o Distrito de Joselândia, pertencente ao município de Barão de Melgaço, criado em 1955. Este distrito situa-se no entorno da Reserva Particular de Proteção Natural - RPPN- do Serviço Social do Comércio - SESC- Pantanal (Figura 2: Povoado Pantaneiro de Joselândia e seu entorno).

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE (IBGE, 2000), Joselândia tem 2483 habitantes residentes em 592 domicílios e conta com as seguintes comunidades: a sede São Pedro e as comunidades de Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão, estando interligadas por uma rede de parentesco consangüíneo, afinidade e compadrio, que lhes permitem identificar o conjunto dos grupos por povo pantaneiro de Joselândia.

A região compõe o Pantanal Brasileiro, que está inserido nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e ocupa uma área de 140.000 Km². Esta imensa planície também se estende pelos territórios bolivianos e paraguaios.

O Município de Barão de Melgaço, com uma área de 11.662 Km², é o que tem a maior parte de seu espaço inundado nas épocas de cheias do Pantanal, pois possui uma topografia plana de 95,7 % de sua área. Seu clima tropical úmido de Pantanal, com temperatura média anual de 24°, com máxima de 42° e mínima de 0°. Seu regime pluviométrico é marcado pelos seguintes períodos de precipitações: o da cheia, de novembro a abril, com 80% das precipitações de janeiro a março, o período da vazante, de maio a julho, e o período de seca, de julho a outubro.

Povoado Pantaneiro de Joselândia



Pesquisas de campo: Sueli Pereira Castro, José Alberto C. de Moraes, José Carlos de Moraes, José Ricardo, Doumado, Cornelia Poggio Nova, Cartografia Social das Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Segundo COSTA (1999) historicamente, o Município de Barão de Melgaço constituiu-se em território dos índios Bororo, quando o processo de conquista dos portugueses, na região do atual Mato Grosso, se expandiu sobre os territórios ameríndios da região pantaneira.

É nesse lócus físico que são reproduzidas as relações sociais e vivenciadas a sexualidade das jovens mulheres. Contextos onde procurei compreender os costumes, os comportamentos, os afetos e a vivência da sexualidade, os quais se entrelaçam aos movimentos das águas, com períodos marcados pela vazante que leva à seca e a enchente que leva a cheia modificando a paisagem, influenciando a organização social e o modo de vida dos moradores, tão incisivamente, que ao narrar algum evento, anteriormente esclarecem, se ocorrera na seca ou na cheia. Também ao responder a algum questionamento, interrogam: na Cheia ou na Seca?

Portanto, em Joselândia se percebe o tempo a partir das polaridades da seca e da cheia, as quais são entremeadas por duas estações de transição, a vazante que leva à seca e a enchente que leva à cheia.

Esta indagação remete à reflexão de como a dinâmica dos ciclos das águas, uma determinação da natureza, está incorporada ao modo de vida pantaneiro. O trabalho etnográfico assim foi conduzindo para a percepção das singularidades deste espaço e a relação dos agentes sociais com seu ambiente.

O trabalho etnográfico sobre os Nuer, de PRITCHARD (2005) um povo que sobrevive em ambientes com características físicas e ecológicas semelhantes ao Pantanal Mato-grossense traz referências significativas para pensar-se, de forma comparativa, a analogia de como o modo de vida desses povos é influenciada pelas estações climáticas. Primeiramente caracteriza a terra dos Nuer como: plana, com solo argiloso, com florestas esporádicas, sujeita a chuvas fortes, cortada por grandes rios que transbordam anualmente e com secas severas, mediante tais características, indaga:

Tais características interagem umas com as outras e compõem um sistema ambiental que condiciona diretamente a vida dos Nuer e influencia sua estrutura social. A determinação é de natureza tão variada e complexa que não tentamos resumir toda sua

significação, em vez disso, faremos a nós mesmos uma pergunta mais simples: até que ponto os Nuer são controlados pelo meio ambiente (...) (PRITCHARD, 2005, p. 66).

Para PRITCHARD (2005) o sistema social é um sistema dentro do ecológico, dependente dele, mas em parte existindo por direito próprio. A maioria dos conceitos de tempo e espaço, segundo o autor, é determinado por motivos ecológicos, mas os valores encarnados por eles dependem também de princípios estruturais.

A maioria, talvez de todos os conceitos de tempo e espaço são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem uma das muitas possíveis respostas a este ambiente e também dependem de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente da realidade (PRITCHARD, 2005, p. 107).

PRITCHARD (2005) observa duas maneiras diferenciadas entre os Nuer para observar o tempo, conceituadas por ele como tempo ecológico e estrutural. O tempo ecológico é cíclico com duração de um ano e por ser cíclico imprime o ritmo às aldeias que refletem o tempo estrutural. Assim todo tempo é estrutural, já que é uma ideiação das atividades colaterais, coordenadas ou cooperativas: os movimentos de um grupo. Com a chegada das secas as pessoas começam a deixar as aldeias e se mudarem para acampamentos e se concentrarem no gado e na pesca. Ocorre a mudança de volta para as aldeias no início do período das chuvas.

Desta forma como descreve o autor, os Nuer, têm maior facilidade em falar do tempo em relação às atividades que executam, ao invés de falarem abstratamente ou em números, com isso as noções de tempo mudam durante o ano, durante a seca a contagem diária do tempo é mais uniforme e precisa, dada as condições desfavoráveis do clima.

Outro autor que nos remete a pensar a relação das condições naturais de um espaço e a estrutura social é MAUSS (2005). O seu estudo sobre os esquimós aponta a questão do espaço e da sazonalidade daquela sociedade, trazendo elementos importantes para refletirmos sobre as mudanças da organização social de um grupo, a partir das modificações ambientais propiciadas pelas condições climáticas. No verão os esquimós se organizam em família nucleares, que vivem dispersas e solitárias. Já no inverno a vida social ferve com festas celebrações, entre grupos familiares maiores.

MAUSS (2005) descreve que no inverno os esquimós vivem em casas coletivas, que não são propriedade de nenhuma família, os objetos de consumo, assim como os produtos de caça são compartilhados entre os grupos familiares em contraposição à individualização familiar no verão.

O autor abordou profundamente o tema da interação entre determinados grupos sociais e a natureza. A questão que o preocupava era por que os esquimós, no correr das estações, possuíam configurações sociais diversas, modificando inteiramente o adensamento das aldeias, o tamanho e a morfologia de suas casas, seus aparatos técnicos e sua pauta de consumo? O que ele percebe, ao responder a esta questão, é que *“o movimento que anima a sociedade é sincrônico em relação à vida ambiental”*. Ou seja, a dinâmica social interagia com a ambiental e vice versa.

Esta constatação remete a uma reflexão essencial, na qual o meio ambiente não é visto como definidor do social e sim como uma moldura interativa que, ao mesmo tempo, delimita as ações dos grupos sociais e é reelaborada pela intervenção humana. Mauss conclui que não há uma relação mecânica entre ambiente e vida social, mas uma inter-relação mediada pela cultura, por meio das técnicas, do simbólico, da magia e outros aparatos culturais. Interagindo com o meio a cultura humana constrói significados, usos e regulações.

Partindo do pressuposto de que a cultura é uma moldura interativa que delimita ações dos grupos sociais é que entendemos a tessitura social do povo pantaneiro de Joselândia, pois residir na região significa adaptar-se aos elementos água e terra, que se conjugam dando origem a diferentes modos de viver, de se relacionar com a natureza, de planejar um evento (e por que não um futuro?) e de postergar ou antecipar sonhos.

O cotidiano das pessoas que lá vivem não pode ser dissociado do pulsar das águas, que ao definir a vegetação, o movimento de peixes, etc., também define os movimentos das pessoas (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

Sabe aqui tem que aproveitar quando não enche para arrumar as coisas para a cheia, fazer reparos nas casas para que não molhe dentro e estrague as poucas coisas que a gente tem. Quando a gente percebe que a água vai entrar em casa a gente coloca pedras e madeiras; às vezes adianta, mas quando ela quer entrar, ela entra. Se não tem

jeito a gente ficar em casa, vamos para algum parente e a gente fica lá até não ter mais água dentro de casa. A gente procura construir nossas casas em lugares mais altos no terreno para que na cheia a água não entre (FERNANDA).

A vazante caracteriza-se por uma espera ansiosa pela seca, quando as pessoas na comunidade poderão viver mais intensamente seus relacionamentos sociais, poderão estar com familiares que moram distantes, ir a festas e conviver com amigos.

Na época da seca tem que aproveitar todo tempo possível para resolver as coisas e preparar o espírito para época de cheia, que fica tudo muito difícil de fazer. A chuva pode atrasar para vir, mas ela vem todos os anos, a gente tem certeza, então temos que esperar (KAMILA).

As famílias em períodos de cheia tendem a permanecer mais unidas em suas casas, vivendo mais intensamente as relações entre os seus membros. Os relacionamentos familiares se estreitam nesse período, pela dificuldade de locomoção das pessoas até as localidades mesmo que próximas. A vida social, os relacionamentos interpessoais são mais restritos.

Na época da cheia fica muito difícil de sair de casa, pois a qualquer hora pode chover. Também para a gente chegar a algum lugar só de canoa. Não tem festas, brincadeiras, até para ir à escola fica difícil e até mesmo perigoso. Vem bicho grande perto de nossas casas trazidos pela chuva. Nesses períodos a gente procura fazer atividades juntos, por exemplo, eu e minhas filhas, costuramos, assistimos televisão e cuidamos da casa juntas. Só saímos em caso de necessidade (LUCIA).

Essa fala denota as dificuldades enfrentadas pela comunidade em períodos de cheia. Foi relatado por vários moradores, que existe uma localidade (no caminho que vai para comunidade de Retiro São Bento) que permanece alagada durante a cheia e as crianças têm que atravessa - la para chegar na Escola. No ano 2008, um jacaré 'grande' estava atacando e, por isso, os homens da região se reuniram para matá-lo.

Já na época da seca, como explicitado pelas mulheres, o ritmo de vida é alterado. Apontam um tempo maior para suas atividades na medida em que seus deslocamentos são mais fáceis, do que no tempo da cheia. Neste período se as

atividades desenvolvidas pela família tendem a ser dispersos no espaço, para as mulheres significa maior possibilidade de frequentarem casas de parentes, vizinhos e amigos, geralmente após terminar os serviços de casas, no período diurno.

Por outro lado, neste momento as mulheres apontam que os homens, além de trabalharem distante da moradia, no seu retorno para casa costumam permanecer por períodos prolongados até anoitecer nos bolichos. As aulas na escola passam a ser frequentadas com maior rigorosidade.

Assim, é nesse período que ocorrem as grandes festas religiosas na comunidade e também as pequenas reuniões com os amigos, vivendo-se mais intensamente a esfera pública.

A época da seca é descrita pelos moradores da região como um período mais seguro, de terra firme. Preparam-se para a enchente e para o período de cheia. Esse preparo se refere ao ambiente físico e também a mudanças do comportamento interno, por eles denominados “preparação do espírito”.

A gente se prepara na seca, resolve as coisas porque é mais fácil e se prepara também para a chegada da cheia que as coisas são mais difíceis. Prepara as coisas e o espírito, para a situação (AMALIA).

Preparam o ambiente físico para conseguirem viver nos períodos das cheias de maneira mais confortável e segura possível, reformam casas, depositando terras, pedras ou madeiras em partes delas para evitar ou diminuir a quantidade de água em seus interiores, constroem ou adquirem canoas, que servirão como principal meio de transporte pelas águas, reforçam cercados para os animais, dentre muitos outros.

Está implícita na vida das mulheres pantaneiras a mudança em seu cotidiano acompanhando os períodos de cheia quando as águas invadem a paisagem do local modificando o seu modo de viver.



Figura 3: Na Seca e na Cheia

Na seca se eu preciso resolver alguma coisa fora daqui eu aproveito e vou, porque na cheia uma vez tive que sair para resolver uns problemas de documentos urgentes e foi muito difícil. Sorte que as pessoas aqui entendem e ajudam. O E. levou eu e meu marido de trator até a Capoeirinha e não cobrou, falou que quando a gente pudesse dava uma ajuda para o combustível (JAQUELINE).

Assim, o tempo ecológico, seca e cheia, influenciam a ocupação dos espaços em Joselândia.

O que era terra se faz água, o que era água se faz terra, às vezes fogo. Mas é a água que regula, movimenta e organiza (LEITE, 2003, p. 35).

As ruas do distrito de Joselândia que na época da seca são facilmente transitáveis a pé, a cavalo, por motocicleta, bicicleta ou automóvel, na época da cheia se alagam, podendo ser transitadas apenas de canoa, barco ou voadeira.

Tem-se alguma emergência na época da seca a gente vai pela estrada e rápido está em Cuiabá, na época da cheia também, pegamos um barco e vamos. Inclusive as mesmas pessoas que fazem linha na seca de Van, fazem na cheia de Barco ou Voadeira. Mas quando não está cheio e nem seco é horrível, tem que andar parte de carro, cavalo,

trator e barco e se for urgência só de avião. E hoje em dia quase ninguém tem o dinheiro para o avião (LIA).



Figura 4: Durante a Cheia



Figura 5: Durante a Seca

Os períodos de enchente são considerados complexos para os moradores, pelas instabilidades temporais e dificuldades de acesso às localidades. A seca para os mesmos é o melhor período, de fácil locomoção, permitindo-lhes ir à escola à casa de permitem irem à escola, a casa de amigos, parentes e comprar mercadorias necessárias, à sobrevivência.

Entretanto, o período de transição, a vazante é o mais difícil, pois é um período de liminarietàade, não estando nem cheia, no qual o elemento água se faz dominante, e nem seca, no qual o elemento terra se faz presente.

A vazante pode ser contextualizada como uma situação anômala, perigosa, no sentido empregado por DOUGLAS (s.d.), que causa ansiedade por não se poder classificá-la, nem como seca ou cheia.

No período da seca o transporte é feito de Cuiabá por Santo Antonio do Leverger e de lá até Porto de Fora, chegamos a Joselândia, passando por Capoeirinha até a sede do Distrito de Joselândia, São Pedro que distantes 40 km.

Na época da seca duas Vans (que vão e voltam em dias alternados) fazem o percurso de Cuiabá até o Distrito de Joselândia e desse de volta para Cuiabá, com parada final em São Pedro. Eram três, mas recentemente uma delas foi apreendida por

falta de documentação, porém o proprietário continuou fazendo o trajeto de caminhonete, sendo que os passageiros são transportados na carroceria.

Vamos na carroceria da caminhonete. Quando chega ao posto policial, no Trevo do Lagarto, ele [motorista] coloca uma lona em cima da gente e pede para ficarmos escondido até chegar em Cuiabá (CLARA).

O transporte regular que liga Cuiabá a Joselândia no período da seca começou a ser feito no início da década de 1980, e pertencia à empresa TUT Transporte. Nesse período não havia estradas e passava-se até quatro dias no caminho atolado com problemas no ônibus, na época da vazante (MOREIRA, 2007). Assim as pessoas que aventuravam à viajar iam prevenidas com comida e água. Em decorrência dessas dificuldades o proprietário da empresa não continuou a fazer a linha para Joselândia, o ônibus passou a chegar apenas até Porto de Fora.

No período da cheia, o acesso ao Distrito é feito pela via terrestre de Cuiabá passando pela cidade de Poconé, até o Porto Cercado distante cerca de 20 km de Poconé. Posteriormente através do Rio Cuiabá, do Porto Cercado até as localidades de Porto Limoeiro e Porto Biguazal, e depois por terra inundada até São Pedro, por barco, cavalo ou carro de boi, conforme estiver o nível da água.

Enfim, todos os eventos ou ocasiões por eles narrados eram antecidos pelo esclarecimento se ocorrera na época da cheia ou da seca.

Como o *habitat* dos Nuer, há no Distrito de Joselândia ocorre uma constante mobilidade da população, em épocas de inundação, de ribeirinhos do rio Cuiabá, a doze quilômetros de São Pedro, e de outras comunidades que se deslocam para São Pedro, mudando temporariamente para casa de parentes ou moradias próprias e transitórias, retornando já na fase de vazante (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

Como nos esclarece DAMATTA (1987) cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado. No caso do Distrito de Joselândia os espaços são controlados pelos tempos ocorridos: na “seca ou na cheia”.

Para viver no Pantanal é necessário um conhecimento muito refinado sobre o tempo, no sentido climático e o conhecimento é muito elaborado sendo necessária

uma longa e cuidadosa observação para se perceber os sinais de modificação climática e, acima de tudo, se adaptar a esses períodos de transição.

III. 1.1 História: a ocupação do espaço

Sentimo-nos aos poucos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmo-nos outros, nos que tiveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado, que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade; não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos (FREYRE, 1966, p. IXLIII).

Joselândia um Distrito de Barão de Melgaço, foi criado em 1954, mas a história dos habitantes, segundo memória do grupo, reporta sua ocupação no final do século XIX. Entretanto, a região do Pantanal, conforme no ressaltam os historiadores, desde tempos imemoriais era ocupado por diversos povos indígenas.

A região dos Pantanaís se encontrava habitada por vários povos indígenas, Guaycurus, Caiapó, Bororo, Parecis e os Payaguás, os que defenderam bravamente o seu território das incursões colonizadoras por quase um século. Os Payaguás, indígenas canoeiros, eram identificados por serem estratégicos e guerreiros na defesa do território pantaneiro (COSTA, 1999).

É a partir do século XVII, segundo CORREA FILHO (1946), que as bandeiras paulistas promoveram ocupações, nos moldes dos sistemas sociais europeus, no território oeste do Brasil, especialmente nos Pantanaís Mato-grossenses. As bandeiras desempenharam papel fundamental no despovoamento dos ocupantes milenares indígenas da região, pois os bandeirantes avançaram nos Pantanaís, aprisionando e escravizando e exterminando os povos indígenas.

Em meio a batalhas entre indígenas e portugueses, um dos participantes da bandeira de Pascoal Moreira Cabral, descobriu ouro à margem do rio Coxipó. De traficantes de escravos indígenas os bandeirantes se transformaram em mineradores, o que levou a uma verdadeira migração para essas regiões (VALVERDE, 1972).

A descoberta de minerais preciosos atraiu um fluxo populacional para a região e foi fundada a Capitania de Mato Grosso, objetivando, como observa

SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO (1990), assegurar as regiões já conquistadas e avançar por novas áreas existentes, aproveitando ao máximo as riquezas existentes na região e mantendo um volume populacional. A política da Capitania de Mato Grosso foi marcada pela militarização de toda fronteira até o sul do Estado e pelo povoamento das vilas da Capitania, o que facilitaria o controle pelo governador.

No século XVIII o Governo Imperial oficializou uma permissão de guerra contra os índios Payaguás, Guaicurus e Caiapó, pelo fato de os mesmos terem se aproximado das minas auríferas, porém mandando poupar os Bororos e Parecis por serem agricultores (COSTA, 1999).

A exploração aurífera logo entrou em decadência, dando origem à exploração de diamantes que também entrou em declínio, porém estas atividades impulsionaram o processo de povoamento da região e promoveram a introdução de práticas agrícolas e pecuárias na região.

A atenção que a capitania de Mato Grosso havia recebido do governo da metrópole deixa de existir com a queda da mineração na segunda metade do século XVIII. Culminaram crises econômicas, fazendo com que os colonos buscassem novas formas de sobrevivência, voltando-se aos poucos para criação de gado e para a agricultura. Sendo assim estabelecimentos agro-pastoris foram instalados nos Pantanais, bem como a exploração de sesmarias doadas desde 1727 (SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO, 1990).

A doação de cartas de sesmarias no período colonial possibilitou a colonização da região pantaneira, garantindo a ocupação desta pela coroa portuguesa. As cartas se constituíram em grandes latifúndios e tiveram nas usinas canavieiras e na criação de gado e com um campesinato local que veio se constituindo ao longo desse processo de colonização (SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO, 1990).

As sesmarias eram doadas pela Corte e favoreceram a implantação e permanência de imensos latifúndios que marcaram a estrutura fundiária brasileira, Quem obtinha as sesmarias era quem tivesse, de alguma forma, acesso à Corte, e este efeito pequenos produtores raramente conseguiam (VALVERDE, 1972).

Entretanto, na Baixada Cuiabana as terras de sesmarias constituíram um espaço de forte presença campesina, conforme aponta CASTRO (2001), pois a

ocupação na região da baixada cuiabana, seguiu uma ordem que incluía primeiro a posse e situação da família, em terras consideradas devolutas e somente depois se requeria o direito a terra. Portanto, a categoria sesmaria não remete a um título da terra como propriedade privada, mas representa o direito da posse por ocupação, o direito de fato, tendo como essência o aproveitamento da terra, orientando a forma de uso e apropriação da natureza para uma economia de aprovisionamento, uma ordem moral, em um *habitus*. Nessa perspectiva, o uso comum das terras na região por uma parentalha, se traduz à luz de um sistema colonial antigo, em que aquele direito está entrelaçado ao direito sesmarial.

Assim como categoria local a sesmaria comporta dois sentidos, primeiro como um patrimônio da família, designando um espaço em que se reproduzem socialmente várias famílias de parentes descendentes de um ancestral comum; o segundo, como território em que os herdeiros possuem direito a casa de morada (casa-quintal), a terra de respeito (a área de roçado) e a terra comum (acesso a terra para trabalho, a pastagens e a recursos naturais) (CASTRO, 2001).

Como terra ancestral a sesmaria comporta uma organização social em que a terra, mais que um meio de produção, que certamente o é, concretiza-se a viabilidade da reprodução social do grupo. Expressando territorialidade e o conjunto das relações de parentesco, estes constitutivos dos direitos, a sesmaria comporta uma ordem moral (WOORTMANN K., 1990).

O sistema de doação por sesmarias perdurou por três séculos, sendo substituído pelo regime de posse que contribuiu para a formação da pequena propriedade, como também acesso a terra pelos escravos e imigrantes (VALVERDE, 1972).

Nos Pantanaís, as doações de sesmarias obedeceram a particularidades próprias do seu ambiente, o qual está submetido aos regimes de águas, ou seja, parte dessas terras da região em determinado período do ano, o das cheias está sujeita a inundações. Desta forma, enquanto as sesmarias no planalto possuíam 1000 a 3000 hectares, nos Pantanaís elas chegavam aproximadamente 13068 hectares (CORREA FILHO, 1946).

Com a exploração das sesmarias, a queda da mineração, a formação dos estabelecimentos agro-pastoris e a exploração de sesmarias iniciou-se segundo SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO (1990), a livre navegação pelo rio Paraguai que intensificou a ocupação de Mato Grosso, surgindo núcleos de povoadamentos em vários pontos do Estado e especialmente nos Pantanais ocorreu o aparecimento de moradias ribeirinhas. As comunicações com a capital Mato-grossense e o litoral tornaram-se mais frequentes, acelerando sua integração mercantil e recebendo produtos para o consumo da população local.

A livre navegação intensificou o comércio ao longo dos rios Cuiabá e Paraguai e os espaços dedicados à agropecuária dilatavam-se por todo o pantanal através de fazendas agropastoris (CORREA FILHO, 1946).

O interesse no livre comércio pelo rio Paraguai partiu principalmente da Inglaterra que buscando expandir o comércio ultramarino começou a pressionar todo o contexto Latino-Americano, para que os governantes adotassem uma política que terminasse por abrir seus mercados para compra e venda de mercadoria. Porém a República do Paraguai era o maior empecilho às ambições inglesas, já que seu governo mantinha seus portos fechados para que suas indústrias se desenvolvessem e somente após atingido o desenvolvimento esperado, seus portos seriam abertos ao comércio externo (SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO, 1990).

Nesse contexto, emerge a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) que foi desastrosa para a região do Pantanal, provocando um recuo no processo de povoamento e conseqüentemente, uma decadência de sua economia (VALVERDE, 1972).

Como observado por VALVERDE (1972), as cidades da região foram tomadas pelo exército paraguaio, fazendo com que a população rumasse para Cuiabá. Fazendas foram abandonadas com plantações, gados e outras criações, que ficaram pelos Pantanais facilitando a manutenção do exército paraguaio.

Findada a guerra, com a derrota do Paraguai, Mato Grosso passou a ter comunicação com a Europa, América e demais portos do Brasil, o que significou uma retomada econômica após a decadência das minas de ouro (VALVERDE, 1972).

Nos Pantanaís Mato-grossenses o fim da guerra permitiu que a população que migrou para Cuiabá voltasse para as atividades agrícolas e pastoris. Ocorreu, então, a recuperação dos rebanhos da região e a instalação de usinas de açúcar, as quais sofreram grande golpe movido pela superprodução de açúcar no país em princípios da década de 1930, fechando os caminhos de desenvolvimento da indústria açucareira na região (CORREA FILHO, 1946).

O aumento de rebanhos bovinos favorecidos pelos pastos naturais dos Pantanaís despertou interesse do capital internacional, particularmente do Uruguai e da Argentina na região, que se apropriaram de terras para implantação de charqueadas. O interesse dos países na pecuária pantaneira deu-se devido à instalação nesses países de frigoríficos ingleses, daí também o esforço na internacionalização das vias fluviais da região em cujas margens se instalavam as charqueadas (CORREA FILHO, 1946).

SIQUEIRA, COSTA E CARVALHO (1990) afirmam que o processo pelo qual o Estado de Mato Grosso passou nos séculos XVIII, XIX e XX, fez com que a região fosse definida como produtora de gado bovino, perante as demais regiões do país.

Em 1850, como reação dos grandes proprietários ao período de cerca de 30 anos que legitimou as ocupações sem título de propriedades foi criada a “Lei de Terras”, que longe de legalizar a posse de terra, veio impedir que a forma de apropriação ocorrida anteriormente se efetivasse. Essa lei veio reforçar a desigualdade por posse de terra no Brasil beneficiando, ainda mais, os grandes proprietários de terra, principalmente as fazendas de café, cuja regulamentação de lei possibilitou a importação de colonos livres, obrigando a empregar sua força de trabalho nessas fazendas (GUIMARÃES, 1968).

Em Mato-Grosso, após quase meio século de aprovação da Lei da Terra, foi criada uma Lei Estadual, que, conforme BANDEIRA (1988), objetivava o esvaziamento e obstrução da posse da terra, para assegurar a disponibilidade de mão de obra ao extrativismo e à agricultura.

Os alvos da Lei eram os trabalhadores pobres e libertos que não tinham condições de produção excedente e de acumulação que lhes possibilitassem o acesso a terra, através da compra. Para isso a venda da força de trabalho era a única forma

disponível de produção dos seus meios de vida. Desta forma se reproduz no Estado o mesmo processo que veio contribuir para a concentração fundiária, gerada pela Lei de Terra de 1850 que beneficiou grupos dominantes e impossibilitou o acesso de grupos menos favorecidos (BANDEIRA, 1988).

O período compreendido pelo o Estado Novo (1937-1945) foi marcado pela implementação da Marcha para o Oeste, com o objetivo de integrar o Centro Oeste ao resto do Brasil, cuja conquista do Oeste com o afirma LENHARO (1985), significava a ocupação dos espaços ditos vazios através da fixação do homem na terra com métodos cooperativos que redimensionassem as relações sociais de acordo com a orientação política vigente. Assim, desenvolveu-se um verdadeiro cerco ao latifúndio com distribuição de terras aos migrantes nacionais especialmente do Sul do país, os quais recebiam o título definitivo de posse da terra após três anos de sua ocupação.

A partir de meados do século XX, particularmente a partir do golpe de Estado de 1964 a ocupação dos espaços se deu de forma mais intensa, sob um processo de capitalização desigual, associado às transformações pelas quais vinham passando a agricultura. As áreas de fronteiras tornaram-se um dos espaços alternativos de reprodução da força de trabalho, excluída pelo processo de transformação ocorrido na agricultura.

Em Mato Grosso o meio rural é um espaço de sócio-diversidade e o campesinato é uma das dimensões dessa realidade não se manifestando como um todo indivisível, mas se apresentando de diferentes formas no meio rural, conformando diferenciados usos da terra e dos recursos naturais e configurando distintas territorialidades. Identidades sócio-culturais vinculadas a diferentes manejos dos recursos naturais são denominações e ou atribuições para aqueles que podem ser chamados camponeses tradicionais Mato - grossenses, dentre os quais: os sesmeiros, os camponeses indígenas, os remanescentes dos quilombos, os seringueiros, os ribeirinhos, os antigos posseiros do pantanal Mato-grossense.

No estudo realizado nessa mesma região, Ruralidade e Diversidade Social no Pantanal Norte, CASTRO E CASTRO (2006) estabeleceram conexões entre as comunidades rurais e as mudanças sociais ocorridas no Brasil e no mundo, diante do cenário mundial da época. Portanto, os sujeitos que territorializaram e reproduzem-se

no Pantanal não deixaram de reproduzir a cultura das gerações que os precederam, no entanto ao reproduzir a cultura precedente em contextos diversos esta cultura se transforma, se atualizando. Nesse sentido não se pode ver as comunidades rurais pantaneiras como uma realidade completamente *sui generis*, mas sim uma combinação *sui generis* de elementos de uma sociedade rural brasileira.

III. 2 O Ritmo da Vida: cotidiano e festas

O ritmo da vida na comunidade pantaneira de Joselândia como anteriormente exposto, não pode ser dissociado do ritmo das águas, na seca ou na cheia. Busca-se agora descrever o ritmo de vida mais especificadamente das jovens mulheres, para compreensão da vivência dos contextos afetivos destas.

Para DAMATTA (1997) os eventos situados fora do dia a dia, se constituem no que pode ser chamado de extraordinário para aquela sociedade, em oposição aos acontecimentos que igualmente suspendem a rotina ou o cotidiano.

No período da cheia, quando a água invade as casas, pastagens e lavoura de Joselândia, transpõe também a vida das pessoas que tendem a um modo de vida mais dedicado a família, é uma época de dispersão social. Ao contrário do período da seca, quando as pessoas da comunidade tendem a uma vida social mais intensa, a contatos entre diferentes grupos familiares. É o período também das grandes festas, ao iniciando com a maior da localidade, a de São Pedro em 28/06, padroeiro da sede do Distrito, que coincide com o período de vazante dos rios antecedendo o da seca.



Figura 6: São Pedro

Para SILVA (1998) as sociedades camponesas têm um grande controle sobre o uso do tempo, tem um sistema próprio para a sua percepção, onde a linearidade tem um sentido secundário, e como consequência vivenciam a ciclicidade e a recorrência de eventos e fenômenos.

A autora esclarece ser bastante claro que a necessidade de controlar rigidamente o tempo surgiu em função do tempo do trabalho dentro do sistema de produção capitalista. O desenvolvimento do relógio ocorreu na exata medida da sofisticação deste controle e promoveu a transformação do seu significado original de tempo.

Isso se evidenciou ao iniciar meus estudos, no Distrito de Joselândia, quando logo após o almoço ia visitar as jovens participantes do trabalho e as encontrava dormindo, o período da sesta, no qual se dorme após o almoço, até o início da tarde.

Depois que termino os serviços da casa, dou almoço para as crianças e almoço, deito um pouco para esperar a novela da tarde, aqui é um costume quase todo mundo faz isso. Depois da novela vamos começar a preparar a janta, recolher a roupa e passar (FERNANDA).

Inicialmente procurei descrever o cotidiano da vida das mulheres, o seu dia a dia e em seguida os principais eventos que estão situados fora desses dias rotineiros: os períodos de festas.

Esses períodos de festas propiciam mudanças interessantes em suas vidas, haja vista que são pontuais no decorrer do ano, e que proporcionam um contato com pessoas das comunidades distantes do Distrito de Joselândia e também com pessoas de fora da comunidade.

No Brasil, como em outras sociedades, há uma classificação de eventos sociais segundo sua ocorrência. Os eventos que fazem parte da rotina, do cotidiano chamados no Brasil de dia a dia ou simplesmente vida, e os eventos que estão situados fora desse dia a dia, repetitivo e rotineiro: as festas, os cerimoniais, os bailes, etc.(DAMATTA, 1997, p. 47).

III. 2.1 O Ritmo do Dia a Dia

O mundo automático da vida diária é o mundo das hierarquias e dos caxias como paradigmas de comportamento quadradamente pautadas pelas normas vigentes (DAMATTA, 1997, p. 52).

Com essa citação, Damatta, nos resume o cotidiano das pessoas, com comportamentos pautados nas regras, normas e obrigações diárias. Assim os rituais cotidianos, a repetição do dia a dia, estabiliza a cosmovisão numa ênfase sadia como a circularidade de um calendário. A rotina é indispensável à estabilidade cultural, produzindo um imaginário que se alia a hábitos e costumes essenciais ao continuísmo da existência.

No que se refere à vida camponesa, que MOURA (1978) denomina a típica economia camponesa que se caracteriza com divisão de trabalho por sexo e idade.

Em Joselândia as moças solteiras ajudam a mãe desde aproximadamente os sete anos de idade nos afazeres domésticos, cuidam dos irmãos mais novos e em caso de necessidade financeira trabalham em casas de famílias, em troca de um salário, a maioria das jovens, quando solteiras, freqüenta a escola.

As mulheres casadas em Joselândia, no cotidiano, acordam cedo, como relatado por elas, em torno das 5:00 h, preparam comida para si, os filhos e principalmente para os maridos levarem para o trabalho.

No café da manhã alimentam-se de arroz, feijão e farinha, quando disponível carne (vaca, peixe, porco ou galinha), eventualmente algum legume, misturam-se esses ingredientes sobrados do jantar e os aquecem, denominado *quebra - torto*. Segundo informações, a comida da manhã tem que ter *sustância*, para dar forças para o trabalho, principalmente o masculino na roça.

Sempre faço comida a mais no jantar para comer de manhã, antes do trabalho.

O F. vai para a roça bem cedo e se não comer não agüenta, também porque o sol é muito forte. Eu também como fui acostumada assim (TALITA).

Pela manhã uma nova refeição, composta também de arroz, feijão e farinha, com carne (vaca, peixe, porco ou galinha) e legumes quando disponível é preparado em maior quantidade para os maridos levarem para o trabalho, denominado, *matula*.

Nossa roça fica longe e o Pantanal também, então não dá tempo do F. ir trabalhar, voltar para almoçar e ir de novo, então a gente arruma a matula, ai ele engana o estômago até a hora que ele chega em casa de novo (TALITA).

Após os esposos saírem para o trabalho de posse da *matula*, cujo trabalho pode ser realizado em propriedades alheias ou em próprias, as mulheres usualmente costumam: limpar a casa, lavar e estender as roupas, cuidar dos animais domésticos (alimentam porcos, galinhas e cavalos) e preparar alimentos, como por exemplo, socar o arroz ou debulhar o milho. Essas atividades são realizadas até aproximadamente as 12:00 h, quando esquentam a comida preparada para os esposos pela manhã e ingerem como almoço, alimentando também os filhos.

Findando o almoço as mulheres arrumam os filhos que vão para escola e tendem a fazer a sesta com os filhos que não frequentam a escola⁸.



Figura 7: Mulher e Cotidiano

⁸ Esclareço que como as mulheres entrevistadas são jovens têm filhos pequenos com idade máxima de oito anos de idade, os filhos que frequentam a escola o fazem no período vespertino, horário disponibilizado pela Escola local para os ensinamentos básico e fundamental.

Terminam a sesta por volta das 14:00 h, ou melhor, “*na hora da novela da tarde, do programa vale a pena ver de novo*” transmitido pela Rede Globo de Televisão, onde se reprisam novelas transmitidas anteriormente. Assistem à novela, que para os moradores do Distrito de Joselândia não é reprise, já que a energia elétrica chegou em 2005 e a novela que estava sendo reprisada “Mulheres Apaixonadas”, foi apresentada em 2003/2004.

A comunidade de Joselândia foi contemplada com a instalação de energia elétrica no ano de 2005, através do programa de eletrificação rural do governo federal “Luz para Todos”. Antes da energia elétrica segundo MOREIRA (2007) nove famílias tinham motores que produziam energia, *eram os fortes da região*.

Quando não tinha luz aqui era muito ruim, poucas pessoas tinham motor e podiam ter televisão e geladeira, agora melhorou mil por cento (CLARA).

Cabe ressaltar que as famílias com posse financeira são *os fortes* na região, tidas como importantes e possuidoras de bens financeiros e status social, em oposição *aos fracos*. A posse financeira refere-se à quantidade de gado pertencente à família, assim, *os fracos*, têm sua atividade econômica mais voltada para uma agricultura de subsistência e a criações de galinhas, porcos e, geralmente, algumas poucas vacas.

Retomando o ritmo diário das mulheres joselandenses, com o término da novela da tarde, retomam algumas atividades que ficaram faltando pela manhã, passam as roupas e vão para as casas das sogras (que moram em casa próprias) e as ajudam nos afazeres domésticos.

Em torno das 17:00 h, buscam os filhos na escola, quando for o caso, e preparam o jantar para aguardar o esposo. Após alimentar-se assistem televisão novamente, na maioria das vezes novelas, juntamente com os esposos e filhos até em torno das 10:00 h, quando vão dormir.

Quando as famílias não possuem televisão em casa, tendem a ir assistir alguns programas nas casas de parentes / vizinhos.

Como me foi esclarecido o trabalho de casa é mais difícil de ser realizado na época da cheia: para secar a roupa devido às chuvas constantes, pelas crianças que permanecem grande parte do tempo dentro de casa e os esposos saírem menos

freqüentemente para ir trabalhar, o que atrapalha a limpeza da casa e a mantê-la organizada, também aumenta o número de animais a serem tratados, pois eles ficam no terreno da família na cheia.

Além disso, como explicitado pelas mesmas, as casas têm espaços interiores pequenos, que são utilizados mais para dormir, pois as outras atividades são realizadas nos espaços externos da casa. Acrescenta que na época da seca o trabalho é mais fácil e rápido de ser realizado e sobra mais tempo para o descanso.

Algumas poucas jovens estudam no período noturno e após o preparo do jantar se alimentam e vão para a Escola e retornando ao término das aulas, às 22:40 h⁹.

As jovens para estudar têm que ter a permissão do marido, caso contrário as mesmas “optam” por não dar continuidade aos estudos. Ressaltando mais uma vez a influência hierárquica desse sobre elas.

Eu parei de estudar, quando casei na 6ª série. Ai tive um filho atrás do outro, quando vi o tempo tinha passado e resolvi voltar a estudar. Meu marido no começo não deixou, depois ele foi vendo que vários amigos deles deixaram as mulheres estudarem e ele me deixou também (MEL).

Na época da cheia, as aulas na escola, caracterizam-se por um aumento no absenteísmo, pois as mulheres entrevistadas que estudam no período noturno relatam medo de se deparar com animais (jacarés, cobras e lacraias) trazidos pela chuva, pois áreas alagadas e escuras (não existe iluminação pública nas ruas), elas

A maioria das mulheres entrevistadas não trabalha fora de casa, ocorre quando são solteiras, neste caso tendem a trabalhar nas casas de outras famílias realizando os afazeres domésticos daquela residência. Porém, como me foi esclarecido quando saem do serviço realizado fora de suas residências também realizam as atividades da casa, ou pelo menos, auxiliam as demais mulheres da família a realizá-las.

O dia a dia das mulheres é descrito como difícil, exemplificado a partir de um trecho da entrevista transcrita de uma das participantes do trabalho.

⁹ O período noturno na Escola local é resguardado para os ensinos médios e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Aqui quem não tem disposição pra trabalhar não consegue nada então para ter um conforto tem que trabalhar (FRANCIANE).

No cotidiano o tempo nas vidas das jovens mulheres joselandenses é caracterizado pelos trabalhos caseiros, tratos com os filhos e estudos. Somente nos finais de semana, como me foi esclarecido, elas “aproveitam” para visitar os parentes, dentre eles pais, avós, tios e também padrinhos.

O comportamento rotineiro caracteriza-se pela repetição das tarefas e obrigações em desempenhar determinados trabalhos, os quais são vistos como necessários e adequados à realidade social.

Ao contrário do dia a dia, existem dias diferentes nomeados como especiais ou extraordinários marcados por comemorações, rituais, que mudam a rotina das pessoas e faz do dia, não um a mais na rotina da vida, mas sim com características diferentes.

O contraste mais abrangente talvez seja o que pode ser estabelecido entre as rotinas diárias e as situações extraordinárias, anômalas ou fora do comum, mas socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade. Estas situações se definem pelo que usualmente chamamos de festas, cerimoniais, rituais e ou solenidades, que se caracterizam por momentos extraordinários marcados pela alegria e pelos valores positivos e a vida diária é vista como negativa (DAMATTA, 1997). Em Joselândia os dias de Festas Santas, são considerados como os dias especiais na vida das mulheres, portanto abaixo se segue o Ritmo das Festas.

III. 2.2 O Ritmo das Festas

A festa antes de mais nada e acima de tudo é um ato coletivo extraordinário, extra-temporal e extra-lógico, os quais se confluem e apesar de interdependentes se confundem uns com os outros (PEREZ, 2002).

A festa é o que há de mais importante na vida. Resume todas as buscas humanas se simboliza a vitória sobre as penúrias e dificuldades do dia-a-dia. Sintetiza as

sensibilidades, trajetórias históricas, vivências e visões de fé. A festa significa viver a liberdade (BARROS, 2002, p. 59).

Para BARROS (2002), na festa os grupos de pessoas se unem em estado de exaltação, libertando-se das amarras da temporalidade linear e da lógica do cálculo, pois é uma sucessão de instantes fugidos, presididos pela lógica do excesso, do dispêndio, da exacerbação, da dilapidação. A festa instaura e se institui como outro mundo, outra forma de experienciar a vida social, marcada pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos e das emoções.

Em Joselândia as festas consideradas grandes que envolvem significativo número de pessoas, momentos considerados extraordinários, diferentes na vida das jovens mulheres são as de cunho religioso.



Figura 8: Dia de Festa



Figura 9: Mulheres em Festa

As festas em homenagem aos santos se inserem no contexto de uma sociedade regida por uma ordem moral em que as trocas de bens e riquezas entre os indivíduos não são simples permutas, mas são coletividades que procedem aos intercâmbios (MAUSS, 2005).

Em São Pedro, a festa em homenagem ao seu padroeiro é o momento mais aguardado do ano, quando se atualizam os laços de solidariedade e a relação entre a comunidade e sua fé em São Pedro: ela une as comunidades Mocambo, Pimenteira, Retiro São Bento, Colônia Santa Isabel, Capoeirinha e Lagoa do Algodão, reafirmando a territorialidade do povo de Joselândia e mantendo em sua teia “os filhos da terra”, isto é, permitindo que os que não mais moram no lugar continuem a pertencer ao local.

Nos dias que antecedem essas grandes festas as pessoas tendem a deixar suas atividades rotineiras e se dedicarem ansiosamente aos seus preparativos, inclusive até mesmo as aulas da Escola são suspensas em detrimento das festas.

Os festejos em homenagens aos santos protetores da família, bem como aos que protegem a comunidade são uma troca em pagamento pela graça alcançada, que pode ser desde uma promessa individual atendida, diante de uma solicitação por alguma adversidade, como também de agradecimento por não ter ocorrido nenhum contratempo (CASTRO, 2001).

É importante frisar que os festejos em homenagem aos santos em Joselândia iniciam-se na seca, haja vista que o período de vazante inicia-se em maio. No Distrito de Joselândia, as festas consideradas mais importantes depois da de São Pedro que é a principal, pelas pessoas da comunidade correspondem a: São João, São Benedito, Nossa Senhora de Aparecida e a do Menino Jesus (Natal). Nesses eventos pessoas da região se deslocam para a localidade da festa onde permanecem por 2 a 4 dias, a depender da duração das mesmas.

São Pedro nos agraciou, ele permitiu em seu dia estarmos na seca, pois se não, como faríamos a festa não seria tão grande e boa. Na seca podemos aproveitar mais. Já na festa do Menino Jesus em dezembro no Natal, quando não estamos na cheia ainda, a festa é melhor, quase toda comunidade se reúne na igreja para comemarmos e agradecermos pelo ano que passou. Já quando estamos na cheia poucas pessoas vão à igreja e cada família comemora em sua casa (AUXILIADORA).

Nessas festas de homenagens a outros Santos, algumas famílias se organizam para realiza - las, cujos esforços são distribuídos entre os membros da mesma e de amigos, que se propõem a realizar uma festa em homenagem ao santo de sua escolha. Diferente da Festa de São Pedro, em que os esforços partem de toda a comunidade.

Esses eventos, as festas familiares aos Santos de devoção promovem uma sociabilidade ritualizada entre os familiares, que ao renovar a obrigação da família para o seu santo, sagram o espaço geográfico da família para o “seu santo” (BANDEIRA, 1988).

Nossa família há muitos anos a gente organiza a festa para São João, isso ocorreu pela primeira vez quando o avô de meu marido conseguiu uma graça. Nossa família é grande então cada um fica responsável por uma coisa, mas mesmo assim é muito trabalho (FLAVIA).

Já os resultados da festa de São Pedro dependem do esforço dos festeiros¹⁰, dos moradores da região, tanto na doação dos alimentos como em sua produção. Todos os ingredientes para o preparo dos alimentos são doados e sua distribuição é realizada durante o evento, porém bebidas como cervejas, aguardentes e refrigerantes, assim como outros tipos de alimentos, cachorro quente e churrasquinho, são vendidos nas festas, fora do espaço sagrado (o do terreno da Igreja).

As comemorações de São Pedro são marcadas por um longo ritual que antecede e precede à festa, que se faz presente durante o ano inteiro na vida da população. Os festeiros têm como tarefa conseguir as doações para a festa, que se caracteriza pela abundância.

É de sua responsabilidade convidar todos os conhecidos para ajudar nas tarefas a serem desenvolvidas, também como parte de suas obrigações cabe apresentar os novos festeiros para assumir, no próximo ano, as respectivas atividades. Percebi que ser festeiro de São Pedro é uma honra, que concede prestígio ao mesmo.

¹⁰ Os festeiros são as pessoas responsáveis pela organização da festa em um determinado ano.



Figura 10: Cada um Ajuda como Pode

Cada um ajuda como pode, os festeiros por obrigação doam os alimentos, mas as pessoas também podem fazer e só ter condições e boa vontade. A gente pode ajudar também com o trabalho, fazendo as comidas, pois é em bastante quantidade. Também limpando a igreja e o terreno, todo mundo é bem vindo (GREICE).

Essas grandes festas são marcadas por uma abundância de alimentos socialmente valorizados, como por exemplo, a carnes bovinas, suína, os doces, licores e biscoitos, contrapondo ao cotidiano em que não se observa essa fartura de alimentos.



Figura 11: A Fartura na Festas

Inclusive os doces nas casas das pessoas são raros e as carnes bovinas e suínas são reservadas para ocasiões especiais, aniversários, finais de semana e nos momentos em que as famílias recebem alguma visita.

No dia da festa, quando os preparativos perduram até o início da noite, inicia-se a missa, na Igreja de São Pedro, onde se processam os ritos católicos. A Igreja também é preparada para a festa anual de São Pedro, além de limpa, suas paredes são pintadas e seus jardins aparados.

Temos que arrumar a Igreja para festa, São Pedro merece, ele é o nosso padroeiro, cuida da gente e nos protege (CAROL).

Após a missa as pessoas da comunidade realizam apresentações de Siriri e Cururu, como um ritual (danças típicas da região) para reverenciar e homenagear o santo.

Ensaíamos o ano inteiro o Siriri para dançar para São Pedro, para lhe agradecer, até pela vida, saúde e saúde dos nossos filhos, toda vez fico muito emocionada quando danço para ele na Festa de São Pedro (FLAVIA).

Com a apresentação de Siriri e Cururu¹¹, inicia-se o baile, onde grupos musicais tocam até o dia amanhecer e as pessoas bailam no salão da Igreja, concomitante ao baile os alimentos são servidos aos participantes da festa.

Percebi também várias barracas de folhagens, onde famílias se instalam no terreno ou nas proximidades das festas, para pernoitarem durante as comemorações, haja vista, que suas residências ficam, na maioria das vezes, longe dos locais das festas, o que dificulta para se deslocarem continuamente, ou mesmo irem embora madrugada adentro. Isso porque poucas pessoas possuem meios de locomoção, chegando aos locais da festa caminhando com o dia ainda claro e lá se instalando provisoriamente nas barracas acima citadas.

Outra justificativa para a presença das barracas é a necessidade de um abrigo para as crianças dormirem em redes, na noite e madrugada da festa, caso não consigam permanecer acordados.

¹¹ O Siriri e Cururu são danças típicas da região.

Nos dias das grandes festas após as mulheres contribuírem na produção dos alimentos e bebidas que serão distribuídos na festa guardam um momento em especial para se produzirem visualmente para comparecerem aos eventos.

Arrumam os cabelos e unhas através de colaborações rotativas entre amigas e familiares que se revezam. É comum nos dias que antecedem ou durante as festas nos depararmos com essas cenas em contraposição aos outros dias quando essas práticas não são usuais. As mulheres tendem também a adquirir roupas novas para essas ocasiões.

As festas de aniversário, na maioria das vezes, são comemoradas em forma de passa-dia, em que famílias se reúnem na propriedade do aniversariante e são preparadas as refeições para os presentes, durante o decorrer do dia, até o início da noite, quando cada família retorna para sua moradia. Ouvi das participantes que preferiam em vez de oferecer festas em comemoração a seus aniversários, adquirirem alguma coisa para si, preferencialmente utensílios para casa, como por exemplo: televisão, geladeira, antenas, fogão a gás, entre outros.

Olha aqui a gente faz festa de aniversário e não ganha nada, então prefiro comprar alguma coisa com o dinheiro que iria gastar. No meu aniversário do ano passado, eu e meu marido conversamos e a gente resolveu comprar uma geladeira. Tínhamos um dinheiro reservado e conversamos e decidimos (ALICE).

Outra festa significativa na atualidade é a de 7 de Setembro, marcada por uma grande corrida de cavalos denominada *Pareia*. Nela pessoas do sexo masculino disputam prêmios e ganha quem chegar nos primeiros lugares. Essa festa reúne um grande número de pessoas da região ou não. Nas festas grupos musicais se apresentam com o objetivo de oferecer a oportunidade para que as pessoas dançam sozinhas ou acompanhadas.

Ao lado dessas grandes festas são organizadas por moradores da região pequenas festas em suas propriedades, como por exemplo, festa da Primavera ou do Chapéu, cujo objetivo como nos esclarecem os mesmos é apenas diversão. Nessas festas os alimentos e bebidas não são distribuídos para a comunidade, mas sim comercializados. Geralmente a família que oferece essas pequenas comemorações

conta com parentes e amigos mais próximos para organiza - las, mas não com a comunidade, diferentemente das grandes festas, nas quais a comunidade se mobiliza para executa - la.

Tive a oportunidade, durante o trabalho etnográfico, de participar de uma das festas promovidas por uma família local “A Festa do Chapéu”, a qual, grande parte das pessoas da comunidade compareceu. Segundo organizadores do evento, esta fora realizada com o objetivo de oferecer divertimento e recreação para os moradores da região, pois a comunidade é desprovida de locais com essa finalidade.

Os organizadores providenciaram a venda de alimentos e bebidas e uma banda de música local, garantiu a sonorização da festa. No decorrer do evento, jovens do sexo feminino apresentaram danças não regionais, por elas denominadas *estilo country*, embaladas pelo ritmo musical sertanejo.



Figura 12: A Festa do Chapéu



Figura 13: Dança *Country*

Na vida das mulheres as festas caracterizam-se por uma mudança em seus cotidianos, de suas penúrias e dificuldades diárias. Momentos especiais em que as mesmas se alforriam de suas atividades diárias e obrigatórias, com a casa, familiares e sociedade e vivem momentos para si, portanto significa viver a liberdade.

III.3 O *Habitus* Tradicional Camponês

Dentro da ética camponesa, a família não pode ser pensada separadamente de terra e do trabalho, cujos elementos estruturam o *habitus* tradicional camponês.

Conhecer a relação desses elementos se tornou essencial para se compreender a aprendizagem e vivência da sexualidade em jovens mulheres pertencentes ao universo rural do Pantanal Mato-grossense. Pois, conhecer e compreender só terão sentido quando estiverem efetivamente embebidos em práticas culturais, intelectuais e sociais significativas para o sujeito.

III.3.1 A Família

A pesquisa etnográfica em Joselândia aponta para uma unidade familiar rural, um território onde famílias se reproduzem socialmente. A terra concebida como tradição que passa de pais para filhos, um patrimônio da família.

A família define uma dada estrutura social, estabelecendo uma particular relação de solidariedade, mas ao mesmo tempo de subordinação das mulheres e também dos jovens, como de todo o grupo, aos objetivos familiares comuns, se destacando à autoridade paterna como referência na unidade familiar rural.

Isso implica nas escolhas dos jovens que vivem no universo rural que tendem a enfrentar além da opção por uma profissão e um lugar para viver, seus compromissos fundamentais com a família, especialmente através de sua contribuição ao trabalho comum, expectativas de participação no patrimônio coletivamente construído e sua subordinação à autoridade paterna e, posteriormente, à autoridade do marido.

Para BOURDIEU (1996) a definição de família é antes de tudo uma descrição, mas que na verdade, constrói a realidade social que são ficções sociais reconhecidas coletivamente. Acorda-se que aquilo que se denomina família é uma família real, que é um princípio de construção da realidade social e inculcado através da socialização.

Para o autor a família aparece como a mais natural das categorias sociais porque funciona como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social, nesse sentido torna-se necessário deixar de aprender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção e reprodução social dessa realidade.

Na família ocorre também a primeira aprendizagem da sexualidade, para FOUCAULT (1993) é a partir do processo de fixação da sexualidade no meio familiar, que esta se torna um lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos e do amor. Assim, os sujeitos nascem em famílias e aprendem a partir de regras e normas a vivenciar a sexualidade, por intermédio de familiares que já passaram por essa experiência.

Minha mãe falava que eu podia namorar, que ela até sabia que eu namorava, mas que eu não podia ter relação sexual. Porque homem é um quando quer conseguir as coisas da namorada, mas depois que consegue, vira outro. E foi assim depois que eu fiquei grávida o meu namorado mudou, eu achava que ele me amava (MEIRE).



Figura 14: Família Pantaneira

Desse modo com o enfatiza HEILBORN AQUINO, BOZON, *et al* (2006) o estudo da sexualidade põe em evidência idéias mais relevantes da teoria sociológica: a relação entre sociedade e indivíduos e como são produzidos contextualmente os nexos entre esses dois pólos. Os roteiros sexuais espelham as diferentes socializações que a pessoa enfrenta na vida, sendo que a primeira é a vivenciada na família.

Em Joselândia encontramos um território familiar corroborando os estudos de WOORTMANN E. (1995) com Sitiantes do Nordeste, a qual atribui três significados básicos para sítio: em seu sentido mais restrito, correspondendo ao espaço conjunto casa-quintal, que é fundamentalmente o espaço mãe-família, no segundo significado, leva-se em conta o ciclo evolutivo da família extensa; já o terceiro refere-

se a um bairro rural, ou seja, um conjunto de sítios. Reforça que não é apenas um bairro rural, mas sim, um território de parentesco.

Dentro do território familiar vão se constituindo casas pertencentes a grupos familiares, que por sua vez fazem parte desse grupo familiar maior. As casas em sua maioria, são construídas de pau-a-pique, às vezes barreadas e pintadas, cobertas de folhagens. Alguns outros moradores as constroem a base de tijolos e cimento, cobertas de telhas, e são denominadas “casa de material”.

As casas são construídas na parte mais alta do terreno para evitar ou diminuir a entrada da água na cheia, no firme, mas em várias das casas visitadas pude perceber marca de água na parede. Ao perguntar sobre esta marca, me foi explicado que era da água que entrava na época da cheia nas casas.



Figura 15: Território Familiar

A maior parte das casas visitadas se constitui de um cômodo, onde se encontram as camas, uma para o casal e outras para os filhos, os quais podem também se acomodar em redes. Com a chegada recente da energia possui também geladeira, televisão, rádios e antenas parabólicas, pois sem as mesmas não se pode sintonizar e captar sinais de televisão. Em outras casas dois cômodos, um quarto para o casal e filhos e outro que funciona como sala, onde se localiza a televisão, geladeira e rádios.

Ao adentrarmos nas casas, nos deparamos com altares religiosos, nos quais se encontram imagens ou fotos de santos, bíblias, orações e velas.

Como me foi explicitado, inicialmente o novo casal vive em um dos cômodos da casa dos sogros e posteriormente constrói-se a casa de pau-a-pique separada da dos sogros, porém no mesmo terreno da família, com apenas um cômodo e posteriormente aumenta-se os cômodos, que podem ser de material, dependendo das condições financeiras.

Corroboram com os estudos de WOORTMANN E. (1995) com os colonos do sul, que observa que o novo casal passa a residir na casa dos pais do marido, onde terá um quarto separado, marcando sua individualidade. Não disporá, contudo, de autoridade na casa. O novo casal pode se instalar também provisoriamente na casa dos pais da noiva.

Logo quando vim morar aqui ficava na casa da minha sogra. Depois a família de meu marido e meus irmãos ajudaram a construir uma casa barreada, agora já estamos pensando em começar a aumentá - la, mas vamos fazer essa parte nova de material (TALITA).

A família, amigos e vizinhos auxiliam na construção da casa do novo casal, denominado muxirum¹², e as madeiras que servirão para a estrutura da casa são encontradas na mata pantaneira, assim como as folhagens que servirão como telhado.

As cozinhas e banheiros geralmente são construídos separados da casa. As cozinhas possuem fogão à lenha e a gás, pilão e pia. Os banheiros geralmente são nos quintais, um pouco afastados da área maior, envoltos em quadrados por folhagens, onde toma-se banho com baldes. As necessidades físicas são feitas no mato.

O tamanho das casas, sua estrutura, se são ou não de material, bem como a quantidade e qualidade dos eletrodomésticos encontrados, depende da condição financeira de cada família, se ela forte ou fraca.

¹² O muxirum constitui a forma de viabilização dos trabalhos que demandam muita mão-de-obra em determinadas épocas como plantar, colher, construir casas, na esfera do universo de trabalho masculino; na esfera do trabalho feminino. (...) O muxirum, portanto, é uma categoria central no universo das práticas e das representações sociais dos grupos sociais, estabelecendo os laços de reciprocidade presentes neste universo, definidores de identidades/pertencimentos (PIGNATTI E CASTRO, 2007, p.88).



Figura 16: Casa Pantaneira-1



Figura 17: Casa Pantaneira-2

O que chamou minha atenção a primeira vez que fui ao Distrito (estava na época da seca) é que praticamente todas as casas possuíam canoas ou barcos em seu terreno e imaginei, para que uma canoa ou barco, se o rio, segundo me informaram fica a 12 km do Distrito de Joselândia. Diante de minha surpresa me informaram que a água, na época da cheia, chega à porta das casas. As ruas anteriormente percorridas a pé na época da seca, são transitadas só através de canoa, conforme pessoas da comunidade, viram *corixos*.

Mas acima de tudo, a casa é o espaço físico e simbólico onde se reproduzem as famílias joselandenses. A “casa” recinto íntimo das famílias em contraposição ou em contraste a outros aspectos e domínios, a “rua”, não designando apenas um espaço geográfico, mas sim esferas culturais.

Como nos esclarece DAMATTA (1997), a casa é da família, sempre vazada de conotações morais, ao contrário da rua, onde sobrevivem indivíduos anônimos e desgarrados, daquilo que não se quer próximo de si.

M. é menina de família, de levar para casa, falei para o J. meu filho tomar cuidado. Agora ela engravidou e vão ter que casar, ela não é qualquer uma, sem família (LUCIA).

Acho interessante citar, que as jovens com quem trabalhei, informaram que no período em que namoravam, seus companheiros não adentravam em suas casas,

aliás, nem ultrapassavam a cerca das mesmas. Isso acontecia mesmo quando os pais tinham conhecimentos do namoro. Elas relataram que os namorados as acompanhavam até o portão, demarcando literalmente o limite simbólico da casa, espaço das famílias e das quais os namorados ainda não faziam parte e que correspondia do portão para dentro da casa.

Eu e o C. a gente namorava sério ele falou comigo, não com meu pai. Às vezes nós saíamos à noite, porque eu estudava a noite e ele ia me levar da escola até em casa porque era escuro, até na beira da cerca, mas não entrava. Às vezes passava por lá, mas lá não ia. Mas logo quando nós casamos, ele foi lá. Eu falava quando a gente namorava, C. você está com medo do meu pai, mas antes ele não vinha. Tem uns namorados que pedem para ir à casa da namorada, mas tem que ser bem peitudo (PAULA).

É da rua, do portão para fora da casa, espaço que marca o relacionamento entre namorados, pois não se configura um relacionamento familiar.

Para DAMATTA (1997), o espaço demarcado entre a casa e a rua, não corresponde simplesmente a pedaços de chão separados por fronteiras, mas, sim, dependem de como essas são legitimadas e aceitas pela comunidade, sendo assim, categorias sociológicas. São acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, em suas palavras:

Quando digo então que casa e rua, são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esfera de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente molduradas e inspiradas (DAMATTA, 1997, p. 15).

Outro exemplo que configura o espaço da rua refere-se aos espaços dos bares do Distrito de Joselândia, os quais são frequentados por homens, raramente por mulheres. É, portanto um espaço eminentemente masculino e desta forma as mulheres que se sentam em bares não são mulheres de família, ou seja, mulheres de casa, mas, sim, pertencem ao espaço da rua são essas “*que andam com um e outro, com todo mundo*”.

Ta vendo aquela mulher ali era bonita quando nova, vivia aí nos bares, os homens pagando bebida para ela. Ficava com um e com outro, sabe mulher de rua. Agora estão feias, com um monte de filho; às vezes nem sabe quem são os pais e não arrumou casamento (LIA).

Portanto, o espaço é uma invenção social, para DAMATTA (1997) constroem e ao mesmo tempo são construídas pelas sociedades dos homens, os quais, em muitas sociedades se confundem e operam dentro de uma gradação complexa.

III. 3.2 Terra e Trabalho

No ambiente pantaneiro a combinação dos elementos água e terra, onde são produzidas as atividades de roça, pecuária e pesca, reproduzem, também o modo de vida campesino, explorado a seguir.

III. 3.2.1 A Roça

O trabalho na terra atribui identidade aos campesinos de Joselândia, que se auto-definem como “lavradores” de pequenas extensões de terra e a organização social é marcada pela agricultura familiar, com regras de acesso à terra ligado às relações de parentesco. Como uma economia moral, torna-se necessário entender a família como unidade indissociável, dentro da qual se estabelece a divisão sexual do trabalho.

A atividade na lavoura define não apenas um trabalho ou ocupação com finalidades econômicas, mas, antes, é definidora de um modo de identidade, há condicionantes de ordem moral da cultura que são levados em consideração para o trabalho agrícola.

A partir das entrevistas realizadas com mulheres, compreendi que o trabalho desenvolvido na roça atribui aos homens uma identidade em concomitância a uma moralidade, a de ser lavrador, ter um chão para plantio. Portanto, todo homem, ao

adquirir sua autonomia que se dará com o **casamento**¹³ (como veremos com mais detalhes posteriormente), ou seja, com o início de uma nova família, adquire também um chão de roçado, para iniciar a produção de sua roça.

Às mulheres cabe o trabalho desenvolvido dentro de suas casas, no caso de jovens solteiras auxiliando o trabalho materno nas lides domésticas. Já as mulheres casadas tendem a realizar trabalhos em suas casas e, nas casas de suas sogras¹⁴.



Figura 18: Mulher e Trabalho

Entretanto, se no discurso a divisão do trabalho por sexo é bem demarcada, na vivência cotidiana a linha se mostra mais tênue, principalmente no que se refere à atividade do roçado.

A gente cuida da roça juntos, precisamos que todos ajudem a cuidar dela. As mulheres ajudam fazendo os trabalhos de casa, a comida, arrumando as roupas, mas quando precisa vamos também. As crianças também quando ficam crescidos precisam ajudar na roça. Nós somos pobres, se for pagar alguém para ajudar, ficamos sem nada (GREICE).

¹³ No decorrer do texto quando utilizo a palavra casamento, me refiro a uma união conjugal estável, por corresponder a uma categoria por eles utilizada.

¹⁴ Convém ressaltar que as mulheres não consideram trabalhos, os realizados em suas casas e de seus familiares e sim afazeres domésticos. As mesmas consideram trabalho o remunerado.

A família camponesa para MENDRAS (1978) deve ser compreendida como unidade indissociável, que conta, ao mesmo tempo, os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas. É vista a partir da noção de grupo doméstico, isto é, aqueles que vivem do mesmo pote e do mesmo fogo, do mesmo pão e do mesmo vinho, subscrevendo, por exemplo, a relevância do parentesco para os estudos sobre o campo.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, Mendras afirma que as únicas diferenciações de papéis que as sociedades camponesas conhecem são as devidas ao sexo, à idade, à posição dentro da parentela ou do grupo doméstico, ou, finalmente, as devidas ao exercício de um ofício ou de uma função particular.

Os processos de socialização dos agentes sociais neste universo levam a naturalização de papéis pré-definidos, nos quais, cada membro conhece suas responsabilidades e a do outro. Por exemplo, a jovem mulher casada, já tem internalizado seus afazeres domésticos dentro de suas casas.

Quando eu casei, já sabia fazer todo trabalho da casa, minha mãe me ensinou desde que eu era criança. Mulher tem que saber fazer cozinhar, cuidar da casa, das roupas e do marido. Minha mãe dizia e ela estava certa, hoje graças a Deus sei fazer tudo, quando casei não tive problemas nenhum (PAULA).

Segundo MENDRAS (1978), a economia camponesa funciona essencialmente para responder às necessidades da família e, de forma mais abrangente, as da coletividade local. As relações sociais são codificadas em um número restrito de situações e de intercâmbios, que por sua vez são claramente definidos e conhecidos, onde cada camponês cumpre seu papel correspondendo às expectativas do próximo. Desse arranjo da regulação social resulta uma previsibilidade muito grande dos comportamentos, ligadas a essa transparência da sociedade para seus membros.

Aqui nossa família é muito unida, a gente ajuda no que pode. Por exemplo, se a J. está muito apertada com o serviço eu cuido (dou banho, comida) nas suas filhas e ela também me ajuda. Somos cunhadas, mas é como se fôssemos irmãs (JULIA).

Mais que uma vinculação física ou de sobrevivência, a relação do homem com a terra e com a família em Joselândia, explicita uma ética camponesa, por isso uma categoria moral.

O calendário agrícola é definido pelo regime de chuvas e pela dinâmica de inundação, respeitando-se o tempo de recuperação das áreas utilizadas (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

As áreas destinadas às roças e às lavouras em Joselândia, como observa IADANZA (1993), são em torno de dois hectares e sofrem um rodízio constante. São cultivadas e posteriormente ficam de um a três anos em pousio. Nesse período cresce a vegetação secundária, a capoeira, que serve para abrigar animais silvestres, bem como também proteger o solo, mantendo a umidade e a matéria orgânica necessária a sua fertilização.

O ciclo anual agrícola no Pantanal Mato-grossense inicia-se com o preparo do solo e o plantio se dá com as primeiras chuvas, no período de setembro a novembro. Assim a lida com a terra obedece rigorosamente aos períodos hidrológicos dos Pantanaís, as épocas de cheia ou seca, nos quais os joselandenses desenvolvem relacionamentos diferenciados com a terra, com a natureza. As roças são cultivadas em lugares mais altos, onde o acesso da água na cheia se torna mais difícil, pois caso contrário, a água levaria os resultados, o plantio.

Assim, as atividades da roça são separadas em duas metades temporais do ano agrícola, distintas entre si, pois o sistema de cultivo em Joselândia tem que lidar com as inundações periódicas dos campos e assim tem-se um sistema binário de oposição dos elementos terra e água, que denota períodos “da seca ou da cheia”.

Também CANDIDO (1977), ao estudar o universo rural em Bofete, São Paulo, aponta que o ano agrícola é estabelecido através das atividades na agricultura, e a unidade do tempo é decisiva para o norteamto e ritmo da vida camponesa. O ritmo da vida do caipira é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso, pela semana, medida pela evolução da lua.

A organização de vizinhança é percebida principalmente através das formas de solidariedade, mediante o trabalho coletivo de ajuda mútua realizado por

intermédio do mutirão ou da tradição. O autor verificou a importância da tradição oral comunicada pelos caipiras mais velhos aos mais jovens.

Como os caipiras estudados por Candido, os joselandenses mantêm um contato íntimo com a natureza do local interagem com ela, com os diferentes períodos pluviais. Organizam-se de maneira solidária, a partir dos laços de parentesco e reciprocidade. As unidades produtivas caracterizam-se pelo caráter familiar de produção e os produtos agrícolas cultivados são: feijão, arroz, milho abóbora, mandioca, banana, cana-de-açúcar, batata doce, laranja, limão, manga, caju, melancia, alho, cebola, coentro e jabuticaba, entre alguns outros. Porém, são os principais no cultivo das famílias joselandenses, essencialmente o milho, o feijão, o arroz, a mandioca e a banana.

Quando um jovem do sexo masculino se une matrimonialmente, passa a constituir uma lavoura distinta da de seus familiares, porém em terras pertencentes à família. É a herança da terra, passada do pai para os filhos homens e assim para os seus descendentes.

A gente casou e temos uma roça, um pedaço de terra onde o B. planta. Antes ele cuidava da roça de seu pai, junto com ele. Agora tem a nossa, é tudo quase junto, bem perto. Ele ajuda o pai também, trabalha na do pai e na nossa (ANTONIELY).

As mulheres, ao sair da propriedade paterna para irem morar na propriedade do marido, são excluídas da herança da terra de sua família o que demonstra a exclusão das filhas do processo de sucessão e só se tornam herdeiras da terra excepcionalmente, constituindo-se uma estratégia para preservação do patrimônio (WOORTMANN E., 1995).

BOURDIEU (1996), ao analisar o fenômeno da transmissão da herança, constatou que herdar é substituir as disposições imanentes, perpetuar e aceitar pacificamente o projeto de reprodução. Para ele a herança bem sucedida é o assassinato do pai. Quem assumir o lugar dele, que é o lugar da autoridade, terá que realizá-lo com o incentivo do mesmo e a sua superação destinada a conservá-lo, pois está inscrito na ordem das sucessões.

Para melhor explicar a questão, o autor partiu da análise da categoria família que tem um papel determinante, tanto na manutenção da ordem social como na reprodução da estrutura das relações e dos espaços sociais, ao considera-la um lugar privilegiado da acumulação de capitais materiais e simbólicos e suas diversas formas de transmissão às gerações subsequentes.

Em Joselândia, na “nova situação matrimonial” do jovem casal, ele passa a ter uma roça sua para cuidar, herda um pedaço de terra, marcando o início de uma nova etapa de sua vida. Essa é a regra social da região, ênfase, “a dos pais do noivo conceder um chão de roçado”. Regra esta que possibilita a manutenção e o aumento do capital material e simbólico.

A gente quando casa vai morar na terra da família do nosso marido. Lá a gente constrói uma casa. No começo para mim foi ruim, pois senti falta de minha família, mãe e irmãs, mas depois fui me acostumando, mas é assim, tenho que acompanhar o ritmo do meu marido (JOICE).

A herança, segundo MOURA (1978), a partir de seus estudos em São João da Cristina não se restringe ao processo de passagem da terra de geração para geração, isto é, de ascendentes para descendentes, mas se dá por intermédio de transições verticais, quando os pais passam para os filhos, denominadas herança, ou mesmo nas transações de compra e venda ou troca de terras, de propriedades entre os colaterais, de um irmão para outro, caracterizado como transições horizontais. Assim amplia o conceito de herança para nele incluir também a passagem da propriedade dentro de uma mesma geração. As análises de Moura trazem à tona uma série de arranjos, acertos e presentes, como são chamados, determinadas transações de terras, cujo objetivo é dotar de terras as unidades domésticas recém formadas e ao, mesmo tempo, evitar a fragmentação excessiva do patrimônio familiar.

Compreendi durante o trabalho desenvolvido, que quando um filho homem se une matrimonialmente adquire o “direito” a um chão de roçado e este passa a lhe pertencer. Nesse sentido herda uma propriedade dentro do território da família, pois iniciou uma nova unidade doméstica.

Quando um filho homem casa ele tem que ter um pedaço de terra para sustentar a família, não deixar passar fome, como aqui todo mundo é pobre, não tem como comprar, então a gente tem que dar. Ele casa já é homem tem que sustentar a família (AUXILIADORA).

Em Joselândia, os filhos homens que se tornam herdeiros da terra, da moradia e do trabalho; são os que cumprem com as obrigações: morar e cultivar as terras pertencentes à família, ou seja, os filhos que ficam no lugar. Os que migram para outras cidades em busca de empregos ou para dar continuidade aos estudos, não herdam a terra.

Ser lavrador ter uma roça concede ao homem um nível de hierarquia familiar, designa mais que uma categoria profissional, mas antes de tudo é definidora de um modo de vida. Cultivar a terra é ter honra, significa ter compromisso consigo, com a família e dar prosseguimento a um modo vida dos antepassados. Tirar da terra o sustento da família é um *habitus* e caracteriza a vida de várias gerações de joselandenses.

Ter um chão de roçado em Joselândia significa assegurar que a família poderá continuar existindo. É honra, permite que ela perpetue a partir dos descendentes, tendo como significado manter a terra dentro do grupo familiar.

Para WOORTMANN E. (1995), terra e nome são patrimônios simbólicos e materiais, não são propriedades, que expressam a descendência e ao mesmo tem o sentido moral da terra, não se herda um objeto, herda-se uma obrigação.

A memória e obrigação de honrar os antepassados, de não permitir que o nome seja esquecido, de evitar a entrada de estranhos na terra e a saída da terra pra fora do âmbito da família tem o mesmo significado: a terra é patrimônio, aquilo que passa de pai para filho - *tradio* - aquilo que se transmite (WOORTMANN E., 1995, p. 313).

WOORTMANN E. (1995) em seu trabalho *Herdeiros, Parentes e Compadres*, privilegiou as relações que interligam as famílias. Ocupou-se delas no que diz respeito a valores, procurando alcançar a questão da reprodução através das relações de parentesco. A autora discute a teoria do parentesco como organização social e como elemento central da reprodução social do campesinato. Sobre a teoria do

campesinato, comenta que os teóricos ao se empenharem sobre esses estudos consideram a dimensão do parentesco, mas para ela é vista como elemento central para a reprodução camponesa.

Nos seus estudos com os Colonos do Sul, afirma no que se refere ao casamento, que não são dois indivíduos que se casam, mas sim duas famílias que entram em acordo. Ao que se refere ao casamento e herança no sítio, esclarece que existem dois princípios básicos que são fundamentais, a descendência e a residência. Portanto, para que se tenha direito a terra é preciso obedecer a esses princípios.

Mediante ao fato de o novo casal ser consentido um pedaço de terra, questionei sobre a possibilidade de não haver mais terras na família para cultivo, o que me foi respondido, que caso isso ocorra e tendo espaço nas terras dos pais da noiva, o sogro pode fornecer para o novo casal essa terra. Mas de todas as entrevistas realizadas e dados investigados, isso aconteceu (do novo casal receber uma nova terra dos pais da noiva) por duas vezes.

Para BOURDIEU (1996) a existência de um patrimônio define um tipo de prática social: a transmissão da herança e a existência da linha de transmissão que é masculina, esta pode se estender ao feminino, quando da ausência do herdeiro do sexo masculino, na família da jovem mulher e constitui - se como forma de manter na mesma linhagem o que pode ser herdado.

Eu estava morando na casa do meu sogro, depois de uns dias meu pai foi lá conversou com a gente e pediu para irmos morar lá, pois precisava de ajuda, já que meu irmão não mora lá. Nós conversamos e resolvemos que queríamos ir, falamos para meu pai. Depois ele foi permitir permissão para o meu sogro, se nós podíamos ir morar com ele. Meu sogro concordou, pois tem muitos filhos e quase já não tem mais lugar lá (PAOLA).

O casamento marca uma emancipação dos jovens, lhes dando o direito a um chão de roçado, motivo de orgulho dos proprietários. A nova vida do casal em Joselândia coincide com o começo de uma nova roça e de ambos espera-se que frutos germinem, fornecendo alimentos e herdeiros.

Depois que nós casamos o J. começou a fazer uma roça que é só nossa, ela é pequena e ele planta: arroz, feijão, mandioca e abóbora. Não é grande, mas é só nossa. Agora já não previno mais a gravidez, quero ter filhos, já temos nossa roça né? (TALITA).

O fruto da terra, o que ela produz é motivo de orgulho das famílias em Joselândia. Por vezes fui convidada pelas mulheres a ir, junto com elas, visitar a roça da família. Gostaria de frisar que em nenhum momento me foi sugerido ir sozinha até a roça, nos convites realizados as mulheres faziam questão de enfatizar que tínhamos que combinar um dia para irmos juntas conhecê-las, pois se constitui um espaço masculino.

Mulheres que apresentam fluxo menstrual, segundo informações, não devem visitar ou trabalhar nas roças, pois periga as sementes morrerem.

Os produtos agrícolas produzidos são predominantemente para o consumo familiar e local, mas atualmente a relação é mais de compra do que de venda destes produtos porque as roças diminuíram (CASTRO, 2006).

Assim, as categorias presentes neste universo, definidoras e que explicam as ações desse modo de vida só podem ser compreendidas a partir dos princípios de uma economia moral.

Numa organização social fundada em uma economia moral, as normas de reciprocidade são constitutivas, e nela que está incorporada uma compreensão holística do universo que buscamos compreender por meio do trabalho de WOORTMANN K. (1990), “Com Parentes não de Negeucia: o campesinato enquanto ordem moral” em que o autor estabelece as reciprocidades do universo rural por ele estudado.

Trata-se do triângulo Deus, homem, terra, isto é da relação de reciprocidade existente entre esses três pólos do triângulo.

Nesse universo, portanto não se pensa em corrigir aquilo que foi feito por Deus, mas sim nos ajustes no processo produtivo para adaptá-lo a determinadas características, como do solo, do nível em relação à água, etc. Dessa forma, a diferenciação ecológica implica em manejos diferenciados, preservando aquelas condições naturais. O manejo dos recursos naturais, mais que um vínculo estreito com a natureza, indica uma sintonia fina da articulação entre os espaços produtivos e espaços ecológicos (CASTRO, 2007, p.142).

WOORTMANN K. (1990) constrói uma análise sobre o campesinato a partir de valores sociais. Para o autor a compreensão de universo campesino, só se torna possível como uma ordem moral, isto é, aprende-lo através de sua ética, como o campesinato percebe as relações dos homens entre si com as coisas.

III. 3.2.2 O Gado

A criação de gado na comunidade de São Pedro, sede do Distrito de Joselândia é tão importante para a vida da comunidade estudada quanto as atividades de lavoura (IADANZA, 1993).

O Estado de Mato-Grosso quanto à pecuária, historicamente prestou-se à criação extensiva de gado bovino, o qual obteve destaque na economia do Estado, principalmente pelo ambiente propício ao seu desenvolvimento. O gado era criado livremente nos campos dos Pantanaís e por isso se tornou rústico e arredio. A ação exclusiva de agentes naturais sobre o gado criado nos Pantanaís ao léu fez com que estes animais se adaptassem ao ambiente em que viviam (CORREA FILHO, 1946).

O gado bovino existente na comunidade possui grande utilidade econômica e social para a comunidade, sendo um bem bastante prezado que, juntamente com a terra, representa uma reserva de valor, uma forma de riqueza importante que se produz e é durável, como também é fácil sua transformação em dinheiro. É também uma posse social importante.

Os camponeses organizam seu conhecimento, e por meio dele seu processo de trabalho a partir da oposição fraco/forte com relação aos solos e alimentos e também constituem seu saber pela percepção das plantas e do solo com quente e frio (WOORTMANN E. E WOORTMANN K., 1997, p. 104-105).

O gado, como nos ressalta CASTRO (2006), na região é o investimento financeiro que viabiliza a reprodução desse modo de vida. Os moradores da região não praticam a criação de gado de corte, pois são criadores de vaca e comercializam os bezerros de ano para intermediários, que revendem para os fazendeiros interessados.

Como uma das jovens entrevistadas me esclarece:

Quando nasci ganhei uma vaca com bezerro de meu padrinho, depois meu pai sempre me dava algumas, da última vez que contei tinha 7 anos, hoje não sei mais quanto tenho, mas eu já falei que quando eu for fazer estudar em Cuiabá é para eles venderem para eu poder morar lá (CLARA).

Essa situação é atípica, geralmente os gados são mantidos na família e vendidos no caso de emergência financeira, ou passados aos descendentes como forma de presentes. Pois o gado é um patrimônio, nesse sentido uma herança, um dote, que a mulher leva para o casamento, e com o qual, juntamente com o gado herdado pelo esposo inicia-se um pequeno rebanho.

O que penso para meu futuro e de minha família é ficar aqui em Joselândia, cuidar da nossa roça e continuar a comprar nossas vaquinhas, pois temos que pensar no futuro. Quando não pudermos mais trabalhar elas não deixarão agente passar fome. Também assim, em caso de emergência podemos vende - lá a qualquer hora. É como meu marido fala, antes comprarmos gado do que gastarmos dinheiro à toa, com geladeira e, televisão, como todo mundo faz (JULIANA).

Durante as entrevistas realizadas com as mulheres jovens e com as mães ou sogras das mesmas, fui informada que quando uma criança nasce recebe como presente um bezerro, geralmente fêmea, fornecido pelos pais, avós ou padrinhos religiosos, a depender da condição financeira dos mesmos. Quando os pais ou avós não possuem condições de presentear a criança com o gado isso passa a ser de incumbência do padrinho de batismo. Desse primeiro dote vão descendendo outros, os quais também podem ser adquiridos pelos pais e dados aos filhos. As mulheres quando se unem matrimonialmente levam seus dotes para se unirem aos dotes de seus esposos, com os quais iniciam uma pequena criação, para o futuro, pois o objetivo dos jovens casais é de adquirir mais animais para sua criação, principalmente gados.

O gado, cuja quantidade dependerá da condição financeira da família também funciona como dote para a filha que se uniu matrimonialmente, essa levará para a nova vida o gado que juntou até então. As famílias com menos possibilidades

financeiras, *os fracos* em que a filha não possui gado para levar como dote, leva outros animais como: galinha, porco ou égua.

As pessoas com posse financeira, *os fortes* na região, fornecem orgulhosamente para a comunidade a carne de gado em comemorações familiares tidas como importantes, como por exemplo, em aniversários, casamentos ou batizados. Esse ato denota para a comunidade que aquela família é possuidora de bens financeiros e status social.

No aniversário da filha do seu A. ele matou duas vacas e também porcos, foram três dias de festa, veio gente de todo o lugar, até de Barão, mas ele pode. Foi um festão começou na sexta feira e terminou no domingo (LIA).

O fato do seu A. oferecer a carne para ser digerida pela comunidade na festa de aniversário lhe confere status social, pois demonstrou suas possibilidades financeiras.

Mas o significado da carne de gado na refeição foi compreendido na vivência do trabalho de campo, ao buscar marcar o dia e a hora para fazer as entrevistas, ou então após estas, era convidada a participar de um almoço na casa de uma família. Considerada visita, a carne bovina fazia sempre parte do cardápio e a carne era comprada a quilo. Porém, uma vez em que fui almoçar na casa de uma jovem, a seu convite e de seu esposo, percebi o constrangimento de ambos por não poderem me oferecer a carne bovina, porque naquele respectivo dia, o proprietário do estabelecimento comercial da região, que comercializa carne por quilo não havia conseguido providenciar a carne bovina para a hora do almoço, portanto eles não puderam me oferecer. Perguntaram-me se eu já havia comido carne de veado, anteriormente caçado. Entendi, então, que a carne bovina não fazia parte da alimentação rotineira dos joselandenses, ingerem peixe ou galinha, e aquela é consumida apenas em ocasiões especiais.

O manejo do gado em Joselândia é realizado utilizando-se as áreas de campo, com pastos naturais chamados por eles de “Pantanal”, que são áreas de uso comum, com o gado criado solto (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

F - Agora na época da seca, nosso gado fica no Pantanal.

M - Mas aqui não é o Pantanal?

F - Não, o Pantanal são as terras que ficam perto do rio.

M - Quer dizer que vocês têm terra perto do rio também?

F - Não lá a terra é de todo mundo, é sesmaria.

M - Mas vocês vão lá todos os dias cuidar do gado?

F - Não, lá tem pasto para eles e fizemos uns cochos em conjunto para por o sal. O gado de todo mundo fica junto.

M - E como vocês sabem quem é de quem, se nasceu, morreu ou tem algum doente.

F - A gente sabe, e quando acontece alguma coisa alguém avisa, pois sempre tem gente indo para lá, agente cuida uns dos outros (JAQUELINE).

À medida que sobe o nível de inundação, o gado é levado para as partes mais altas, assim é o ritmo das águas que permite ampliar ou retrainir as pastagens. A criação de gado mostra-se cada vez mais difícil e poucas são as famílias que conseguem criar mais de uma dúzia de cabeças (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

Os estudos de IADANZA (1993) corroboram os de PIGNATTI E CASTRO (2007), no que se refere à atividade criatória de gado bovino. Ressaltam que em grande parte a rotina na lida com o gado está relacionada e depende do ambiente Pantaneiro, caracterizado pelas oscilações hídricas e abundancias de pastagens naturais, relaciona-se a cheia, seca, vazante e enchente.

As oscilações na lâmina de água estabelecem tratamentos diferenciados ao gado bovino, ao longo do ano. O gado na vazante é deixado na área de pasto nativo, onde a atividade criatória se dá coletivamente e que se situa em uma região por eles denominadas Pantanal (como especificado no diálogo acima apresentado).

Na época da cheia como este local fica alagado, os animais são recolhidos em internadas, pastos plantados e cercados. É o momento de cuidar individualmente dos rebanhos (IADANZA, 1993).

Meu filho já está arrumando o cercado para a cheia, quando o nosso gado vem para cá, no pasto que faremos para eles. Todo o ano é esse ritmo de ir para o

Pantanal com o gado e depois trazer ele par cá. Eles vêm gordos do Pantanal e na cheia ficam bem magrinhos, acho que já estão acostumados lá (JAQUELINE).

O gado permanece invernado próximo aos seus proprietários até a lâmina de água no Pantanal diminuir o suficiente para o gado retornar para o local de origem, os quais permanecem lá até não suportar as águas, permanecendo de 5 a 8 meses por ano. São conduzidos aos campos em maio/junho e em novembro /dezembro começam a ser transportados para lugares mais altos (IADANZA, 1993).

Como nos esclarece BALTAZAR (2003), esse ciclo de ir e vir do gado é um dos procedimentos de manejo do pasto e rebanho bovino da região pantaneira, cujos responsáveis por eles são sempre pessoas do sexo masculino.

Ser vaqueiro ou lidar com o gado é uma marca característica componente da identidade masculina do grupo. O traslado do gado exige um tipo de esforço físico e coordenação de tarefas conjuntas, pois é realizado geralmente em jornadas de três ou mais dias a cavalo. Compete aos homens adultos a maior parte dos afazeres, o treinamento dos animais para a utilização em caros bois, a lida nos campos do Pantanal, a castração, matança, a ordenha, entre outros. Às crianças cabe ajudar nesses afazeres, na ordenha, recolha do animal ou para utilização como meio de transporte (IADANZA, 1993).

Neste ambiente, esta população sertaneja tem reproduzido um modo de vida em que o acesso aos recursos naturais se dá de forma coletiva, tanto no que se refere às necessidades do gado e do suprimento de alimentos, à roça (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

As famílias Joselandenses criam porcos e galinhas, os quais, juntamente com o peixe, são utilizados como fonte de alimentos. Os porcos, galinhas e cachorros comumente são encontrados nas casas joselandenses e até mesmo vagando pelas ruas.

A renda de grande parte das famílias joselandenses é garantida principalmente pelas aposentadorias, sendo as mesmas classificadas como fortes, se opondo aos fracos que tem sua atividade econômica mais voltada para sua agricultura de subsistência e a criação de galinha, porcos e poucas vacas. As famílias entrevistadas se classificam como de baixa renda familiar, pois 77% destas recebem até dois salários mínimos (PIGNATTI E CASTRO, 2007).

Algumas jovens entrevistadas afirmam que recebem como benefício financeiro do Governo Federal “A Bolsa Família”.

A renda das famílias é garantida principalmente pelas aposentadorias, que são pagas no próprio distrito, o que movimentava o comércio local e a produção caseira. A criação de gado mostra-se cada vez mais difícil e poucas são as famílias que conseguem criar mais de uma dúzia de cabeças, classificadas como **fortes** e se opondo aos **fracos** que têm sua atividade econômica mais voltada para uma agricultura de subsistência e a criação de galinhas, porcos e, geralmente, algumas poucas vacas (PIGNATTI E CASTRO, 2007, p. 89).

Como nos ressalta PIGNATTI E CASTRO (2007) é na combinação das atividades de lavoura, pecuária e pesca, associadas ainda a pensões e benefícios do Governo, com o salário desemprego na época da piracema e a aposentadorias, que vêm permitindo às famílias locais garantirem suas existências de maneira a manterem seu modo de vida.

III. 3.2.3 A Pesca

Segundo CASTRO (2006), a pesca é fonte geradora de recursos e de muitos conflitos internos e externos nas comunidades ribeirinhas dos Pantanais. Objeto de regulação federal, que leva a uma vigilância constante dos fiscais dos órgãos públicos, o peixe tanto é uma garantia de proteína para o consumo familiar como permite a circulação rápida de dinheiro, pois toda a produção é sempre vendida, tanto para a população local como para os turistas e donos de chácaras no entorno do povoado. Peixes como pintado, curimatá, pacu e peraputanga são utilizados para a comercialização, enquanto que o lambari, jeripoca, pacupeva ficam na escala de consumo doméstico.

Aqui ninguém passa fome, pois é só ir ao rio e pescar um peixe que você já tem comida para o almoço e jantar, isso não acontece na cidade (FRANCIANE).

A pesca já foi fonte de renda certa para as famílias da região, hoje, entretanto não mais, devido às imensas dificuldades com os intermediários, aos conflitos fiscais das reservas ecológicas e à decadência visível da quantidade de peixes disponível.

A partir do exposto, compreendemos que no universo rural de Joselândia mais que uma espacialidade das atividades agrícolas, de pesca, ou de pastoreio, são espaços construídos para a produção da vida, bem como, construção de espaços sociais e de gênero.

Neste universo, aponta WOORTMANN K. (1990), os valores de honra, reciprocidade e família estão relacionados, por isso, é uma sociedade holística, hierárquica e tradicional. A reciprocidade afirma-se como um princípio moral, pela negação do lucro, e articula-se com outros conceitos de honra e hierarquia, formando uma ordem moral. O trabalho é percebido como honra e significa aquilo que transforma a terra em patrimônio de família. Assim, terra, trabalho e família não podem ser considerados separadamente porque são categorias de um universo concebido holisticamente.

III. 4 A Religião

A religiosidade católica é um dos traços marcantes na forma de sociabilidade local, cuja expressão no cotidiano está materializada nos altares caseiros, que são avistados ao se adentrar nas casas joselandenses. Estes altares, onde se encontram as devoções, heranças de pais ou padrinhos, ou até um santo trocado, anunciam o quanto a religiosidade é uma das discussões indissociáveis do *habitus* desse universo camponês.

Todas as pessoas que entrevistei, bem como as com quem estabeleci diálogos formais e informais, afirmaram ser católicas, apesar de possuir na localidade duas igrejas evangélicas.

Muitas das representações mentais em grande parte da região ribeirinha do Cuiabá são organizadas em torno dessa tradição da mentalidade católica e rural,

contraposta esta à grande tradição católica praticada em contextos urbanos, reformada e atualizada por sucessivas reformas litúrgicas ou filosóficas (CASTRO, 2001).

Esta religiosidade se manifesta de várias maneiras, cotidianamente, e os altares caseiros são testemunhas, como os festejos em homenagem aos santos familiares e comunitários (CASTRO, 2001).

Em todas as casas visitadas, ocupando lugar de destaque nas salas, ou no único cômodo quando fosse o caso, estavam presentes, imagens de santos, fotos, orações e ou terços.



Figura 19: Altar Católico

Diante desses simbólicos nos altares sempre se tem atitudes de respeito. Na maioria das vezes, quando as pessoas adentram no interior de suas casas, se posicionam em frente aos santos e benzem-se.

A construção da Igreja de São Pedro, em 1932, constitui um importante marco da memória local e expressa um sentimento de pertencimento à comunidade.

Os festejos em homenagem aos santos se constituem na demonstração da forma de viver o religioso, onde o que é sagrado e profano para a religião oficial converte-se na totalidade do sentimento dos devotos (CASTRO, 2001).

Os santos, como observa CASTRO (2001) são colocados como intercessores dos homens diante de Deus, são os que fazem milagres, aos que se prometem. No caso de Joselândia o santo com mais destaque é São Pedro, a quem

mais comumente se evoca nos momentos de angústia, a quem se agradece nos momentos de alegria e se promete, buscando alguma graça.

A promessa é a relação estabelecida entre a condição humana e um invólucro de santidade que a rodeia. Faz parte de uma visão do mundo dentro da qual constitui um modo de comunicação essencial, aproximando-se do sacrifício, ao mesmo tempo em que, se inscreve no quadro de uma economia, a de troca. Se a promessa sempre se faz presente quando se vivencia uma situação em que se está em perigo a segurança essencial da existência individual, familiar e social, ela também é um hábito rotineiro inserido no desenrolar da existência e no movimento do universo e, portanto fazendo parte da ordem normal das coisas (CASTRO, 2001).

A figura do santo é então relacionada ao todo poderoso, de sua capacidade de intercessão junto a Deus, sendo seu seguidor e mensageiro, desse modo, participa de algum modo do poder divino. É o poder o que importa e, portanto a eficácia simbólica, a capacidade de atuar de forma sobrenatural e de produzir realidades misteriosas (MAUSS, 2005).

A Igreja de São Pedro foi fundada em 1931, sob a liderança de Fernando da Costa Leite, o mais conhecido raizeiro, que teve como mestra Doninha Caeté, ou senhora Laurinda Lacerda Cintra, que era moradora do povoado Tanque Novo. Aos 29 dias do mês de junho no ano de 1932, foi realizada a primeira missa e festa de São Pedro.



Figura 20: Igreja de São Pedro

O padre vem na festa de São Pedro, e é quando quem quer batizar, crismar e até casar no religioso aproveita para fazer (AMÁLIA).

Na festa em comemoração a São Pedro, o padre vai anualmente até o Distrito e é neste período que moradores da região, vão para a sede com o objetivo de realizar casamento, batismos e crismas. Inclusive tive a oportunidade de presenciar povos indígenas “Tibiguaras” os quais vivem distantes de Joselândia, se locomoverem até a localidade, buscando batizar seus filhos no dia da Festa de São Pedro.

Os padres vão até o Distrito de Joselândia na sede São Pedro, padroeiro local e ocorre o grande festejo religioso do qual toda a coletividade participa uma vez ao ano, no mês de junho próximo ao dia de São Pedro em 28/06, mas segundo informações a comunidade já ficou sem receber padre por até cinco anos consecutivos.



Figura 21: Missa no Dia de São Pedro

Aos domingos, famílias se reúnem com o objetivo de realizar orações, em conjunto.

No domingo a gente se reúne para orar em conjunto. Geralmente a gente reza um rosário, mas o que precisávamos mesmo é de um padre pelo menos aos domingos para rezar uma missa (AMALIA).

BOURDIEU (1989) compreende a religião com um dos campos que, enquanto Instituição, torna invisíveis, imperceptíveis as disputas de poder que existem por detrás do processo de constituição social da realidade, estabelecendo-se enquanto *habitus* para os agentes sociais, enquanto uma “justificativa divina”.

O catolicismo para, POMPA (1994) privilegiando as figuras dos santos padroeiros, cuja intervenção do mundo manifesta-se sob a forma de milagre, exprime sua autonomia relativa nas formas e nos agentes do culto, que vivem e operam paralelamente aos agentes oficiais, numa convivência pacífica e respeitosa¹⁵.

A religiosidade local, como ressalta CASTRO (2006), possui uma tradição que está ancorada no catolicismo popular, mais que oposição ao saber religioso clerical, com ele dialoga e o transforma, mantendo em seu interior entrecruzamento de múltiplas experiências religiosas, principalmente de releituras do cristianismo.

No modelo geral de percepção desses sertanejos, o modelo de explicação do mundo é altamente complexo e refinado. Nele, o homem não é pensado dissociado da natureza e isolado do resto da criação e, muito menos, de sua existência espiritual. Através da religião, o ser humano é levado a aceitar o sofrimento e até a morte, na medida em que isso tem um significado convincente para os momentos cruciais de sua vida. Na comunidade de Joselândia, observou-se que a religiosidade marca tanto as manifestações coletivas quanto os processos de cura individual das doenças e outras manifestações de sintomas mal definidos, sendo que a fé é um elemento primordial para o processo de cura. A prática de cura (PIGNATTI E CASTRO, 2007, p. 90).

III. 5 A Escola

A educação escolar no Distrito de Joselândia se institui a partir de uma única escola de nível Estadual que atende aos alunos do ensino fundamental, básico, médio e o programa EJA (Educação para Jovens e Adultos). O prédio também é ocupado no período noturno por alunos que desejam e podem custear financeiramente

¹⁵ A tradição religiosa do Brasil colonial até o Império (luso - brasileiro, leigo, medieval, social e familiar) choca-se com uma tradição importada (romana, clerical, tridentina, individual e sacramental). Na época republicana, a Igreja assume e prega essa religião hierárquica e reformada, enquanto no meio rural continua a tradição luso-brasileira (CASTRO, 2001).

o nível superior, oferecendo cursos de licenciatura em pedagogia e matemática. Tais aulas são televisionadas, transmitidas por satélite para Barão de Melgaço, gravadas e repassadas em Joselândia. Entretanto, em vários depoimentos foi verbalizado a necessidade do ensino superior gratuito, para que uns maiores números de pessoas possa dar continuidade aos estudos após o ensino médio.

A gente que já acabou o segundo grau e não tem como ir para fora estudar, gostaria de fazer aqui, mais é muito caro R\$240,00 por mês, e quem tem condições de pagar? Aqui quase todo mundo é pobre (LUCIA).

A Escola de São Pedro, sede do Distrito de Joselândia, foi fundada em 1949, recebeu o nome “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Maria Silvino Peixoto de Moura”, nome de uma professora que trabalhou em São Pedro de 1943 até 1974 (BORDEST, 2004).

Nas demais comunidades do Distrito de Joselândia o ensino ofertado corresponde ao básico, e em algumas comunidades não há unidades escolares.

A escola de São Pedro, por ser uma instituição de educação básica vinculada ao sistema estadual de ensino, deveria comportar a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, compreendendo os processos educacionais em sua forma regular e nas modalidades de educação jovens e adultos, especial, educação profissional, indígena, a distância e rural (WEIMER E CAMPOS, 2005).



Figura 22: Escola Maria Silvino Peixoto de Moura

Na escola tive a oportunidade de estabelecer contatos com agentes sociais (alunos, professores, diretor, demais funcionários) pertencentes à Instituição Escolar de São Pedro.

As diretora e coordenadora pedagógica da escola de São Pedro, afirmam que a Escola não possui nenhum programa de educação inclusiva, para crianças com necessidades especiais. Verbalizaram que se recordavam de uma criança com deficiência auditiva na região, que não frequentou a escola por falta de recursos humanos. Quanto à dificuldade de aprendizagem me informaram que é fornecido aula de reforço para os alunos do ensino básico e fundamental, porém quando a criança ou jovem não consegue acompanhar o programa pedagógico acaba desistindo dos estudos.

Os professores da escola são esforçados, os alunos que não conseguem acompanhar o ritmo da sala, fazem aula de reforço, mas tem uns que não aprendem mesmo, aí acabam desistindo (COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA).

Segundo informações não existe nem uma equipe multiprofissional na região, especializada em avaliar os alunos que se encontram com dificuldade de aprendizagem, ou seja, se essa está relacionada com algum problema físico ou emocional do aluno, ou com o próprio processo de ensino- aprendizagem da escola. Os professores seguem a programação da Secretaria Estadual de Educação, de maneira precária, pois não se conseguem profissionais educadores na região com formação adequada para as diferentes áreas de ensino. Não consideram que a Escola apresente alguma proposta inovadora, atenta às especificidades culturais dessa comunidade.

Seguimos a proposta educacional da Secretaria Estadual de Mato Grosso, procuramos repassar o conteúdo programático, mas não temos nenhum projeto educacional que possa ser considerado direcionado para população do campo. Os professores daqui não têm formação para dar a disciplinas para os alunos, por exemplo, não temos ninguém formado em física, química, espanhol, mas se formos exigir a formação ficamos sem professores, a Escola fecha (COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA).

Outra dificuldade que acaba por fazer com que os alunos desistam de frequentar a escola em Joselândia, segundo os profissionais educadores e estudantes refere-se à distância da mesma até a residência dos alunos.

As crianças do ensino fundamental fazem esse percurso, grande parte das vezes, a pé, eventualmente “conseguem carona em algum automóvel que está indo para São Pedro”, estas estudam no período vespertino.

Em uma das visitas à comunidade, em novembro de 2008, constatei que a Prefeitura de Barão de Melgaço destinou um automóvel para ir buscar esses alunos nas comunidades do Retiro São Bento e Pimenteira e também alunos de São Pedro que moram distante da Escola, segundo informações desde setembro de 2008. Não sabiam quanto tempo esse transporte iria durar.

Porém, para os alunos do ensino médio e do EJA, que funcionam durante o período noturno, não é oferecido meio de transporte, para chegarem até a escola em São Pedro. Às vezes conseguem pegar “carona” com o automóvel que vai levar as crianças até a comunidade e retornará para São Pedro, mas na volta, os alunos retornaram para a comunidade a pé ou a cavalo. Raramente moradores da comunidade possuem automóveis ou motocicletas e quando têm não disponibilizam para uso diário, pois segundo informações, o combustível chega com valor muito alto para as pessoas da comunidade.

Gostaria de ressaltar que o transporte foi providenciado pela Prefeitura de Barão de Melgaço para levar as crianças das comunidades de Joselândia, próximas a São Pedro na época de seca, porém perguntei para os alunos, educadores e pessoas da comunidade como ocorreria na cheia, onde o acesso a escola é invadido pelas águas. Ninguém tinha uma resposta, solução ou providência para o caso do transporte escolar, me afirmando com conformismo que essa situação sempre existiu.

Eu parei de estudar na 5ª série, toda vez eu começo novamente, mas na cheia eu só consigo chegar à Escola de canoa e tenho medo de ir sozinha, então eu paro (PAULA).

Mulheres unidas matrimonialmente e que deixaram os estudos, retornam com a permissão dos esposos, situação que, na maioria das vezes, gera conflitos

familiares, pois a maioria dos esposos permitem, mas não desejam que as mesmas retornem aos estudos. Essa situação evidencia a posição hierárquica das mulheres perante o homem.

Casei com 15 anos e parei de estudar, tive quatro filhos, um atrás do outro, fiquei cinco anos sem estudar, resolvi voltar. No começo meu marido não queria, mas aí eu bati o pé e falei que ia voltar. Eu estudo à noite, antes de vir para Escola deixo tudo pronto, as crianças jantadas, a casa arrumada, mesmo assim quase todos os dias ele está de cara feia comigo. Às vezes quando a aula atrasa ou eu me atraso por algum motivo para chegar em casa ele vem atrás de mim (VERA).

III. 5. 1 O Trabalho Desenvolvido na Escola

Como citado anteriormente, tive a oportunidade de desenvolver um trabalho junto à escola, pretendendo obter um contato mais próximo com a comunidade e principalmente com os jovens, com as quais desenvolveria o estudo em questão. Inicialmente entrei em contato com a Diretora e Coordenadora Pedagógica, apresentando minha proposta de estudo e também minha experiência profissional, como no trabalho com álcool e outras drogas em Cuiabá, no Centro de Atenção psicossocial Álcool e Drogas.

As profissionais me solicitaram um trabalho com os alunos enfatizando a temática uso e abuso de álcool e outras drogas e também relacionados à transmissão de DST, HIV e AIDS. Concordei e me interessei pelas propostas, então a sugestão foi repassada para os demais professores. Os professores concordaram com a primeira proposta relacionada ao uso e abuso de álcool e outras drogas, entretanto discordaram da segunda proposta relacionada à prevenção de DST, HIV e AIDS.

A justificativa para a decisão foi que a primeira proposta se constituía pertinente, pelo consumo exagerado de álcool pelos jovens e o aparecimento de outros tipos de drogas no local. Já a segunda proposta eles entendiam não ser adequada para discutir com os alunos assuntos referentes à prevenção de DST, HIV e AIDS.



Figura 23: O Trabalho Desenvolvido na Escola

Iniciei os trabalhos referentes ao uso e abuso de álcool e outras drogas, mas ao mesmo tempo, procurava entender por que a maioria dos profissionais educadores, não queriam que o assunto sobre transmissão de DST, HIV e AIDS fosse abordado.

Realizei atividades com as turmas do ensino básico, 8º e 9º anos, do ensino médio e do EJA. No encerramento das palestras sobre o uso e abuso de álcool e outras drogas apresentei um filme para ser debatido, “Eu Cristiane F.-13 anos Drogada e Prostituída” e, ao seu final, encaminhei uma discussão com os alunos e professores.

Gostaria de esclarecer que considero algumas cenas deste filme complexas e até chocantes no que se refere à autodestruição dos jovens pelo uso de drogas, nesse sentido propus que os professores assistissem ao filme, antes de passá-lo para os alunos. Após assistirem eles acharam importante manter sua apresentação para os alunos, principalmente buscando focar a situação da autodestruição dos jovens pelo uso de drogas, mas solicitaram que uma das cenas fosse vedada para que os jovens não pudessem assisti-la. A cena correspondia a que o casal protagonista do filme sugere corporalmente uma vivência sexual de maneira implícita.

Indaguei o motivo para proibição da cena e os professores argumentaram que não deveria aparecer a relação sexual por que a escola deveria preservar os alunos e a família disso, pois:

F - O que é errado eles aprendem com a vida, não somos nós escola que temos que ensinar.

M - Mas ter relação sexual é errado?

F - Antes do casamento, sim, é errado. Por mais que a gente sabe que acontece a gente não pode falar, porque senão eles vão achar que é certo (PROFESSORA DA ESCOLA).

Outra situação que gostaria de citar é que, quando realizava trabalhos sobre o uso e abuso de álcool e outras drogas, os alunos do EJA perguntaram-me se as drogas injetáveis transmitiam AIDS ou outras Doenças Sexualmente Transmissíveis. Verbalizei que sim com relação à transmissão pelo sangue da AIDS, Sífilis e Hepatite e com relação às Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, destaquei a importância do uso do preservativo masculino e/ou feminino.

Mediante os questionamentos um dos professores verbalizou para classe:

O que vocês jovens tem que fazer é não ter relação sexual antes do casamento (ALCEBIADES).

Os outros professores concordaram com a fala do mesmo. Após o término das apresentações perguntei aos professores sobre a realidade dos fatos na opinião deles, ou seja, se eles acreditavam que os jovens não tinham relação sexual antes do casamento. Eles me responderam que sim, os jovens tinham relação sexual antes do casamento, porém a escola não podia falar sobre isso, pois senão eles iam achar que era o certo. Falar em prevenção de DST, HIV e AIDS, envolvia falar em sexo e sexualidade, e para escola era inadequado, conforme discurso oficial.

M- Para você o que é sexo?

L- Eu nunca falei sobre isso.

M - Você conversa com alguém sobre o assunto?

L - Nunca.

M - Nem com sua mãe, irmãs e amigas?

L- Minha mãe e minhas amigas nunca conversaram sobre o assunto comigo, eu nunca conversei com ninguém.

M - Nem com seu marido?

L- Não, só fazemos (KAMILA).

Vivenciar este evento na escola colocava a discussão da temática investigada, no discurso oficial, as jovens somente poderiam ter relações sexuais após o casamento. Entretanto, se sabia que isso não correspondia à realidade. Por que o silêncio? Se na escola não se pode “falar” do que não é correto, por que o assunto sobre as drogas desejado para se discutir com os jovens? Será que para a comunidade este era um problema e a vivência da sexualidade não?

Já tinha a informação de que uma professora fora afastada da escola, a pedido dos pais por ter insistido em abordar sobre a gravidez na juventude em sala de aula.

(...) Minha esposa começou um trabalho na Pimenteira quando ela era professora lá sobre a importância do uso da camisinha e do remédio. A comunidade virou contra a gente, que ela não podia estar fazendo isso que estava ensinando coisa errada para os alunos. Na verdade se o professor e os pais não tiverem ensinando isso aí quem vai ensinar, vai acabar tendo filho todo mundo com 11, 12, 13 anos (...). (J.B. - PROFESSOR E AGENTE DE SAÚDE).

Será que o assunto seria entendido como algo da esfera privada cabendo somente à família abordá-lo, já que, em uma das primeiras entrevistas uma jovem indicou que o “silêncio” sobre sexo e sexualidade também se faz presente no âmbito privado. **O sexo é um tabu, como tal não se fala, silencia-se.**

Para BOURDIEU (2002) o papel exercido pela escola está situado no âmbito da oficialidade, sendo responsável pelo reconhecimento, pela distinção, pela atribuição de capital simbólico e por condições de ascensão social atribuídos por toda a sociedade.

Portanto, para o autor, por um efeito de inércia cultural, é provável continuarmos tomando sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é

um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural.

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que lhe sejam relacionados (CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

Para as autoras, a intervenção da escola no campo da sexualidade, além de complexa, tem riscos, considerando-se que a escola é intrinsecamente orientada para disciplinamentos, ênfase na razão e no controle, preocupando-se em ministrar conhecimentos especializados e ensinar para a vida em coletividade.

GUIRADO (1997) defende a aproximação da sexualidade com a escola, uma vez que está tendo como eixo o conhecimento e desenvolvimento da inteligência dos sujeitos que pode colaborar para colocar em outro patamar o tratamento da sexualidade, promovendo discussões criativas, apresentando possibilidades para que os sujeitos efetuem suas escolhas e construam seus conhecimentos sobre a sexualidade, se responsabilizando conscientemente por suas escolhas.

Assim, a sexualidade não pode ficar, como não fica a vida afetiva, em seu conjunto, à margem do desenvolvimento da inteligência. Este é um elemento fundamental para qualquer educação/orientação sexual que a escola queira realizar com os jovens. É preciso dizer-lhes, lembrar-lhes de que não são feitos apenas de libido, que as decisões vitais afetam a pessoa em seu todo, e esse todo carrega a inteligência como elemento inerradicável.

Se o objetivo principal da escola para GUIRADO (1997) é a aprendizagem de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma atitude diante do conhecimento, se conhecimento é informação e mais do que isso, reflexão e crítica. O que permite lidar com pulsões, organizar desejos, considerando interesses da cultura pela sustentabilidade da civilização, haveria, portanto, lugar de destaque para a casa do conhecimento, a escola, no lidar com a sexualidade.

A escola sendo também um espaço que deveria congrega os pais dos alunos, tem possibilidade de colaborar para que a família também reflita sobre como vem ou não lidando com práticas sexuais de prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência inclusive nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reproduções de tabus e intolerâncias.

A Escola para BOURDIEU (2007), assim como a Religião, Família e o Estado, são as principais instituições que concorreram permanentemente como campos de poder responsáveis pela criação do *habitus*, pois se efetivam como principal meio do processo de moldagem, de criação do ser humano socializado. Neste ser humano socializado estão incorporadas as instituições e seus mecanismos de perpetuação, através dos sistemas simbólicos¹⁶ de conhecimento e construção do mundo, desempenhando um papel fundamental nas relações de dominação. Assim os sujeitos têm, através do *habitus*, gerado em seus corpos todas as disposições para confirmar e reproduzir aquilo que as instituições lhes impõem, acerca da compreensão da realidade social, inclusive no que se refere à vivência da sexualidade.

Na mesma perspectiva da teoria de Bourdieu, quanto à constituição das Instituições, enquanto estruturas sociais influenciando, determinando, ou seja, imprimindo nas mentes e corpos dos sujeitos, as práticas e discursos sobre a sexualidade, FOUCAULT (1993) ressalta que, desde o século XVIII, uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder, reproduzidas pelas Instituições em especial a Igreja e o Estado (este a partir das políticas intervindo na sociedade), que, juntas, formaram mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo.

Trata-se do que Foucault chama de bio-poder, em que a sexualidade tem um poder crucial, pois o sexo é o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve, sendo o meio de acesso tanto à vida do corpo quanto a vida da espécie, ou seja, ele oferece um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população como um todo.

¹⁶ Para BOURDIEU (1989) é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que é percebido como instrumento de conhecimento e de construção do mundo.

Para os autores, a sexualidade é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que realizava o processo de diferenciação dos diferentes campos e de suas lógicas. Portanto, a emergência da sexualidade é indissociável também do surgimento de todo um conjunto de campos e de agentes, concorrendo pelo monopólio da definição legítima das práticas e dos discursos sexuais: a Família, a Igreja, o Estado e a Escola, cujo peso relativo e funções podem ser diferenciados, nas diferentes épocas, enquanto estruturas sociais que se imprimem nas mentes e corpos dos sujeitos.

A experiência na Escola foi a **chave** que me possibilitou compreender, inicialmente, essa instituição e, posteriormente, as demais: Religião, Família e Estado enquanto campos de poder em constante disputa por mecanismos de controle e poder, visando à regulação do comportamento sexual das pessoas que vivem em Joselândia, ou seja, me possibilitou vislumbrar o universo das regras sociais no que refere à vivência da sexualidade nesse universo cultural, abordada no capítulo subsequente.

CAPÍTULO IV - MULHERES JOVENS PANTANEIRAS: VIVENCIANDO A SEXUALIDADE

E de repente o resumo de tudo é uma chave.

A chave de uma porta que não se abre para o interior desabitado,

no solo que inexistente, mas a chave existe.

A porta principal, esta é que abre sem fechadura e gestos.

Abre para o imenso. Vai-me empurrando e revelando
o que não sei de mim e está-nos Outros.

E aperto, aperto-a e de apertá-la, ela se entranha em mim.

Corre nas veias. É dentro, em nós, que as coisas são.

Ferro em brasa, o ferro de uma chave

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE).

A chave que me permitiu abrir as portas para o imenso, - para a compreensão das estruturas sociais, regras, normas, valores, enfim sobre as estratégias do vivenciar a sexualidade de jovens mulheres nos contextos afetivos de Joselândia -, foi a situação ocorrida na escola, anteriormente descrita, em que os professores verbalizavam sobre o desejo de *não quererem* que assuntos sobre a sexualidade fossem discutidos na instituição. Estruturas sociais que se expressavam nas relações entre os sujeitos, até então, para mim, encontravam-se desengajadas como as peças de um quebra cabeças, as quais se uniram, adquirindo um significado.

Este evento mostrou-se muito significado no caminhar da pesquisa. Ele veio constituir um divisor no meu trabalho de campo. Na realidade, antes deste evento encontrava-me, metaforicamente, no lado externo da porta, posicionada etnocentricamente, sem me perceber nessa condição. Até aquele momento estava buscando compreender o **Outro** com meu olhar, a partir de minha realidade, meu mundo; a maneira como aprendi e vivenciei a minha sexualidade. Este **Outro** posicionado no interior da porta, diferente e desconhecido (me possibilitando também compreender o que não sei de mim) foi se revelando, adquirindo significado, e, então, percebi que deveria entendê-lo, seus comportamentos, atitudes, decisões e escolhas, tendo como referência as regras sociais daquele contexto, suas estruturas sociais e subjetivas.

Parece óbvio. Entretanto, para se chegar a esta compreensão, o **caminhar** da pesquisa implicou um amadurecimento provocado pelo processo de alteridade, este que revelou outro diferente de mim, mas que no processo interativo, dialógico, científico, poderia ser compreendido a partir de suas referências de mundo.

Esta chave permitiu adentrar no universo afetivo das jovens mulheres pantaneiras para compreender o vivenciar de sua sexualidade, as quais, nas palavras de BOURDIEU (1990), correspondem ao sentido de um jogo social. Um bom jogador, completa o autor, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige, supondo uma invenção permanente para se adaptar a situações indefinidamente variadas, o que não garante a obediência às regras, mas uma infinidade de estratégias que visam salvar o essencial daquilo que as mesmas pretendem garantir.

A regra instituída sobre sexualidade em Joselândia, a partir dos discursos proferidos pelos agentes sociais em contextos oficiais, refere-se à vivenciada dentro das relações conjugais estáveis, e as estratégias utilizadas pelos agentes sociais, portanto, pretendem garantir que esse “discurso” seja mantido, propagado.

Somente ao adentrar pela “porta” vislumbrei os contextos oficiosos, não ditos, o vivido. Perceber e aprender a tensão entre estas duas esferas, que denomino de oficial e oficioso, permitiu, então, ir além do discurso. Abrir esta “porta” tornou possível começar a desvelar as subjetividades presentes no cotidiano das vidas das mulheres joselandenses, as regras utilizadas nesse jogo social, para se vivenciar a sexualidade, o não dito, o feito, a prática. Uma realidade oficiosa em que a sexualidade para as mulheres desse grupo social, vai se desenvolvendo em uma experimentação de acontecimentos, vivenciada também fora das relações conjugais estáveis, em uma infinidade de contextos emocionais e afetivos, ou seja, em namoros, relações extraconjugais e em relacionamentos passageiros, por elas denominado *ficar, com outras pessoas*.

Assim, o evento na escola, que “desnaturalizou” como vinha investigando o vivenciar da sexualidade das jovens pantaneiras, implicou no retorno à casa das entrevistadas e, de maneira parcimoniosa, busquei informações além do inicialmente dito.

Diante de novas questões colocadas, suscitadas no refletir sobre os contextos oficiosos e o oficial, obtive, então, informações que não haviam sido reveladas pelas mulheres nas primeiras entrevistas e que, neste outro momento, emergiram de maneira espontânea no processo dialógico do estudo. Tamanha espontaneidade me remeteu à compreensão de que as situações, até então oficiosas, não eram omitidas ou escondidas propositalmente, mas, sim, porque os agentes sociais aprendem as estratégias para vivenciar a sexualidade. Verbalizam o que socialmente espera-se delas sexualmente, ou seja, que ela seja vivenciada nos contextos afetivos das relações conjugais estáveis.

Como um jogo social o vivenciar a sexualidade deve ser apreendido em um duplo movimento construtivista de interiorização do exterior e de exteriorização do interior, enfim na apreensão do *habitus* adquirido no processo de construção da

afetividade, isto é, as estruturas sociais ou disposições são internalizadas ou impostas aos sujeitos por um processo pedagógico contínuo, que se integram ao seu modo de vida, de tal maneira que os agentes sociais passam a vivenciar esses ordenamentos como se fossem necessidades suas naturalizadas e não construídas socialmente (BOURDIEU, 1996).

A experiência metafórica, da porta que consegui abrir, quando entendi que as estruturas sociais estavam enraizadas de tal maneira em mim, que não conseguia perceber o **Outro**, ou seja, que existiam maneiras diferentes da que eu conheço e entendo de compreender o mundo e vivenciar a sexualidade, ampliando minha percepção para o diferente, só foi possível com o trabalho etnográfico.

Foi esta forma de investigação que me possibilitou experimentar o diferente, vivenciar situações, adentrar no universo desconhecido e compreender a que o estudo se propõe. Abrir a porta, portanto significou olhar para além do que enxergava, permitiu escutar o outro, sair do imediato, do visível, do dito. Enfim, desvelar o Outro, mesmo sabendo ser sempre de forma parcial. Mas, com a certeza de que:

Daquilo que eu sei, nem tudo me deu clareza, nem tudo me foi permitido, nem tudo me deu certeza. Não fechei os olhos, não tapei os ouvidos. Cheirei, toquei, provei. “Só não lavei as mãos e é por isso que me sinto cada vez mais limpo” (LINS *apud* SERRÃO E BALEEIRO, 1999, p. 57).

Este processo dialógico, pesquisador e pesquisado, permitiu construir as reflexões sobre o vivenciar da sexualidade das mulheres jovens pantaneiras. Os resultados a serem apresentados não têm o sabor de assertivas, pois como ressalta BOURDIEU (2007), cada um vê o campo com certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do campo. Mas com a certeza de que o trabalho foi sempre conduzido com seriedade, obstinação e ética.

As reflexões sobre os dados do trabalho de campo referenciados nos aportes teóricos, apresentados anteriormente, tendo como objetivo compreender o *habitus* das jovens mulheres joselandenses na vivência da sexualidade. *Habitus* estes vivenciados no mundo rural pantaneiro. Portanto, com especificidades do universo rural.

Nesta perspectiva, este capítulo busca apresentar as mulheres jovens pantaneiras, conforme suas auto-identificações, definidas pelo sentido de pertencimento ao lugar, a uma família e suas trajetórias de vida quanto ao vivenciar a sexualidade, embaladas pelo ritmo das águas do pantanal: na seca ou na cheia.

As personagens, em seus cenários – territorialidades – são aqui desveladas tanto por meio de vivências cotidianas como pelas ocasiões definidas como especiais, quanto à sexualidade vivida e sentida.

IV. 1 Personagens dessa História

Ninguém nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade, é o conjunto de civilizações que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980 p. 9).

A partir da epigrafe de Simone de Beauvoir, sobre como tornar-se mulher, ou seja, como ela se constrói socialmente como tal, indago como se tornaram mulheres às pessoas do sexo feminino que vivem em Joselândia.. Quem são as mulheres que experienciam a sexualidade? Aquelas que guiam seus comportamentos embasados nas disposições sociais da cultura que adquirem significados e são modeladores de seus anseios e desejos sobre a sexualidade?

As disposições sociais nas quais, segundo BOURDIEU (1996), se estrutura a subjetividade humana, sendo assim, a sexualidade se constituirá antes de tudo numa construção, que envolve relações de gênero, poder, hierarquias, expectativas, trajetórias e reproduções sociais. Elementos constituintes e estruturantes da história de vida de cada sujeito.

Portanto, neste momento do trabalho procuro trazer resumidamente quem são as jovens mulheres entrevistadas, os agentes sociais, compreendidas através de suas falas e de suas imagens, que revelavam seus sonhos, fantasias, tristezas e alegrias, as quais, ao verbalizarem sobre suas vivências sexuais, significavam-na, com trechos de amor, paixão, sentimento e emoção. São personagens, mas de suas histórias reais e, como tais, seus nomes verdadeiros não serão revelados, utilizarei para os mesmos

codinomes. Essas muitas histórias, no ciclo de existência dessas jovens, formam a histórias deste estudo, com combinações sucessivas de mecanismos estruturais e de estratégias que se perpetuam no curso de uma história bastante longa e, por vezes, a custa de mudanças reais ou aparentes.

(...) As coisas vivas em contato com o ar devem adquirir uma cutícula, e não pode argumentar que as cutículas não são corações; contudo alguns filósofos parecem aborrecidos com as imagens por não serem objetos e com as palavras por não serem sentimentos. Palavras e imagens são como as conchas, não menos partes integrantes da natureza do que as substâncias que cobrem, porém melhor dirigidas ao olhar e mais abertas às observações. Não diria que a substância existe por causa da aparência, ou o rosto por causa das máscaras, ou as paixões por causa da virtude e poesia. Coisa alguma surge na natureza devido a qualquer outra coisa; todas essas faces e produtos estão igualmente envolvidos no ciclo da existência (SANTAYANA *apud* GOFFMAN, 1989 p. 7).

MEIRE: Jovem mãe solteira nasceu em Joselândia, é filha da terra, família materna e paterna também da região, os quais são casados. Está com **17 anos**, sua religião é católica, terminou o ensino fundamental. Ficou gestante com 16 anos e com vinte e oito semanas de gravidez foi residir em Cuiabá na casa de uma tia quando realizou os exames pré-natais. Teve sua filha em Cuiabá e com um mês da filha nascida retornou para Joselândia. Quando ficou gestante os pais a levaram na casa do pai de sua filha, o qual namorou por cinco anos, permaneceram por um mês juntos e a mesma retornou para casa de seus pais. Ficou gestante na sua primeira relação sexual. Após o nascimento da filha residiu com o pai de sua filha por três meses, sendo dele, a iniciativa de ir buscá-la, permaneceram por três meses juntos e ela retornou para casa dos pais. Atualmente reside na casa dos pais com a filha, não trabalha fora ou estuda.

VANIA: Jovem mãe solteira nasceu em Joselândia, é filha da terra, família materna e paterna também da região. Está com **20 anos**, sua religião é católica, terminou o ensino médio. Ficou gestante com 19, não fez exames pré-natais e foi para Cuiabá ter sua filha, retornando logo após o nascimento, para Joselândia. Quando ficou gestante os pais a levaram na casa do pai de sua filha, permaneceram por três meses juntos e a mesma retornou para casa de seus pais. Namorou com o pai de sua

filha por quatro anos, estavam tendo relação sexual há três meses quando ficou gestante e romperam o namoro. Atualmente reside na casa dos pais com a filha, trabalha fora como doméstica na casa de uma senhora da região.

VITÓRIA: Jovem mãe solteira nasceu em Cuiabá e está com **23 anos**, família materna da região de Joselândia, se considera filha da terra. Relata que sua mãe nasceu em Joselândia e com cerca de 12 anos foi residir em Cuiabá, casou-se, teve dois filhos, separou-se e após a separação foi residir em Joselândia novamente. Primeiramente morou na casa de uma de suas irmãs e posteriormente casou-se com um senhor da região, com quem está até a atualidade.

VITÓRIA permaneceu residindo em Cuiabá com a avó materna até ficar gestante aos 20 anos, de um rapaz da região, com qual iniciou o namoro desde os quatorze anos. Com 17 teve relação sexual com o namorado, quando ficou gestante, porém segundo mesma, o amor dos dois já havia acabado. Estava gestante residindo em Joselândia, com vinte e quatro semanas de gravidez começou a ter dificuldade de saúde, quando retornou para Cuiabá, na casa da avó, permanecendo lá até o nascimento de sua filha, segundo a mesma por falta de recursos médicos em Joselândia. Quando a filha estava com 01 mês de nascida retornou para Joselândia, residindo na casa da mãe e padrasto, com a filha.

BRUNA: Jovem solteira, não tem filhos, no momento da entrevista encontrava-se casada com um moço da região. Nasceu em Campo Grande, quando criança foi residir em Cuiabá com os pais e estava em Joselândia a passeio, quando conheceu o então marido, namoraram 02 meses e estavam casados há 05 meses. Separou-se do marido e foi embora de Joselândia. Tem **17 anos**, religião católica e terminou o ensino fundamental.

Não é “filha da terra” e não foi aceita na comunidade, a mesma jovem foi para Joselândia participar de uma festa e lá ficou morando na casa dos pais de uma amiga enquanto a mesma estivesse lá, pois ambas residiam em Cuiabá. Após algumas semanas casou-se com um jovem, “filho da terra” cujos ancestrais familiares foram um dos primeiros moradores da comunidade. Separaram-se tempo depois. Ela informou as

pessoas da comunidade (segundo informações das mulheres entrevistadas) que gostaria de continuar a morar em São Pedro, porém nenhuma família lhe abriu as portas de suas casas para ela morar, nem a troco de trabalho doméstico e alimentação.

ADRIANA: Jovem solteira e sem filhos nasceu no Distrito de Joselândia (uma fazenda da região), é filha da terra, seus pais se separaram e ela foi residir com os avôs maternos na Colônia Santa Izabel. Mudou-se para São Pedro de Joselândia aos 13 anos. Família materna e paterna da região. Têm **18 anos**, sua religião é católica, está cursando o ensino médio. Já fora casada e não tem filhos, segundo seu relato em entrevista e de pessoas da comunidade ela fugiu quando tinha 13 anos, seus avôs foram buscá-la com policiais pelo fato dela ser menor de idade. Atualmente mora com os avôs maternos, além de estudar, também trabalha em casas de famílias.

JULIANA: Jovem solteira não tem filhos. Nasceu em Cuiabá, e com um mês de nascida foi para Joselândia é filha da terra, família materna e paterna também da região. Está com **20 anos** e sua religião é católica. Relata ter tido relação sexual com um jovem, que era seu namorado, aos 17 anos. Atualmente estuda o ensino médio e trabalha fora, como doméstica em casa de famílias.

PAOLA: Jovem atualmente com **21 anos**, sua religião é católica, terminou o ensino médio e não trabalha fora de casa. Nasceu em Cuiabá, mas foi para Joselândia com um mês de nascida, é filha da terra e fez o ensino médio em Cuiabá. Sua primeira gestação foi com dezessete anos, fez os exames pré-natais e teve suas filhas em Cuiabá (ia para lá todos os meses). Quando suas filhas estavam com cerca de um mês de nascidas, retornaram para Joselândia. Atualmente suas filhas têm um e três anos. Família de seus pais da região, porém sua mãe, apesar de sua família ser da região, estudou em Cuiabá, após o casamento que foram residir em Joselândia. A família de seu esposo é da região.

MEL: Jovem casada, atualmente com **20 anos**, sua religião é católica, está estudando o ensino médio e não trabalha fora de casa. Nasceu em Joselândia, é filha da

terra e ficou gestante com 15 anos, quando casou grávida. Familiares maternos e paternos e de seu esposo são de Joselândia. Namoravam há três anos, e estavam tendo relação sexual há três meses, quando ficou gestante, teve sua filha em Cuiabá, quando estava com um mês retornaram para Joselândia.

PENELOPE: Atualmente têm **21 anos** e está gestante pela primeira vez, sua religião é católica, estudou o ensino fundamental e trabalha em um bar que pertence a ela e seu esposo. Nasceu em Joselândia, é filha da terra, familiares maternos, paternos e de seu esposo são da Região. Não está fazendo exames pré-natais. Encontrava-se casada pela segunda vez, informa que fugiu muito cedo, foi precipitado da primeira vez com doze anos e o jovem com treze anos, separaram-se porque brigavam muito, não tinha experiência da vida. Ela acredita que os dois foram afoitos, pois namoravam há um mês. Quando se separaram a iniciativa foi dela, porque o mesmo foi embora trabalhar em uma fazenda e ela se negou a acompanhá-lo e voltou para casa da mãe. Acrescenta que após uns dois anos fugiu novamente com o atual marido porque o amava, afirmando que agora é para valer, que pretende viver com ele pela vida toda e atualmente se considera casada. Está grávida e quer viver com sua família.

ALICE: Jovem casada há 04 anos, atualmente com **20 anos**, sua religião é católica, parou de estudar no segundo ano do ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Nasceu em Cuiabá e foi para Joselândia com um mês de idade, é filha da terra, seus familiares maternos, paternos e de seu esposo são da região. Foi mãe solteira com quinze anos, cujo pai de seu filho residia em Barão de Melgaço, mas não a assumiu e nem o seu filho, nunca mais o viu. Quando estava gestante “ficava” com o atual marido sem compromisso e quando seu filho estava aproximadamente com seis meses, casou-se com ele. Atualmente casada com dois filhos, um de quatro e outro de dois anos, teve seus filhos em Joselândia.

JOICE: Tem atualmente 22 anos é casada há cerca de 1 ano (namorou quatro meses), com quem tem filhos gêmeos de 05 meses. Nasceu em Cuiabá, e veio para região com 01 mês de nascida, é filha da terra. Sua religião é católica e parou de

estudar no ensino fundamental. Também engravidou em Barão de Melgaço, quando foi trabalhar na casa de uma tia, aos 18 anos, e o pai da criança (atualmente com quatro anos), não se casou com ela, e nem assumiu o filho. Seus familiares não a aceitaram em casa, então após algum tempo ela foi acolhida por uma tia para ajuda - la com os afazeres domésticos na região. Seus familiares atualmente residem em Poconé. Seus familiares maternos, paternos e de seu esposo são da região.

FRANCIANE: Jovem casada há 03 anos, atualmente com **17 anos**, tem uma filha, sua religião é católica, terminou o ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Nasceu em Rio Branco no Acre, mas seus familiares maternos são da região, portanto se auto-identifica como filha da terra, com sentimento de pertence ao local. Acrescenta que namorou com o atual esposo desde os 11 anos, com quem teve relação sexual uma vez antes do casamento. Atualmente reside com o esposo e uma filha de três anos, que nasceu em Cuiabá, mas quando estava com um mês de nascida, retornaram para Joselândia.

ANTONIELI: Jovem casada, atualmente com **19 anos**, sua religião é católica, está estudando o ensino médio e não trabalha fora de casa. Nasceu em Joselândia, é filha da terra e ficou gestante aos 17 anos, tem uma filha de um ano e seis meses que também nasceu na região.

JULIA: Jovem casada há aproximadamente 05 anos, nasceu na região, é filha da terra, tem duas filhas uma de três anos e uma de um ano. Atualmente com **19 anos**. Foi mãe pela primeira vez aos 17 anos e teve suas filhas em Joselândia. Sua religião é católica, parou de estudar no ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Familiares maternos e de seu esposo, são da região. Foi criada pelos avôs maternos, não conhece o pai e a mãe reside em Cuiabá, com a qual não tem contato.

FELICIA: Nasceu na região, é filha da terra. Sua religião é católica, não trabalha fora de casa e parou de estudar no ensino fundamental. Seus familiares maternos, paternos e de seu esposo são da região. Tem atualmente **15 anos**, é casada a

cerca de 02 anos e tem um filho de um 01 ano e 10 meses, o qual nasceu em Joselândia.

TALITA: Jovem casada há 02 meses, nasceu em Joselândia, é filha da terra, não tem filhos e está tentando engravidar. Atualmente com **14 anos**, sua religião é católica, parou de estudar no ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Familiares maternos, paternos e de seu esposo, são da região.

KAMILA: Jovem casada há aproximadamente um 01 e meio, namoravam há 02 meses são primos e não têm filhos. Nasceu na região e é filha da terra. Atualmente com **18 anos**. Sua religião é católica, estudou o ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Familiares maternos e de seu esposo, são da região, não conheceu o pai.

FERNANDA: Jovem casada há aproximadamente 02 anos, namoravam há 08 meses têm um filho de um 01 e 02 meses e está gestante de 04 meses, não fez exames pré-natais e teve seu primeiro filho na região, com 17 anos. Nasceu na região e é filha da terra. Atualmente com **19 anos**. Sua religião é católica, estudou o ensino fundamental e não trabalha fora de casa. Familiares maternos, paternos e de seu esposo são da região.

ELIETE: Jovem casada, atualmente com **18 anos**, sua religião é católica, estudou o ensino fundamental. Nasceu em Cuiabá, mas com 01 mês foi para Joselândia, é filha da terra. Seus familiares maternos, paternos e de seu esposo são da região.

Foram entrevistadas 20 mulheres, que viviam no momento das entrevistas na região e se encontravam na faixa etária de 14 a 23 anos. No que se refere à escolaridade 06 possuíam ensino médio completo, 05 ensino médio incompleto, 05 ensino fundamental incompleto e 04 ensino fundamental completo. Todas pertencem à religião católica e afirmam já ter vivenciado experiências sexuais, as quais se

autodenominaram casadas (sem vínculo legal) ou solteiras (mesmo que já tenham sido casadas), com filhos ou não.

Das 20 jovens entrevistadas 19 se autodenominam filhas da terra, cujos ancestrais são da região, ou, como por elas especificados, “nasceram e criaram no Pantanal”.

IV.1.1 Filhas da Terra

As mulheres entrevistadas, agentes sociais deste estudo, revelam a importância de serem “filhas da terra”, das 20 jovens entrevistadas, 17 pertencem a famílias maternas e paternas que são da região, como citado pelas mesmas, “nascidos e criados em Joselândia”, as quais nasceram também na região ou foram recém-nascidas para lá (suas mães apenas realizaram o parto em cidades próximas), permaneceram a infância e juventude, até o período atual, na localidade.

Duas jovens pertencem a famílias em que as mães nasceram e passaram a juventude na região e foram embora para outras localidades. Essas apesar de não terem nascido na localidade se autodefinem como filhas da terra. Uma das mães ao retornar para a região levou sua filha que estava na ocasião com 11 anos, FRANCIANE. A outra mãe retornou para a região e sua filha VITÓRIA foi residir com ela após 5 anos, aos 20 anos de idade, quando ficou gestante de um rapaz da região.

Uma das jovens entrevistadas, BRUNA, e seus familiares não pertencem a região, residiam lá há 07 meses na ocasião da entrevista, não se considera filha da terra.

As 19 jovens se autodenominam filhas da terra cuja história atual as remete à história de seus ancestrais, lhes dão um *status* além de herdeira de todas as tradições e costumes do local, de uma moralidade e respeitabilidade.

Sou filha da Terra nasci aqui no Pantanal e aqui que pretendo morrer e você é povo daqui mesmo? (JAQUELINE).

Assim, pertencer a uma família “tal” impõe às mulheres que conservem comportamentos considerados adequados para os padrões da sociedade, e caso esses

comportamentos fujam, mesmo que momentaneamente, do esperado lhes recaem críticas referenciando que essa mulher “nem parece pertencente” a tal família.

Essas identidades são dadas pela formas de organização social em que o trabalho familiar e as relações de parentesco configuram uma territorialidade e uma cultura viva e dinâmica, identidades fundadas em um *habitus*. Em detrimento dessas características, Joselândia é um povoado pantaneiro, conforme autodefinição e seus habitantes são portadores de um *ethos* específico, referenciados em uma territorialidade, dando possibilidades e condições de acesso a terra para produção da vida local. Identidade dada pelas relações de parentesco definidoras do sentido de pertencimento (CASTRO, 2007).

Eu não nasci aqui, mas meus familiares sim, eu me sinto como se fosse daqui, pois acredito e penso como as pessoas daqui (ANTONELLI).

Assim, vão se constituindo nas comunidades joselandenses uma relação, em que todas as pessoas se conhecem, sabem a que família pertence, se está só de passagem ou veio para participar de alguma festa local. Principalmente as mulheres mais idosas, possuem uma gama de histórias e acontecimentos ocorridos com a população, transmitidos em contextos oficiais e oficiosos, em forma de segredo ou não. Notícias de brigas familiares, traições entre maridos e mulheres, separações, casos extraconjugais e doenças.

Aqui é um lugar pequeno, todo mundo sabe da vida de todo mundo, quanto mais você zelar de seu nome é melhor. As pessoas mais velhas só de bater o olho em você sabe, quem a gente é, se é uma moça boa e trabalhadeira (MEL).

O termo comunidade é uma autoidentificação, referenciando um pertencimento ao lugar, nas esferas que ocorrem as relações de proximidade e convívio (SANTOS, 1998).

Portanto, como nos enfatiza CASTRO (2007) as comunidades Joselandenses estão interligadas por uma rede de parentesco, consangüinidade, afinidade e compadrio, o que lhes permite identificar o conjunto dos grupos por povo.

Categoria essa que expressa um sentimento de pertencimento a uma territorialidade maior: ser povo de Joselândia.

Aquela lá é P. da família B. que casou com C. lá da Lagoa do Algodão (CLARA).

Para a autora, a categoria povo, mais que limite dado pela área territorial de Joselândia, aponta para uma ordem social em que as relações de parentesco estabelecem as redes de relações sociais e de valores, implicando um conjunto de princípios e regras que determinam o pertencimento ao grupo.

Meu povo, pai, mãe, avós são da Pimenteira, eu também, mas quando casei vim para o Retiro, agora vivi aqui, mas quando perguntam de onde sou, respondo da Pimenteira, pois é lá que eu nasci e meus familiares também são de lá (FELICIA).

Além de ser povo de Joselândia, as mulheres Joselandenses se identificam como povo de alguma família, “povo de fulano” para referir suas identidades como pertencente a uma família. Este termo pode expressar explicitamente uma qualidade ou desqualificação definida a partir do parentesco.

Sabe B. veio para cá [Joselândia], mas seu povo é tudo de Cuiabá, ninguém conhece, então como vamos saber como ela é? Eu já desconfeiei quando o N. apanhou ela para morar com ele, falei para mãe dele, a gente não sabe quem é, não conhece a família, não sabe de onde veio. Dito e feito, ela deu um monte de problemas, dizem que até inventou que estava grávida. Nós temos que conhecer a pessoa a família, para por dentro de nossa casa (JAQUELINE).

DAMATTA (1997), em seu texto “Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”, observa que são nas formações sociais em que a classificação moralizante é poderosa que surge a figura do medalhão como uma cristalização pessoal de qualidades morais em determinados domínios sociais, podendo surgir onde quer que haja um grupo. Entre pobres, ricos, fortes e

fracos, tratando-se de se estabelecer diferenças hierárquicas em todos os grupos e categorias, em todas as situações.

Segundo o autor dentro de uma rede de parentesco, compadrio e amizade, o ser é relacional, cuja existência social se legitima pelo elo que se mantém com outras pessoas num sistema de transitividade e gradações. Moro nesta casa porque sou X e tenho direitos de usar os recursos sociais ali alocados porque sou membro da família Y. Não sou eu com o indivíduo que formo família, mas é a família e as relações que fazem por meio dela que me legitima como membro daquele espaço social. É a relação que me transforma de indivíduo em pessoa.

Portanto, alguém ser povo de uma família em Joselândia refere-se a identificar esse alguém na genealogia de determinada família, que na verdade refere-se explicitamente a qualidade da pessoa definida por um parentesco. É o *habitus* herdar qualidades morais de seus antepassados familiares.

Ele já sabia de mim, isso contou muito para ele e para mim também. Ele já sabia a mulher que eu era, como era e eu também já sabia dele, que eu era uma mulher de préstimo, moral e pura. Eu conhecia a família dele e ele a minha (FRANCIANE).

Gostaria de enfatizar que algumas filhas da terra pertencentes a famílias classificadas como possuidoras de moralidade e tradição, que de certa maneira não se adequaram a esses *habitus* joselandenses de reproduzir as características e comportamentos morais de seus familiares tendem a migrar para outros lugares, principalmente em Cuiabá. Compreendi que das mulheres esperavam-se determinados comportamentos que não se concretizaram a contento, sendo assim, seus familiares providenciam sucintamente possibilidades para que elas se instalem em outra localidade, portanto estrategicamente, em um jogo de interesses em se perpetuar o *habitus* local.

Exemplifico essa situação a partir de dois casos que me foram expostos que dando a dimensão do jogo no que se refere à vivência da sexualidade. A primeira de uma mulher pertencente a uma família identificada como de tradição e moral, que engravidou pela primeira vez e o então namorado não a assumiu, ou seja, não casou com ela. A partir deste ato ela teve vários relacionamentos afetivos, ficando grávida

por mais três vezes, sem que nenhum dos pais das crianças a assumisse como esposa. Seus familiares providenciaram para que ela fosse morar e trabalhar em Cuiabá.

Outro caso é de uma moça que manteve um relacionamento amoroso com um homem casado e seus familiares descobriram, assim como várias pessoas da comunidade, a estratégia familiar para a situação, foi sua mudança para Cuiabá, para trabalhar e estudar.

A família absorve juízos morais, segundo SARTI (1996), o germe da família se mistura à moralidade que mantém claras ligações com a presença masculina. Nesse sentido, se a autoridade tem no homem o ponto referencial, é claro que a moral necessita de aparatos hierárquicos em cujo ápice sua legitimação repouse. E família sem homem, não é família: é arremedo de família.

O papel fundamental da mulher na casa dá - se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença desnecessária se torna necessária (SARTI, 1996, p. 48).

Interessante frisar que fatos semelhantes quando acontecidos com os homens da comunidade, não desencadeiam situações que seus familiares necessitem tomar essas providências. Foi-me relatado que homens vivenciam a sexualidade extra conjugalmente de maneira constante, sem sofrer nenhuma sanção. Nas palavras de uma senhora do local.

Aqui, que é um lugar de tradição, todo mundo procura saber de onde vem a mulher, da onde vem o marido, quem são as famílias, se a mulher é de préstimo ou não é tudo isso. Uma mulher de préstimo é uma mulher boa, de moral, é trabalhadeira. Também se tem fama de mulher que não presta, menina que ficava com um e com outro, assim que é aqui, entendeu. Então pelo menos aqui que é uma comunidade pequena, quanto mais você zelar do seu nome melhor é (FRANCIANE).

Nas palavras de FRANCIANE expressando o *habitus* local, mulheres de préstimo, que são aceitas nas redes sociais da localidade, além de trabalhadeiras,

devem possuir moral, ou seja, vivenciar a sexualidade da maneira como a sociedade estabelece como adequada, dentro de relacionamentos conjugais estáveis.

Nas regras de reciprocidade, “se adequam ao *habitus* ditado pela sociedade” e em troca a sociedade as aceita, como pertencentes ao local. São estratégias do grupo para manter as estruturas sociais do local reproduzindo regras, normas e a cultura.

Nasci aqui, mas fui embora para Cuiabá bem pequena, há muito tempo e voltei após ter me separado do pai de meus filhos. Cheguei aqui e senti uma rejeição das pessoas, elas me olhavam com desprezo e desconfiança. Não tinha emprego, mas morava na casa de minha irmã que já era casada com o irmão de meu atual marido. A gente se conheceu e casamos. Hoje eu tenho minha casa; eu e meu marido trabalhamos juntos e as coisas são diferentes. As mulheres conversam comigo, vão às festas que minha família organizada. Aqui é difícil mulher sozinha, mesmo trabalhadeira não fica (FLAVIA).

Através da união matrimonial FLAVIA (mãe de uma das jovens entrevistadas) passa para uma categoria social de respeitabilidade pela comunidade, passa a fazer parte dos padrões desejáveis que possibilitassem a ela permanecer no local. São estratégias utilizadas por agentes sociais, quando percebem no *campo* espaços de disputas de poderes, buscando perpetuar as regras sociais.

Aqui em Joselândia eles são um tipo de pessoa: eles vêem você já imaginam o que você é e você é. Então, para conquistar demora muito tempo, às vezes passam anos. Eu quando cheguei aqui era discriminada totalmente, porque eu era solteira, porque achavam que eu vim aqui para acabar com a vida dos outros. Agora gostam de mim, eu casei, então eu conquistei a confiança de todos e passei por cima de tudo (FLAVIA).

Uma das jovens entrevistadas, BRUNA, estava a passeio na região e residindo na casa dos familiares de uma amiga, quando iniciou um relacionamento com um rapaz “filho da terra” e após 02 meses de namoro se casaram. Após 05 meses. Separaram-se e foi embora de Joselândia. Ela informou as pessoas da comunidade (segundo informações das mulheres entrevistadas) que gostaria de continuar a morar em São Pedro, porém nenhuma família abriu as portas de suas casas para ela morar, nem a troco de trabalho doméstico e alimentação.

Aqui que é uma comunidade pequena, quanto mais você zelar de você, do seu nome melhor é. A moça que é moça, ela casando pura, virgem, com o marido, ele não tem direito de falar nada para ela, porque ela foi uma mulher só dele. Hoje em dia para mim isso conta muito, se a mulher casou virgem com o seu marido, que hoje em dia é difícil encontrar. Ele não tem direito de falar: ah porque você não presta, porque quando eu encontrei você era isso, aquilo. Você é uma mulher de moral (JAQUELINE).

Durante os momentos em que estive realizando o trabalho de campo, em todas as casas visitadas comentava-se o assunto, incrementado por várias versões sobre o ocorrido, dentre eles: que ela estava de caso com um homem casado, que ela desrespeitou a sogra, que ela não era mais moça ou porque queria casar com um homem rico da região. Observei que independente do motivo, essa moça não se adequou aos padrões desejáveis da comunidade, para uma moça solteira, sendo assim inviabilizaram a presença dela no local.

Os argumentos apresentados pela comunidade tentavam justificar a não aceitação da jovem mulher como membro da mesma, não se estabeleceram as regras de reciprocidade. Percebo que ninguém da sociedade falou diretamente que ela não poderia permanecer no local, mas armaram-se estratégias para impedir sua fixação lá, lhe negando emprego e moradia. Pois estamos na esfera do não dito, os contextos officiosos que engrenam subjetivamente as estruturas dessa sociedade.

Ser filha da terra como identidade significa não somente ter nascido no lugar, mas pertencer a uma família local. Ser filha da terra atribui às mesmas uma auto-identificação, com características que lhe fornecem identidades, fundada em um *habitus*, que estrutura nas jovens maneiras de ser, introjetadas a partir do modo de vida e cultura local, que desenvolve nas mesmas um sentimento de pertencimento ao lugar, de se perceber, se identificar com as demais jovens do local.

As disposições sociais anteriormente interiorizadas passam a ser exteriorizadas na maneira de viver, agir, pensar, através do processo de socialização. Sem a interiorização desse sentimento de pertence, sem a reprodução social do modo de vida local, torna-se difícil se estabelecer na região.

Para GIDDENS (1991), a socialização corresponde ao processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da

sociedade em que vive. Para o autor, este processo constitui o principal canal por onde a cultura é transmitida através do tempo das gerações.

Nesse sentido, para compreensão da aprendizagem e vivência da sexualidade em jovens mulheres pertencentes ao universo rural do Pantanal Mato-grossense, tornou-se imprescindível a apreensão dos processos de socialização através dos quais as mesmas introjetam o modo de vida e a cultura do local, *o habitus* para se viver a sexualidade. Pois, a análise sobre sexualidade do ponto de vista sócio-antropológico implica tratá-la como qualquer outro domínio da vida. Ela depende da socialização, da aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais. Só assim a atividade sexual pode ser significada e exercida (GAGNON, 2006).

IV.1.2 Menina Moça e Mulher

Os estudos de CAMPOS (1998) no Pantanal Mato-grossense, afirmam que a educação e socialização ocorrem no cotidiano familiar, na interação das crianças com os pais em suas atividades rotineiras. Estes corroboram dados encontrados em Joselândia, a partir das entrevistas com as jovens, que informam participar das atividades rotineiras familiares com os pais, desde a infância, propiciando a socialização primária.

Eu me lembro desde pequena, ir crescendo ajudando minha mãe, não só eu, mas minhas irmãs também, ela ia ensinado à gente e fazendo junto. Assim, aprendi fazer as coisas da casa e aprendi a cuidar das crianças também, pois era filha mais velha. Já com o meu pai só via à noite quando ele chegava em casa. Eu era muito pregada com minha mãe e minhas irmãs (ALICE).

Desde aproximadamente os 07 anos de idade as meninas ajudam as mães no trabalho doméstico e a cuidar das crianças mais novas, os irmãos caçulas. Estas atividades não são consideradas trabalho e sim ajuda na casa. Para as mesmas, trabalhar é quando saem para prestar serviços fora de suas casas e recebem salários para isso. Meninas pertencentes a famílias consideradas fortes também ajudam as

mães nos afazeres domésticos. Assim, as mulheres desde criança, aprendem os afazeres domésticos com as mães.

Desde os sete anos de idade eu ajudo minha mãe em casa, fazia comida, lavava roupas e limpava a casa. Com onze anos já fui trabalhar na casa de família ajudando a dona P. a fazer as coisas, ela me pagava R\$ 100,00, fiquei lá até quando casei. Porque depois que agente casa, fica difícil tem que cuidar do marido (PAULA).

A indisponibilidade de trabalho assalariado em Joselândia principalmente para mulheres contribui para essa relação mais íntima, entre, principalmente, mães e filhos, propiciando esse processo de socialização no qual os costumes familiares vão sendo assimilados pelas crianças.

Ah! Minha infância foi muito boa, nós brincávamos, íamos à casa de meu avô, reunia todos os netos e íamos para lá brincar, porque tem bastante água quando enche e nós nadávamos também (FELICIA).

Nas entrevistas, tanto as jovens quanto suas mães classificam a infância como feliz, entendendo que brincaram muito por ter bastante companhia, primos e irmãos, por nadarem em pequenos lagos que se formavam próximos as suas moradias na época da vazante.

Relatam que quando crianças obedeciam rigorosamente às ordens maternas e paternas, e o mais interessante sem descrições de castigos físicos.

Quando eu era criança eu nunca desobedeci meu pai, nunca apanhei, mas só de olhar para mim, eu sabia que estava fazendo alguma coisa que ele não estava gostando daí eu parava (ELIETE).

As jovens entrevistadas descrevem um relacionamento mais afetivo com as mães, já os pais são considerados pelas mesmas como distantes, “*que não eram muito de conversar*”.

A circulação do afeto familiar se dá preferencialmente com o lado materno. (...) É a mulher que se encarrega do trabalho simbólico e afetivo (...). A mãe representa o afeto,

a simbiose, o indiferenciado, enquanto o pai representa a palavra e a lei (RODRIGUES, 1991, p. 37).

As crianças na área rural vivem em contato direto com seus familiares e com a natureza, em ambientes mais livres.



Figura 24: Infância no Pantanal -1

Um fator que me chamou a atenção é que nas grandes festas religiosas, que duram cerca de três dias, familiares constroem pequenas cabanas para servir de abrigo no período de descanso noturno, entre os dias que intercalam a festa. As crianças pequenas permanecem com eles durante os dias festivos e, quando cansados, tendem a dormir nas cabanas. Ou seja, filhos desde pequenos (bebês de colo) acompanham os pais nas comemorações festivas, sempre integrados ao grupo familiar.

Sabe, eu tive quatro filhos, um atrás do outro, e quando eles eram crianças se desse para eu levá-los nas festas, eu ia, se não desse, ficava cuidando deles em casa, nunca deixei com ninguém. Meu marido ia sozinho e me deixava, mas só eu não conseguisse um lugar para ficar com as crianças (LUCIA).

Em Joselândia a família cumpre o papel principal na socialização das crianças, são estruturas, estruturantes das relações sociais.



Figura 25: Infância no Pantanal-2

As jovens entrevistadas consideram que deixaram de ser criança e passaram a ser moças (jovens) quando ficaram menstruadas. Segundo as mesmas a partir de então, elas tiveram que restringir alguns comportamentos anteriormente adotados, em detrimento da entrada nessa nova etapa de sua vida. A presença do sangue menstrual nessa sociedade funciona como um rito de passagem da infância para a juventude.

Eu deixei de ser criança depois que eu tive menstruação, daí minha mãe falou que eu era moça e tinha que me comportar e não ficar achando que ainda era criança (VITORIA).

A menarca se caracteriza por várias transformações físicas, psicológicas e sociais, com questionamentos dos modelos e padrões infantis que são próprios do desenvolvimento. As mudanças físicas ocorrem devido ao aumento da produção hormonal neste período, o que pode provocar alteração das emoções, o que explica, na maioria das vezes, o desequilíbrio emocional nessa fase. No entanto, para análise do comportamento na juventude, as alterações das emoções só podem ser explicadas

através do processo de socialização dos mesmos, influenciado por vários agentes sociais que fazem parte de sua vida (OLIVEIRA E ROCHA, 2001).

Moças que estão nesse processo de desenvolvimento juvenil, comportalmente continuam subordinadas às relações familiares. Diferente dos jovens que vivem em contextos urbanos, os quais na maioria das vezes segundo, OLIVEIRA (2000), apresentam comportamentos de insubordinação aos pais, revoltas familiares e até agressividade.

Para QUEIROZ (1976) as sociedades camponesas estão pautadas em uma moralidade alicerçada nos laços de sociabilidade (parentesco, compadrio, herança). Em se tratando das relações familiares entende que as mães educam os filhos desde pequenos, dentro dos padrões de comportamento ditados pelo pátrio poder, sendo que a autoridade é exercida pelo pai. A mulher camponesa, para a pesquisadora, tem status de subordinação ao homem, principalmente ao pai e em seguida ao cônjuge.

Segundo BRANDÃO (2006) o processo de socialização na juventude é permeado por um delicado equilíbrio entre a necessidade de reconhecimento e afirmação da autonomia e das liberdades juvenis, sempre relativas e ao mesmo tempo aos valores parentais. É sob tal interdependência que se situam as relações entre o sujeito jovem e as instâncias de socialização, sua família e os vínculos afetivo-sexuais.

As mudanças comportamentais citadas pelas moças na sociedade estudada resumem-se a não mais compartilhar de brincadeiras infantis e começarem a se interessar emocionalmente pelo sexo oposto.

As meninas me falavam você não pode mais brincar ou você não é mais criança mais. E eu não entendia o que elas falavam depois que foram falar. Há você já menstruou pela primeira vez assim, não é mais criança para ficar brincando. Eu até chorei em pensar que não podia mais brincar (MEIRE).

Acompanhada de alterações hormonais, uma das principais características da juventude refere-se à entrada no mundo das relações afetivas e sexuais, é o despertar para uma sexualidade que se complementa com outra pessoa. Diferente da sexualidade infantil na qual se revela como uma energia libidinal, auto-erótica (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Eu estava na escola quando levantei estava tudo molhado assim fui ao banheiro e vi e comecei a chorar, era a primeira vez que veio menstruação, aí eu fiquei moça. Tive que mudar meu jeito de ser, não podia mais brincar, hoje sou adulta tenho responsabilidades (MEL).

Com a juventude, inicia-se a atração afetiva e sexual por outras pessoas, com sentimentos até então não evidenciados no universo das emoções. Mudanças que causam ansiedades e inseguranças, pois determinados comportamentos habituais devem ser abandonados. Existencialmente indaga-se, por que a ausência de vontade em fazer determinadas coisas que eram prazerosas na infância e a vontade de vivenciar novas experiências. Por que sentimentos anteriormente desconhecidos brotam nessa nova etapa da vida fazendo com que nasça o desejo de estar afetivamente com outras pessoas, impulsionadas por uma energia libidinal até então desconhecida, que desperta o desejo sexual por outra pessoa. A juventude abre um mundo de possibilidades para os sujeitos que, em face desses novos sentimentos, vivenciam relações, afetivas e sexuais.

Fique moça desde os 11 anos, quando desceu para mim a primeira vez, assim a menstruação. Eu não brincava mais e comecei a sair, minha avó deixava eu sair sozinha, a namorar. Hoje eu me considero adulta, há eu tive meus filhos agora (JULIA).

A sexualidade incita o jovem a criar uma esfera de autonomia relativa à família de origem, ou seja, uma das principais características desse período de vida refere-se à entrada no mundo das relações afetivas e sexuais. As mudanças físicas ocorrem devido à produção hormonal neste período, o que leva às transformações do estado não reprodutivo para o reprodutivo (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Quando pergunto sobre as mudanças comportamentais na juventude, elas indagam que não sabem ao certo quando se iniciaram, mas acreditam que deixaram de ser crianças quando ficaram menstruadas, mesmo que nessa ocasião ainda sentissem vontade de brincar e estar com outras crianças, isso lhes era impedido pelas mães, para as quais elas já teriam se tornado moças. As crianças mulheres a partir da menstruação vão introjetando determinados comportamentos, pois agora cresceram, são jovens.

Eu achei que fiquei moça com 15 anos, quando veio para mim à primeira vez a menstruação. Até os 15 anos, pra mim eu era criança ai a gente já muda bastante, não podia mais brincar. Só que, sempre gostei de brincar, de tudo, mais fazer o que. Hoje eu já me considero adulta. Eu acho assim, que a juventude é antes de casar, a gente assim ainda é moça. Depois que a gente casa muda tudo (ELIETE).

Indago das jovens quando começaram a se interessar afetivamente por outras pessoas, no sentido de se sentirem atraídas emocionalmente por alguém, elas respondem que não sabem ao certo, mas já estavam moças. Segundo as mesmas começaram a ter interesse por colegas da escola, amigos e quando iam às festas já não queriam mais ficar juntos com suas famílias e procuravam se agrupar a demais pessoas de sua idade, ou seja, jovens.

Segundo HEILBORN, CABRAL E BOZON (2006), os jovens acionam diferentes espaços de sociabilidade para aproximação de relações sociais de várias ordens, dentre as quais as relações afetivo-sexuais. Os principais espaços associados ao conhecimento do parceiro são: espaços mais familiares, (casa de familiares e amigos) escola ou local de trabalho e festas noturnas.

Eu fiquei moça com 12 anos, menstruada, desceu para mim. Aí eu comecei a conversar com os meninos, sai para dançar, passear. Hoje eu sou adulta, já casei (TALITA).

Quando perguntei para as jovens sobre o interesse por “outra pessoa” e não pessoas do sexo oposto, obtive apenas respostas referentes a interesses por meninos, nenhuma das jovens entrevistadas referiu interesse homossexual ou bissexual.

As moças entrevistadas denominam os primeiros relacionamentos afetivos com rapazes como agarrar, ficar ou namorar.

Na classificação das mesmas, agarrar é beijar na boca, abraçar, trocar carinhos apenas um dia com um rapaz. Ficar é quando essas atitudes se repetem por outras vezes, por um período de tempo, são os ficantes. Namorar é ficar junto em todos os locais em que eles se encontram, mesmo que na maioria das vezes seja escondido dos pais. No ficar ou namorar pode, ou não, estar incluso o relacionamento sexual.

Aqui namorar é quando está com só um, assim que fala namorar. Paquerar é ficar com um, outro e ficar é assim pó exemplo, eu namoro um hoje outro amanhã, assim é ficar. Agarrar tipo assim agarra um hoje, outro amanhã, dá beijo e abraço (PAULA)

Nós começamos só ficar, não tínhamos compromisso e passamos 2 meses só ficando. Ai passamos a namorar sério, durante 6 meses. Namorar sério é quando ele não fica com outras meninas e nem eu, a gente tem um compromisso (FERNANDA).

Na sociedade estudada os comportamentos sexuais ou maneira de se vivenciar a sexualidade pelas mulheres oficialmente, devem se enquadrar nos padrões de uma sociedade conservadora. Pertencer às comunidades de Joselândia, mais do que isso ser aceita no local, requer que as mulheres tenham em contextos oficiais comportamentos desejáveis em conformidade com a cultura local.

RODRIGUES (2006) enfatiza que nenhuma sociedade deixa de restringir de alguma forma os comportamentos sexuais de seus membros. Porém esses comportamentos são desenvolvidos em contextos oficiais e oficiosos. Os comportamentos desenvolvidos em contextos determinados como oficiais referem-se ao que se torna público, os quais devem ser representados para a sociedade, dos quais as pessoas da comunidade tomam conhecimento. Nos contextos oficiais devem configurar determinadas atitudes adequadas às regras culturais locais. Já os contextos oficiosos referem-se a relações interpessoais que se restringem a números limitados de pessoas, aos quais as pessoas da comunidade não vão ter acesso ou conhecimento.

Quando me refiro a padrões sexuais conservadores, utilizo da explicitação de HEILBORN (1999), a qual observa que para as mulheres, a relação sexual deve ser realizada durante um relacionamento conjugal estável, sendo que, quando ocorrida antes e se tornar pública pode se transformar em um provável estigma para a mesma. Já para os homens ocorre ao contrário, a vivência da sexualidade antes do casamento é vista como uma obrigação. As expectativas sociais em sociedades com padrões conservadores de sexualidade demandam que os homens cheguem aos casamentos sexualmente experientes e as mulheres inexperientes, que configura o que a autora denomina uma dupla moral sexual, com operância das desigualdades de gênero.

O sexo para mulher e marido eu acho que é por amor. É por amor que a gente tem os filhos. Mas às vezes por ai, como dizem é só por prazer, desregrado. Eu acho assim no meu modo de ver. Mas é difícil que toda vida existiu mulher solteira que fica grávida e não casa, mas tudo depende do homem, porque às vezes a gente namora e não segura, acha que é o amor, ai pratica só ali e não previne e fica grávida, ai ele não quer casar, fica vai ter que ficar, matar o filho não vai, muitos fazem, mas não é certo (AMALIA).

A socialização ensina a menina, desde o nascimento, a se portar como menina, o que quer dizer menos. A lição bem introjetada torna-se eficaz e aumenta as possibilidades do êxito da opressão. Educar na direção de submissão corresponde ao traçado sociológico feminino. Brota a ideia de ser menos para competir com a ideia de ser mais (BEAUVOIR, 1980).

Para BOURDIEU (2007), a relação de dominação aparece como algo dado e não questionável. Na tentativa de desmistificação desse tipo de relação se faz primordial atentar para os processos que tentam mostrar os produtos da cultura com se fossem produtos da natureza.

Evidencia-se o mundo socialmente sexuado com comportamentos ou atributos sexuais que a mulher deve possuir, não necessários ao homem, o que é culturalmente construído. Assim é necessário notar que o mundo é socialmente sexuado, ou seja, dividido entre objetos e comportamentos considerados masculinos ou femininos. Esse fato, embora seja uma construção social, é tido como seguindo um condicionamento natural.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 2007).

Na busca de sua identidade, percorrendo e examinado outras sociedades, uma das inquietantes evidencias com a qual as mulheres parecem defrontar-se é a regra constante de sua subordinação ou opressão. Dito de outro modo, em toda cultura conhecida a mulher seria de algum modo inferior ao homem, que em termo de avaliações simbólicas,

quer em termos de poder efetivo. Essa constatação define uma primeira problemática – a universalidade da opressão feminina e a de suas origens (FRANCHETTO, 1981, p.18).

A mulher em Joselândia vai se ajustando aos modelos ditados pela genitalidade e vai sendo submetida a uma história que lhe atribui papéis sexuais e sociais inferiores aos homens. Por um processo socializador a caminhada da infância para a vida adulta na sociedade estudada é diferente do menino, assim, a sociedade prepara homens e mulheres com base em alicerces distintos, nos quais, as mulheres hierarquicamente são inferiores aos homens.

Eu acho o seguinte o que Deus deixou é a mulher seguir o ritmo do marido (FRANCIANE).

Corroborando os estudos de WOORTMANN E. (1991), em seu trabalho, Da complementaridade à Dependência, em que a autora aponta para o ordenamento social do campesinato pautado no pátrio poder e a condição feminina se (re) constrói no tempo e pelo espaço, em diferentes momentos do tempo e em diferentes configurações do espaço, pois a construção de tempo é também construção de gênero, em espaços que lhe são também específicos. As mulheres se vêem face aos homens num processo que transita da complementaridade para a dependência, na medida em que, no tempo, se subtraem seus espaços. Nessa perspectiva, os marcos temporais são marcos da transformação do gênero, que só existe em face de outro gênero. Assim, para a antropóloga, a mulher foi “incluída” no homem, como se fosse seu “braço”. A mulher uma parte do todo o homem.

Eu e ele nós casamos, vamos viver uma família, quem tem que dar decisão na casa é ele, e nossos filhos tem que respeitar o que ele diz (FERNANDA).

Assim as mulheres guiam seus comportamentos sexuais, a partir de regras e normas, ditadas pela sociedade local: o *habitus*.

As disposições sociais impostas às mulheres relacionam-se a algumas características comportamentais que as mesmas devem possuir nos contextos oficiais, sendo a principal categorizada como “*ser de família*”, portanto tornou-se

imprescindível compreender como as regras culturais caracterizam as mulheres, a partir de comportamentos referentes à sexualidade, como pertencentes a esse grupo.

IV.1.3.1 Moças e Mulheres de Família

As moças de família na localidade estudada tendem a serem vigiadas pelos familiares e pelo próprio grupo social. As mães entrevistadas das jovens participantes do estudo, explicam que querem resguardar as mesmas de uma possível gravidez, sem um casamento posterior, utilizam exemplificação de casos reais do fato ocorrido, para preveni-las.

As moças de família em eventos sociais apesar de se agruparem com jovens da mesma idade são vigiadas pelos pais, essas não podem se relacionar afetivamente com outros rapazes. Não vão sozinhas a tais eventos e vão embora em companhia dos pais. Já em contextos oficiosos, “dão um jeito” de escaparem da vigília dos pais, mesmo que momentaneamente, nas festas às escondidas, em suas palavras “agarram, ficam ou namoram, com rapazes”.

Uma das meninas da comunidade verbaliza que as proibições paternas têm tanta repercussão em sua vida, que mesmo nas raras vezes em que ela ia a alguma festa e seus pais não a acompanhavam, ela não “conseguia” nem dançar com outros rapazes, apenas com outras mulheres.

Quando vou às festas meus pais não deixam dançar com outros rapazes, assim dou um jeito e danço escondido. Na última festa, eu pedi para minha mãe me deixou dançar e ela não deixou, aí fiz escondido, mas só duas músicas, porque senão ela viria me procurar. Quando eu era mais nova eu dancei com um colega de sala e meu pai bateu em mim, foi à única vez que ele me bateu, depois disso nunca mais dancei com ninguém, só escondido (CLARA).

Corroboram os estudos desenvolvidos por CASTRO (2005) em assentamentos rurais de terra, nos quais foram identificadas situações semelhantes, em que se destacam a autoridade paterna e os diversos mecanismos de controle que repercutem na construção da vida dos jovens.

As jovens destacam estratégias para poderem estar na companhia dos “ficantes” ou namorados, correspondendo aos horários posteriores ao período das aulas escolares, no período noturno quando os rapazes vão levá-las até suas casas ou no decorrer do dia quando combinam de se encontrar em algum lugar afastado da comunidade, nos quais não têm a presença de outras pessoas e em festas escondido das pessoas.

Nas entrevistas realizadas a maioria das jovens namorava escondidos dos pais, com exceção de duas jovens que afirmaram que os namorados foram pedir permissão para seus pais namorarem, o qual foi consentido.

Minha mãe falava que eu podia namorar quem eu quisesse, mas para eu não ir na conversa de homem, porque depois eu ia ficar grávida e enquanto ta namorando é um e depois é outra pessoa (PAULA).

Os namoros, na maioria das vezes, não são de conhecimento dos pais da moça, porém não são oficialmente autorizados.

A gente sabe que namora, percebe o movimento deles quando se encontram, mas fingimos que não sabemos, pois se não agente perde a autoridade (LUCIA).

A aprovação pelos pais dos namorados das filhas, mesmo que eles finjam não saber do namoro, se faz presente, pois caso eles entendam que o moço não é adequado para a filha, intervêm de alguma maneira, impedindo o relacionamento, caso concordem continuam fingindo que não sabem do mesmo.

Essa situação foi confirmada, em algumas das entrevistas com as jovens e com suas mães, as quais relatam que quando sabem que as filhas estão se relacionando afetivamente com um jovem e este, pela classificação local, não é um “bom rapaz”, interferem no sentido de proibir o encontro dos mesmos. Se o moço for um “bom rapaz” os familiares “continuam a fingir” que não sabem do namoro. A categoria explicitada de “bom rapaz” corresponde a um jovem trabalhador, que pertence a uma família tida como de moral na região ou tradição da região.

São estratégias utilizadas pelos pais, pois caso eles permitam explicitamente que as filhas namorem ou tenham um relacionamento afetivo, teriam que salvaguardar a honra da filha, exigindo dos jovens um compromisso de união conjugal estável. Nesse sentido, mediante as proibições familiares, caso terminem o relacionamento, para a família ele nunca existiu, mas se os jovens persistirem em mantê-lo deverão seguir as regras da sociedade local e se unirem conjugalmente.

Os jovens vivem a ambiguidade de poder ser sexualmente adulto e em situação de dependência nas dimensões familiares e econômicas.

De acordo com as regras sociais, em Joselândia, moças de família ficam e agarram poucos rapazes, namorando, na maioria das vezes, com um, com o qual mantêm o intercuro sexual e geralmente passam a viver um relacionamento conjugal estável, jovens na faixa etária de 13 a 17 anos.

As moças que não são consideradas de família, agarram, ficam e namoram, com vários rapazes em contextos oficiais, ou seja, em eventos públicos, são as moças faladas. “*É só chegar e levar*”. Permanecem nas festas sozinhas sem acompanhamento dos demais familiares, dançam com rapazes e pernoitam na casa de amigas, que são próximas aos locais das festas, ou descansam nos locais das festas mesmo. São meninas que mantêm intercuro sexual com vários rapazes. Moças que se tornaram mães solteiras separaram-se e não voltaram a se casar, ou então, mantêm relacionamento com homens casados.

É por exemplo se agente está em uma roda, começamos a conversar, ai eles começam a soltar principalmente se estão bebendo. Falam, eu fico com aquela menina a hora que eu quiser, tem gente que fala assim, é só eu chegar. Tem vez que ficar é só namorar, mas tem vez eles falam assim, ter relação (PAULA).

Já das mulheres de família espera-se oficialmente que devam ter tido poucos namorados antes da união matrimonial que ocorrerá na juventude, com filhos gerados após o casamento, se caso engravida antes do casamento que se case.

O casamento, terminologia utilizada pelos moradores de Joselândia configura uma união estável, mas não enquanto união legalizada oficialmente ou religiosamente. Esse se perpetuará até que um dos cônjuges venha a falecer. Mesmo

que a esposa experiencie situações de machismo e violência física e moral dos esposos devem permanecer juntas com ele.

Ser trabalhadeiras, cuidar bem dos filhos e aceitar atitudes vindas dos maridos, como por exemplo, que eles frequentem festas locais sozinhos e dançam com outras mulheres, cheguem de madrugada em casa após as festas na maioria das vezes embriagados. Sejam hierarquicamente inferiores aos homens e subordinadas às regras ditadas pela família do esposo, principalmente as sogras, a quem devem obedecer respeitar e cuidar. Mulheres de família não saem sozinhas à noite em festas, eventos ou frequentam bares, não dançam com outros homens a não ser com seus esposos.

A mulher que é mulher tem que manter sua honra, tem que ser trabalhadeira e zelar de todos os familiares (JULIA).

Para FOUCAULT (1993) os discursos que se elaboram sobre a sexualidade e que a instituem como uma dimensão fundamental da vida privada simultaneamente ancora necessidades sociais.

No caso de Joselândia, os discursos sobre a sexualidade refletem na sua vivência de acordo com as características acima citadas, que instituem as mulheres classificadas como de família, desse modo, elas passam a vivenciar ordenamentos sociais como se fossem necessidades suas. Mulheres de família, resguardadas e recatadas, aquelas que sabem se comportar merecendo as vênias da sociedade.

A mulher sempre tem a fama e uma coisa mais importante que a gente tem na vida é o nome a moral. Porque você tendo moral, entra e sai da onde você quiser sem ninguém falar de você (FRANCIANE).

Nesse sentido as regras culturais sobre a vivência da sexualidade, interferem nos comportamentos e caracterização dos sujeitos, classificando, estigmatizando e excluindo.

IV.1.4 Eu me Perdi

O exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades e se desenvolve a partir da iniciação sexual que desencadeia significados próprios para cada sujeito envolvido, é um forte rito na vida das pessoas e da coletividade, pois é normatizada de acordo com parâmetros sobre a juventude, valorização do corpo e da saúde. Um rito de passagem, em que se dá a afirmação da virilidade, modelagens sobre feminilidade e a busca por autonomia, perpassando sentidos identitários diversos, a depender de como cada cultura entende o masculino e feminino e as realizações das trocas afetivas e sexuais (GALLAND, 1991).

As jovens participantes do estudo entendem que passam a vivenciar a sexualidade a partir da primeira relação sexual, ou seja, quando ocorre a penetração peniana na vagina e, em decorrência, a perda da virgindade, por elas denominada *eu me perdi*.

Assim a perda da virgindade feminina no grupo estudado é um rito de passagem na vida das jovens para se iniciar as experiências sexuais, pois apesar de os relacionamentos afetivos serem precedidos por um processo progressivo de exploração física e relacional, etapas de trocas de afetos íntimos, essas não são consideradas por elas comportamentos sexuais.

M - Quando você teve sua primeira relação sexual?

F - Eu me perdi eu estava com 13 anos, foi quando a gente foi jogar futebol contra as mulheres índias lá na aldeia, a gente namorava há uns 6 meses.

M - Como assim se perdeu?

F - Ah! Me perdi, tive relação sexual com ele (TALITA).

As jovens, ao *se perderem*, afirmam ter ocorrido dentro de relacionamentos afetivos. Acrescentam que na ocasião estavam envolvidas emocionalmente e afetivamente com os companheiros, nomeando tal sentimento como *amor*.

Experimentam o sexo com parceiros com quem já mantém um relacionamento emocional e geralmente o intercurso sexual se dá em festas ou em passeios que o jovem casal se dispõe a fazer em lugares distantes.

Quando um namorado chama a gente para passear a cavalo, nós sabemos que ele vai tentar ter relação sexual com a gente. A gente faz se quiser. Daí ele tira a sela do cavalo e põe no mato e lá nós deitamos, eu me perdi assim (VITORIA).

As formas de se vivenciar a sexualidade a partir da iniciação sexual, vão sendo delineadas por meio da socialização a partir de encontros dialéticos com o outro, pautados por exigências quanto às afirmações sobre o eu e o mundo. Assim, as dimensões da sexualidade são construídas por tênues fronteiras entre a intimidade, formas de ser, padrões socioculturais e por ditames da sociedade em que se vive (GIDDENS, 1993).

Portanto, o início da vida sexual desencadeando comportamentos sexuais posteriores trouxeram significados diferenciados na trajetória de vida de cada jovem entrevistada, que ao *se perderem*, depararam-se principalmente com duas possibilidades: a de se unirem matrimonialmente com o companheiro constituindo uma família, por elas especificadas um *amor firme* ou de permanecerem solteiras.

Nesse sentido, as jovens entrevistadas apresentaram características que as diferenciam quanto à vivência da sexualidade, porém com discursos bem semelhantes no que se refere aos significados atribuídos aos sentimentos, experiências e comportamentos sexuais. Pois, apesar das vivências sexuais estarem sustentadas por uma variedade de discursos, estes, buscam dizer o que o sexo é, o que ele deve ser e o que ele pode ser (BOURDIEU, 1989).

Consequentemente, a sexualidade passa a ser vivenciada pelas jovens de certas maneiras, com determinadas possibilidades e estruturadas a partir do *habitus*.

Para FOUCAULT (1993), os discursos sobre a sexualidade é parte de um complexo aumento do controle e poder sobre os indivíduos, não através da negação ou proibição, mas através da produção, pela imposição de uma grande definição sobre as possibilidades do corpo.

O dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de um modo cada vez mais global (FOUCAULT, 1993 p.101).

Essas grades de possibilidades para as mulheres vivenciarem a sexualidade têm significados diferenciados a depender do contexto ocorrido, ou seja, dentro ou fora do casamento. Pois no trabalho em campo pude perceber que os significados atribuídos pelas jovens à sexualidade diferenciavam-se principalmente quando ela é vivenciada fora ou dentro do casamento, questionamento por elas realizado antes de expressar qualquer opinião sobre o assunto. Assim não se proíbe a vivência da sexualidade, mas a partir de mecanismos de controle e poder, as jovens constroem o *habitus* que, se vivenciada fora do casamento, pode trazer consequências e estigmas.

Desse modo, agrupei inicialmente as jovens a partir dessa especificação, ou seja, casadas ou solteiras. Das 20 jovens entrevistadas, 06, ao manterem relação sexual, não estabeleceram um relacionamento conjugal estável. Tais situações culminaram em mudanças em suas vidas, pois a perda da virgindade se tornou pública para a sociedade, assim estariam perdidas?

Eu me perdi. Uma frase condenatória, que no contexto empregado sua aceção me impressionou, pois meninas jovens, as quais, podem se perder por um caminho emaranhado no qual, não se esquecem de marcar seus corpos com as chagas dos estigmas e preconceitos.

As 06 jovens que se encontram na situação de solteiras, apresentam aspectos que as diferenciam em especial quanto ao *habitus* de se vivenciar a sexualidade¹⁷. Buscando compreendê-las, as agrupamos a partir de 05 situações diferenciadas.

➤ 02 jovens que ao *se perderem* ficaram grávidas e os namorados não quiseram se casar com elas, atualmente são mães solteiras;

¹⁷ Como nos ressalta BOURDIEU (1989), o estudo da sexualidade põe em evidência a relação entre a sociedade e indivíduo e como são produzidos contextualmente os nexos entre esses dois pólos, o *habitus* se apresenta então como social e individual, enquanto um processo de interiorização que implica sempre internalização da objetividade, de maneira subjetiva da ação individual, mas que é instituído socialmente.

- 01 jovem que ao *se perder* ficou gestante, e não quis se casar com o pai de sua filha, atualmente é mãe solteira;
- 01 jovem que ao *se perder*, casou-se com o rapaz, porém após algum tempo optou por voltar para casa de seus avôs, por quem fora criada, não tem filhos;
- 01 jovem se casou, mas alguns meses depois o marido não quis ficar com ela então se separaram e não tem filhos;
- 01 jovem *se perdeu*, não se casou, não tem filhos;

Inicialmente abordaremos os casos de duas jovens participantes do estudo que, ao se relacionarem sexualmente, engravidaram e os companheiros não quiseram viver matrimonialmente com elas, que se tornaram mães solteiras.

Eu me perdi com o pai da minha filha, foi na festa de setembro Dia 7 [Festa de 7 de Setembro] eu era virgem. Foi a primeira vez que ele falou no assunto, eu não lembro mais como ele falou, mas ele falou que queria. Há! Ele falou que queria fazer comigo e também, - há, mas se você não quiser tudo bem, eu não vou obrigar você. Depois eu peguei e quis, aconteceu e a gente não continuou tendo, ai quando eu fiquei grávida e terminamos. Ele terminou comigo, agora a bebê nasceu vamos ver como fica (MEIRE).

MEIRE ficou gestante na sua primeira relação sexual com o rapaz, com o qual namorava há cinco anos. Quando seus pais descobriram a gravidez a levaram na casa dos pais do rapaz. Permaneceram por um mês juntos, quando a jovem retornou para casa de seus pais, segundo a mesma porque o rapaz falou para ela que não gostava dela para casar, continuou a sair e passear em festas sozinho, sem a levar como companheira.

A jovem acrescenta que *se perdeu* com ele porque o amava, porém atualmente sozinha acredita que o sentimento não era recíproco, corroborando dados encontrados na literatura sobre iniciação sexual feminina que tem destacado ser recorrente que essa primeira relação sexual feminina, aconteça subordinada a um vínculo afetivo, em conformidade com a hierarquia de gênero que organiza as relações sociais, que não costuma ser assinalado nos estudos que contemplem a iniciação masculina, frequentemente balizada pela dissociação entre sexualidade e sentimento amoroso (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Após o nascimento de sua filha, residiu com o pai da mesma por três meses, sendo que, a iniciativa de ir buscá-la foi dele, e ela retornou para a casa dos pais, segundo a mesma porque ele continuou a ter comportamentos de homem solteiro, saindo sozinho. Atualmente reside na casa dos pais com a filha, não trabalha fora ou estuda.

Segundo informações da jovem e de sua sogra, senhora LUCIA¹⁸, o rapaz ia às festas sozinho e a deixava em casa diariamente. Essa situação trouxe sofrimento para a jovem e segundo sua sogra para ela também, que sofria, pois via a nora sozinha em sua casa chorando.

Pai com mãe é o último, a saber, das coisas, ela vinha aqui nós íamos lá e de repente o filho aí o pai dela veio falar que queria que casasse, que ele falava que não queria, Ave Maria eu levei um choque com esse negocio aí, falaram que ela estava gestante e ele não queria assumir. Aí ela ficou aqui um tempo e foi embora. Passou ela teve o filho, eu acho que ele gosta dela mais acho que não para casar, mas não importa eu avisei que se tirasse ela de casa teria que casar (LUCIA).

O rapaz tentou estabelecer um relacionamento conjugal com a jovem, mas decorrido algum tempo, comunicou a MEIRE que gostava dela, mas não para casar.

A mãe do rapaz, senhora LUCIA, acrescenta que seu filho é como o pai (seu marido), que quando era jovem fazia a mesma coisa com ela quando jovem, ia às festas sozinho e a deixava em casa com quatro filhos pequenos. Porém, segundo LUCIA, em seu tempo de jovem era diferente, a mulher tinha que aguentar o que o marido fazia e não tinha como voltar para a casa dos pais.

A família do namorado de MEIRE acolheu a moça, inclusive a ex-sogra verbalizou que fez isso por ter filhas, conhecer a moça seus familiares há muito tempo e entender que por ela ser uma moça de família, seu filho ao ter relação sexual com ela deveria saber que, se caso engravidasse ou alguém descobrisse o acontecido, ele teria que se casar com ela.

O caso de VANIA assemelha-se ao de MEIRE que engravidou do primeiro namorado, com quem manteve um relacionamento por quatro anos e após a gravidez

¹⁸ A senhora LUCIA, também contribui com o estudo, concordando em dar entrevistas.

ele não quis assumir um relacionamento conjugal com a mesma. E apesar de o rapaz não querer casar-se com ela, os familiares dele a acolheram. O então marido, segundo explicação da jovem, ignorava sua presença, continuando a ter a vida de solteiro, inclusive arrumando uma namorada na escola.

Nós namoramos muito tempo, fomos criados juntos ele veio para casa de minha tia aqui vizinha para estudar, namorávamos há 04 anos, eu me perdi com ele e estava tendo relação há uns 03 meses quando engravidei. Fazíamos tudo juntos, depois que eu fiquei grávida ele não quis mais (VANIA).

O interessante é que o rapaz aceita a jovem na casa de seus pais, porém a tratava de maneira indiferente (saía sozinho, viajava, ia a festas) como se ela não estivesse lá, mediante as situações ocorridas os pais da moça foram buscá-la. Os pais do rapaz, segundo informação pediram e até choraram para que ela ficasse, porém como verbalizado por uma das mães das meninas.

Quem tem que gostar dela não são vocês, mas sim ele (AMALIA).

VANIA *se perdeu* com o rapaz por amor, porém mediante a gravidez da namorada ele opta por não manter com a mesma uma relação conjugal estável, na interpretação da jovem não a ama.

Eu me entreguei por amor, achei que ele gostasse de mim, mas depois que fiquei grávida, vi que ele queria só curtição (VANIA).

Como nos enfatizam HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, (2006), a iniciação sexual não tem o mesmo alcance para homens e mulheres, para os homens ela corresponde à obrigação cultural de ter que provar sua masculinidade, com uma parceira seja ela qual for, e o mais cedo possível.

As famílias dos jovens interferiram acolhendo as meninas, pelos laços de reciprocidade e parentesco característicos do local. Ou seja, a jovem é acolhida, porém espera-se de outros familiares as mesmas atitudes, caso contrário haveria rupturas entre as famílias. Numa organização social fundada nas normas de reciprocidade, que

constituem os laços de parentesco, amizade e solidariedade, não se rompe com as famílias.

Ambas as jovens são vistas pela comunidade como vítimas da situação em que enquanto moças de famílias *se perderam* como expressado por uma senhora:

VANIA não teve culpa, namorou tudo certinho. Ela e J. foram criados praticamente juntos, pois o pai dele mandou-o para casa de uma tia de V. sua vizinha, para ele poder estudar, pois seus familiares são de localidade distantes. É uma moça de préstimo, foi iludida e seduzida por ele, e ficou grávida. Agora tem que ficar com o filho, pois tirar não ia (JAQUELINE).

As duas jovens acima citadas verbalizam que os pais de seus filhos foram seus primeiros namorados e que elas “se entregaram para eles”, achando que eles as amassem porém foi só na hora, só queriam sexo.

Ao contrário dos casos acima dispostos VITÓRIA optou por não estabelecer um vínculo conjugal com o companheiro, após estar gestante. Atualmente é mãe solteira e reside na casa da mãe e padrasto. Ficou grávida do primeiro namorado aos 20 anos de idade, com quem mantinha um relacionamento desde os 14 anos e com quem *se perdeu* aos 17 anos, optou por não viver matrimonialmente com ele, apesar do mesmo insistir para que ocorresse tal união.

VITÓRIA, que apesar dos familiares maternos e o namorado pertencerem à região, continuou residindo em Cuiabá com a avó materna até ficar gestante aos 20 anos de idade. Quando engravidou, segundo a mesma, o sentimento de amor pelo rapaz já havia acabado, então preferiu não se casar com ele. Ela constitui uma exceção, corresponde ao único caso que, ao engravidar antes do casamento, se recusou a casar com o namorado. Acrescenta que para ela ter relação sexual é bom, com quem você gosta e para acontecer deve ter um sentimento, um carinho, portanto optou por não continuar o relacionamento com o pai de sua filha.

Contrariou as regras locais no sentido de não deixar para o namorado a decisão de assumir o relacionamento. Em contextos oficiosos afirmam que ela tem casos com homens de posses financeiras de Barão de Melgaço. Ela ressalta saber

dessas “fofocas”, mas não confirma a situação, alega que recebe pensão alimentícia do pai de sua filha e bolsa-família.

Para VITÓRIA o sexo não está relacionado com amor, mas sim a confiança na pessoa com quem está e se sentir atraída por ele.

Ninguém entendeu porque eu não quis ficar com o pai de minha filha, me criticaram muito, inclusive a família dele passou a não mais conversar comigo. Falavam quando eu estava grávida e não quis casar com ele, que o filho não era dele. Mas ele registrou a menina e dá à pensão. Depois que eu tive a neném passaram a falar que eu não casei porque tinha caso com homens ricos e casados de Barão, eu não ligo para o que falam, acho que é inveja (VITÓRIA).

Nas palavras de uma senhora da comunidade, sobre a situação:

Eu nunca vi isso, uma moça se deita com um rapaz, fica grávida e depois diz que não gosta dele? Isso para mim não existe é outra coisa. Você sabe o homem às vezes faz as coisas só por curtição na hora ali, mas a mulher não, ela se entrega porque gosta, quer ter uma vida com ele (MIRANDA).

Inicialmente temos que considerar o fato de a jovem não ter sido socializada na região, não introjetando o *habitus* local de se vivenciar a sexualidade em que cabe ao homem a decisão sobre uma situação referente à mulher que é compreendida como não desejante, apenas complementa o desejo do homem.

O homem na sociedade brasileira, como ressalta SALEM (2004), carrega sempre o emblema de caçador e se investe da armadura fálica para atenuar qualquer obstáculo que porventura venha a tolher a sua ostensividade de sujeito desejante, ao contrário da mulher que não deseja e sim é desejada.

O caso VITÓRIA, se assemelha ao de ADRIANA que contrariando as regras sociais locais, após ter se unido conjugalmente com um rapaz aos 13 anos, retornou para a casa de seus avôs, com quem fora criada. Está atualmente com 18 anos, não tem filhos e reside com os avôs.

As pessoas da comunidade entendem que se ADRIANA aceitou se casar pretendia estar com ele, compartilhando uma nova vida conjugal, a qual passa a ser julgada negativamente por não ter continuado com o marido.

Eu me perdi com o P. com 13 anos, quando a gente casou. Eu gostava do P. só que meu avô foi lá me buscar porque minha avó na época estava muito doente, foi até com polícia. Eu fui embora com ele de novo e depois de novo. Só que da última vez quando voltei e meu marido queria que eu fosse embora eu não quis mais ir, pois vi que meus avôs precisavam de mim. Minha outra irmã já era casada e minha mãe também, quem ia cuidar deles (ADRIANA).

Em entrevista a jovem relata que além do primeiro namorado se envolveu com dois rapazes da região com os quais manteve relação sexual. Os relacionamentos terminaram porque esse seus namorados não confiam nela. Para a jovem, sexo não está relacionado com amor, mas sim com um gostar, *se sentir atraída pela pessoa.*

Eu estava namorando, quando tive relação com ele, mas depois terminou comigo, não queria que eu conversasse com minhas amigas. Por exemplo, se eu ia a uma festa e a C. falava alguma coisa para mim, ele achava que ela estava arrumando namorado para mim. Não confiava, ai terminou (ADRIANA).

JULIANA: nunca se casou e não tem filhos. Relata ter *se perdido* com um jovem, que era seu namorado, aos 17 anos. Afirma que namoravam há 01 mês e se perdeu com ele porque na época achava que amava ele, agora não sabe se realmente era esse sentimento que nutria pelo mesmo. Após o primeiro namorado teve relações sexuais com alguns outros 02 rapazes, mas que não deu certo, segundo a mesma porque eles tinham muito ciúmes dela e implicavam dela conversar nas festas com as amigas. Segundo a jovem ter relação sexual é bom, aconteceram geralmente em festas e não está relacionada com amor.

BRUNA¹⁹ uma das jovens solteiras entrevistadas é um caso que se diferencia das demais jovens, pois ela e nem seus familiares não são da região e apesar de ter vivido por um período com um jovem da região, não foi aceita e não se estabeleceu na comunidade. Ela relata já ter tido experiência sexual com três rapazes, dois antes de casar-se e depois com o marido. Gostou dos companheiros, mas não os amava, entende que sexo e amor não estão relacionados.

Acrescenta que a relação sexual envolve você se sentir amada, cuidada, como acontecia com o então marido. Verbaliza que no início estranhou, pois os dois primeiros namorados de Cuiabá eram mais experientes, faziam algumas coisas diferentes. Relata que o marido fazia sempre do mesmo jeito. Quando lhe perguntei sobre coisas diferentes, ela respondeu: “Ah beijava lá!”, (apontando para vagina). Acrescenta que não poderia sugerir isso para o atual marido, pois ele ia pensar mal dela.

Essa situação denota que se uma mulher apresenta comportamentos sexuais, que não foram sugeridos pelos companheiros, ou tenham alguma performance sexual não esperada, ou não ensinada anteriormente pelo atual companheiro, tendem a ser desqualificadas moralmente, ocorrendo o inverso com os jovens do sexo masculino, cuja experiência sexual é aceita e desejada culturalmente (HEILBORN, 2004).

Perder-se é rejeitar-se enquanto ser existencial é uma expressão forte, pois logo não se é mais ninguém. Transgredir essa regra pode ter um preço alto, as perspectivas são nubladas e o sentimento de considerar-se arruinada ecoa vida fora, nas falas e julgamentos das pessoas pertencentes à comunidade.

As demais jovens entrevistadas encontram-se no grupo das mulheres casadas. Casamentos, antecidos pela *fuga* do jovem casal, um *habitus* local representando um rito que marca um instante privilegiado em suas vidas, em que passarão, a partir de então, a viver maritalmente, ou como por elas denominado um **amor firme**. Antes de adentrarmos no universo das relações afetivas, sexuais e amorosas das mulheres casadas abordaremos no próximo item do trabalho esse *habitus* local: *a fuga*.

¹⁹ Ver Filhas da Terra.

IV.1.5 Foi Fugido

Estava cheia e ele atravessou com água, porque na minha casa fica cheio e é só de canoa para chegar lá. Mas ele foi com água aqui [mostrou a região torácica], pegou e me chamou, eu pensei quem é esse, eu estava com o ventilador ligado e não ouvia nada. Lá em casa tem um cachorro que quando chega gente lá ele começa a latir. Eu desliguei o ventilador, depois fiquei com medo. Eu saí lá fora e não vi ninguém e perguntei quem tá aí? Ele apareceu e começou a conversar que queria casar que tava enjoado de ficar namorando, que tinha muito tempo só namorando, eu gostava dele e ele de mim, aí fugimos. Eu me abracei em suas costas e fizemos a travessia do rio (PAULA).

A travessia dos jovens descrita na fala acima pelo rio, não se restringe à passagem por um lugar alagado, pretendendo-se chegar a um lugar seco. Significa mais, ritualiza a travessia para uma nova existência, que passarão a viver maritalmente. Pois, após a fuga, nenhuma das jovens legalizaram a união conjugal.

Foi fugido. Frase repetida por todas as jovens entrevistadas que vivem uma situação conjugal estável e se autodenominam casadas, quando lhes perguntava sobre como passaram a viver nessa situação. Também verbalizada pelas mães das jovens que foram ou são casadas. Para mim um fenômeno intrigante, pois fugir de que ou de quem? Não conseguia inicialmente entender, mas pela repetição do acontecimento tinha a certeza de que se constitui um *habitus* local, um ritual que possibilitava aos jovens “fugidos” uma nova condição, a de casados.

Intrigava-me por vários motivos, por que fugir, se na maioria dos casos das jovens entrevistadas os pais tinham conhecimento do namoro oficialmente ou apesar de não terem esse conhecimento aprovavam o companheiro da filha, pois caso contrário interfeririam na relação impedindo os encontros então clandestino. As jovens (com exceção de duas) já haviam vivenciado experiências sexuais, tinham a oportunidade de estar com os namorados, quase que diariamente, se não na saída da escola, por meio de passeios vespertinos. Pelos relatos não sofriam maus-tratos físicos, psicológicos ou eram abusadas sexualmente na casa dos pais. Realizavam afazeres domésticos, os quais pelo *habitus* local continuariam a ser exercidos por elas, acrescidos pelos afazeres domésticos na casa da sogra. Viviam hierarquicamente

submetidas aos pais e quando se casassem passariam a se submeter aos esposos. Então pairava a pergunta, por que fugir?

Para a qual recebi das jovens algumas respostas diretas e de outras indiretas, mas que apontavam para uma mesma direção. Como em um trabalho científico não temos respostas prontas, pré-determinadas, fui caminhado em busca de significantes contidos nas falas das pessoas nas comunidades (no dito) e no vivenciado, percebido (o feito), que dessem um significado para a fuga das jovens, pois parafraseando Alicia Fernandes “Não existe um caminho o caminho se faz ao caminhar” (*apud* ARAN, 2006).

No texto similar, *Fuga a Três Vozes*, WOORTMANN K. E WOORTMANN E. (1993) desenvolvem constructos teóricos sobre a fuga, fenômeno bastante frequente em grupos camponeses. Quando se referem à fuga estão também falando de casamento e estrutura.

O presente texto serviu de aporte teórico para a escuta nos processos dialógicos, ocorridos com as pessoas da comunidade em especial as jovens entrevistadas e suas mães, durante o trabalho de campo, para compreensão sobre a fuga do jovem casal Joselandense, rumando para construção de uma nova vida.

Todas as jovens entrevistadas que se encontram casadas e as mães das mesmas, haviam fugido, esta precedida por um período de namoro. Viver com um companheiro, etapa marcada ritualmente pela fuga, equivale a transpor a etapa da juventude para a fase adulta e para autonomia de ambos os jovens, os quais passarão a pertencer a outro nível hierárquico na escala familiar. Ao novo casal será disponibilizado um chão de morada e um chão de roçado.

Os estudos de MALINOWSKI (1982) mostram que os jovens trobriandeses, desejam se casar, até mesmo quando já se possuem sexualmente um ao outro, porque o estado de casados oferece a eles um encanto especial, pois é a partir de então que eles adquirem todos os direitos na vida social.

Antes que eu pudesse compreender inteiramente as razões do desejo do casamento, foi-me necessário aprender as complexidades e os aspectos profundos da instituição, assim como sua relação, para com outros elementos no sistema social. É preciso

entender, em primeiro lugar, que o trobriandês só adquire todos os seus direitos sociais a partir do dia em que se casa (MALINOWSKI, 1982, p.108).

Os estudos de Malinowski no que se refere ao casamento trobriandês, enquanto passagem para um novo status hierárquico e social corrobora os de Woortmann e Woortmann, quando ressaltam que o homem adulto que não é um pai - de - família é como em outras sociedades camponesas, um menor adulto, é pelo casamento que se é introduzido no circuito de reciprocidade, que tem lugar entre pessoas morais, isto é entre pais que encarnam suas respectivas famílias enquanto unidades hierárquicas e não entre simples indivíduos.

Em Joselândia homens e mulheres que não se casam continuam hierarquizados aos seus pais e mães, mesmo com idade cronológica em que já poderiam ser considerados adultos.

BOURDIEU (1996) ressalta que no universo camponês não é raro que na casa permaneça um celibatário de certa forma sacrificado, em função das necessidades de reprodução social. Ao discutir o tema do celibato, ressalta que o celibatário construído pelo *habitus* é resignado porque designado, tendo ele próprio internalizado as disposições naturalizadas que o colocaram na condição de “menoridade adulta”. Já se vê, pois, que o celibato não é a negação da aliança, mas garantia de sua continuidade.

Exemplifico a situação que é típica no local, com o caso de um senhor de quarenta e cinco anos de idade, que se encontra solteiro e reside na casa da mãe, apesar de seu pai falecido, ele encontra-se hierarquicamente subordinado à mãe, pois não se casou é um “menor adulto”. A mãe constantemente procura uma mulher para se casar com ele, para que ele constitua sua família, pois casar faz parte de *habitus* local, permitindo que o homem e a mulher passem a fazer parte da vida social dos adultos. Nas palavras de sua mãe:

Você não sabe de uma mulher solteira que queira se casar? Tem meu filho, ele tem que se casar ter sua família, se não como ele vai fazer? Todo mundo tem que casar constituir sua família ter filhos, se não como faz? (TEREZA).

O ritual da fuga em Joselândia envolve os jovens casais combinarem ou não o fato anteriormente. Caso combinem, ambos concordam em se encontrar em determinado dia, lugar e horário e de lá fugirem. Caso não combinado o jovem propõe inesperadamente à jovem que fujam naquele momento. Fugidos eles vão para casa dos pais do jovem e lá se instalam em um quarto exclusivo para os dois, onde mantêm ou não relação sexual. Isto se constitui o casamento.

Como nos ressaltam WOORTMANN K. E WOORTMANN E. (1993), os noivos aos fugirem contrariamente ao que se poderia pensar, não se dirigem ao destino ignorado, muito pelo contrário, rumam para a casa do pai do rapaz, de um parente ou padrinho.

Em Joselândia, os relatos apontam a fuga para a casa dos pais do jovem, os quais, cientes do dia e horário da fuga, tendem a estar dormindo, quando os jovens fugidos chegarem em casa, pois as fugas com explicitado se dão no período noturno. Apesar dos familiares do jovem ter ciência da fuga, apenas no outro dia pela manhã ao se deparam com a jovem fugida, agora esposa de seu filho (portanto sua nora) ele as cumprimentam e não falam nada sobre o acontecido. Oficialmente é como se a família do jovem não soubesse da fuga, pois caso contrário poderia ocorrer rompimentos entre os familiares da moça.

Por outro lado, oficiosamente os familiares da jovem têm ciência que os familiares do jovem sabem que ele irá rouba - lá, mas negam o fato. São estratégias para que não ocorra o rompimento entre as famílias, que são hierárquicas, nas quais os membros são subordinados ao pai. Um pai de família não poderia aceitar que seu filho roubasse a filha de outro pai de família, portanto, o ocorrido fica na esfera do não dito, nos contextos oficiosos.

Em regra, no *habitus* Joselandense ocorre, como poderia dizer a troca de filhas, a partir das regras de reciprocidade o pai aceita que sua filha fuja e em contrapartida, também concorda que seu filho roube uma jovem e a traga para sua casa.

Para Gnaccarini (*apud* WOORTMANN K. E WOORTMANN E.,1993) a fuga é a expressão de valores que permanecem, são padrões de trocas materiais e valores relativos à honra da família e ao princípio da hierarquia, incluindo

descontinuidades e continuidades. Portanto a própria fuga é um padrão, ela é uma continuidade, através do qual se evitam descontinuidades. Se ela é aparência, uma ruptura, ela assegura uma continuidade.

A ritualização dos fatos pós-fuga tende a se repetir, no qual o jovem casal fica responsável em ir falar com os pais da já esposa, período que pode demorar de um a três dias. Os pais da moça fugida e agora esposa, primeiro “esculhambam” os dois, perguntando por que fizeram isso e, posteriormente, dão conselhos, para que vivam bem, sem brigas, trabalhem, se respeitem e tenham filhos. A família da moça oferece um dote que varia conforme sua condição financeira (vacas, porcos, galinhas, cavalos), já que o chão de morada, por regra, é providenciado pelos familiares do marido.

Segundo os jovens, eles escutam o que os pais têm a lhe dizer e permanecem em silêncio. A esculhambação seguida dos conselhos e a posterior oferta de dotes femininos, se constitui em uma sequência sempre repetida entre os familiares.

Depois que fugimos passou um dia, no outro fomos falar com minha mãe. Ela primeiro esculhambou a gente, disse que eu era nova isso e aquilo, Depois aceitou, já tinha acontecido mesmo, ai deu conselho, para vivermos bem. Falou também que casamento era para o resto da vida (JULIANA).

A residência do jovem casal pela regra local deve ser patrilocal, inicialmente como já citado as jovens permanecem na casa dos sogros e depois se constrói uma casa à parte, um chão de morada para os mesmos, com ajuda dos familiares. Para WOORTMANN K. E WOORTMANN E. (1993) é necessário ter casa, a parte chão de morada, condição fundamental para constituição tanto de um pai - de - família como de uma dona-de-casa autônomos. Como em qualquer outro grupo, a casa é mais que edificação, ela é também uma unidade simbólica.

A fuga para os autores é uma encenação destinada a preservar a honra e hierarquia, assim como uma estratégia voltada para soluções de problemas práticos, seja relativo ao dote ou aos custos do casamento.

Em Joselândia as mães das jovens enfatizam que as pessoas fogem porque os pais não têm dinheiro para fazer a festa, porém encontrei casos de moças fugidas pertencentes a famílias com boas condições financeiras, que teriam possibilidades de

fazer a festa do casamento e proporcionar dotes e que no entanto fugiam, reproduzindo o padrão local.

A fuga pode ter motivações distintas que adquirem significados próprios, mas propiciando que os jovens constituam uma família, **Um Amor Firme**, pais e mães de família, com direitos a um chão de morada.

IV.1 .6 Um Amor Firme

As 16 jovens, apesar de pertencentes ao mesmo grupo, o de mulheres que constituíram um *amor firme*, como as jovens solteiras, apresentaram características que as diferenciam quanto à vivência da sexualidade, expressas em seus discursos idéias, comportamentos e experiências. Atribuía especial relevância aos contextos afetivos da primeira relação sexual e seus desdobramentos posteriores, ou seja, se o parceiro com quem ocorrera originou ou não um *amor firme*. Como enfatiza MEAD (1971), o que se toma como sexualidade são fatos aprendidos em cada cultura e em cada tempo histórico, onde se estrutura o que é aceito e desejável em termos sexuais. Assim:

- 02 jovens que tiveram relação sexual após estarem casadas;
- 06 jovens que *se perderam* com o atual marido e depois se casaram, sendo que uma delas estava gestante;
- 06 jovens que se perderam com namorados anteriores e depois se casaram, sendo que 02 delas já tinham filhos de relacionamentos anteriores e uma está no segundo casamento;

Iniciaremos as abordagens referenciando as 02 jovens que optaram por iniciarem a vida sexual só após estarem casadas. Seus discursos expressavam principalmente receio em se envolver sexualmente antes do casamento e *se perder*, sofrendo sanções e estigmas dessa sociedade.

PAULA casou-se aos 15 anos com seu primeiro namorado, com quem mantinha o relacionamento desde os 11 anos de idade. Ela afirma que quis ficar com

ele por amá-lo, que para ela significa querer viver o resto da vida juntos, constituir uma família. Assim, concretizando suas expectativas, logo após o casamento engravidou. No que se refere à relação sexual e às sensações que o sexo lhe traz, afirma que inicialmente ficou muita apreensiva, pois não sabia como era, mas depois de algum tempo passou a se sentir bem, o sexo se tornou normal. Atualmente gestante tem receio de praticar o sexo e machucar o bebê.

Quando a gente namorava, ele falava para termos relação sexual, tentava, mas não conseguia. Sempre ele falava, que depois a gente casava e não dava certo, só tinha beijado na boca. Mas eu falava que não, se quiser namorar comigo é assim, mas mesmo assim ele tentava. Ai ele agarrava outras meninas, mas eu nem ligava, não estava nem ai, se ele não tem com comigo ele tem que ter outras meninas. Outro motivo é que minha mãe estava sempre de olho em mim, ela tinha medo de eu me perder, fazer as coisas erradas e ficar ai com filho para criar, sozinha (PAULA).

Outro aspecto importante a ser observado no discurso de PAULA corresponde à diferença de significados atribuídos nessa cultura, para as experiências sexuais masculinas e femininas, se tornando normal serem praticadas antes do casamento para os homens, ao contrário das mulheres, que devem se resguardar.

Segundo CAMARANO (1998) há uma forte pressão social para que a vida sexual dos rapazes aconteça o mais rápido possível acompanhado por um discurso sobre virilidade. Assim, além da iniciação sexual cedo, conta a frequência da atividade sexual e o número diversificado de parceiras. Diferenças que norteiam os comportamentos dos jovens, delimitando suas atitudes.

PAOLA, a outra jovem que manteve relação sexual após estar vivendo conjugalmente enfatiza como motivo para tal comportamento, além do medo de se tornar mãe solteira a vigilância constante de seus pais, que não oportunizaram momentos para que o casal permanecesse momentos a sós. Os pais da jovem sabiam do namoro oficialmente, pois o rapaz foi *pedir a seus pais para namorar com ela*.

Sua mãe, senhora IRIS²⁰ informou, que ela e seu esposo preferiram aceitar o namoro da filha, pois dessa maneira poderiam *saber como os dois estavam se*

²⁰ IRIS, mãe de PAOLA, que também contribuiu para o estudo participando das entrevistas.

comportando no relacionamento, o que estavam fazendo, diminuindo as possibilidades da jovem engravidar. Assim, como enfatizado pela senhora IRIS, o rapaz, nos finais de semana tinha permissão para ir até a casa deles para namorar PAOLA e quando iam às festas, ficam juntos, mas próximos aos pais da jovem.

Nós fugimos porque eu o amava, se eu pedisse para meu pai casar ele não ia deixar porque queria que eu fosse para Cuiabá estudar. Mas eu nunca gostei de estudar, já fiquei lá, na casa de minha avó, mas não via à hora e voltar. Ele foi meu primeiro namorado sério e eu tenho muito ciúmes dele, por isso às vezes brigamos, mas nos amamos (PAOLA).

Os pais da jovem pretendiam que a filha viesse iniciar um curso superior em Cuiabá, o que ocorreria no ano subsequente. Planos paternos que não foram concretizados, pois a jovem fugiu²¹ com o namorado.

Quando lhe pergunto o que é amor, verbaliza que é o que sente por ele: *sempre gostou muito dele e não imaginava ficar com outra pessoa sem ser ele, pretende ficar com ele para o resto da vida.*

O discurso de ambas as jovens aponta dois motivos principais para optarem por ter relação sexual somente após o casamento, a vigilância constante dos pais e o medo de se tornarem mães solteiras não concretizando o desejo de constituir uma família. PAULA com medo de engravidar do namorado não se casar com ela, o que a colocaria em uma qualificação de mãe solteira e não uma jovem casada com família e PAOLA que iria embora para estudar e provavelmente não se casaria com o atual namorado.

A vivência sexual das duas jovens revela um *habitus* que atribui ao sexo um valor de troca, no sentido abordado por HEILBORN (1999), em que o sexo é compreendido como uma dádiva, cedida ao homem na expectativa de uma aliança.

As duas jovens possuem a característica peculiar de compreender que o sexo deva estar relacionado com o amor e ocorrer dentro do casamento, e adotaram essa atitude.

²¹ O fenômeno da fuga discutido anteriormente.

Diferente das 06 jovens casadas que *se perderam* com os atuais maridos enquanto namoravam, as quais entendem que as relações sexuais devem ocorrer com homens por quem se sente amor, mas não necessariamente ocorrer dentro do casamento. Foram enumerados por essas jovens, 03 motivos para terem se *perdido* com os então namorados: o medo de perdê-los e o fato de amá-los, apesar de na época do ocorrido não terem certeza que o sentimento era recíproco, pois temiam engravidar e se tornarem mães solteiras. Nenhuma utilizava métodos anticoncepcionais quando solteiras e apenas uma se casou grávida (MEL).

Os dados encontrados, corroboram os estudos realizados por HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, (2006) as quais observam que a primeira relação sexual não é um evento que seja sistematicamente planejado com antecedência e que as expectativas referentes ao primeiro relacionamento sexual, diferem em homens e mulheres, pois os homens querem que aconteça logo e as mulheres aguardam um momento especial. Segundo as autoras as jovens tendem a vivenciar a primeira relação sexual, por curiosidade, como solicitação de prova de amor pelo companheiro ou por medo de perdê-lo.

Eu me perdi com ele, tinha 15 anos, amava ele, que pedia, insistia para termos relação sexual, como uma prova de amor. Quando fiquei grávida fiquei com medo dele não querer ficar comigo, mas quando contei, na mesma hora ele falou: vamos embora, vamos fugir agora, e eu fui (MEL).

No dia que fiz 15 anos eu fugi, ele falou [o marido], vamos embora comigo. Eu pensei, combinamos de esperar as pessoas irem embora e meus avôs dormirem e fugimos. Eu tinha me perdido com ele e amava ele. Minha avó no início zangou, por que eu era muito criança, esculhambou a gente. Depois ela deu conselho para vivermos bem (JULIA).

Fugimos, eu tinha 14 anos a gente namorava há 06 meses e já praticávamos o sexo. Eu o amo e quero ficar com ele o resto da vida, desde que casamos estou tentando ficar grávida, gosto muito de criança e quero ter minha família (TALITA).

Antes de casar assim, ele falava em ter relação sexual eu não aceitava no início, porque eu cuidava. Eu sempre assim, eu rezava e falava que eu antes de casar eu nunca ia ficar com ninguém e eu também tinha medo. Ai foi, nós ficamos juntos porque eu

confiava nele e o amava, a gente namorava sério e fiquei assim pensando que ele poderia achar outra, aí logo casamos (FELICIA).

A gente fugiu, eu tinha 14 anos porque eu amava ele. A gente namorava desde que eu tinha 11 anos. Depois que a gente fugiu as coisas melhoraram, antes ele bebia demais, era perdido como se diz, na bebida. Agora ele melhorou tem responsabilidade. (ANTONIELI).

Eu me perdi com 14 anos com meu esposo, que foi meu namorado desde os 11 anos, aí logo a gente fugiu e estamos juntos há 03 anos. É o único homem que amei. Para mim que o sexo no casamento faz parte de tudo e o sexo quando a pessoa é solteira é errado, porque deveriam esperar para ter o seu marido, como antigamente, que o sexo era alguma coisa de respeito. Porque a mulher que era pura, ela era respeitada e antigamente era muito difícil um casamento existir com uma mulher que não era virgem e hoje em dia isso é normal. Como se diz isso é uma moda hoje em dia, casar e não ser mais virgem, todo mundo não liga e que é muito raro encontrar uma mulher virgem para se casar (FRANCIANE).

FRANCIANE ressalta a importância de a mulher não manter relação sexual até o casamento (assunto abordado apenas pelas jovens que se casaram sem ter relação sexual), pois, caso contrário, não será valorizada pelo marido e pela sociedade. Para ela o sexo tem que estar relacionado com o amor e que esse só existe entre marido e mulher, dentro do casamento sendo uma coisa de respeito, diferenciando-se do sexo fora do casamento, ocorrido só por curtição.

O discurso apresentado por FRANCIANE sobre a vivência da sexualidade no casamento com amor e fora dele só por curtição se assemelha aos estudos desenvolvidos por WOORTMANN E. (1991), com mulheres e freiras em comunidades pesqueiras do Nordeste em que a autora apresenta a existência de dois tipos de filhos: "filhos do amor" e "filhos da paixão". Os primeiros são os filhos das relações que conduzem ao casamento, ou gerados já no interior deste; os "filhos da paixão" são o resultado de gravidez precoce de jovens de 14 ou 15 anos, decorrente de relações com turistas. Tanto a freira como algumas mulheres do lugar falaram da rejeição dessas moças por suas famílias e de sua condição de semi-prostitutas.

Porém, o mais interessante é que apesar do discurso de FRANCIANE apontar para a importância das mulheres permanecerem *puras*, ou seja, sem ter relação sexual até se casarem, não foi uma experiência vivenciada pela mesma, que *se perdeu* antes de se casar. Como as mães das jovens participantes do estudo, as quais apesar de pronunciarem um discurso sobre a virgindade-união conjugal estável, antes de se casarem mantiveram relação sexual.

Situação também encontrada por BALTAZAR (2003) em seu trabalho em Porto Brandão, uma comunidade rural pantaneira, expresso na epígrafe abaixo:

O duplo valor da virgindade - casamentos é mola mestra da organização normativa da comunidade, muito embora a sua manifestação e prática indiquem o oposto com relação à primeira. E para surpresa da pesquisadora, indique ainda que a virgindade, apesar de pesar como regra nos discursos e expectativas imprescindíveis para o comportamento da geração mais jovem, não exercida pela maioria absoluta das mulheres da geração precedente, ou seja, a mãe das moças de hoje (BALTAZAR, 2003, p. 309).

Para HEILBORN (1998) a virgindade feminina está perdendo o caráter hegemônico de significante da conduta moral feminina, verdadeiro anterior divisor de águas entre as moças direitas e as perdidas. Nesse sentido, conceder ter relações sexuais com um certo parceiro não mais seria garantia, como o fôra em tempos passados, de arranjar compromisso.

Dentre as jovens casadas, 06 *se perderam* com os atuais maridos, enquanto namoravam, e estabeleceram posteriormente um *amor firme*. Ressaltam em seus discursos que as relações sexuais devem ocorrer com homens, pelos quais sentem amor, que diferem das jovens solteiras, as quais não correlacionaram sexualidade com amor, com exceção das mães solteiras, que ao engravidarem foram abandonadas pelos namorados, para quais os mesmos não as assumiram por *falta de amor*.

Os discursos que se elaboram sobre a sexualidade e que a instituem como uma dimensão fundamental da vida privada simultaneamente ancora necessidades sociais, desse modo o sujeito passa a vivenciar ordenamentos sociais como se fossem necessidades suas (FOUCAULT, 1993).

Assim o sentimento “amor” passa a estar correlacionado com a sexualidade, um ordenamento social reproduzido nas falas das jovens como necessidade e condição no vivenciar a sexualidade.

Das 06 jovens casadas que *se perderam* com homens que não são os maridos atuais **PENELOPE**, está no segundo casamento e também, como as jovens do grupo anterior, relaciona sexualidade com amor. Acrescenta que teve relações sexuais com 02 homens com os quais posteriormente estabeleceu um relacionamento estável.

Eu fugi tanto faz com o primeiro, como com o segundo marido, porque amava eles. Para outras pessoas pode ser que não, mas para mim sexo esta relacionado com amor. Com os dois que tive relação sexual eu amava. Sei que tem pessoas que não sentem amor, faz só lá e pronto (PENELOPE).

Verbaliza que o primeiro casamento não deu certo porque fugiu muito cedo, com 16 anos e separaram-se porque brigavam muito, não tinham *experiência da vida*. Ela acredita que os dois foram *afritos*, pois namoravam há um mês. Quando se separaram a iniciativa partiu dela, porque o mesmo foi embora trabalhar em uma fazenda e ela se negou a acompanhá-lo e voltou para casa da mãe. Informa que foi difícil, pois as pessoas olhavam-na diferente e falavam que ela deveria ter acompanhado o marido.

Acrescenta que após uns dois anos, fugiu novamente com o atual marido porque o amava, afirmando que agora pretende viver com ele pela vida toda. Está grávida e quer constituir sua família.

Verbaliza que com o primeiro marido não sentia segurança e confiança, pois ele tinha dificuldade em arrumar trabalho, assim seus sogros que sustentavam eles, quando ele foi embora para trabalhar, ela ficou com *medo* de acompanhá-lo. Atualmente ama o atual marido, se sente cuidada, confia nele, quer permanecer o resto da vida com ele e constituir sua família.

O meu primeiro casamento, não deu certo por que quando a gente é muito novo assim a gente tem idéia de criança, ai a gente brigava muito. Ele queria viver igual

criança aí não deu certo, não queria ter responsabilidade não queria trabalhar ai não tinha jeito de a gente viver (PENELOPE).

Nos discursos apresentados, o *ser trabalhador ou trabalhadeira*, aparece como qualidades imprescindíveis aos homens e mulheres, que os coloca como pessoas a quem se pode amar e por conseguinte constituir uma família. O que aponta para a ordem moral do campesinato, em que família e trabalho, não são pensados separadamente.

As demais jovens não compreendem que o sexo deve estar relacionado com o amor, pois vivenciaram relações sexuais com parceiros anteriores ao atual esposo, mas foi sentimento de amor que as levaram a unir-se matrimonialmente.

Eu amo meu marido, a gente se conhece desde criança, somos primos, ele me respeita. Tive relação com 02 gurus, mas era diferente. Eu fugi com ele porque amava e queria casar, ter meus filhos, ainda não consegui ficar grávida, mas é o que quero (KAMILA).

Eu gosto de ter o sexo, ele também, acho que quando a gente é casado é melhor, pois fica assim com mais respeito que é por amor, antes de casar é bom, mas não sei, fiquei um pouco com medo de ficar grávida e acontecer que nem minha prima que o namorado não assumiu e ela ficou sozinha. Tive relação com 03 antes dele, mas ninguém sabe (FERNANDA).

O N. já foi casado, antes de mim e disse que foi na marra, porque a primeira mulher estava grávida depois ele a traiu, dizem por ai. Separaram e a gente ficou juntos depois fugimos, eu amava ele. Antes dele, conheci um guri assim, tive relação [sexual] com ele, quando fui na casa de minha tia passear, mas foi só uma vez, nunca mai. Meus pais não queriam que eu namorasse com ele porque ele já tinha casado, eles acham que ele também pode separar de mim,mas é diferente, pois a primeira vez foi mais por obrigação (ELIETE).

Perguntei às jovens, se os atuais maridos expressaram algo pelo fato delas já terem tido relação sexual com outros homens antes deles. Elas respondem que o assunto nunca foi conversado. O amor para elas tem o significado de: respeitar, cuidar, *querer estar junto o resto da vida e ter uma família.*

As mulheres entrevistadas também expressaram dificuldade em conversar sobre sexualidade, assunto anteriormente nunca abordado com ninguém, nem com familiares (mãe, pai e irmãos mais velhos) e nem com os companheiros.

Minha mãe e minhas amigas nunca conversaram sobre o assunto sexo comigo, eu nunca conversei com ninguém (TALITA).

Sexo é alguma coisa que a gente faz, não fala (JULIANA).

Eu não conversava sobre sexo e eu ficava com curiosidade para fazer, aí meu marido ficava insistindo e eu quis experimentar (FELICIA).

Das jovens pertencentes ao grupo de mulheres casadas, 02 ao vivenciaram experiências sexuais com homens antes de seus atuais esposos, ficaram grávidas e tiveram filhos antes de se casarem: JOICE e ALICE.

ALICE foi mãe solteira com quinze anos, quando *se perdeu* e engravidou, estava morando em Barão de Melgaço com seus avôs. Ao ficar grávida descobriu que o pai de seu filho, o qual estava a pouco tempo na região era casado, e ao saber que ela estava gestante foi embora e ela nunca mais teve notícias dele. Gestante, retornou para a casa de seus pais em Joselândia e quando seu filho nasceu foi trabalhar na casa de uma senhora e começou a namorar com um sobrinho dela que conhecia desde criança. Quando seu filho estava com 06 meses fugiu com o rapaz, com quem está casada atualmente e tem mais um filho.

Quando a gente casou o meu filho estava com seis meses. Quando eu estava grávida a gente paquerava mas não namorava. Depois que meu filho nasceu, ele pediu que queria fugir comigo (ALICE).

ALICE resolveu fugir com ele porque gostava e tinha amizade, mas atualmente o ama e pretende passar o resto da vida com ele. Para ela sexo e amor não estão relacionados, porque muitas vezes a pessoa pode querer praticar apenas o sexo ali e acabou, não precisa estar amando.

Sabe, hoje eu penso que quero ficar casada para sempre com o meu marido, viver bem, respeitar e cuidar de nossos filhos. Sobre sexo, não sei falar muito, mas acho que é bom, nunca foi ruim. Ele é um homem bom para mim, isso que importa (ALICE).

JOICE também engravidou em Barão de Melgaço quando foi trabalhar na casa de uma tia e seus pais permaneceram em Joselândia. O pai de seu filho, não era da região e foi embora quando ela lhe contou que estava grávida e nunca mais teve notícias dele. Grávida retornou para Joselândia, mas seus pais não a aceitaram em casa, então foi morar com uma tia também da região que lhe acolheu permitindo que morasse em sua casa e em troca a ajudava nos afazeres domésticos.

Vim morar com minha tia ela me ajudou muito, eu tive onde ficar com meu filho, mas assim ela não tinha condições de me pagar, porque ela é pobre que nem eu mesmo. Mas eu só tenho que agradecer a ela (JOICE).

Após algum tempo fugiu com o vizinho que era seu parente (primo distante) com quem está casada e tem mais 02 filhos. Antes do casamento relata que teve um caso com um homem casado considerado bem situado financeiramente na região que a ajudava financeiramente a cuidar de seu filho. Após a fuga ela não se encontrou mais com o homem casado. Para ela sexo e amor não estão relacionados, mas o casamento, sim, tem que estar relacionado com amor.

Esse meu marido eu amo é acho que amo, que é respeitar, cuidar e isso ele faz por mim. É uma pessoa boa, trabalhador e não é perdido na bebida que nem muitos por ai. Isso é importante a gente respeitar um a outro (JOICE).

Apesar das entrevistadas casadas não necessariamente relacionarem sexo com amor, esse sentimento se torna necessário para que ocorra um casamento.

O amor explicitado, vivenciado e sentido pelas jovens refere-se aos ideais de amor romântico em suas ligações com o amor sublime, que predominam sobre o ardor sexual propostos por GIDDENS (1993), pois nos discursos das jovens, a sexualidade é traduzida pelos significados de sentimentos *bons e normais*.

Para o autor essa ideia de amor romântico contribuiu para as mudanças seculares afetando a vida familiar e social como um todo, na modernidade no século XIX, influenciando inclusive as formas de se vivenciar a sexualidade.

Pois é impossível tomarmos a sexualidade como uma manifestação humana em si, mas ela se estrutura a partir das relações sociais, que são interiorizadas pelos sujeitos.

(...) o eu é socialmente construído e a sexualidade é moldada por meio da coordenação corporal e da interação simbólica de sujeitos sociais (GAGNON, 2006, P.25).

Assim coube-me, enquanto pesquisadora, compreender a partir das jovens a definição para tais sentimentos, bom, normal e amor, pois, como observado por FOUCAULT (1993), a sexualidade além de traduzir um conjunto de atos e sensações é também um conjunto de falas e ideias perpetuadas nas relações sociais. Portanto a história da sexualidade é uma história de nossos discursos através dos quais, a sexualidade é construída como um corpo de conhecimentos que modelam as formas como pensamos e conhecemos o corpo.

Como enfatizado por HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, (2006) os comportamentos sexuais trazem elementos concretos para subsidiar a afirmação de que a sexualidade é resultante de um complexo processo de socialização, aprendizagem e modelação cultural.

A vivência da sexualidade desse grupo de jovens mulheres casadas, compreendida a partir do *habitus*, revela sistemas de disposições sociais que, incorporados, reproduzem nas mesmas, maneiras de sentir, fazer e pensar sobre a sexualidade, como *bom e normal*.

Portanto, as jovens modelaram suas formas de pensar e agir, passando a reproduzir suas histórias sexuais pautadas em discursos em que o sexo se normatiza como bom. Quem não compartilha e reproduz essa ideia, passa a ser caracterizada como anormal, com problemas, como exemplificado na epigrafe abaixo, que se repetia constantemente nos processos dialógicos com as jovens, quando expressavam o que sentiam sexualmente.

M- O que você sente quando tem a relação sexual?

F- Como assim, como eu me sinto, você fala de algum problema que eu tenho.

M- Você tem algum problema?

E- Não tenho.

M- Então como você se sente?

E- Eu acho que minha vida sexual com o marido é normal, não tem nenhum problema.

M – Normal é como?

E – Normal é bom, sem nenhum problema (FRANCIANI).

E amar para as jovens significa: *querer estar junto, respeitar, assumir um relacionamento, ter uma família, cuidar e viver o resto da vida juntos.*

A sexualidade das jovens participantes do estudo compreendida a partir do *habitus* aponta sua vivência correlacionada com o amor e direcionada ao casamento e a constituição de uma família, a qual englobará objetivos, interesses e necessidades comuns, apontam valores sociais para uma ordem moral camponesa, na qual a ideia do indivíduo com "vida pessoal" é inexistente.

Para HEILBORN (1998) nos termos da lógica *holista* o sexo está subsumido a uma ordem moral-familiar, organizadora do mundo, que se expressa na dimensão verdadeiramente moral e de gênero, da gramática sexual. Na representação feminina, o sexo é um item básico na engrenagem relacional que a relação conjugal enseja, conformada por uma distribuição das obrigações familiares entre os gêneros.

Nessa concepção *holista* o sexo pode passar a ser um elemento importante de negociação das relações entre os gêneros, pois uma forte ênfase no controle da conduta sexual da mulher caracteriza a lógica moral, e este controle é exercido pelo grupo familiar e pelas redes de vizinhança.

A ênfase no valor da família exhibe seu maior vigor no que se refere à relevância do grupo sobre o indivíduo na constituição da identidade social dessas pessoas. Estruturada em termos de uma relação hierárquica entre os sexos e as categorias de idade (HEILBORN, 1997).

A preeminência detida pela família ganha corpo através da centralidade que desempenha na trajetória de vida desses sujeitos. Tal importância deriva do sentido de totalidade que a família encarna, possibilitada pela interqualificação ou complementaridade das identidades sociais. O todo relacional representado na família se exprime através de uma divisão do trabalho entre os gêneros, que é, a um só tempo, moral e material. Esse universo simbólico articula de forma muito íntima gênero e idade, o que se expressa no grupo de irmãos, na oposição entre o mais velho e o mais novo, cujo paradigma é a relação entre pais e filhos.

A vigilância da conduta sexual feminina, exercida pelo grupo doméstico, em concomitância com um jogo de sedução, por parte da jovem, tem como principal alvo a realização da aliança, ou seja, do casamento (HEILBORN, 1998).

Entre camponeses, o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não correspondendo a dois indivíduos que se casam, mas a duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um *affaire de famille* (WOORTMANN E., 1995, p. 157).

Não escutei relatos ou presenciei a vivência do amor apaixonado pelas jovens joselandenses, segundo os moldes denominados por GIDDENS (1993) o qual engloba e vincula o amor à liberdade, mas apenas no sentido de gerar quebra da rotina e do dever e introduz a ideia de uma narrativa para a vida individual, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal. Mas sim do amor sublime que se caracteriza pela devoção dos envolvidos a Deus através do casamento e caracteriza-se principalmente por predominar sobre o ardor sexual e abarca os objetivos familiares comuns.

Pode-se dizer então, dentro dessa concepção *holista*, que a sexualidade para as jovens participantes do estudo não se constitui um domínio de significação isolada, sexo e prazer, estando, como enfatizado por DUARTE (1986), encompassados por uma alusão à uma moralidade mais abrangente. Como um valor moral ressalta-se o ideal de respeito e amor à família e à mulher escolhida.

A vivência da sexualidade almejando a conquista de um *amor firme*, abarcando os sentimentos e necessidade familiar comuns pode ser comparada às relações dos trobriandeses exemplificado na epígrafe abaixo citada, por Malinowski:

As instituições dos trobriandeses são feitas para permitir que a paixão brutal se purifique e se torne um amor que dure para toda vida; são feitas para permitir que nela vicejem e se interpretem as afinidades pessoais, que ela se fortaleça graças aos múltiplos laços e vínculos criados pela presença dos filhos, pelas angústias e esperanças comuns, pelos objetivos e interesses de que se compõe à vida da família (MALINOWSKI, 1982, p. 22).

Abordar a vivência da sexualidade na juventude nos leva a considerá-la na sua interface com a saúde, pois uma das principais características dessa fase da vida refere-se à entrada no universo das relações afetivas e amorosas, desencadeando duas consequências principais: a contaminação com DST, HIV e AIDS e o início da vida reprodutiva com a gravidez considerada então precoce, situações que vêm se configurando como um problema social e de saúde. Trata-se de fenômenos frequentemente de dimensões alarmantes (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Nesse sentido, buscando fomentar reflexões a respeito da sexualidade e juventude no universo rural pantaneiro, nas interfaces com a saúde, abordaremos a temática no capítulo subsequente.

CAPÍTULO V – SAÚDE E SEXUALIDADE

Introduzindo a cultura na definição do conceito de saúde, a visão qualitativa demarca um espaçamento radical: ela amplia e contem as articulações da realidade social. Pensada assim, cultura não é apenas um lugar subjetivo, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é o *locus* onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há nada humano sem significado e nem apenas uma explicação para os fenômenos
(MARIA CECÍLIA DA SOUZA MINAYO).

A área de saúde tem se apoiado em uma definição de juventude na base etária de 10 aos 19 anos, períodos caracterizados por grandes transformações físicas, psicológicas e sociais, nos quais, conjuntamente incorre-se o processo de transição da infância à vida adulta e, ao mesmo tempo, reitera-se o caráter “imaturo” e “irresponsável” dos jovens. Nesse sentido, a vivência da sexualidade nessa etapa da vida é sempre vista como negativa, na qual se enfoca fatores de risco sociais e de saúde para as jovens (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Ao privilegiar o fator idade como elemento fundamental de análise, esses estudos desconsideram as diferenças sociais que marcam de forma distinta as etapas da vida humana e as múltiplas e variadas implicações que o evento produz sobre as trajetórias das meninas e suas redes familiares. Ademais, a utilização do critério etário na definição da juventude tende a obscurecer a assimetria nas relações de gênero e as possibilidades concretas e distintas de "escolha" para as garotas dos diferentes grupos sociais.

Esses argumentos têm por base o pressuposto também equivocado de que a juventude é uma etapa universal do desenvolvimento humano, sendo o jovem visto a partir de características supostamente generalizáveis. Portanto, há diferentes maneiras de ser jovem repleta de singularidades, na história de vida do ser humano, é fundamental levar em consideração que não existe uma juventude, mas sim juventudes, em função do político, do social, do momento e do contexto em que está inserido o jovem, sua diversidade sociocultural. Nas palavras de Bourdieu o jovem se forma a partir de diferentes capitais: econômicos, sociais e culturais.

Interpretações de natureza causal têm implicado uma visão reducionista do fenômeno, pois embora a vivência da sexualidade na juventude encontre-se com frequência relacionada a um contexto de desvantagem social para o sexo feminino, mediante estigmas sociais de uma sociedade machista e a possibilidade de uma gravidez, é preciso considerar que sua ocorrência já se dá num âmbito pontuado por oportunidades restritas e poucas opções de vida para o jovem (HEILBORN, 2008).

Nessa visão, a gravidez sempre seria indesejada resultaria da pobreza, da precariedade e da falta de acesso aos serviços de saúde, portanto, é considerada como um reforço à pobreza e marginalidade. Uma vez indesejada, a gravidez acarretaria

prejuízos para as jovens como, *abandono dos estudos*, dificuldade em encontrar emprego, contando as mesmas apenas com uma ajuda limitada da família.

A psicologia tradicional reforça o discurso do risco psicossocial cujo diagnóstico seria a imaturidade psicológica dos jovens e a gravidez vista como precoce nessa ótica emerge como causa de problemas psíquicos e sociais para as jovens e seus filhos. Ao resvalar para o campo da moral, senão até para o moralismo, esse discurso assume "*uma oscilação que vai da condenação e o apelo ao apoio moral*" (BOZON E HEILBORN, 2006).

O risco à saúde, durante o parto, apontado pela medicina e reiterado pela saúde pública, estaria relacionado à suposta imaturidade anátomo-fisiológica, da qual decorreriam outros problemas de saúde como maior incidência de baixo peso da criança ao nascer e/ou prematuridade e o risco relacionado ao aborto assume destaque nesse discurso estando associado à ideia de rejeição à gravidez pelas jovens, desconsiderando-se que tal prática é também frequente entre mulheres acima de 19 anos (CAMARANO, 1998).

O enfoque do "risco" sobre a vivência da sexualidade na juventude é disseminado principalmente pela demografia, medicina, epidemiologia e psicologia social, que apresentam forte conteúdo normativo são estudos descritivos e estatísticos, os quais tentam estabelecer relações de causalidade entre as práticas sexuais e suas consequências não previstas ou desejadas, seu entorno social e econômico e suas características psicológicas, na maioria das vezes não considerando as diferenças culturais que a modelam (SILVA, 2002).

Segundo SILVA (2002), esse enfoque abriga uma visão negativa do exercício da sexualidade na juventude, então estritamente associada à função reprodutora, o que estaria causando um crescimento da população, fundada na hipótese de que a precocidade da vida reprodutiva leva a um número maior de filhos e a um pequeno espaçamento entre os nascimentos.

Para HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al* (2006) alguns estudos sobre a vivência da sexualidade, apesar de incorporarem o ponto de vista juvenil sobre a experiência vivida, a difusão dos argumentos debatem o problema da gravidez, que é tão incisivo ocorrendo o risco de ofuscar a totalidade das narrativas. Assim, os

depoimentos acabam por reforçar as teses previamente propostas, ou seja, a vivência da sexualidade enquanto problema e a diversidade sociocultural ficam obscurecidas.

Ao homogeneizar a vivência da sexualidade na juventude enquanto um problema social e de saúde tende-se, sutilmente, a descaracterizar suas trajetórias biográficas, sociais, ou seja, suas características socioculturais. Negligencia-se histórias de vida que contêm sonhos, esperanças, dores, decepções e que permitam aos jovens se apropriar das diversidades, para transformar o seu cotidiano em algo que vale a pena ser vivido. Ser mãe ou pai, talvez seja uma das formas de se colocarem no mundo como sujeitos sociais.

Partindo do pressuposto de que qualquer fenômeno social não pode ser considerado universal acometendo indistintamente os jovens, devendo ser analisado à luz de contextos históricos e sócios demográficos específicos, abordaremos como a vivência da sexualidade vem se constituindo um problema social e de saúde para as jovens pertencentes ao universo rural do pantanal Mato-grossense, refletindo através da abordagem sócio-antropológica a dimensão da vida camponesa, com peculiaridades inerentes a esta realidade.

Compreender essas particularidades se torna imprescindível para definição estratégias de intervenção social e políticas públicas que atendam aos interesses e necessidades juvenis desse *locus* investigativo. Como ressalta SILVA (2002) a atenção à saúde da mulher deve abranger ações interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais, visando à promoção, prevenção a agravos e a morbi-mortalidade, constituindo, assim, um conjunto integrado de ações levando em consideração o contexto sócio econômico, político e cultural em que vivem.

Parafraseando HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al* (2006) deve ser considerado: “o quadro analítico mais amplo da aprendizagem e da experimentação da sexualidade”.

O estudo, partindo desse pressuposto, pretende contribuir para proposição de políticas públicas voltadas à saúde das jovens mulheres pertencentes ao universo rural do pantanal Mato-grossense. Pois, essas políticas para terem eficácia precisam levar em conta a participação destas e o conhecimento das suas situações, assim como as desigualdades sociais e regionais.

Portanto nesse capítulo também serão abordadas às políticas públicas de saúde, em especial as direcionadas à saúde da mulher presente no Distrito de Joselândia, para refletirmos como se dá o acesso das jovens, assim como o da comunidade a esses serviços.

V. 1 Os Caminhos do Corpo: sexualidade, saúde e juventude

Os problemas de saúde dependem da perspectiva sob a qual eles são identificados, em outras palavras, depende dos sujeitos que os identificam. O que é problema para uns pode não ser considerado problema para outros (MINAYO, 2007). Reflexões sobre a vivência da sexualidade nas interfaces com a saúde a partir da concepção e visão das jovens participantes do estudo, considerando que os problemas de saúde variam em função da posição dos distintos sujeitos na estrutura de relações sociais, fazendo parte de sua visão de mundo.

Partindo desse pressuposto, o estudo, no que se refere à vivência da sexualidade nas interfaces com a saúde, priorizou por compreender: o conhecimento das jovens sobre contracepção, DST, HIV e AIDS, o significado da gravidez e o acesso aos serviços de saúde. Pois, essas temáticas vêm sendo evidenciadas na área da saúde como principais “problemas” para as jovens que ao vivenciam a sexualidade.

V. 1. 1 Remédio para Evitar

As jovens entrevistadas iniciaram a vida sexual com idade que variam de 13 a 17 anos, ocorridos dentro de relacionamentos afetivos, com companheiros do sexo masculino, por elas denominados namoro ou no caso de 02 jovens dentro do casamento. Estas consideram experiência sexual somente a penetração peniana na vagina. A primeira relação sexual não foi planejada pelas jovens e no decorrer delas, não utilizaram nenhum método anticoncepcional, passando a utilizá-los após o casamento, caso não quisessem ter filhos.

Sabe a gente quando casa é para ter filhos, eu mesmo quero ter muitos filhos, mas ainda não veio (TALITA).

A utilização de métodos anticoncepcionais nunca fora dialogado com os companheiros, atitude que para HEILBORN, AQUINO E BOZON (2006) contribui de maneira geral para reforçar as atitudes mais tradicionais próprias do sistema de gênero. Para eles a vivência espontânea das relações sexuais combina-se bastante com a velha dicotomia em que as mulheres não pensam (não devem pensar) nem na sexualidade nem na contracepção, mas, sim, em relações estáveis.

Acrescentam que tiveram acesso aos métodos anticoncepcionais apenas após o casamento, referindo aos hormonais orais e injetáveis, os quais denominam “*remédio para evitar*”, os anticoncepcionais não são distribuídos pelo posto de saúde, as que desejam ou necessitam utilizá-los, solicitam por encomenda para que pessoas tragam de outras cidades²².

Reconhecem como métodos anticoncepcionais os preservativos masculinos²³, a laqueadura de trompas e os hormonais orais e injetáveis, ignorando a existência de outros métodos como: DIU, diafragma, tabelinha, preservativo feminino, a pílula do dia seguinte, coito interrompido e vasectomia. Quanto à laqueadura de trompas de falópio, algumas das jovens entrevistadas, assim como senhoras da região, indagam que o procedimento pode levar as mulheres a “terem problemas de cabeça” ou “enlouquecerem”, afirmando que o fato já ocorreu com várias mulheres na região. Tal afirmação perpassa o imaginário das mulheres da comunidade, na maior parte das vezes impedindo-as de realizar o procedimento.

A L. já tem 11 filhos e passa muita necessidade os parentes que ajudam, o último foi gêmeos e ela teve aqui mesma. A gente falou para ela ir para Cuiabá ligar, mas a gente também tem medo dela ficar com problema de cabeça. Eu mesmo não liguei tenho medo, mas tomo remédio, já tenho 05 filhos (MIRANDA).

Os relatos encontrados sobre o conhecimento de anticoncepcionais entre as jovens participantes do trabalho corroboram os estudos de BRANDÃO E HEILBORN

²² Em torno do mês de junho/2008 os anticoncepcionais hormonais orais passaram a ser comercializado em um mercado da região, vendidos sem a necessidade de apresentação de receitas médicas.

²³ As jovens relatam nunca terem utilizado preservativos masculinos, com exceção de BRUNA, que não é da região e teve suas primeiras experiências sexuais em outras localidades, porém quando se casou com um jovem da região também não o utilizou.

(2006), os quais afirmam que o não uso do método anticoncepcional pode representar, na verdade, certa negociação entre parceiros sobre o significado da relação, denotando “compromisso” e “prova de afeto”. Portanto, o domínio da contracepção inscreve-se em um processo de aprendizado e de tomada de decisões.

No posto de saúde somente há distribuição de preservativos masculinos e os agentes de saúde da região informam que são procurados apenas por jovens solteiros do sexo masculino para aquisição dos mesmos.

Camisinha nunca falta, porque quando a prefeitura não manda, eu pego em Cuiabá com um amigo que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde de lá. Mas a procura é pouca, alguns guris que pegam sempre solteiros, nenhuma menina me procurou, nem mulher ou homem casado, acho que é vergonha (G. AGENTE DE SAÚDE).

Tal situação demonstra que a ênfase na maioria das iniciativas em programas de planejamento familiar ou de saúde reprodutiva apesar de recair sobre as mulheres, pois praticamente inexitem tais serviços à clientela masculina na rede pública, os métodos anticoncepcionais distribuídos na rede de serviços locais, correspondem somente aos preservativos masculinos. Opção inadequada em uma sociedade que prevalece o modelo hierárquico e assimétrico das relações de gênero, colaborando para que as mulheres tenham dificuldades em adquirir e até negociar com seus parceiros os métodos anticoncepcionais, tendo que assumir para si os possíveis riscos de vivenciar a sexualidade sem utilizar métodos anticoncepcionais.

No que se refere ao uso de anticoncepcionais hormonais orais e injetáveis, quando solteiras, acrescentam que nunca refletiram sobre a possibilidade de utilizá-los, pois para isso dependeria de solicitar para alguém que comprasse em outras cidades, uma vez que seus familiares não estão a par das atividades sexuais das filhas enquanto solteiras.

As jovens, quando solteiras, afirmam que jamais os companheiros lhes propuseram o uso dos métodos contraceptivos, as quais, também nunca solicitaram aos companheiros que os utilizassem. Os motivos citados para o não uso de preservativo masculino pelas jovens quando solteiras correspondem primeiramente, ao fato de acharem que não iriam engravidar, apesar de, como veremos mais adiante,

contrariamente algumas vezes se sentirem inseguras nas relações sexuais quanto a uma possível gravidez e em segundo lugar por se sentirem emocionalmente comprometidas com os companheiros e acreditarem que o sentimento era recíproco, atribuindo-lhes confiança ao *se entregarem* para eles.

A confiança no parceiro, principalmente por parte das mulheres, é destacada na literatura como uma das razões mais comuns para que se deixe de lado um comportamento preventivo. Segundo GUIMARÃES (1992) culturalmente o preservativo masculino não corresponde aos valores e às atitudes pautadas no modelo conjugal monogâmico, sustentados pelos pilares de fidelidade e de confiança mútua.

V. 1. 2 Doenças de Rua

As jovens participantes do estudo, quanto ao uso de métodos anticoncepcionais, não os empregam na perspectiva de evitar DST, HIV e AIDS, apenas correlacionam seu uso para evitar a gravidez não desejada. Essas desconhecem nomenclatura DST ou Doenças Sexualmente Transmissíveis e após explicitação que “*correspondia às transmitidas durante a relação sexual*” as denominavam “*doenças de rua*”.

Algumas mulheres entrevistadas correlacionam as DST à gonorréia apenas, com desconhecimentos das demais e também desinformação quanto às formas de transmissão, sintomas e tratamento das DST. Com relação ao HIV e AIDS, acrescentando que corresponde a uma “*doença*” ou uma “*doença que mata*”, com também desconhecimento quanto: transmissão, sintomas e tratamento.

Assim, entendem que nunca tiveram nenhuma DST, mesmo quando instigadas quanto aos possíveis sintomas²⁴, negam a presença dos mesmos. Com exceção de uma senhora não participante do estudo, a qual me informou que “*achava ter infecção*”, pois sente dores ao manter relação sexual e apresenta corrimento vaginal mal-cheiroso, lhe expliquei que não era apta para fazer algum diagnóstico, mas que a mesma deveria procurar atendimento com o médico do PSF, quando ele

²⁴ Informo os possíveis sintomas de DST, como a presença nos órgãos genitais de: coceiras, ardor, verrugas, feridas, dores e mau cheiro.

comparecesse na região ou se possível procurar atendimento em Cuiabá, já que a mesma estava se sentindo incomodada com a situação.

Não há na localidade profissionais que possam realizar exames laboratoriais e/ou ginecológicos, preventivos ou para diagnosticar enfermidades, DST, HIV e/ou AIDS, assim para realizá-los precisam se locomover para outras localidades.

Das 20 jovens, apenas 11 realizaram exames laboratoriais e/ou ginecológicos, porém relacionados com a rotina do pré-natal.

Na entrevista com a coordenadora do PSF, a profissional afirma nunca ter notificado nenhuma DST, HIV e/ou AIDS na região, segundo a qual, mesmo que realizados em Cuiabá se positivados, são repassados para o Município de origem, ou seja, Barão de Melgaço. Mas, levando em consideração, segundo informação das jovens, que quando vão para Cuiabá permanecem na casa de parentes ou amigos para realização dos exames e não informam o endereço de residência em Joselândia, geralmente fornecendo como endereço o local onde estão permanecendo hospedadas, mesmo que notificada alguma DST, HIV e/ou AIDS, não significa com certeza que será repassado para o Município de Barão de Melgaço. A respeito do assunto, caberia uma investigação mais específica. Entendo como de suma importância, equipes profissionais especializadas em realizar esses exames, de maneira a prevenir futuros agravos à saúde das mulheres.

V. 1. 3 A Gravidez

Com relação à gravidez na juventude, essa corresponde a uma das principais dificuldades consequentes do início da vida sexual, atualmente no Brasil é considerada um problema social e de saúde (HEILBORN, AQUINO, BOZON, *et al*, 2006).

Para HEILBORN, AQUINO E BOZON (2006), a gravidez na juventude não é um fenômeno recente, essa “novidade” no Brasil se dá em razão de novas expectativas sociais em relação à juventude. No entanto, recentes estudos antropológicos sugerem outras possibilidades de interpretação, apontando o quanto tomar a idade da mãe como fator isolado para analisar os indicadores materno-infantis pode implicar uma visão reducionista do fenômeno.

As jovens participantes do estudo informaram que ao manterem relação sexual quando solteiras “*achavam*” que não iam engravidar, mas, por outro lado acreditavam que caso ocorresse a gravidez os namorados iriam assumi-las como esposa, pois para as mesmas estavam se relacionando por amor entendendo que o sentimento era recíproco²⁵. Os discursos das jovens apontam que optar por manter relação sexual com o companheiro significava um processo que as conduziria para a construção de um “*amor firme*”, ou seja, para vivência da conjugalidade.

O que aparece como *problema* para as jovens entrevistadas não é o fato de ficarem gestantes no intercurso sexual, mas, sim, de se tornarem *mães solteiras*, desprovidas do pai da criança enquanto companheiro em uma união estável. As jovens socializadas a partir de uma concepção *holista* de sociedade, ao se relacionarem sexualmente, caso engravidassem, esperam que em nome da moral, respeito e amor à família, seus companheiros as assumam enquanto esposas.

Nesse sentido, a gravidez em si na juventude não constitui um problema social, mas sim o fato de se tornarem mães solteiras, pois essas não foram identificadas pelo companheiro como a mulher escolhida para compor com ele uma família.

Portanto, as jovens, quando solteiras, apesar de verbalizarem se sentirem inseguras mediante a possibilidade de engravidar e não estabelecerem um relacionamento conjugal, nunca cogitaram a possibilidade de utilizar métodos anticoncepcionais. Compreendo que a tomada de decisões quanto ao não uso dos métodos durante os relacionamentos sexuais, insere-se na expectativa das jovens, em construir um relacionamento conjugal estável, *um amor firme*.

Assim, a gravidez durante o namoro para as jovens pode estar relacionada ao que HEILBORN (1998) denomina “um jogo de sedução” que tem como principal alvo a realização da aliança, ou seja, do casamento.

Para a autora, gravidez pode estar significando um projeto de negociação bem sucedido que permitiria realizar a transição para um outro status, seja conjugal,

²⁵ Com exceção da jovem VITÓRIA com o anteriormente exposto, a qual ao ficar grávida solteira optou por não se casar com o companheiro.

seja o de maioridade social. Esta hipótese contempla a idéia de uma possível aquisição de autonomia pessoal no domicílio parental ou novos arranjos residenciais.

Esses dados corroboram com os encontrados em Joselândia, os quais apontam que as jovens ao se casarem adquirem essa “maioridade” com direito ao chão de morada e roçado.

No que se refere à gravidez na juventude enquanto um problema de saúde, CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA (2004), ressaltam que a gravidez é uma fase da vida que não depende da idade da mulher, podendo ocorrer a qualquer momento, desde que haja condições biológicas que a propicie. Estudos recentes vêm demonstrando que os riscos da gravidez na juventude estão relacionados mais a características sociais do que à idade e que as mulheres de 15 a 19 anos e suas crianças correm riscos na mesma proporção que as mais velhas. Já os riscos da gravidez são considerados mais elevados para aquelas que têm idade entre 10 e 14 anos, porém a proporção da ocorrência da gravidez nessa faixa etária é muito baixa.

Como os dados apontados pelos autores, também em Joselândia, a gravidez entre as jovens entrevistadas ocorreu em média entre 15 a 20 anos, sendo que em um dos casos ocorreu com 13 anos idade, mas que não aconteceu nenhum problema de saúde com a mãe criança.

Corroborando com as afirmações referentes ao risco biomédico da gravidez na juventude HEILBORN, AQUINO E BOZON (2006), enfatizam que, apesar do argumento da gravidez na juventude como problema ser inexato, ele continua a ser utilizado e relacionado a outros discursos profissionais. Os médicos associaram-se a psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, que passaram a definir a gravidez na juventude como de grande risco psicossocial, dando como diagnóstico a imaturidade psicológica dos jovens.

Também BERQUÓ (2003) ressalta que a gravidez na juventude não aumenta os riscos obstétricos, preocupam os aspectos sociais, econômicos e um bom acesso aos cuidados pré-natais. Assim, acredita-se atualmente que os riscos da gravidez na juventude sejam mais determinados por fatores psicossociais relacionados ao ciclo de pobreza e educação existente e fundamentalmente, a falta de perspectivas na vida das jovens, sem escola, saúde, cultura, lazer e emprego.

A partir do exposto pode-se dizer que há uma ordem de significações culturais abrangentes, as quais não concebem a vivência da sexualidade na juventude em si como um problema. Na realidade o estudo aponta que, o que vem a se constituir um problema para as jovens em Joselândia ao vivenciar a sexualidade, é o não acesso as ações direcionadas para saúde da mulher.

Porém, para chegarmos a essa informação foi necessário inicialmente conhecer as políticas públicas de saúde no Distrito de Joselândia e em especial as direcionadas a saúde da mulher, para compreender como se dá o acesso das jovens mulheres e da comunidade a esses serviços, abordados a seguir.

V. 2 O Acesso às Políticas Públicas de Saúde no Distrito de Joselândia

O Distrito Rural de Joselândia pertence ao Município de Barão de Melgaço e no processo de descentralização e municipalização das ações de saúde, o Município ficou responsável em prover a localidade com a assistência médica básica, a qual se determina por um conjunto de ações de saúde, desenvolvida sob a forma de trabalho em equipe, no âmbito individual e coletivo abrangendo: a promoção e proteção da saúde, a prevenção dos agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e manutenção da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

A equipe de saúde na atenção básica possui atribuições comuns, sendo elas: participar da territorialização e do mapeamento da área de atuação da equipe; realizar o cuidado em saúde da população assistida e atenção integral conforme as necessidades, no âmbito da unidade de saúde, domicílio e em espaços comunitários; garantir integralidade da ação, atendimento humanizado e estabelecendo vínculo; realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância; participar do planejamento e avaliação das ações em equipe; promover mobilidade e participação da comunidade; garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação da atenção básica; participar das atividades de educação permanente; e realizar outras ações e atividades de prioridade local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Objetivando inicialmente compreender como a Secretaria de Saúde do Município de Barão de Melgaço buscou estruturar e articular as ações de atenção básica de saúde no Distrito de Joselândia e também ações relacionadas à saúde da mulher, foram realizadas entrevistas com os quatro agentes de saúde da Região, assim como, com a enfermeira responsável pelo PSF Rural e a Secretaria Estadual de Saúde da Prefeitura de Barão de Melgaço e as pessoas da comunidade de Joselândia, que abaixo procuro expor.

Assim, buscando promover a assistência básica de saúde à população do Distrito de Joselândia foi construído um Centro de Saúde em sua sede, São Pedro, pelo Governo Estadual, sendo que o Município de Barão de Melgaço ficou responsável pela infra - estrutura material e contratação da equipe de saúde.



Figura 26: O Posto de Saúde

Em Mato Grosso a descentralização da saúde teve dois eixos estruturais, a organização da atenção básica a ser desenvolvida pelo Município e a organização especializada a ser compartilhada entre o conjunto de Municípios e o Estado, sendo que o Município de Barão de Melgaço teve como responsabilidade a implementação do PSF no Distrito de Joselândia.

A política estadual de Mato Grosso (1995-2000), no desenvolvimento à saúde teve como prioridade a organização das ações sob a lógica da regionalização, objetivando a promoção de mudanças no modelo de atenção fragmentada para regionalizado e para a efetividade da implementação do processo de descentralização,

para tanto fez necessário à coordenação da gestão estadual na assessoria e capacitação dos Municípios (LEVCOVITZ, LIMA, E MACHADO, 2001).

A implantação da descentralização teve com fundamento a morfologia do sistema de saúde de acordo com a NOBs (Normas Operacionais Básicas) e utilizou mecanismos previstos no SUS como os consórcios e as instâncias de pactuação, controle e avaliação para criar alianças em espaços regionais.

Como ressaltam LEVCOVITZ, LIMA, E MACHADO (2001), a consolidação do SUS requer a existência de mecanismos de regulação que viabilizem a dinâmica e a complexidade desse processo na área da saúde. Portanto, as NOBs surgem nos anos 90 como importantes instrumentos para a concretização da diretriz de descentralização, estabelecidas constitucionalmente e pelas leis orgânicas da saúde.

Do ponto de vista formal as NOBs são portarias editadas pelo Ministério da Saúde e reforçam o poder de regulamentação dessa esfera de governo. Traz em seu bojo os objetivos e diretrizes estratégicas à descentralização, bem como normatizam e operacionalizam as relações entre as três esferas de governo, não previstas nas leis orgânicas. Tem caráter transitório, ou seja, pode ser reeditada ou substituída a qualquer tempo, permitindo a atualização das regras em diferentes estágios de implementação do SUS.

A NOB 96 teve como foco central a redefinição do modelo de gestão, propondo a implantação de um novo modelo de atenção à saúde, deslocando-se do eixo assistencial para o da atenção integral à saúde. Estabelece como estratégia principal a ampliação da cobertura dos Programas de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), para atendimento da atenção básica da população.

Em Mato Grosso no que se refere à descentralização da saúde, foram criados pólos regionais²⁶, cuja arquitetura segundo LEVCOVITZ, LIMA, E

²⁶ Quanto à organização do sistema estadual, na área de saúde em Mato Grosso uma divisão administrativa em 2000 agregou conjuntos de municípios em treze Pólos Regionais de saúde e com o objetivo de promover meios para a assistência especializada e hospitalar em regiões, os municípios foram estimulados a construir consórcios intermunicipais. Assim dos 126 municípios, 74 estão organizados em 10 consórcios existentes, cobrindo 30% da população (GUIMARÃES, 2002).

MACHADO (2001), teve dois eixos estruturais: a organização da atenção básica a ser desenvolvida pelo Município e a organização especializada a ser compartilhada entre o conjunto de Municípios e o Estado, nos consórcios. Cada Município passa a se responsabilizar pela implementação dos PSF (Programa de Saúde da Família) e PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde).

Para CANESQUI (1987), o PSF enquanto atenção básica a saúde tende a ser mais do que um espaço social no qual disputam distintos projetos de conservação ou mudança das práticas de saúde, podendo ser também um espaço de discussão, experimentação e reprodução ampliada de modelos assistenciais

Nesse sentido, procurei compreender como se dava o funcionamento do PSF Distrito de Joselândia já que se configura como opção de modelo a saúde. Para tanto, busquei explicações da comunidade, dos agentes de saúde, da coordenadora do PSF Rural de Barão de Melgaço e da Secretária de Saúde da Região, os quais me viabilizaram informações que, complementadas, traduziram o funcionamento e situação do PSF local, como modelo de atenção de saúde básica para região, pois:

Os agentes de saúde realizaram prova seletiva e iniciaram o trabalho em 18 de dezembro de 2007, formulada pela Prefeitura de Barão de Melgaço para trabalhar no PSF rural do Distrito de Joselândia. No Distrito de Joselândia, nas proximidades da Sede, como profissionais na área de saúde há quatro agentes de saúde atuando em: São Pedro, Retiro São Bento e Pimenteira, e um mais antigo e experiente que dá suporte para os demais, no Posto de Saúde, nas residências e comunidades mais distantes.

Anteriormente a região contava com apenas 01, citado como mais antigo e experiente, (trabalha há 20 anos como agente de saúde na região), o qual denominarei “WILSON”, que conquistou uma papel importante na comunidade, conhecido e citado pelas pessoas como possuidor de conhecimentos no que refere à saúde, a ele que as pessoas recorrem no caso de dificuldade com saúde.

Somos três agentes de saúde, mais o Wilsom que já tem um grau mais elevado que o nosso, que já participou de vários cursos de aperfeiçoamento. Ele é uma pessoa bem qualificada pra atender. Ele dá assistência lá no posto, nas casas, porque às vezes a pessoa

mora longe, é de idade não tem condição de ir lá ao posto para olhar uma pressão. Às vezes as pessoas não estão se sentindo muito bem ai ele vai nas casas também dá a assistência (A. AGENTE DE SAÚDE).

Além dos agentes de saúde, não existem outros profissionais da área de saúde que trabalhem fixamente na região. Quando ocorre um problema de saúde, as pessoas inicialmente procuram benzeção, depois o WILSON e caso não resolverem a dificuldade vão até Cuiabá ou Poconé.

As informações encontradas corroboram com os estudos de PIGNATTI (2006), que apontam serem geralmente os Municípios de Poconé ou Cuiabá a darem retaguarda para as ações de saúde e fornecimento de medicamento para comunidade local.

Segundo moradores e profissionais da região, optam por não procurarem Barão de Melgaço, por não encontrarem lá serviços e profissionais de saúde que necessitem e ter que recorrer após irem para lá à Cuiabá ou Poconé.

No que se refere ao fornecimento de remédios, os agentes de saúde afirmam que tem acesso aos de: hipertensão, diabetes, hanseníase e analgésicos, prescritos pelos médicos da equipe do PSF. Os demais medicamentos ficam trancados no Posto de Saúde.

A gente tem acesso aos medicamentos que as pessoas usam direto. São os remédios de hipertensão, diabete, é hanseníase. Esses nós temos lá no posto para estar atendendo a comunidade que fizeram o cadastro depois que passaram pelo médico. Agora também um pouquinho de analgésico e umas pomadas para as pessoas que tiveram problema de hanseníase e ficaram com seqüela. Os demais remédios como cremes e vermífugos, por exemplo, ficam trancados (A. AGENTE DE SAÚDE).

Saliento que este Posto de Saúde localiza-se em São Pedro, e que pessoas das comunidades, raramente o freqüentam, segundo as mesmas, pela distância e dificuldades de locomoção, assim as medicações são entregues pelos agentes de saúde daquelas comunidades e quando existe a necessidade de algum outro tipo de intervenção, como por exemplo, curativos, suturas, aplicação de injeções, aferir pressão o agente de saúde WILSON, se locomove até as residências.

Presenciei no Posto de Saúde duas atividades realizadas para comunidade, a primeira corresponde à distribuição de cobertores para pessoas carentes, doados pelo governo estadual e a vacinação de animais domésticos contra a raiva, em que os profissionais da Secretaria Municipal de Barão de Melgaço lá se encontravam aguardando as pessoas trazerem os animais.

Os agentes de saúde da região informam que a equipe de PSF do Joselândia é formada por: médico, enfermeira, dentista, os quais deveriam comparecer na localidade de dois em dois meses, porém já fazia algum tempo que os mesmos não apareciam. Estávamos no mês de agosto e a equipe havia estado em Joselândia duas vezes naquele ano e, no máximo, eles vêm quatro vezes ao ano.

Os agentes de saúde justificam a irregularidade do compromisso da equipe do PSF com a comunidade em estarem lá de dois em dois meses, pela dificuldade de acesso na época da cheia. Mas, estávamos no período da seca e a equipe não estava cumprindo regularmente suas atividades.

Tem o médico, a enfermeira e o dentista, que agora ficaram de vir de dois em dois meses. Eles vêm para dar assistência médica, dentária e a enfermeira traz material para fazer exame de prevenção e as vacinas. Mas já faz um bom tempo que eles não estão vindo, às vezes, eles até programam para vir, mas devido ao acesso não vêm. Às vezes eles chegam até de avisar a gente que estão vindo mais aí por falta de meios para vir não vêm (A. AGENTE DE SAÚDE).

Além disso, segundo os entrevistados, quando a equipe de PSF vai até a região fica geralmente dois dias para atender as pessoas das comunidades de São Pedro, Pimenteiras e Retiro São Bento, cerca de 300 famílias, obviamente não conseguindo. Assim, os agentes de saúde dão preferência no agendamento para as pessoas que já estão com alguma doença ou agravo na saúde, com “*maior necessidade*”.

Quando pergunto aos agentes de saúde, o que eles consideram como “*maior necessidade*” de atendimento pelo PSF, eles verbalizam que correspondem às que “*já estão doentes*”. Portanto, os profissionais do PSF em Joselândia, não trabalham com a prevenção e promoção da saúde das pessoas, utilizando somente práticas curativas.

Para o médico que vem fazer o atendimento também é difícil ele tem vontade mas é só um para atender toda a zona rural. No caso seria preciso mais de um médico para estar atendendo (G. AGENTE DE SAÚDE).

Os agentes de saúde acrescentam que o atendimento pelos profissionais do PSF nas comunidades de Joselândia ocorre só na seca, na cheia eles não comparecem. Nos casos de emergência de saúde, na seca as pessoas vão de carros ou vans até Cuiabá, mas quando a questão de saúde é muito grave, elas alugam um avião até Poconé e de lá vão de carro, vans ou ônibus para Cuiabá. Na cheia nos casos de emergência de saúde, quando o rio está bem cheio da para ir de barco até Poconé e de lá de carro, ônibus ou vans para Cuiabá, mas em casos graves só de avião também para Poconé e de lá para Cuiabá.

Assim, até o ano de 2005, segundo informações de WILSON, a Prefeitura de Barão de Melgaço custeava o avião para levar as pessoas até Cuiabá no caso de emergências, mas depois da instalação do PSF, isso ficou sobre responsabilidade da pessoa.

Os agentes de saúde entendem que as dificuldades de saúde enfrentadas pelas comunidades de Joselândia, estão relacionadas tanto com o número de profissionais do PSF que deveria ser em maior quantidade, com o aumento da periodicidade de visita dos profissionais à região.

Já em entrevistas com a enfermeira coordenadora do PSF rural que atende a comunidade de Joselândia e a Secretária de Saúde do Município de Barão de Melgaço ambas ressaltam que a equipe inicialmente era formada por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e os agentes comunitários de saúde e também uma equipe de saúde bucal (o dentista e a auxiliar) esse últimos são do PSF urbano mais também faziam atendimentos lá. Os agentes de saúde ficam na região dando este suporte, fazendo a ponte entre a comunidade e a Secretaria de Saúde.

A equipe de PSF rural tinha uma frequência mensal de atendimento na região de Joselândia, permanecendo uma semana lá, quando o PSF rural foi iniciado (fato não confirmado por nem um agente comunitário e nenhum membro da comunidade). Porém, segundo informações das mesmas foram ocorrendo alguns problemas e as idas começaram a diminuir. Atribuem essa redução primeiramente ao

período eleitoral, porque as pessoas vincularam essa periodicidade maior da equipe do PSF na região ao favorecimento de grupos políticos.

Nós não fomos mais, porque foi vinculada à política e falaram teve uns comentários que seria para ganhar votos para um candidato para outro então à gente acabou dando uma diminuída nesses atendimentos. Realmente mais por diversos fatores incluindo como o principal que a questão da eleição da prefeitura que teve muita interferência (P. ENFERMEIRA DO PSF RURAL DE BARÃO DE MELGAÇO).

Além da questão acima citada, corroborando para diminuição da frequência de atendimento dos profissionais na região, enfatizam a diminuição da equipe, que atualmente, segundo elas corresponde: ao médico, auxiliar de enfermagem e aos agentes comunitários. Relatam que não é difícil conseguir profissionais para ocupar os cargos do PSF Rural em Barão de Melgaço, mas entendem que estes têm que ter força de vontade, pois o trabalho é cansativo, porque a área rural de Barão de Melgaço é longe é difícil o acesso.

O fato de a estrada ser ruim e da distância tornam o trabalho cansativo e muitas vezes acabam desanimando os profissionais, mais não é difícil de você trabalhar então eu acho que um profissional que tenha vontade que queira que goste do que faz ele trabalha tranqüilo nessa parte da área rural (P. ENFERMEIRA DO PSF RURAL DE BARÃO DE MELGAÇO).

Outro fator argumentado como dificuldade para o funcionamento de PSF nas regiões rurais de Barão de Melgaço corresponde à dificuldade de acesso, principalmente na época de cheia. Enfatizam que em certas épocas do ano não há transporte para deslocamento da equipe do PSF e nem das pessoas da comunidade que necessitem ser referenciadas para outras cidades.

Além do número diminuto de profissionais para atender uma grande quantidade de pessoas, a enfermeira do PSF rural de Barão de Melgaço e a Secretária de Saúde acrescentam: a dificuldade dos profissionais se locomoverem de um lugar para outro, da distância, o meio de transporte, as condições geográficas (alagamentos e rios) e meteorológicas (chuvas).

Temos comunidade que têm 30 famílias ai você roda quilômetros e encontra outra comunidade com 20 famílias e é uma distancia longa. Temos também comunidades ribeirinhas que na cheia a gente só de avião (SECRETÁRIA DE SAÚDE DE BARÃO DE MELGAÇO).

A equipe de PSF rural de Barão de Melgaço é uma para atender todas as comunidades rurais em localizações distantes e opostas, não podendo permanecer muito tempo em um só lugar. Atendem atualmente, segundo a enfermeira responsável, em torno de quatro mil pessoas, não conseguindo se fixar nas comunidades, não se envolvendo em suas ações e não conhecendo a realidade local. Torna-se necessário para o funcionamento do PSF a integração entre equipe de saúde e a comunidade no estabelecimento das prioridades para o desenvolvimento do trabalho, tendo como referência o perfil epidemiológico da população adstrita, auxiliando no planejamento das ações.

Mediante a demanda de pessoas a serem atendidas pela equipe de PSF, esta restringe o atendimento as que já estão doentes, voltando suas ações somente para as atividades curativas²⁷.

As ações referentes à promoção e prevenção não são praticadas, as quais deveriam permear transversalmente todas as políticas, programas e ações da saúde, com o desafio de constituir a integralidade e equidade no processo de trabalho que vai ao encontro dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Os profissionais de saúde entrevistados apresentam discursos diferenciados dos gestores de saúde da região (Secretária de Saúde de Barão de Melgaço e Coordenadora do PSF local), em especial, no que se refere ao comparecimento da equipe do PSF para atendimento a população. Porém ambos, assim como as pessoas da comunidade apresentam discursos comuns atribuindo à irregularidade do

²⁷ Mesmo assim, os profissionais do PSF não conseguem oferecer assistência para a totalidade de pessoas que já se encontram doente.

comparecimento da equipe de saúde, as dificuldades de acesso a região, em especial nos períodos de cheia e vazante.

O interessante, que esses gestores de saúde, diferente dos profissionais de saúde regionais e a população, apresentam soluções para essas dificuldades de acesso da população aos serviços de saúde, compreendendo, portanto, que resolução para oferecerem um serviço de saúde com qualidade, para as comunidades do Distrito Rural de Joselândia seria a implementação de uma equipe de PSF atuando diretamente nas localidades. Porém, quando instigadas a responder o porquê não solucionam os problemas de acesso a saúde na região buscando modificar a situação, se silenciam...

Não foi questionado quanto aos incentivos financeiros específicos do PSF.

No estudo desenvolvido por PIGNATTI E CASTRO (2007), *A Fragilidade/ Resistência de vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato - grossense*, que objetivou compreender o processo de saúde-doença buscando os elementos relacionados com o modo de vida e as práticas de saúde delas decorrentes, em um ambiente cuja dinâmica do ritmo das águas está integrado nas experiências deste viver.

A fragilidade dada pelas doenças, falta de infra-estrutura sanitária e acesso aos serviços, aparece como demandas a serem equacionadas pelo poder público, que, no caso em questão, não se traduz em lutas organizadas da comunidade, mas como troca de favores entre os fortes da comunidade e os políticos da região, com medidas pontuais e descontínuas.

V. 2. 1 Atenção à Saúde da Mulher em Joselândia

No que se refere às políticas públicas de atenção à saúde da mulher o Ministério da Saúde criou em 1986 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o qual foi anunciado como uma nova e diferenciada abordagem para a saúde da mulher, baseado no conceito de "atenção integral à mulher", pois até seu surgimento, as políticas públicas reduziram-se na preocupação com o grupo materno-infantil que, inclusive, sempre permaneceu como o mais enfatizado por essas políticas (CANESQUI, 1987).

Nesse contexto, a atenção à mulher deveria ser integral, clínico-ginecológica e educativa, voltada ao aperfeiçoamento do controle pré-natal, do parto e puerpério; à abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade; ao controle das doenças transmitidas sexualmente, e mamário e à assistência para concepção e contracepção.

As ações previstas no PAISM deveriam ser exercidas pelos profissionais do PSF que atendem a região, porém essas nunca foram desenvolvidas no Distrito de Joselândia, como afirmado pelas mulheres participantes do estudo, e pelas demais mulheres residentes na região²⁸, também pelos agentes de saúde, coordenadora do PSF e a Secretária Municipal de Saúde.

Uma única vez, como salienta um dos agentes de saúde, a coordenadora do PSF local solicitou que ela avisasse as mulheres interessadas na realização de exame preventivo do câncer cérvico-uterino, que ocorreria no Posto de Saúde da Região, porém os profissionais não compareceram na data marcada e nem posteriormente, sem justificativa para a ausência.

Portanto, segundo informações dos moradores e profissionais de saúde da região, nunca fora realizado nenhum tipo de exame laboratorial ou ginecológico, atividades referentes ao planejamento familiar ou assistência pré-natal, assim, as mulheres que necessitem realizar algum desses procedimentos (previstos no PAISM desde o ano de 1986) devem procurar outras cidades.

Locomover-se para outras cidades, segundo as mulheres, objetivando a realização de consultas ou exames, requer certa condição financeira e parente ou amigos que as acomodem, caso contrário não existe a possibilidade de participarem dos mesmos. Somam-se a essas condições (financeiras e de acomodação) a dificuldade de acesso à região nos períodos de cheia e vazante.

Situações que na maioria das vezes levam as mulheres a procurar assistência à saúde quando apresentam sintomas que possam sinalizar alguma doença ou no caso das gestantes para realização de exames pré-natal, quando possuem a intenção (além da condição financeira) de ter seus filhos nas cidades.

²⁸ Com as quais tive a oportunidade de solicitar informações sobre essas ações de saúde.

Mediante essas dificuldades, as mulheres jovens entrevistadas ressaltam que somente realizaram exames quando ficaram gestantes, durante as consultas pré-natais. Assim, das 20 jovens, somente 09 realizaram exames ginecológicos ou laboratoriais vinculados à rotina das atividades pré-natais e 04 jovens que não são mães, 05 jovens que tiveram seus filhos na região e 02 jovens que apesar de terem seus filhos em Cuiabá não participaram das consultas do pré-natal, nunca os realizaram.

Nesse sentido, atividades de prevenção e promoção à saúde da mulher não estão sendo desenvolvidas, como preconizadas pelo Ministério da Saúde através do PAISM, e algumas patologias que poderiam ser evitadas a partir de diagnósticos iniciais, as mulheres da região não têm acesso, como por exemplo, à realização de exame preventivo do câncer cérvico-uterino.

No que se refere à assistência pré-natal uma das atividades que integram o PAISM, segundo NAVAJAS FILHO (1997) é uma prática importante para a gestante e deve ser estimulada por toda a equipe do PSF, para prevenir e/ou evitar possíveis complicações no feto e/ou na mãe, mortalidade e morbidade materna e neonatal, aborto, patologias congênitas, alterações psicológicas, não-recuperação fisiológica da mulher, ausência da lactação e vacinação da criança, entre outras, porém as mulheres não contam com essa prática na região, apesar de ser compreendida como necessária tendo a finalidade de acompanhar a grávida e assegurar condições de saúde à mãe e ao conceito.

As informações fornecidas pelas jovens confirmam os dados encontrados por REIS (2008) em estudo realizado com as mulheres da região, a qual afirma que a maioria das mulheres tem seus filhos na cidade de Cuiabá, deixando para vir à cidade somente na data próxima ao nascimento do bebê.

Segundo REIS (2008) o motivo das mulheres não fazerem o pré-natal na região pode estar relacionado à ausência de profissionais de saúde na unidade local que possam desenvolver essa atividade e também pelas dificuldades financeiras encontradas pelas famílias, já que o deslocamento às cidades para se fazer o acompanhamento torna-se inviável, devido ao custo ser muito caro.

Com relação às parteiras REIS (2008) enfatiza que, as mulheres idosas referem que antigamente os partos eram realizados na própria comunidade pelas

parteiras, as quais possuíam conhecimento não somente do corpo da mulher grávida, mas também de toda sua história de vida oferecendo assim um melhor apoio emocional às mulheres grávidas. Ressalta ainda, que as mulheres idosas são tidas pela comunidade como melhores parteiras, porém muitas delas já são falecidas.

Os dados do estudo apontam que as mulheres pertencentes às comunidades de Joselândia, não têm acesso as políticas públicas de saúde que possam vir oferecer as mesmas, atenção à sua saúde, nos aspectos de promoção, preventivos ou curativos, apesar do Ministério da Saúde desde 1986 formular e orientar a implementação do PAISM, objetivando garantir esse acesso. Não abarcando as necessidades, valores, atitudes e crenças das mulheres a quem a ação de dirige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de saúde podem ser entendidos como combinações de saberes (conhecimentos) e técnicas (métodos e instrumentos) utilizados para resolver problemas e atender necessidades de saúde individuais e coletivas.

Nesse sentido um modelo de atenção não é, simplesmente, uma forma de organização dos serviços de saúde nem tampouco um modo de administrar (gerir ou gerenciar) um sistema de saúde.

Os modelos de atenção à saúde são formas de organizações das relações entre sujeitos (profissionais de saúde e usuários) mediadas por tecnologias (materiais e não materiais) utilizados no processo de trabalho em saúde, cujo propósito é intervir sobre os problemas

(danos e riscos) e necessidades sociais de saúde

historicamente definidas

(CARMEM TEIXEIRA).

O estudo concebido nos moldes de uma abordagem antropológica buscou compreender a vivência da sexualidade a partir do *habitus* em jovens mulheres pertencentes ao universo rural do pantanal Mato-grossense, no Distrito de Joselândia, considerando seus discursos engendrados em concepções de mundo valores e trajetórias de vida próprias.

A vivência da sexualidade na juventude é apontada por vários estudos como um problema social e de saúde, os quais se pautam no contexto da transição demográfica brasileira, caracterizando-se esta, no final da década de 90, por uma queda da taxa total de fecundidade e também pelo aumento significativo da taxa de uso da contracepção feminina. Contudo, a idade das mulheres no momento do nascimento do primeiro filho tendeu a diminuir, contrariando as expectativas suscitadas pela transição demográfica. Este cenário passou a alertar os especialistas e preocupar, em diferentes planos, os formuladores e implementadores de políticas públicas no país.

O quadro suscitou inquietações em especial por duas dimensões implicadas nesse horizonte: com uma tendência de alta na incidência de gravidez na juventude e uma maior probabilidade dos jovens, ao iniciarem a vida sexual, se tornarem suscetíveis à contaminação por DST, HIV e AIDS, o que passou a demandar tomada de ações efetivas. Apesar de o fenômeno da gravidez entre jovens não ser novidade no Brasil foi somente há algumas décadas que o mesmo foi tomado como um "problema social", inserido em um quadro de "gravidade" e "risco", difundido amplamente, o discurso médico passou inclusive a ser utilizado entre jornalistas, políticos e demógrafos (HEILBORN, 2008).

O risco durante o parto, apontado pela medicina e reiterado pela saúde pública, estaria relacionado à suposta imaturidade anátomo-fisiológica da mãe jovem, da qual decorreriam outros problemas de saúde como maior incidência de baixo peso da criança ao nascer e/ou prematuridade. Na esfera da saúde pública, persiste o discurso normativo que considera o evento um fator de risco social e, nessa visão, a gravidez resultaria da pobreza, da precariedade e da falta de acesso aos serviços de saúde, portanto, é considerada como um reforço à pobreza e marginalidade. Uma vez indesejada, a gravidez acarretaria prejuízos para as mães como: abandono dos estudos,

dificuldade em encontrar emprego, contando as mesmas apenas com uma ajuda limitada da família (CARNEIRO E MATOS, 1999).

Interpretações de natureza causal têm implicado uma visão reducionista do fenômeno, pois, esses argumentos têm por base o pressuposto também equivocado de que a juventude é uma etapa universal do desenvolvimento humano, sendo o jovem visto a partir de características supostamente generalizáveis para todos eles, portanto ao privilegiar o fator idade como elemento fundamental de análise, esses estudos desconsideram as diferenças sociais que marcam de forma distinta as etapas da vida humana e as múltiplas e variadas implicações que o evento produz sobre as trajetórias das meninas e suas redes familiares.

É necessário constatar que as expectativas sociais diante da idade se alteram sócio e historicamente, pois, o que em dado momento é tido como aceitável e “natural” em outro contexto é considerado inaceitável. Ademais, a utilização do critério etário tende a obscurecer a assimetria nas relações de gênero e as possibilidades concretas e distintas de "escolha" para as garotas das diferentes realidades sociais. Inclusive em contextos a maternidade pode adquirir centralidade, impondo-se, muitas vezes, como uma (entre poucas) alternativa de vida para as jovens.

Partindo do pressuposto de que a sexualidade é socialmente construída, os significados das experiências sexuais só podem ser apreendidos quando agregados aos valores socioculturais locais, atentando sobre seus aspectos políticos, econômicos e culturais. Assim o presente estudo se norteou, compreendendo a sexualidade a partir do *habitus*, ou seja, como resultado de uma construção histórica e cultural, que se integra à rede de significados do grupo social, modelando as experiências sexuais e fornecendo cenários sobre a socialização dos gêneros, da inserção dos jovens em determinadas configurações de família, redes de sociabilidade que condicionam trajetórias biográficas e sociais.

O conceito de *habitus* de Bourdieu veio de encontro às indagações e questionamentos para se compreender as dimensões de se vivenciar a sexualidade na juventude em mulheres pertencentes ao universo e significou para mim, enquanto pesquisadora, percorrer caminhos pantanosos, onde as experiências sexuais são embasadas por afetos que se constroem nas artérias da reprodução social do local.

Foram movimentos cautelosos, que possibilitaram uma integração dialógica com as participantes do estudo e demais mulheres da comunidade. Um espaço conquistado, que serviu como acolhimento, desabafos de intimidades, questionamentos sobre o modo de se viver, angústia por escolhas feitas e arrependimentos por sonhos abnegados. Pois abordar a vivência da sexualidade não se resume ao entendimento de maneiras em que se procedem aos atos ou experiências sexuais e avaliações de suas consequências, mas engloba a reflexão de sentimentos, romances concretizados, amores correspondidos ou tristezas consolidadas. Ou seja, o significado subjetivo para as jovens mulheres dessas experiências sexuais, imersas em contextos com especificidades culturais, que dispõem de estruturas sociais, as quais estruturam nas mesmas, modos de pensar, agir e vivenciar a sexualidade.

Compreender a aprendizagem e vivência da sexualidade nesse universo suscitou analisar aspectos relativos às relações entre os gêneros e à concepção de família, pois não é possível isolar o entendimento da sexualidade de um contexto maior, que são os roteiros sexuais (GAGNON, 2006) que modelam a experiência da sexualidade e nos fornecem cenários sobre a socialização dos gêneros, da inserção dos jovens em determinadas configurações de família, redes de sociabilidade, em suma nas teias sociais que condicionam suas trajetórias biográficas e sociais.

O *locus* do processo investigativo é Joselândia, um povoado pantaneiro, conforme auto-definição e seus habitantes são portadores de um *ethos* específico, referenciados em uma territorialidade. Além de ser povo de Joselândia, as mulheres Joselandenses se identificam como povo de alguma família, “povo de fulano” para referir suas identidades como pertencente a uma família. Este termo pode expressar explicitamente uma qualidade ou desqualificação definida a partir do parentesco, são reproduzidas as relações sociais e vivencia a sexualidade das jovens mulheres, contextos em que os costumes, os comportamentos, os afetos e a vivência da sexualidade se entrelaçam aos movimentos das águas.

O trabalho de campo foi desenvolvido de outubro/2007 a novembro/2008 e definiu-se como recorte para investigação de mulheres de 14 a 20 anos que já vivenciaram experiências sexuais, resultando ou não na gravidez. Para realização do trabalho etnográfico, como recursos metodológicos foram utilizados: Caderno de

Campo, Observações Diretas, Fontes Iconográficas e realizadas 32 entrevistas semi estruturadas, sendo: 20 com as jovens, 5 com as mães das jovens, 05 com agentes de saúde, que correspondem aos profissionais de saúde da Região. Também realizei entrevistas com a Secretária Municipal de Saúde do Município de Barão de Melgaço e, por conseguinte, do Distrito de Joselândia e uma com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço.

Foram entrevistadas 20 mulheres, que viviam no momento das entrevistas na região e encontravam-se na faixa etária de 14 a 23 anos. No que se refere à escolaridade 06 possuíam ensino médio completo, 05 ensino médio incompleto, 05 ensino fundamental incompleto e 04 ensino fundamental completo. Todas pertencem à religião católica e afirmam já ter vivenciado experiências sexuais, se autodenominaram casadas (sem vínculo legal) ou solteiras (mesmo que já tenham sido casadas), com filhos ou não.

Das 20 jovens entrevistadas 19 se autodenominam filhas da terra, cujos ancestrais são da região, ou como por elas especificados “nasceram e criaram no Pantanal”. Essas identidades são dadas pela formas de organização social em que o trabalho familiar e as relações de parentesco configuram uma territorialidade e uma cultura viva e dinâmica, identidades fundadas em um *habitus*.

O mergulho etnográfico possibilitou compreender os costumes, os comportamentos, os afetos e a vivência da sexualidade, os quais se entrelaçam aos movimentos das águas dos rios São Lourenço e Cuiabá, afluentes do rio Paraguai, cuja dinâmica de suas águas imprime um ritmo ao modo de vida da população local. Este ritmo é marcado pela vazante que leva à seca e pela enchente que leva à cheia modificando a paisagem, influenciando a organização social e o modo de vida dos moradores, tão incisivamente, que ao narrar algum evento, anteriormente esclarecem se ocorrera na seca ou na cheia, ou também, ao iniciarem narração de um evento indagavam: Na seca ou na cheia? Esta indagação, diante de meus questionamentos para com as entrevistadas, remeteu à reflexão sobre como a dinâmica dos ciclos das águas, uma determinação da natureza, está incorporada ao modo de vida pantaneiro.

Especialmente a seca foi caracterizada pelas jovens participantes do estudo, assim como pelas demais pessoas da comunidade com quem tive a oportunidade de

estar, como o período em que poderão viver mais intensamente seus relacionamentos sociais, na esfera pública, pois participarão de festas e conviverão com parentes distantes, pois há maior facilidade de locomoção. Nas festas as jovens têm a oportunidade de conviver com pessoas da mesma faixa etária, conversar assuntos considerados incomuns e as solteiras vivenciar mais constantemente os relacionamentos afetivos e/ou sexuais.

O período da estiagem é apontado pelas mulheres como o que possibilita um tempo maior para suas atividades, pois seus deslocamentos são mais fáceis e o consideram um período mais seguro, de terra firme. Inclusive, quando necessitam de assistência à saúde, acrescentam ser um período de mais facilidade de deslocamento para outros locais, já que, como constatamos no decorrer do trabalho, no Distrito de Joselândia não há atendimento à saúde da população de maneira contínua. É o momento em que se preparam para vivenciar o período da enchente e da cheia, objetivando torná-lo mais confortável e seguro possível.

O período da cheia leva as mulheres a permanecerem mais em suas casas, unidas com seus familiares, vivendo mais intensamente as relações entre os seus membros. Mas é no período da vazante que as dificuldades são maiores, especialmente pela dificuldade de locomoção.

Assim, a vida das mulheres na comunidade pantaneira de Joselândia, como exposto, não pode ser dissociada do ritmo das águas, no seu cotidiano. O dia a dia das mulheres em Joselândia é descrito como difícil, marcado por afazeres domésticos: cuidado com a casa, filhos, alimentação e roupas, na maioria das vezes sem o auxílio de eletrodomésticos (máquina de lavar, liquidificadores, fogão a gás e geladeira). Estudam quando solteiras, e ao se casarem, raramente dão continuidade aos mesmos, porém somente com o consentimento do esposo. As mulheres dificilmente trabalham fora de casa e quando se casam jovens, tendem a realizar o trabalho em suas casas e também na casa de suas sogras.

O comportamento rotineiro caracteriza-se pela repetição das tarefas e obrigações em desempenhar determinados trabalhos, os quais são vistos como necessários e adequados à realidade social.

Este ritmo cotidiano é intercalado com os dias definidos como especiais, que são marcados por comemorações, rituais que alteram a rotina cotidiana. São celebrações da vida, em sua maior parte, em homenagem aos santos devocionais, e se constituem em marcadores temporais. Dentre estas se destacam os festejos em homenagem à São Pedro, padroeiro local.

A religiosidade católica, portanto, é um dos traços marcantes na formas de sociabilidade local, cuja expressão no cotidiano está materializada nos altares caseiros, que são avistados ao se adentrar nas casas joselandenses. Estes altares, onde se encontram as devoções, heranças de pais ou padrinhos, ou até um santo trocado, anunciam o quanto a religiosidade é uma das discussões indissociáveis do *habitus* desse universo camponês. Todas as pessoas que entrevistei, bem como as com quem estabeleci diálogos formais e informais, afirmaram ser católicas, apesar de existir na localidade duas igrejas evangélicas.

Como uma comunidade camponesa tradicional, que caracteriza Joselândia, as categorias - terra, trabalho e família se constituem como elementos centrais para se compreender a cultura e ética local. Esta é constitutiva de uma ordem moral e definidora de uma dada estrutura social, compondo o *habitus* tradicional camponês, em que o ordenamento social representa uma das dimensões mais significativas sendo definido por uma rede de parentesco – consanguinidade, afinidade e compadrio.

Neste universo a terra é concebida como tradição que passa de pais para filhos, e a terra é a concretude do parentesco. A família é axial na estrutura social do grupo investigado, sedimentada em uma particular relação de solidariedade, mas, ao mesmo tempo, de subordinação das mulheres à autoridade paterna, cabendo a elas o papel principal na socialização das crianças.

Se a família é axial e o catolicismo popular é constitutivo do *ethos* desta população pantaneira aqui estudada, a escola local também tem um papel significativo no processo de socialização. A educação escolar no Distrito de Joselândia se institui a partir de uma única escola de nível Estadual que atende aos alunos do ensino fundamental, básico, médio e o programa EJA.

Na escola local não se discutem assuntos relacionados à sexualidade ou prevenção de DST, HIV e AIDS, por ser considerado inadequado para os jovens.

Entendem que abordando o assunto, estimulariam nos mesmos a busca por experiências sexuais. Aliás, a contradição entre a prática e o discurso dos professores sobre o intercuro sexual dos jovens antes do casamento foi a CHAVE para a compreensão do universo, conforme apontamos anteriormente.

Neste território as casas são construídas ao redor da família patrilinear, constituindo-se um grupo familiar extensivo quanto à territorialidade. Estas casas, em sua maioria, são construídas de pau-a-pique, às vezes barreadas e pintadas, cobertas de folhagens. Alguns outros moradores as constroem à base de tijolos e cimento, cobertas de telhas, e são denominadas “casa de material”.

As casas são construídas na parte mais alta do terreno para evitar ou diminuir a entrada da água na cheia, no “firme”. São constituídas de poucos cômodos, e as cozinhas e banheiros geralmente são construídos separados da casa.

Ao se unir matrimonialmente o jovem casal, logo após a “fuga”, vive em um dos cômodos da casa dos pais do jovem e, posteriormente, constrói-se a casa de pau-a-pique separada dos pais e sogros, porém, no mesmo terreno da família, com apenas um cômodo e posteriormente aumentam-nos cômodos e dependendo das condições financeiras são feitos de material. Mas acima de tudo, a casa é o espaço físico e simbólico onde se reproduzem as famílias joselandenses.

Em Joselândia quando um jovem casal se une matrimonialmente ele passa a ter uma roça sua para cuidar, herda um pedaço de terra, que será cedido pelos pais do noivo, se constituindo uma regra, que possibilita a manutenção e o aumento do capital material e simbólico.

Assim, a vivência da sexualidade implica neste jogo, no sentido dado por Bourdieu, pois implica na aliança entre famílias. Como parte deste jogo, levar a jovem para a residência dos pais constitui-se em um momento de passagem. Os jovens tornam-se agora homem e mulher no sentido pleno e deverão constituir uma família, que se efetiva com o nascimento do primeiro filho.

Como homem o jovem deverá sustentar sua mulher o que implica passar a ser dono do produto de seu trabalho. Terá que *lutar* com a lida da roça, com o gado e com a pesca. Estas atividades mais que excludentes são complementares e permitem a reprodução do modo de vida campesino. É o trabalho na terra que atribui identidade ao

campesino de Joselândia, em concomitância a uma moralidade, a de ser lavrador, ter um chão para plantio. Mais que uma vinculação física ou de sobrevivência, a relação do homem com a terra e com a família em Joselândia, explicita uma ética camponesa, por isso uma categoria moral. Essas atividades são separadas em duas metades temporais do ano agrícola “na seca ou na cheia”.

Quanto à jovem, ao se unir matrimonialmente, ela deverá assumir o papel que cabe a uma mulher: ser trabalhadeira cuidar da casa, gerar filhos de forma *zelosa*, possibilitando a reprodução física e moral da família. A vivência da sexualidade implica para elas na reprodução deste modelo idealizado, que é definido como a vivência do *amor firme*.

Conforme a trajetória das jovens entrevistadas, a maioria deixou os estudos ao se estabelecerem uma relação estável e acrescentaram se sentirem desmotivadas para retornar aos estudos, em detrimento do trabalho desenvolvido em suas casas e o cuidado com os filhos e esposos.

Todas as jovens entrevistadas desde criança participaram, *através da ajuda*, nos afazeres domésticos, assim, são socializadas em seus papéis. Consideram que deixaram de ser criança e passaram a ser moças (jovens) quando ficaram menstruadas, representando um rito de passagem da infância para juventude. As mudanças comportamentais citadas pelas moças na sociedade estudada resumem-se a não mais compartilhar de brincadeiras infantis e começarem a se interessar emocionalmente pelo sexo oposto, colegas de escola e amigos da escola, denominando os primeiros relacionamentos afetivos com rapazes como: *agarrar, ficar ou namorar*. No ficar ou namorar pode ou não estar incluso o relacionamento sexual

Os comportamentos sexuais ou maneira de se vivenciar a sexualidade pelas mulheres oficialmente, devem se enquadrar aos padrões de uma sociedade conservadora em que a relação sexual para as mulheres deve ser realizada durante um relacionamento conjugal estável. Assim as mulheres guiam seus comportamentos sexuais, a partir de regras e normas, ditadas pela sociedade local: o *habitus*.

As disposições sociais impostas às mulheres relacionam-se a algumas características comportamentais que as mesmas devem possuir nos contextos oficiais, sendo a principal categorizada como “*ser de família*” em oposição as que “*moças*

faladas”. As *moças de família* na localidade estudada tendem a ser vigiadas pelos familiares e pelo próprio grupo social, assim destacam estratégias para poderem estar na companhia dos “ficantes” ou namorados, escondidas dos pais. Já as *moças faladas*, agarram, ficam e namoram, com vários rapazes em contextos oficiais, ou seja, eventos públicos são as *moças faladas*. “*É só chegar e levar*”.

Das *moças de família*, cuja trajetória de vida na maioria das vezes conduzirá a serem *mulheres de família*, espera-se oficialmente que devam ter tido poucos namorados, antes da união matrimonial que ocorrerá na juventude, com filhos gerados após o casamento, e se caso engravidarem antes do casamento que se casem. Mulheres de família, resguardadas e recatadas, aquelas que sabem se comportar, merecendo as vênias da sociedade.

As jovens participantes do estudo entendem que passam a vivenciar a sexualidade a partir da primeira relação sexual, ou seja, quando ocorre a penetração peniana na vagina e como decorrência a perda da virgindade, por elas denominada *eu me perdi*, denotando um rito de passagem na vida das jovens para se iniciar as experiências sexuais.

Ao *se perderem*, afirmam ter ocorrido dentro de relacionamentos afetivos. Acrescentam que na ocasião estavam envolvidas emocionalmente e afetivamente com os companheiros, nomeando tal sentimento como *amor*. Experimentam o sexo com parceiros com quem já mantêm um relacionamento emocional e geralmente o intercurso sexual se dá em festas ou em passeios que o jovem casal se dispõe a fazer em lugares distantes.

O início da vida sexual traz significados diferenciados na trajetória de vida de cada jovem entrevistada, que ao *se perderem*, depararam-se principalmente com duas possibilidades: a de se unirem matrimonialmente com um companheiro constituindo uma família, por elas especificadas um *amor firme* ou de permanecerem solteiras.

Das 20 jovens entrevistadas, 06 ao manterem relação sexual, não estabeleceram um relacionamento conjugal estável e apresentam aspectos que as diferenciam em especial quanto ao *habitus* de se vivenciar a sexualidade, cujas especificidades encontram-se desenvolvidas no decorrer do trabalho, buscando

compreendê-las, elas foram agrupadas a partir de 05 situações diferenciadas: 02 jovens que ao *se perderem* ficaram grávidas e os namorados não quiseram se casar com elas, atualmente são mães solteiras; 01 jovem que ao *se perder* ficou gestante, e não quis se casar com o pai de sua filha, atualmente é mãe solteira; 01 jovem que ao *se perder*, casou-se com o rapaz, porém após algum tempo optou por voltar para casa de seus avôs, com quem fora criada, não tem filhos; 01 jovem se casou, mas alguns meses depois o marido não quis ficar com ela então se separaram e não têm filhos e 01 jovem *se perdeu*, não se casou, não tem filhos.

Cabe ressaltar que o casamento de todas as jovens foi antecedido pela fuga, se constituindo um *habitus* local, um ritual que possibilita aos jovens “fugidos” uma nova condição: a de casados. Viver com um companheiro equivale a transpor a etapa da juventude para a fase adulta e para autonomia de ambos jovens, os quais passarão a pertencer a outro nível hierárquico na escala familiar. Ao novo casal serão disponibilizados um chão de morada e um chão de roçado, constituindo um amor firme, pais e mães de família.

Assim, como as jovens solteiras, as casadas apresentam aspectos que as diferenciam: 02 jovens que tiveram relação sexual após estarem casadas; 06 jovens que *se perderam* com o atual marido e depois se casaram, sendo que, uma delas estava gestante; 06 jovens que se perderam com namorados anteriores e depois se casaram, sendo que 02 delas já tinham filhos de relacionamentos anteriores e uma está no segundo casamento.

As jovens apresentam diferenciações em suas trajetórias de vida que as conduziram para situação conjugal de casadas, porém seus discursos oferecem várias características em comum, dentre as quais ressaltam os sentimentos atribuídos às experiências sexuais como algo *bom e normal*, e que as mulheres que não têm esses sentimentos *não são normais e têm problemas*. Acrescentam também que a condição necessária para ocorrência de um casamento relaciona-se com o sentimento de amor. E, amar para as jovens significa: *querer estar junto, respeitar, assumir um relacionamento, ter uma família, cuidar e viver o resto da vida juntos*.

A sexualidade das jovens participantes do estudo compreendida a partir do *habitus*, assinala sua vivência correlacionada com o amor e direcionada ao casamento

e a constituição de uma família, a qual englobará objetivos, interesses e necessidades comuns, apontam valores sociais para uma ordem moral camponesa. Pode-se dizer que a estruturação da visão de mundo dos camponeses no universo rural do pantanal Mato-grossense é holista, assim a família é concebida como um valor, detentora de uma lógica particular, que ganha corpo através da centralidade que desempenha na trajetória de vida dessas jovens. Tal importância deriva do sentido de totalidade que a família encarna, possibilitada pela interqualificação ou complementaridade das identidades sociais.

Desta forma, a sexualidade não se constitui como domínio de significação isolada, sexo e prazer estão encompassados por uma alusão a uma moralidade mais abrangente, isso significa dizer, nos termos da lógica holista, que o sexo está subsumido a uma ordem moral-familiar, organizadora do mundo, que se expressa na dimensão verdadeiramente moral, e de gênero, da gramática sexual (HEILBORN, 1998).

Buscamos assim, focar a compreensão da vivência da sexualidade e de suas consequências para as trajetórias biográficas das jovens mulheres, a partir de visões e concepções de mundo próprias, através da abordagem sócio-antropológica, a qual possibilitou a expressão das diferenças e valorização das participantes do estudo, enquanto sujeitos de sua própria vivência.

Conhecer as peculiaridades culturais no universo rural do Pantanal Mato-grossense foi essencial, permitindo uma “desnaturalização” da sexualidade na juventude como um problema social e de saúde em si, conforme os estudos, em especial na área de saúde pública, vêm enfatizando. Pois, caracterizar a vivência da sexualidade e gravidez na juventude como um problema social e de saúde denota desconsiderar os significados simbólicos sobre suas experiências, no universo camponês com especificidades culturais. Pois, estamos diante de um problema que muda seu ângulo de apreciação consoante com as preocupações de uma determinada agenda social.

O estudo aponta que vivenciar a sexualidade em si na juventude não constitui um “problema” social ou de saúde para as jovens, considerando que os problemas de saúde variam em função da posição dos distintos sujeitos na estrutura de relações sociais, fazendo parte de sua visão de mundo.

Assim, o que pode a vir se constituir um problema é o não acesso às ações de saúde direcionadas para o Distrito de Joselândia.

No que se refere à vivência da sexualidade nas interfaces com a saúde, priorizou por compreender: o conhecimento das jovens sobre contracepção, DST, HIV e AIDS, o significado da gravidez e o acesso aos serviços de saúde. Pois, essas temáticas vêm sendo evidenciadas na área da saúde como principais “problemas” para as jovens ao vivenciam a sexualidade.

A primeira relação sexual não foi planejada pelas jovens e no decorrer delas, não utilizaram nenhum método anticoncepcional, passando a utilizá-los após o casamento, caso não quisessem ter filhos e a utilização de métodos anticoncepcionais nunca fora dialogado com os companheiros, atitude que para HEILBORN, AQUINO E BOZON (2006) contribui de maneira geral para reforçar as atitudes mais tradicionais próprias do sistema de gênero. Têm acesso aos métodos anticoncepcionais apenas após o casamento, referindo que hormonais orais e injetáveis não são distribuídos pelo posto de saúde.

Reconhecem como métodos anticoncepcionais, os preservativos masculinos, a laqueadura de trompas e os hormonais orais e injetáveis, ignorando a existência de outros métodos como: DIU, diafragma, tabelinha, preservativo feminino, a pílula do dia seguinte, coito interrompido e vasectomia. Não utilizam métodos anticoncepcionais na perspectiva de evitar DST, HIV e AIDS, apenas correlacionam seu uso para evitar a gravidez não desejada. Desconhecem a nomenclatura DST ou Doenças Sexualmente Transmissíveis as denominam “*doenças de rua*”. Não há na localidade, profissionais que possam realizar exames laboratoriais e/ou ginecológicos, preventivos ou para diagnosticar enfermidades, DST, HIV e/ou AIDS.

O Distrito Rural de Joselândia na assistência à saúde conta com um PSF rural, mas que é responsável por atender todas as comunidades rurais em localizações distantes e opostas, não podendo passar muito tempo em um lugar. Atendendo em torno 4 mil pessoas, não conseguindo se fixar nas comunidades, não se envolvendo em suas ações e não conhecendo a realidade local. Portanto, quando a equipe comparece ao Distrito de Joselândia (cerca de duas vezes ao ano e na época da seca), os 04

Agentes de Saúde regionais priorizam o atendimento a pessoas que já estão com alguma doença ou agravo na saúde, com “*maior necessidade*”.

Os dados do estudo apontam que as mulheres pertencentes às comunidades de Joselândia, não têm acesso às políticas públicas de saúde, nos aspectos de promoção, preventivos ou curativos, apesar de o Ministério da Saúde, desde 1986 formular e orientar a implementação do PAISM objetivando garantir esse acesso. Não abarcando as necessidades, valores, atitudes e crenças das mulheres a quem a ação se dirige.

Políticas públicas de saúde que são homogêneas, mesmo em face à pluralidade social e cultural no Brasil, não oferecendo dessa maneira, ações de prevenção e promoção adequadas à realidade local. Ações, que não vão ao encontro com as reais necessidades de saúde da comunidade, podendo incorrer em riscos para a qualidade de vida das jovens mulheres pertencentes ao universo rural do pantanal Mato-grossense que vivenciam a sexualidade.

Compreender essa realidade possibilitará a proposição de novos caminhos para propostas de formulação de programas que ampliem o nível e a cobertura de conhecimentos na área da sexualidade e saúde reprodutiva e que atendam e englobem as necessidades demandadas pelas jovens no que diz respeito à vivência da sexualidade, no universo rural, possibilitando refletir políticas públicas de saúde que integrem efetivamente esse universo.

VI. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Andrade CD. Amar se Aprende Amando. 24. ed. Rio de Janeiro. Record; 2001.
2. Aran M. O Averso do Averso: Feminilidade e Novas Formas de Objetivação. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
3. Áries P. História da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC; 1981.
4. Azevedo AEBI. Atenção Integral à Saúde de Adolescentes: AdoleSer em Cuiabá. Cuiabá: Dois Pontos; 2008.
5. Bandeira MLD Mato Grosso: a terra no discurso das leis (1850-1930). Mato Grosso; 1988 (mimeo).
6. Bandeira MLD. Território Negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense/CNPq; 1988.
7. Baltazar A. Cultura Camponesa e Televisão: A Visão de Si e a Imagem do Outro pela Telenovela Brasileira. Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em Antropologia Social do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social. São Paulo; 2003.
8. Barros M. O divino segredo da festa. *In*: Passos M. A Festa na Vida (org.). Petrópolis: Vozes; 2002.
9. Barbosa RM. , Aquino EML, Heilborn ML, *et al.* Interfaces: Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva. Campinas: UNICAMP; 2002.
10. Beauvoir S. O segundo sexo: a experiência da vida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1980.
11. BEMFAM (Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil). Adolescentes, Jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: BEMFAM; 1999.
12. Berquó E. Sexo e Vida: Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil. Campinas: UNICAMP; 2003.
13. Borda OF. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação social. *In*: Brandão CR. Pesquisa Participante. 8. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense; 2001.

14. Bordest SML. Educação Ambiental e Turismo nos Caminhos do Pantanal Mato – grossense - Brasil. Cuiabá: Relatório I, PELD-UFMT; 2004.
15. Bourdieu P. A juventude é apenas uma palavra. *In: Questões de sociologia*, Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
16. Bourdieu P. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA; 1989.
17. Bourdieu P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense; 1990.
18. Bourdieu P. À procura de uma sociologia da prática. São Paulo: Ática; 1994.
19. Bourdieu P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus; 1996.
20. Bourdieu P. A Dominação Masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.
21. Bourdieu P., Loyola, MA. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.
22. Bozon M, Heilborn ML. Iniciação à Sexualidade: Modo de Socialização, Interação Gênero e Trajetórias Individuais. *In: Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M, et al. O aprendizado da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz; 2006.
23. Brandão ER. Ritos e Perturbações nas Trajetórias Juvenis. *In: Almeida MIM, Eugenio F. (org.) Culturas Jovens*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor; 2006.
24. Brandão ER, Heilborn ML. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro; 2006.
25. Camarano AA. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. *In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens Acontecendo na trilha das políticas públicas*. V.1. Brasília: CNPD, IPEA; 1998.
26. Campos MCA. Por uma educação diferenciada no Pantanal Mato-grossense: O Semantismo das Águas Profundas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, para obtenção do título de mestre. Cuiabá;1998.
27. Candido A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades; 1977.
28. Canesqui AM. Assistência Médica e à Saúde e Reprodução Humana. Campinas: NEPO, Universidade Estadual de Campinas; 1987.
29. Carneiro ABA, Matos CMAS. Gravidez aos 11 anos de idade. *Revista Médica de Minas Gerais*; 1999.

30. Carroll L. Alice no País das Maravilhas. Porto Alegre: LYPM Editores, 31. Ed. 1998.
31. Castro CA. Pantanal Norte: Formação Social e Processo Sócio-Ambientais. Relatórios de Pesquisa projeto terra e trabalho no Pantanal Norte Brasil/PELD – *site* 12. Cuiabá abril; 2006.
32. Castro EG. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural (Tese de Doutorado Apresentada ao programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em antropologia social). Rio de Janeiro; 2005.
33. Castro EG, Abramovay M, Silva LB. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO; 2004.
34. Castro EG. As Jovens Rurais e a reprodução social das hierarquias. *In*: Woortmann EF, Heredia B, Menashe R, coordenadores. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2006.
35. Castro SP. A Festa Santa na Terra da Parentalha: Festeiros, Herdeiros e Parentes. Sesmarias na baixada Cuiabana Mato-grossense (tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em Antropologia Social, do departamento de Antropologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP). São Paulo; 2001.
36. Castro SP. Populações Tradicionais, Representações Sociais e Preservação Ambiental: um estudo de caso sobre um povoado pantaneiro ao entorno de uma Unidade de Conservação. *In*: Neto VJ, coordenador. Política Ambiental e Diversidade Cultural. VI Seminário do ICHS/UFMT. Cuiabá: UFMT; 2007.
37. Castro SP, Castro CA. Pantanal Norte: Formação Social e Processos Sócio-Ambientais. Relatórios de Pesquisa projeto terra e trabalho no Pantanal Norte Brasil/PELD-*site* 12. Cuiabá abril; 2006.
38. CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Comportamento Sexual da População Brasileira e percepções sobre HIV e AIDS: relatório de pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde, CN-DST/AIDS; 1999.

30. Chayanov AV. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas. *In:* Silva JC, Stolke V. A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense; 1981.
40. Coelho EB, Coelho CC. Calvo MCM. Saúde da Mulher: Um desafio em Construção. Florianópolis: UFSC; 2006.
41. Coelho CC. Breve Histórico da mulher e seu corpo. *In:* Coelho EB, Coelho CC. Calvo MCM. Saúde da Mulher: Um desafio em Construção. Florianópolis: UFSC; 2006.
42. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília; 2006.
43. Correa Filho V. Pantaneis Mato - grossenses. IBGE/CNG. Rio de Janeiro; 1946.
44. Costa MF. História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos; 1999.
45. Damatta R. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco; 1987.
46. Damatta R. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco; 6ª Ed.; 1997.
47. Damatta R. A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; 5ª Ed.; 1997.
48. Douglas M. Pureza e Perigo. Rio de Janeiro: Perspectivas do Homem; S.D.
49. Duarte LFD. Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1986.
50. Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério da Educação. Brasília; 2005.
51. Ferreira PRS. Entre elas: Afetividade versus complementaridade. *In:* Woortmann EF, Heredia B, Menashe R. Organizadores. Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília; 2006.
52. Figueiredo RMT. Prevenção as DST/AIDS em ações de saúde e Educação. São Paulo: NEPA-AIDS; 1998.
53. Foucault M. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal; 1993.

54. Franchetto B. Antropologia e Feminismo. *In: Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar; 1981.
55. Freire P. *Pedagogia do Oprimido: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 31. ed.; 2005.
56. Freire P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 31ª ed.; 2005.
57. Freud S. Três ensaios sobre a sexualidade. *Obras Completas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago; 1989.
58. Freyre G. *Casa Grande e Senzala-formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife: Imprensa Oficial; 1966.
59. Freyre G. *Sobrados e Mocambos-decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Jose Olympio; 1981.
60. Gagnon JH. *Uma Interpretação do Desejo*. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
61. Galland O. *Sociologie de la Jeunesse*. Paris: Armand Colin Éditeur; 1991.
62. Garnelo L. *As Correntes da Antropologia na análise da doença e da saúde*. São Paulo; (S.d.) (Mimeo).
63. Geertz G. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; 1989.
64. Giddens A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP; 1991.
65. Giddens A. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP; 1993.
66. Goldenberg M. *A arte de Pesquisar*. 8. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record; 2004.
67. Goldenberg M. *O discurso sobre sexo: diferenças de gênero na juventude carioca* *In: Almeida MIM, Eugenio F, coordenadores. Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2006.
68. Goffman E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; 1989.
69. Guimarães AP. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; 1968.
70. Guimarães CD. *O comunicante e a comunicada: a transmissão sexual do HIV*. *In: Paiva V. (Org.). Em tempos de AIDS*. São Paulo: Summus; 1992.

71. Guimarães L. Política de Saúde em Mato Grosso: dois mandatos para construção da regionalização. *In: Muller Neto (Org.). A regionalização da saúde em Mato Grosso: em busca da integralidade de atenção.* Cuiabá: Secretaria de Estado de Saúde; 2002.
72. Guirado M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para escola. *In: Groppa AJ, coordenador. Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus; 1997.
73. Heilborn, ML. Gênero, Sexualidade e Saúde. *In: UERJ.. (Org.). Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades.* Rio de Janeiro: EDUERJ; 1997.
74. Heilborn, ML. Gênero: um olhar estruturalista. *In: Pedro JM., Grossi MP. (orgs.). Masculino, feminino, plural.* Florianópolis: Mulheres; 1998.
75. Heilborn, ML. Construção de si, gênero e sexualidade. *In: Articulação de mulheres brasileiras. (Org.). Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1999.
76. Heilborn ML. Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.
77. Heilborn ML. Gravidez precoce. *In: Oi Kabum!. (Org.). Kabum Mix! Novos olhares sobre o mundo;* 2008.
78. Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M. O aprendizado da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz; 2006.
79. Heilborn ML. O aprendizado da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz; 2006.
80. Heilborn ML, Cabral CS, Bozon M. Valores sobre Sexualidade e Elenco de Práticas: Tensões entre Modernização Diferencial e Lógicas Tradicionais. *In: Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M. O aprendizado da sexualidade.* Rio de Janeiro: Garamond, Fiocruz; 2006.
81. Heilborn ML, Duarte LFD, Peixoto C, *et al.* Sexualidade, Família e *Ethos* Religioso. Rio de Janeiro: Garamond; 2005.
82. Heilborn ML. , Sorj B. Estudos de gêneros no Brasil, *In: Miceli S. Coordenador. O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).* São Paulo: Anpocs, Summus; 1999.
83. Iadanza EES. Produção Camponesa dos Pantanais de Mato Grosso; estudo da comunidade de São Pedro, Município de Barão de Melgaço. (Dissertação apresentada

ao Programa de Pós Graduação em geografia Humana da F.F.L.C.H. da USP, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre). São Paulo: USP/FFLCH, departamento de Geografia; 1993.

84. IBGE. Censo demográfico de 2000.

85. Kautsky K. A Questão Agrária. São Paulo: Proposta Editorial; 1980.

86. Laraia RB. Cultura: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: 3. ed. Jorge Zahar Editor; 1988.

87. Lecoq Muller. Sítios e Sitiantes. Nos Estados de São Paulo. São Paulo: USP; 1951.

88. Lecovitz E, Lima DL, Machado, VC. Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas, Ciência & Saúde Coletiva: ABRASCO 2001, p. 270-291; 2001.

89. Leite MCS. Águas encantadas de Chacororé: natureza, cultura, paisagens e mitos do pantanal. Cuiabá: Cathedral UNICEN Publicações; 2003.

90. Lenharo A. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste: os anos 30. Campinas; 1985. (Mimeo)

91. Lênin VI. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural; 1981.

92. Levi - Strauss C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 4ª Ed.; 2008.

93. Malinowski B. A Vida Sexual dos Selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1982.

94. Máster WH, Johnson VE. O vínculo do Prazer. São Paulo: Circulo do Livro; (S.d.).

95. Martins JS. O Cativo da Terra. São Paulo: Ciências Humanas; 1979.

96. Martins JS. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes; 1995.

97. Marx K. O Capital – Crítica da Economia Política. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural; 1985.

98. Mauss M. Sociologia e Antropologia. Vol. 1 e Vol. 2. São Paulo: EPU; 2005.

99. Mead M. Macho e Fêmea: Um estudo dos Sexos Num Mundo em Transformações. Rio de Janeiro: Vozes; 1971.

- 100.Mendras H. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
- 101.Minayo MC. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec Abraso, 10ª Ed.;1997.
- 102.Minayo MC. Contribuições da Antropologia para Pensar e Fazer Saúde. *In:* Campos GWS, Minayo MCS, Ackerman, *et al*, coordenadores. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro; Fiocruz; 2006.
- 103.Minayo MCS, Deslandes SF. Pesquisa Qualitativa: Teoria, Método e Criatividade. 25. Ed. Petrópolis: Vozes; 2007.
- 104.Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
- 105.Monteiro CA. Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: A evolução do país e suas doenças. São Paulo: Hucitec; 2006.
- 106.Moreira TK. DÁ Tradição e Modernidade no modo de vida pantaneiro: o caso de São Pedro de Joselândia: MT. Cuiabá; 2007. (Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia e Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do título de bacharel em Ciência Social).
- 107.Moura MM. Os herdeiros da terra. São Paulo: Hucitec; 1978.
- 108.Moura MM. Camponeses. São Paulo: Ática; 1986.
- 109.Navajas Filho E. Os processos de identificação e introjeção na gravidez. *In:* Zugaib M., Tedesco JJA., Quayle J. (Org.). Obstetrícia psicossomática. São Paulo: Atheneu; 1997.
110. Oliveira AU. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto; 1991
111. Oliveira MC. Cultura, Adolescência e Saúde. Campinas: Consorcio Latino Americano de Programa em Saúde reprodutiva e Sexualidade; 2000.
- 112.Oliveira MC, Rocha MIL. Saúde Reprodutiva na Esfera pública e Política. Campinas: UNICAMP; 2001.
- 113.Oliveira RC. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. São Paulo: Revista de Antropologia; 1996.
- 114.Parker R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. *In:* Louro, GL, coordenador. O corpo educado. Belo Horizonte: Autentica; 1999.

115. Peirano M. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1998.
116. Peirano M. *O Dito e o Feito: Ensaio de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2001.
117. Perez LF. Antropologia das efervescências coletivas. *In: Passos M. A Festa na Vida: Significados e Imagens*. Petrópolis: Vozes; 2002.
118. Petchesky RP. Direitos Sexuais: um novo conceito na prática política internacional. *In: Barbosa RM., Parker R. Sexualidade pelo avesso: direitos, identidade e poder*. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: IMS, UERJ; 1999.
119. Pignatti MG. Qualidade de vida e saúde nas comunidades de entorno da RPPN SESC Pantanal - MT. Relatório Final, programa PELD. Cuiabá: UFMT; 2006.
120. Pignatti MG, Castro SP. A Fragilidade/ resistência de vida em comunidade rurais do Pantanal Mato-grossense. *Ciência & Saúde Coletiva*; 2007.
121. Pompa MC. *Memórias do Fim do Mundo: para uma leitura do movimento sócio-religioso de Pau de Colher*. Campinas: FICH/UNICAMP (dissertação de mestrado); 1994.
122. Prado JC. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24ª Ed. São Paulo: Brasiliense; 1996.
123. Pritchard EE. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2005.
124. Pritchard EE. *Os Nuer: Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um Povo Nilota*. São Paulo: Perspectiva; 2005.
125. Queiroz MIP. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis: Vozes; 1976.
126. Queiroz MIP. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo: Queiroz; 1991.
127. Reis AFC. *Saberes e práticas de saúde da mulher Joselandanse no cuidado a sua família*. Cuiabá; 2008 (Dissertação apresentada a Coordenação de Pós Graduação em saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva).
128. Ribeiro IC. *Sesmeiros*. Cuiabá; EDUFMT; 1998.

- 129.Rodrigues AM. Padrões Afetivos na Família e Empresa Familiar. *In: Revista de Administração de Empresas*. V. 31 nº 04 out/dez. São Paulo: Fundação Getulio Vargas; 1991.
- 130.Rodrigues JC. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 7ª Ed.; 2006.
- 131.Rubin G. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, n.21; 2003.
- 132.Sabino F. O encontro marcado. Rio de Janeiro - São Paulo: Record; 88ª Ed.; 2008.
- 133.Salem T."Homem... já viu, né?": Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. *In: Heilborn ML, Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV; 2004.
- 134.Santos MA. Natureza e o Espaço. Técnica e Tempo, razão e emoção. São Paulo: Cia das Letras; 1998.
- 135.Sarti CA. A família como espelho - um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: FAPESP/ Editora Autores Associados; 1996.
- 136.Schwartz M., Schwartz C. *Problems in Participant Observation*. *American Journal of Sociology*, 60 (Jan.); 1955.
137. Serrão M., Baleeiro MC. Aprendendo a Ser e a Conviver. São Paulo: FTD; 1999.
- 138.Silva JAF. Cultura e Natureza. Tempo e Espaço. *In: Jornal a Página*. Cuiabá; 1998.
- 139.Silva JAF. Aqui tudo é parente! Um estudo das práticas e idéias em relação ao tempo e ao espaço entre camponeses do pantanal de Mimoso. (Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Antropologia). São Paulo; 1998.
140. Silva WV. A comunicação interpessoal entre os profissionais de saúde e gestantes na assistência pré-natal: repercussões da gravidez no contexto cultural e emocional. São Paulo: Manole; 2002.
- 141.Silveira ML. O Nervo Cala, O Nervo Fala: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2004.
- 142.Siqueira EM, Costa LA, Carvalho CMC. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT Ed. Guaicurus; 1990.

143. Teixeira CF. Modelos de atenção voltados para qualidade, efetividade, equidade e necessidade prioritárias de saúde. *In: Caderno da 11ª Conferência Nacional de Saúde* p. 261- 281. Brasília: Conselho Nacional de Saúde-Ministério da Saúde; 2000.
144. Triviños NA. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas; 2006.
145. Valverde O. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá. *In: Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 34 p. 49-144, jan/mar; 1972.
146. Vance C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *In: Revista de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, UERJ, V.5, nº1, p. 7-31; 1995.
147. Velho G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. *In: Almeida MIM, Eugenio F, coordenadores. Cultura Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2006.
148. Weeks J. O corpo e a Sexualidade. *In: Louro GL, coordenador. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica; 2000.
149. Weimer MSM, Campos ACO. Marcos Legais para a Educação-Legislação Estadual e Municipal. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá; 2005.
150. Wolf E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar; 1976.
151. Woortmann EF. Da complementaridade à dependência. *Anuário antropológico*. Brasília; 1991.
152. Woortmann EF. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec - Brasília: Edunb; 1995.
153. Woortmann k. Com parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*. N 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1990.
154. Woortmann k, Woortmann, EF. Fuga a Três Vozes. *Anuário Antropológico*. N 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1993.
155. Woortmann K, Woortmann, EF. O trabalho da terra. Brasília: Editora UNB; 1997.
156. Woortmann EF, Woortmann K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB; 1997.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto: A Sexualidade em Contextos Afetivos de Mulheres Jovens Pantaneiras.

Orientadora: Sueli Pereira Castro

Pesquisadora: Mariel Maróstica Fernandes

Instituição envolvida: Universidade Federal de Mato Grosso

Objetivo Principal: Descrever o processo de aprendizagem, sentimentos e vivências da sexualidade em mulheres, na faixa etária de 13 a 20 anos, residentes na comunidade rural do pantanal Mato-grossense, localizada no distrito de Joselândia.

Procedimentos: Estudo de caso com método etnográfico e técnicas para pesquisa incluindo: observação participante, entrevistas semi – estruturadas e diário de campo como fontes iconográficas.

Possíveis Riscos e desconfortos: Não apresenta risco e possível desconforto com relação a responder as entrevistas.

Eu....., fui informado dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa, descritos acima. Entendo que terei garantia de confidencialidade, ou seja, que apenas os dados consolidados serão divulgados e ninguém, além dos pesquisadores terá acesso aos nomes dos participantes desta pesquisa. Entendo também, que tenho direito a receber informações adicionais sobre o estudo a qualquer momento, mantendo contato com o pesquisador principal. Fui informado ainda, que a minha participação é voluntária e que se eu preferir não participar ou deixar de participar deste estudo em qualquer momento, isso NÃO me acarretará qualquer tipo de penalidade.

Compreendendo tudo o que me foi explicado sobre o estudo a que se refere este documento, concordo em participar do mesmo.

Assinatura do participante ou do responsável (se menor).....

Assinatura do pesquisador principal:.....

Em caso de necessidade, contate Mariel Maróstica Fernandes no endereço: Rua Guilherme Hans, Casa 14, J. Tropical, telefone: 3028-5696 e E-mail: marielmarostica @ ibest.com(. br). Informações sobre o projeto fazer contato com o CEP do HUJM: fone: (65) 3615- 7254

ANEXO II

Roteiro para Entrevista com as Jovens

1) Identificação:

Nome: _____ DN: _____
 Naturalidade: _____ Tempo de Residência no Distrito: _____
 Escolaridade: _____ Religião: _____ Profissão: _____
 Estado Civil: _____ Cônjuge: _____
 DN do Cônjuge: _____ Naturalidade: _____
 Nº. e idade dos filhos: _____
 Filiação: Pai: _____ DN: _____ Nat: _____
 Mãe: _____ DN: _____ Nat: _____

2) História de Vida:

A história de sua família
 Você inserido em sua família
 Sua relação com sua família
 Sua infância
 Sua juventude (quando percebeu que deixou de ser criança para tornar-se jovem)
 Sua vida adulta
 A história de vida atual
 A história de vida de seu companheiro (caso o tenha)
 A história da família de seu companheiro
 Ele em relação aos familiares
 A sua relação com a família de seu companheiro

3) História Afetiva:

Sobre afetividade
 Sobre relações afetivas e amorosas
 Sexualidade
 Sobre relações sexuais
 A gestação
 O nascimento dos filhos
 Sobre seu relacionamento amoroso atual

ANEXO III**Roteiro para Entrevista com as mães das Jovens****1) Identificação:**

Nome: _____ DN: _____
 Naturalidade: _____ Tempo de Residência no Distrito: _____
 Escolaridade: _____ Religião: _____ Profissão: _____
 Estado Civil: _____ Cônjuge: _____
 DN do Cônjuge: _____ Naturalidade: _____
 Nº. e idade dos filhos: _____
 Filiação: Pai: _____ DN: _____ Nat: _____
 Mãe: _____ DN: _____ Nat: _____

2) História de Vida:

A história de sua família
 Você inserido em sua família
 Sua relação com sua família
 Sua infância
 Sua juventude (quando percebeu que deixou de ser criança para tornar-se jovem)
 Sua vida adulta
 A história de vida atual
 A história de vida de seu companheiro (caso o tenha)
 A história da família de seu companheiro
 Ele em relação aos familiares
 A sua relação com a família de seu companheiro

3) História Afetiva:

Sobre afetividade
 Sobre relações afetivas e amorosas
 Sexualidade
 Sobre relações sexuais
 A gestação
 O nascimento dos filhos
 Sobre seu relacionamento amoroso atual

4) História Afetiva das jovens filhas.

Sobre afetividade
 Sobre relações afetivas e amorosas
 Sexualidade
 Sobre relações sexuais
 Casamento
 A gestação
 O nascimento dos filhos
 Sobre relacionamento amoroso atual

ANEXO IV**Roteiro para Entrevista com os Agentes de Saúde****1) Identificação:**

Nome: _____ DN: _____

Naturalidade: _____ Tempo de Residência no Distrito: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

2) Experiências profissionais

Antes de ser Agente de Saúde: _____

Como Agente de Saúde: (famílias atendidas, qualidade dos atendimentos, principais dificuldades)

3) Especificações sobre as ações de saúde da região

Quais as providências eram tomadas quando alguém na comunidade adoecia;

Como era a rotina e quais os profissionais de saúde que atendiam na região;

Como ocorria o pré – natal das gestantes, parto e nascimento dos filhos;

Disponibilidade de medicação;

Disponibilidade de métodos anticoncepcionais;

ANEXO V**Roteiro para Entrevista com a Coordenadora do Programa de Saúde da Família
Rural dos Distritos rurais do Município de Barão de Melgaço****1) Identificação:**

Nome: _____ DN: _____

Naturalidade: _____ Tempo de Residência no Distrito: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Cargo: _____

2) Especificações sobre as ações de saúde da região

Ações de saúde nas Comunidades do Distrito de Joselândia;

Profissionais que compõe o Programa de Saúde da Família;

Periodicidade que a equipe comparece ao Distrito de Joselândia;

Sobre a vivência da sexualidade nas jovens pertencentes ao Distrito de Joselândia;

Com relação à gravidez na juventude nessas comunidades;

Distribuição de métodos anticoncepcionais;

Doenças Sexualmente Transmissíveis nas comunidades;

Pré Natal para as gestantes;

Sistema de referência na realização dos partos;

Principais dificuldades das ações de saúde na região;

Número de pessoas atendidas pelo Programa de Saúde de Família da Região;

ANEXO VI**Roteiro para Entrevista com a Secretária Municipal de Saúde
do Município de Barão de Melgaço****1) Identificação:**

Nome: _____ DN: _____

Naturalidade: _____ Tempo de Residência no Distrito: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Cargo: _____

2) Especificações sobre as ações de saúde da região

Ações de saúde nas Comunidades do Distrito de Joselândia;

Profissionais que compõem o Programa de Saúde da Família;

Periodicidade que a equipe comparece ao Distrito de Joselândia;

Sobre a vivência da sexualidade das jovens pertencentes ao Distrito de Joselândia;

Com relação à gravidez na juventude nessas comunidades;

Distribuição de métodos anticoncepcionais;

Doenças Sexualmente Transmissíveis nas comunidades;

Pré Natal para as gestantes;

Sistema de referência na realização dos partos;

Principais dificuldades das ações de saúde na região;

Número de pessoas atendidas pelo Programa de Saúde de Família da Região;